

História Diversa

Danila Barbosa de Castilho
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danila Barbosa de Castilho

(Organizadora)

História Diversa

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H673 História diversa [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-054-4

DOI 10.22533/at.ed.544192201

1. História – Estudo e ensino. 2. História – Filosofia. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A história preocupa-se com o estudo do homem no tempo. O tempo é compreendido como algo complexo, não linear e os documentos produzidos no passado são vestígios que podem ser interpretados sob diferentes perspectivas.

O conhecimento histórico é construído num processo constante de reflexão com os autores, as fontes e as relações sociais. Essa construção torna-se uma tarefa atenta aos contextos e com rigor quando o pesquisador problematiza suas fontes.

Neste processo de construção o passado é lido a partir do presente utilizando fontes – que podem ser escritas, orais, fotográficas, entre outras – e em diálogo com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a teologia, a antropologia e etc.

Essa diversidade de fontes, temas e diálogos estão presentes nos textos apresentados nesta coletânea. Diferente das ciências exatas a história está sempre em busca dos porquês.

Ao encontrar uma possível resposta o historiador pode modificar análises feitas anteriormente e provocar novas investigações sob outros pontos de vista. Assim espera-se que esta obra possa, além de divulgar textos recentes, estimular novas pesquisas.

Boa leitura!

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE	
Maralice Maschio	
DOI 10.22533/at.ed.5441922011	
CAPÍTULO 2	20
SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA <i>CASA GRANDE & SENZALA</i>	
Lidiana Gonçalves Godoy Zanati Ricardo Oliveira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5441922012	
CAPÍTULO 3	27
<i>PONTIFEX MAXIMUS</i> E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA	
Giovana Eloá Mantovani Mulza	
DOI 10.22533/at.ed.5441922013	
CAPÍTULO 4	43
SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS	
Priscila de Andrade Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5441922014	
CAPÍTULO 5	55
A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960	
Olívia Candeia Lima Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5441922015	
CAPÍTULO 6	67
A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824	
William Geovane Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.5441922016	
CAPÍTULO 7	75
A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA	
Douglas Pastrello	
DOI 10.22533/at.ed.5441922017	
CAPÍTULO 8	86
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO	
Mayra Coan Lago	
DOI 10.22533/at.ed.5441922018	

CAPÍTULO 9	102
COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)	
Marcelo de Sousa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.5441922019	
CAPÍTULO 10	119
FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL	
Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.54419220110	
CAPÍTULO 11	128
O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)	
Cristiane Medianeira Ávila Dias	
DOI 10.22533/at.ed.54419220111	
CAPÍTULO 12	141
CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES	
Márcia Regina Bierhals	
Nóris Beatriz Costa Ney	
DOI 10.22533/at.ed.54419220112	
CAPÍTULO 13	149
EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA	
Valtuir Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220113	
CAPÍTULO 14	161
O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Cristina Aparecida de Carvalho	
Michelle Castro Lima	
Marco Antônio Franco do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.54419220114	
CAPÍTULO 15	175
O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES	
Vanessa Cristina Meneses Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.54419220115	
CAPÍTULO 16	182
UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO	
Augusto José Savedra Lima	
Nilton Paulo Ponciano	
Marta de Faria e Cunha Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.54419220116	

CAPÍTULO 17	190
MULHERES <i>QUEER</i> : CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS	
Edson Sucena Junior	
DOI 10.22533/at.ed.54419220117	
CAPÍTULO 18	202
“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESSENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS	
Talita Gonçalves Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.54419220118	
CAPÍTULO 19	213
A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS	
Juliana Cristina Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54419220119	
CAPÍTULO 20	229
A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM <i>MARU</i> DE BESSIE HEAD	
Valdirene Baminger Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.54419220120	
CAPÍTULO 21	241
AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESCOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)	
Karla Leandro Rascke	
DOI 10.22533/at.ed.54419220121	
CAPÍTULO 22	256
ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO	
Pedro Pio Fontineles Filho	
DOI 10.22533/at.ed.54419220122	
SOBRE A ORGANIZADORA	268

AS LINGUAGENS DE LIDERANÇA EVANGÉLICA NA COMUNIDADE GÓLGOTA DE CURITIBA/PR NA CONTEMPORANEIDADE

Maralice Maschio

Doutoranda em História pela UFPR, Bolsista CAPES, e-mail: maralicemaschio@gmail.com

O presente texto objetiva dialogar, comparativamente, com fragmentos de uma entrevista oral concedida pelo pastor da Gólgota, que compõe o arsenal de entrevistas da tese de Doutorado, juntamente com fragmentos de outra entrevista, concedida pelo mesmo pastor, ao programa Destaque/SBT, ambas no ano 2010, ano de destaque para a Comunidade Evangélica liderada pelo pastor, tendo em vista as constantes aparições na mídia, tanto evangélica quanto secular. A intenção é de discutir como são utilizadas diferentes linguagens pelo líder da instituição para difundir a mensagem religiosa e construir uma espécie de tradição no cenário evangélico contemporâneo, uma vez que se trata de um movimento religioso recente. Problematizar-se-á, assim, como os dois modelos de fontes escolhidos representam práticas culturais de um grupo, a partir de seu fundador, propondo uma identidade e pertencimento religioso para seus fieis (jovens undergrounds), construindo a história de uma instituição na cidade de Curitiba e no terreno evangélico, incorporando

linguagens simbólicas do próprio público-alvo. Abrir-se-á um leque das tensões em torno de diferentes culturas (tradicional e modernas) em contato, mas pertencentes a um mesmo campo: o religioso evangélico.

Construir uma possibilidade de discussão através da História Cultural dos Movimentos Evangélicos mais recentes permite atentar para a intensa relação que, muitos deles, como a Comunidade Gólgota, possuem com as chamadas “culturas juvenis” (mídias, consumo, entretenimento, linguagem, estilo, estética, entre outros). Nesse sentido, a cultura e a identidade ligam-se à própria compreensão que esta denominação oferece do que é cultura e tradição (até porque, enquanto movimento religioso recente, ela parece não possuir “tradição” própria) e como as utilizam para definir fronteiras identitárias e de pertencimento, bem como justificar sua ideia de “missão”.

Traçar o perfil da organização a partir da caracterização de seu fundador, por intermédio de duas fontes constituidoras de linguagens: a midiática e a oral, permite identificar não apenas os objetivos da Igreja (o que oferece ao público que pretende conquistar), mas seu comportamento dentro do campo evangélico; as relações entre outros segmentos, as disputas pela concorrência no campo religioso,

a dinâmica do próprio campo em relação com a sociedade. Nesse sentido, se considerarmos a religião como um corpo de crenças e práticas, que depende de indivíduos e instituições, as divisões baseadas em doutrinas e rituais são separações baseadas em relações de poder e hierarquização; daí a necessidade de entender e valorizar a história da Gólgota, questionando até que ponto ela pode influenciar na constituição de uma cultura evangélica.

COMUNIDADE GÓLGOTA: “A FUSÃO ENTRE A CULTURA UNDERGROUND E O EVANGELHO”

A Comunidade Gólgota nasceu em Curitiba, em julho de 2001, desmembrada de uma Igreja para roqueiros, a Zadoque, de São Paulo, que surgiu na década de 1990. Nos discursos iniciais das lideranças, tinha o intuito de criar um espaço para pessoas, especialmente os jovens, que não se enquadravam, dentro das justificadas por eles, como igrejas evangélicas tradicionais. O grupo era formado por sete pessoas, que se reuniam em casa para discutir a Bíblia e praticar louvores evangélicos. Tendo em vista o número crescente de pessoas, que passaram a se identificar e a participar do grupo em razão de uma aparente liberdade doutrinária e do estilo visual de seus membros, surgiu a necessidade de transformar aquela prática numa instituição maior para abrigar os interessados. Originou-se, assim, a Comunidade Gólgota, com aproximadamente trinta membros. Primeiramente, era um pequeno templo na Rua Clotário Portugal e, em 2005, a comunidade foi transferida para o local onde se encontra até hoje, na Visconde de Guarapuava, centro da cidade de Curitiba/PR, contando com mais de trezentos membros, urgindo, em sua maioria, a partir de cristãos do próprio meio evangélico.

Wolmir de Bastos, mais conhecido como Pipe, pastor da Comunidade, cresceu em seio evangélico, na Igreja Presbiteriana do Brasil, em Foz do Iguaçu/PR. O pastor, em depoimentos em diferentes mídias, a exemplo da que será abordada no presente texto, bem como em entrevista oral concedida a mim, costuma atrelar a história da igreja à sua experiência pessoal de vida, ao que denomina como “choque cultural” devido ao fato de pertencer ao movimento punk, ser guitarrista de uma banda de rock e fazer parte da Presbiteriana, vista por ele como uma igreja de formato tradicional e culturalmente excludente. A experiência de Pipe com a cultura punk é relacionada como a justificativa cultural para retornar à experiência religiosa. Para ele, o “chamado” do Espírito Santo ocorreu com a experiência cultural do punk/rock, transformando a sua experiência religiosa e vice-versa. Em entrevista oral, concedida ao presente trabalho, ele conta:

Fui criado na Igreja Presbiteriana do Brasil. Meus pais se converteram à Igreja Quadrangular, mas meu pai acabou indo pra igreja Presbiteriana porque ele tinha muita dificuldade com o pentecostalismo. Na minha adolescência um dos evangelistas chamou a minha mãe de instrumento do diabo, ela se ofendeu e saiu da igreja e só voltou depois de muito tempo. Nesse tempo que minha mãe saiu

nós, os cinco filhos, saímos também, só meu pai permaneceu como Presbítero da Presbiteriana. (...) Nesse tempo eu tive contato com a cultura punk da época e fiquei doido com aquilo, né? o movimento veio e me tomou o coração, a alma, toda a minha atenção voltou para isso, eu assumi pra minha vida, pra minha família e comecei a viver isso. (...) Com 18 anos eu tive a minha conversão com Cristo. Meu irmão mais velho tinha se convertido meses antes e me convidou: não tá a fim de ir num retiro comigo? Eu que era punk, né? Falei pra ele: eu vou, só que eu vou do jeito que eu sou, não me peça pra colocar uma roupa bonitinha pra ser aceito! [Grifos meus] Eu cheguei lá e aquele silêncio assim, todo mundo chocado comigo! Fiquei quatro dias nesse retiro e ninguém falou comigo. (...) No último dia, como ninguém conversava comigo, aquilo que o pastor tava pregando eu prestava atenção, e nesse dia esse pastor fez um apelo para quem quisesse entregar sua vida pra Cristo e, quando eu vi, tava lá na frente. (Entrevista oral, concedida ao presente trabalho, em 05 de Agosto de 2010)

Para o pastor, levar os punks para dentro da Presbiteriana causou inúmeros conflitos e perseguições institucionais. Por isso, após buscar, sem sucesso, um lugar de aceitação cultural dentro de diferentes igrejas, inclusive em Curitiba, acabou por tornar-se o líder fundador da Comunidade Gólgota.

Para além do surgimento da comunidade, é importante discutir acerca do significado do nome da instituição. Conforme definição do Dicionário de Teologia, os quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João) apresentam Gólgota, em aramaico, como o 'lugar da caveira' ou o 'lugar do crânio'. Refere-se a uma colina ou platô, fora da cidade de Jerusalém, que continha uma pilha de crânios ou um acidente geográfico que se assemelhava a um crânio; era também o local onde os condenados à morte eram crucificados. O antigo formato do site oficial da comunidade assim apresentava a Gólgota, justificando o slogan da instituição – “Comunidade Gólgota: Onde as pedras rolam!”:

No século III Adão teria sido sepultado no lugar da caveira ou Gólgota, ou calvário, o mesmo local onde Cristo foi crucificado, seguindo a profecia: Se a humanidade morria com Adão, ela poderia ressuscitar com Cristo. A caveira de Adão teria sido lavada pelo sangue de Cristo para que todos os filhos de Adão fossem remidos pelo 'segundo Adão'. (URL: <http://comunidade.golgota.org/>) [Acesso em 15 de julho de 2012]

O trecho auxilia na compreensão de um dos discursos institucionais de que a comunidade se coloca a serviço dos pecadores, dos excluídos da sociedade, das minorias, dos que não se encaixam em determinados padrões impostos socioculturalmente e, inclusive, dentro de determinadas Igrejas. O espaço da Comunidade é aberto aos condenados e deve servir para que estes ressuscitem, tenham vida nova, “o novo Adão”, mudando apenas o coração, o caráter e não o estilo, a aparência. Na Gólgota, a cultura do excluído é expressa por intermédio do que o pastor Pipe considera como a fusão entre o que denomina de “cultura underground (do punk-rock)” e o “evangelho”. Especialmente nos últimos dez anos o pastor tem aparecido em vários canais de comunicação, criou Blogs, Twitter, movimentou páginas no Facebook e canais no YouTube, reatualiza o Site oficial da comunidade e participa de programas de rádio e televisão, religiosos e não-religiosos. Exemplo dessa espécie

de tentativa da instituição em acompanhar os movimentos da sociedade, difundindo sua mensagem religiosa, por intermédio das mídias, Pipe, em entrevista ao Programa Destaque, da RICTV, emissora afiliada do SBT, em 31 maio de 2010, afirmou:

A fusão acontece naturalmente, uma vez que viemos desse meio. Nós somos roqueiros que se converteram a Cristo. Portanto, não estamos nos fazendo de loucos para ganhar os loucos. Nós somos loucos! (RISOS)... Os valores que permanecem são os mesmos universalmente aceitos pela fé cristã como absolutos de Deus. Diferenciamos apenas o que é cultura nociva à fé e à vida, daquilo que é cultura passiva e que não necessariamente agride a minha fé em Cristo. Nós acreditamos que a música rock, roupa preta, piercings, tatuagens, cabelos compridos, etc., não agridem nossa fé. Não há nenhuma imposição cultural sobre os membros da comunidade. Ninguém é obrigado a nada neste aspecto. Agora, quando estamos falando de absolutos na ética cristã, o assunto é outro. E, portanto, funcionamos como qualquer outra igreja neste mundo funciona. Não negociamos valores cristãos! (URL:<https://www.youtube.com/watch?v=eeuKOiyD81k>) [Acesso em 16 de março de 2016]

Como se observa no fragmento, o espaço de pertencimento e construção de identidades representa parte do empreendimento construído pela comunidade, na última década. Para o pastor, o sucesso se deve à liberdade que a igreja dá a uma geração, especialmente aos jovens punks e roqueiros dos centros urbanos, que não encontram espaço nos meios evangélicos de práticas tradicionais e que tem na instituição, especialmente por intermédio de seus rituais e música (estilo e estética), a expressão viva das aclamadas “novas formas de ser evangélico”, de se relacionar com Deus, pois não há imposições culturais sobre os membros.

Para o líder religioso da comunidade, as questões de cultura, observadas e difundidas pela instituição, fazem parte de um momento histórico em que o seu público-alvo, o jovem, sem identificação e, por isso, pressionando os meios tradicionais, necessita de um local de pertença cultural para expressar sua forma de se relacionar com Deus, de vivenciar e manifestar sua fé.

Tais apontamentos permitem perceber o quanto, no cenário evangélico, são várias as pressões e disputas por sentidos e afirmações identitárias. Alicerçada na cultura, a religião procura formas de se perpetuar de modo a levar em conta aspectos econômicos, sociais e políticos da sociedade. Por exemplo, ao aceitar na liturgia o visual diferente do padrão habitual utilizado nas igrejas evangélicas de práticas mais tradicionais, sem uma discriminação, é como se o próprio espaço do ritual consiga fazer com que o participante se identifique com o discurso religioso. Inclusive por isso, a instituição, em pouco mais de uma década, tem chamado a atenção dos meios de comunicação, travado embates com meios evangélicos tradicionais em Curitiba e no próprio campo dos movimentos evangélicos mais recentes, atraído jovens de diferentes estilos, cultuando o rock, apresentando imagem descontraída e linguagem informal como as grandes novidades da igreja.

Os jovens participam de eventos promotores de identificação e pertencimento como circuitos de motos e shows de heavy metal, promovidos pela própria instituição. Em cultos presenciais e online é possível observar a identidade visual do local: o

templo parece uma garagem antiga, sem placa, um barracão bastante rústico, todo pintado de preto. O altar é um palco, que se assemelha ao de um show de rock. Os telões e as luzes completam o cenário. Nos fundos há uma espécie de cozinha, onde são vendidos refrigerantes, água e acessórios da comunidade como chaveiros, jaquetas, camisetas, cd's e dvd's de bandas, entre outros.

Além de tais imagens atrativas, a igreja defende o discurso de que não pressiona os fieis de modo direto a se converter, inclusive em seus cultos abertos, admitindo respeitar os diferentes modos de ser e agir porque são as pessoas quem precisam sentir a necessidade de mudar. Não seria o estilo de roupa que mudaria, muito menos o pastor que as converteria. Apesar da acolhida e apresentação de uma simbologia, valores e doutrina religiosa, o processo é atribuído ao sujeito, como se decidisse ter mudado ou não, ter se permitido virar nova criatura pela ação do Espírito Santo. Não esquecendo que esta é uma prerrogativa Arminiana desde a época da Reforma (deve partir do indivíduo a decisão e a transformação é operada diretamente por Cristo sobre o sujeito). Contudo, também é protestante a ideia de que a vida na igreja de Cristo (na comunidade dos crentes) concorre para o cultivo da “nova vida em Cristo”.

A “CULTURA COMO MISSÃO” NO CAMPO EVANGÉLICO CONTEMPORÂNEO: NÃO É NECESSÁRIO SEPARAR A APARÊNCIA DA ESSÊNCIA

Desde os anos 1970, observa-se que as religiões como um todo têm apresentado dificuldades para se adaptar a um mundo cada vez mais globalizado, moderno e competitivo, intensificado pelos meios de comunicação. A sociedade vivencia um fenômeno multifacetado, desintegrado, porque não, destradicionalizado, como admite Stuart Hall (2003).

No caso da Comunidade Gólgota, os conceitos de cultura e de tradição aparecem reivindicados e justificados, atrelando as concepções e práticas institucionalizadas à ideia de missão, tema recorrente do cristianismo. Por outro lado, em movimentos evangélicos mais recentes, como a Gólgota, a ideia de missão coloca-se como um motivo cultural diante do contexto socioeconômico atual. Por isso, não julgam necessário separar a aparência da essência. Pois, se assim o fizessem, perderiam o seu sentido, a sua justificativa “cultural” de fundação, existência, perpetuação e sobrevivência.

Magali Cunha (2007), tendo por objetivo entender como o gospel se manifesta no cotidiano dos evangélicos e como os mesmos constroem modos de vida gospel no cotidiano de suas práticas religiosas, utiliza o conceito de “hibridismo”, que representaria um “novo velho modo de vida”. Partindo da metáfora bíblica “vinho novo em odres velhos” para explicar os sentidos contemporâneos de ser evangélico, ela admite um “hoje”, que apresenta os movimentos religiosos como fazedores do uso do “velho” (Teologia/Doutrina) num “novo” (Roupagem/Estilo). Apesar de admitir a mistura, o híbrido, para responder aos modos como o moderno convive com o

tradicional nos modos de vida evangélicos contemporâneos, é preciso atentar para a ideia de separação entre aparência (estilo/estética) e essência (teologia/doutrina) para tratar de determinados movimentos religiosos.

No caso da Comunidade Gólgota, o conceito de cultura é a matriz que não permite tal separação. Apartar o velho do novo, ou apenas misturá-los, implicaria em talvez pensar no que restaria para tais movimentos: a Bíblia? a Conversão? a Contrição? um Ritual? o Espírito Santo? Uma vez que se intitula como uma igreja de/para jovens, é preciso reconhecer que os jovens sempre interessaram tanto para os movimentos de cunho tradicional quanto para os modernos e inúmeras estratégias foram e são lançadas para atingi-los. Porém, existe o desafio, por parte de algumas denominações religiosas, de tentar ensinar ao jovem que ele pode ser da igreja, sem ser tradicional. Eis o motivo de não se separar a aparência da essência, de não explicar os modos de vida evangélicos contemporâneos como “velhas novas formas” de expressão da fé. Senão, uma vez que sua existência e permanência se dão pelo universo da cultura, restariam apenas algumas simbologias para que ambas as denominações religiosas pertencessem ao terreno evangélico, à tradição religiosa cristã. A permanência no mundo dos crentes e na própria sociedade acontece por intermédio da missão, e essa missão, para a Gólgota, é cultural e ocorre em várias esferas cotidianas da vida e do sagrado.

A instituição acredita que ao valorizar as mudanças culturais, vivenciadas pelas gerações, promovem um espaço de pertencimento para as novas identidades evangélicas, no cenário contemporâneo. Vista como promotora de um ato de “liberdade” às gerações, nas duas últimas décadas, a igreja, por intermédio de seus rituais, direcionamento ao público-alvo jovem, incorporações midiáticas e linguagem informal, acredita expressar vivamente “formas de ser evangélico”, que não rompe com os valores tradicionais evangélicos, com o campo evangélico, portanto.

Tal indicação permite discutir a ideia de Paul Freston sobre o proselitismo como uma característica do caráter missionário religioso, a contrapé dos discursos detratores do proselitismo, condenado como estratégia imperialista e uniformizadora das consciências. O autor indaga se esta atitude, de natureza agnóstica não é, ela mesma, intolerante. Provocativamente, instiga a pensar se qualquer anseio de influenciar a opinião pública, por exemplo, o feminismo, o ambientalismo, não seria também uma forma de proselitismo. Ainda, se “o proselitismo, desde que despojado de expedientes não religiosos como ajuda humanitária, monetária ou ameaça bélica não é um direito legítimo de expressão, bem como uma forma de ampliar as reflexões sobre o mundo da vida e a dimensão do sagrado”. (FRESTON, 2012: 21)

A tentativa de conversão, de realizar proselitismo, na Gólgota, alicerça-se na ideia de uma espécie de missionarismo prático, de um assistencialismo e inclusão aos excluídos, marginalizados da sociedade e também de outras igrejas com modos de ver, viver e enxergar o mundo, justificadas por ambas como “tradicionais”. O espaço social de atuação de ambas parece ser o de busca por alguma forma de reabilitação,

mediado pela ideia de resgate do “imperfeito”, de penetração num “mundo” que deve ser respeitado, pois se constitui por sujeitos abastados, que precisam receber a “boa nova” para encontrar a paz, o conforto, seja espiritual, seja físico, seja emocional. E, nesse cenário, a cultura se apresenta como o canal de chamado, de conversão, de transformação, de identificação, de pertencimento, de justificativa e defesa da comunidade dos crentes.

A ideia de missão na prática, juntamente com missionários preparados, que devem conviver com as realidades do “mundo”, com os “excluídos”, “doentes”, “diferentes” numa sociedade marginal, da qual também já fizeram ou ainda fazem parte, aponta para o que o líder Pipe chama de “missionarismo cultural” ou “missionarismo prático”. A intenção é a de, na convivência com o outro, fazê-lo perceber que sua doença física ou psíquica é derivada de uma doença espiritual, e que ele pode encontrar conforto, cura, aceitação e transformação ou força, numa denominação que respeita suas diferenças, seus estilos de vida e propaga o amor. Portanto, que não separa a aparência da essência para a vivência e expressão da fé cristã.

Em se tratando de Tradição, passível de ser vista como a Teologia religiosa (a essência), é válido reconhecer que, do ponto de vista doutrinário, a ação missionária ou a evangelização não são sinônimos de dominação ou transferência de uma cultura (a aparência), mas de revelar a outrem quem é Deus e o que Ele faz. Trata-se, portanto, de se apresentar como uma libertação e, não, aprisionamento; da salvação (a Igreja, como comunidade dos crentes, participa ativamente da missão, ao proclamar, ao viver em comunhão, ao arrepender-se e ao servir), de um ordenamento que implica a capacidade de persuasão pela palavra, despojamento e deslocamento, além da responsabilidade pelo outro. Por isso, encontramos o argumento institucional, corriqueiramente, de que não realiza imposições culturais sobre os membros, mas ao se tratar de ética religiosa é ortodoxa porque não negocia valores cristãos, funcionando como qualquer Igreja Cristã funciona.

Gólgota ao utilizar perfis estéticos, linguagem alternativa, rituais em forma de espetáculo, incorporações midiáticas, estilos de vida jovens (aparência), não acredita, portanto, romper com a teologia cristã (essência). Vê, inclusive, tais práticas como algumas das motivações culturais que conduzem o sujeito à conversão ou à identificação com a comunidade dos crentes ou, mesmo, de justificativas suficientes para a fundação e perpetuação de denominações religiosas como ela, no tempo e no espaço. Até porque, em meios cristãos de modo geral, o desejo de pregar o evangelho emerge, na maioria dos casos, após uma crise existencial, em momentos de experiência com o sofrimento, como doença, envolvimento com drogas e álcool, perda de um ente querido ou perda de dinheiro e status. Da experiência com a dor, o consolo divino e dali a vontade de consagrar-se ao seu serviço; e da gratidão pelas bênçãos recebidas o desejo e a compaixão pelas pessoas, que podem também encontrar conforto temporal e bem aventurança eterna, cujos modos e estilos culturais de vida podem aproximar o sujeito da Igreja, promovendo “cura”, ao invés de afastá-lo.

Paul Freston (1998) admite que a conversão evangélica envolve rupturas profundas nos padrões culturais de relacionamento entre gêneros. Por isso, na Gólgota evangélicas verifica-se, de forma evidente, a experiência com o Espírito Santo e uma estrutura flexível. A experiência com o Espírito Santo é passível de ser vivenciada por todos os membros. O Espírito Santo representa uma força sobrenatural, inspirando a *palavra de poder* (e não o poder da palavra), estimulando a coragem e a experiência extática, tanto quanto as profecias e curas milagrosas. (FRESTON, 1998: 349)

Segundo Freston, por não depender de um clero formal, pode se organizar em qualquer localidade, por menos expressiva que seja política ou numericamente (vide Gólgota com um templo e aproximadamente 300 membros). Assim se caracteriza também sua liderança; não depende exclusivamente de formação teológica, mas emerge da própria comunidade, o que permite alto nível de adaptação às culturas locais, diferentemente do protestantismo histórico que manteve, em maior ou menor grau, fidelidade às suas tradições europeias.

É de suma importância reconhecer, entretanto, que nos movimentos evangélicos mais recentes o “novo” parece ter vindo de reelaborações de tradições. Porém, o nativo também parece insistir no “novo” quando quer e no “velho” quando lhe convém. Por isso, discutir os conceitos de cultura e de tradição à luz da História Cultural ajuda a entender os usos que igrejas como a Gólgota fazem de “cultura” como constitutiva de sua identidade e atuação na sociedade e no meio religioso competitivo. A tradição, aparentada da cultura, é usada pelos nativos como um valor negativo quando trata de se diferenciar do que as “outras igrejas tradicionais” fazem e de um valor positivo quando se referem a determinados símbolos cristãos para ganhar legitimidade (Bíblia, Jesus, contrição, conversão, missão).

De modo geral, a Tradição funciona como uma espécie de âncora, sacada pela instituição, quando necessário e quando convém. Ela serve como uma espécie de controle entre a aparência e a essência (daí a impossibilidade de dissociar ambas), ao mesmo tempo em que é utilizada como defesa diante de acusações por parte de outras instituições religiosas (que por vezes acusam-na de descompromissada com a teologia, enfatizando apenas o estilo, a estética e a reabilitação física e emocional dos jovens convertidos e não a teologia, a doutrina). Por isso, é imprescindível pontuar que a temática da metamorfose evangélica contemporânea, reconhecida pelos pesquisadores em geral, realmente indicia um fenômeno recente. Por outro lado, reconhecer o recente não significa considera-lo como novo em se tratando da História das Religiões.

Por conseguinte, a construção de uma História Cultural do campo evangélico permite repensar categorias para problematizar a fenomenologia que reconhece o Sagrado como existente de fato. O que é ou quem é o Sagrado para cada denominação religiosa? Se existe, existe para quem? Quando? Como? No caso de Gólgota, por exemplo, não parece haver um retorno do Sagrado, “vinho novo em odres velhos” (uma vez que enquanto movimento religioso recente está construindo suas tradições),

mas de uma resignificação de formas tidas como seculares, num contexto à luz de valores e símbolos, que são considerados sagrados. Mais um motivo para não separar a aparência da essência no caso do movimento; afinal, a cultura aparece como o aspecto ordinário da experiência religiosa, das significações e resignificações da tradição religiosa.

O ponto de partida, assim, torna-se realmente o da destradicionalização, juntamente com o de centralidade da cultura, conceitos elaborados pelo teórico da cultura Stuart Hall (2003), que constituem uma noção de tradição como possibilidade de refazer-se, de construir raízes num presente, que apresenta constantemente novos atores e novas demandas. Existe, portanto, via de fato, um processo de modernização acelerado, nos últimos anos, em que sujeitos se apresentam cada vez mais suscetíveis a reflexões e questionamentos, com maior autonomia e diversidades culturais, lançando também as religiões num fenômeno de desinstitucionalização religiosas.

Como elo, é possível discutir com os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), que com trabalho em finais dos anos 1970, produziram o conceito de tradições inventadas para explicar diversos movimentos de construção de identidade nacional e de classe na virada do século XIX para o XX. Utilizaremos o conceito para problematizar a História da Gólgota como movimento evangélico recente, que aposta em possibilidades de construções identitárias culturais, porém que se depara com tradições resgatadas de um passado e construções identitárias calcadas na memória de grupos evangélicos (protestantes e pentecostais), ao mesmo tempo em que também possui o *ethos* desses grupos, pertencendo ao terreno evangélico.

Ao usar o termo “tradição”, observa-se uma tentativa de repetição do fenômeno vislumbrado por Hobsbawm e Ranger. No entanto, diante da velocidade da modernidade, a história e o passado se tornam uma espécie de capital simbólico importante na tentativa de construção de uma perenidade, por parte dos movimentos mais recentes. Sem contar no fato de que se for levada em conta a presença da Internet (fenômeno acompanhado e experimentado pela denominação religiosa em questão), por exemplo, há uma velocidade de tempo ainda maior; 15 anos (tempo aproximado da existência da instituição), historicamente, é pouco, mas parece muito quando observados os volumes de informações, materiais, produções em se tratando de religião, de modo geral. Por isso, trazer uma perspectiva histórica para o estudo de movimentos recentes como a Gólgota, fazendo uso de linguagens como as midiáticas, incorporadas por ela, implica em identificar que elas auxiliam na construção de sua História, mas também em questionar e problematizar o quão antigo ou novo um discurso é dentro dessas mídias.

No que se refere à comunicação, é possível discutir com Michel de Certeau (1998) em “A invenção do cotidiano – artes de fazer” e por Roger Chartier (2003) em “À Beira da Falésia”. Certeau e Chartier, buscando compreender a construção de sentidos simbólicos e políticos através de veículos de comunicação e de objetos da sociedade de consumo, destacaram a importância de se reconhecer as práticas de apropriação

dos sujeitos no cotidiano. Não apenas os próprios meios de comunicação não possuem o controle absoluto de suas mensagens, como o mesmo ocorre com as instituições religiosas. No caso da igreja aqui tratada (emissores), direcionando-se ao público-jovem (receptores), possui determinadas intenções, criando inúmeras estratégias para que isso aconteça. Por outro lado, os jovens recebem e processam as informações, as mensagens, as propostas de variadas maneiras – aceitam, questionam, bagunçam, criticam, rejeitam, apropriam, compartilham, etc. Nesse sentido é que se torna válida a relação entre instituições e fieis, cujas ferramentas midiáticas utilizadas pela Gólgota, bem como entrevistas orais com lideranças e membresia, podem servir como aporte expressivo não apenas no sentido de “fontes”, mas de “linguagem” constituinte dos sujeitos, em seu cotidiano, em diferentes tempos e lugares.

Cabe aí o diálogo com Benedict Anderson (2008), que utiliza o conceito de comunidades imaginadas, argumentando que ao longo do século XX, especialmente em suas últimas décadas, há intensa dificuldade de instituições, principalmente as reconhecidas como tradicionais, diante de um processo que exige reconstruir suas imagens, seu passado e suas memórias, buscando relevância social e visibilidade num mundo cada vez mais globalizado e midiático. Nessa direção, qualquer religião que pretenda existir, independente de suas práticas constituírem-se tradicionais ou não, precisa se adaptar a esse fenômeno multifacetado, flexível, destradicionalizado, desafiadas pela velocidade das transformações comunicacionais. A que apresentar melhor adaptação, independente de sua denominação e missão, possivelmente, sobreviverá nesse campo plural e competitivo.

Reconhecendo esse mesmo campo teórico-conceitual, mas objetivando discutir sobre as Religiões Tradicionais e sua relação com a Internet, Karina Bellotti (2012) dialogando com Moore (1994) e Briggs & Burke (2004) problematiza Religiões tradicionais como o Catolicismo, o Protestantismo e o Espiritismo a partir do que pode ser considerado tradicional, mas se apresenta (re)significado. Tomando, como exemplo, o caso do protestantismo brasileiro e suas influências:

No caso do protestantismo americano, com o nascimento de uma sociedade de consumo e de entretenimento urbanizada na virada do século XIX para o XX, pastores protestantes de diversas vertentes avaliaram que a religião estaria ameaçada no espaço público e privado se não soubesse aprender a nova linguagem social – a propaganda, a comunicação de massa. Curiosamente, foi no âmbito das disputas entre reforma e contrarreforma que surgiram a propaganda e a ênfase na comunicação religiosa na Europa, no século XVI. Por outro lado, se pensarmos na história religiosa brasileira, a competição religiosa trazida pelos missionários protestantes europeus e norte-americanos no século XIX também girou em torno da comunicação e da educação. (BELLOTTI, 2012: 131)

Para se compreender esse complexo fenômeno, é preciso primeiramente reconhecer que para todas as religiões, a globalização e a midiática se constituem desafios necessários para a sobrevivência, como já mencionado. Num segundo momento, o que significa utilizar o conceito de “cultura” como missão evangelizadora para atingir o público-jovem, no caso de movimentos como a Gólgota, em competição

com todo um campo ao qual pertence, visto como “tradicional”, mas que historicamente também apresentou inúmeros espaços e estratégias para mirar as mocidades, inclusive no século que inventou a juventude? Talvez, lançar uma perspectiva histórica aplicada à comunicação secular e religiosa, analisando as especificidades dos seus usos, a circulação cultural que podem promover e as condições às quais estão sujeitas, bem como as histórias de ânimo e motivação condutores dos fieis à filiação, desfiliação ou trânsito religioso via entrevistas orais, torna-se uma das principais possibilidades de entendimento e problematização dos sentidos contemporâneos de ser evangélico.

Daí a pertinência do debate com Raymond Williams (1961) e sua posição de rompimento com a tradição literária que via a cultura apartada da sociedade, admitindo a mesma como um processo sociohistórico criador e assimilador de sentidos. Concordando com Williams, apostamos na possibilidade de compreender o campo evangélico como sinônimo de cultura, construído de acordo com o contexto ao qual pertencente. As variações de sentido no uso da cultura não são vistas como negativas, mas sim como dinâmicas, cujas transformações expressivas, por exemplo, em se tratando de religiões, mantém viva a própria ideia de tradição. Afinal, o estudo dos movimentos religiosos recentes realmente evidencia um fenômeno de explosão, de expansão evangélica contemporânea; fenômeno este, entendido como um novo modo de viver e de sentir dos evangélicos, mas que, inegavelmente, conserva consigo aspectos da tradição evangélica (protestante/pentecostal e neopentecostal).

Nesse sentido, dialogar com Magali Cunha (2007) e seu conceito de *cultura gospel* (música, consumo, entretenimento e mídia), ajuda a entender as configurações contemporâneas do campo evangélico, pois a autora também faz uso do conceito de *cultura ordinária*, de Williams (1958), compreendido como o processo social geral de dar e assimilar sentidos comuns. Os sentidos comuns são formados por direções já conhecidas com as quais os sujeitos estão acostumados, mas também pelas novas observações e sentidos recebidos e testados, num processo comum, ordinário, nas sociedades e nas mentes humanas. Por isso, a cultura carrega em seu bojo o tradicional e o novo – os sentidos comuns (modo de vida global) e as descobertas (artes e aprendizagem).

Por fim, o conceito de cultura, central nessa análise, serve como a ponte construtora de identidades, alteridades, intersubjetividades e pertencimentos religiosos, justificados a partir da breve construção histórica de uma igreja, que carrega a marca de ser uma Igreja de/para Jovens. Gólgota faz uso de concepções e práticas voltadas a esse público, juntamente com mecanismos utilizados por eles, atentando para os modos como constroem ou reconfiguram linguagens constituintes desses sujeitos e suas formas de ver, questionar e expressar a fé, utilizando o conceito de cultura como a chave explicativa do processo religioso, oferecendo aos pesquisadores o questionamento de até que ponto movimentos religiosos recentes são efetivamente “as grandes novidades do cenário evangélico atual”?

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BELLOTTI, Karina Kosicki. “As Religiões Tradicionais e a Internet”. In: MOREIRA, Alberto da Silva; LEMOS, Carolina Teles; QUADROS, Eduardo de Gusmão (orgs.). *A Religião na Mídia e a Mídia da Religião*. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – parte 1 – Artes do Fazer*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

Entrevista oral, com o pastor Wolmir de Bastos, concedida ao presente trabalho, em 05 de Agosto de 2010.

FRESTON, Paul. “Pentecostalism in Latin América”. In.: *Social Compass*. Louvain: Groupe de Sciences Sociales des Religions, vol. 45, n. 3, 1998.

FRESTON, Paul. “Proselitismo e Globalização: dimensões internacionais dos direitos humanos religiosos”. In.: BREPOHL, Marion; CAPRARO, André Mendes; GARRAFFONI, Renata Senna (Orgs.). *Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções*. Curitiba: Ed.UFPR, 2012.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. Belo Horizonte: edUFMG, 2003.

URL: <http://comunidade.golgota.org/> [Acesso em 15 de julho de 2012]

URL: <https://www.youtube.com/watch?v=eeuKOiyD81k> [Acesso em 16 de março de 2016]

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto & Windis, 1961.

WILLIAMS, Raymond. *Culture is Ordinary*. In: GRAY, Ann, MCGUIGAN, Jim (Editors). *Studies in Culture: An Introductory Reader*. London: Arnold, 1997. (Originalmente publicado em 1958)

SINCRETISMO RELIGIOSO NO BRASIL (COLONIAL): UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE ATRAVÉS DA OBRA *CASA GRANDE & SENZALA*

Lidiana Gonçalves Godoy Zanati

Universidade Nova de Lisboa, FCSH
Portugal-PT

Ricardo Oliveira da Silva

Universidade Federal Mato Grosso do Sul, CPNA
Nova Andradina-MS

RESUMO: O sincretismo religioso é a presença de vestígios de algumas crenças religiosas em outras e no Brasil esta característica é percebida desde a sua colonização. Esta pesquisa visa analisar o livro de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* no intuito de verificar como esse autor interpretou o sincretismo religioso na sociedade (colonial) brasileira, pois foi um dos principais teóricos da historiografia brasileira que tratou deste assunto. Neste caso, para análise teórica e metodológica da referida obra, trabalharemos com a história das ideias, enfatizando a abordagem dialógica do historiador Dominick LaCapra, fazendo a relação das fontes com a abordagem teórica do Gilberto Freyre.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização. Sincretismo Religioso. Gilberto Freyre.

ABSTRACT: The Religious syncretism is the presence of vestiges of some religious beliefs in others and in Brazil this characteristic has been perceived since its colonization. This research

aims to analyze the book by Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* in order to verify how this author interpreted religious syncretism in Brazilian society (colonial), since he was one of the main theorists of Brazilian historiography who dealt with this subject. In this case, for theoretical and methodological analysis of this work, we will work with the history of ideas, emphasizing the dialogical approach of the historian Dominick LaCapra, making the relation of the sources with the theoretical approach of Gilberto Freyre.

KEYWORDS: Colonization. Religious Syncretism. Gilberto Freyre.

1 | INTRODUÇÃO

O nosso objetivo nesse trabalho será analisar a obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, publicada originalmente no ano de 1933, no intuito de verificar como esse autor interpretou o sincretismo religioso na sociedade (colonial) brasileira, pois foi um dos principais teóricos da historiografia brasileira que tratou deste assunto, a partir da abordagem da história cultural.

Para análise teórica e metodológica da referida obra, trabalharemos com a história das ideias, enfatizando a abordagem dialógica

do historiador Dominick LaCapra. O historiador Ricardo Silva mostra que para Dominick LaCapra é necessária e primordial “ler e interpretar os textos complexos e a necessidade de formular o problema da relação destes textos com diversos contextos” (SILVA, 2015, p. 19). Neste caso, a perspectiva de LaCapra é que o historiador aborde a compreensão e a reconstrução do passado a partir do uso da linguagem, pensando no texto em relação aos contextos. Para esse processo, LaCapra sugere seis conceitos analógicos importantes para se relacionar com o texto, os quais são “[...] intenciones, motivaciones, sociedade, cultura, el corpus e la estrutura [..]” (LACAPRA, 2012, p. 252). Desta maneira, nossa intenção será articular a relação entre o modo do discurso do texto e a abordagem de Gilberto Freyre.

2 | A OBRA

Gilberto Freyre, natural de Recife, nasceu dia 15 de março de 1900. Fez bacharelado em Ciências e Letras e em Artes e especializou-se em política e sociologia. Ministrou aulas no Brasil e em diversas universidades na Europa e EUA. Sua vida foi dedicada a pesquisar e a escrever, assim realizou diversas viagens internacionais. Escreveu diversos livros e recebeu muitos prêmios importantes. Também teve vida política ativa como deputado federal. Faleceu no dia 18 de julho de 1987, com oitenta e sete anos.

Escreveu o livro: “*Casa Grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*”, publicado em 1933, uma das obras mais representativas sobre os problemas e a formação da sociedade brasileira. Os pontos mais relevantes desta obra são a organização social e política a partir da casa-grande, a miscigenação, o convívio dos proprietários e dos escravos e a presença indígena, ou seja, delimita-se na formação do Brasil híbrido, com participação do branco, do índio e do negro.

A obra de Gilberto Freyre trata de assuntos voltados à formação da sociedade brasileira com a participação híbrida dos povos, neste caso o branco europeu, o índio nativo e o negro escravo. O livro está dividido em cinco capítulos, em que o primeiro se refere às características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. O segundo capítulo: O indígena na formação da família brasileira. O terceiro: O colonizador português: antecedentes e predisposições. O quarto: O escravo negro na vida sexual e familiar do brasileiro e o quinto como continuação do anterior.

Em síntese o primeiro capítulo levará ao leitor a organização econômica da sociedade brasileira em 1532, a qual era baseada na agricultura do açúcar. Focará na formação social e cultural em torno da casa-grande e das pessoas as quais moravam nela, como por exemplo, os senhores brancos e os padres e também sobre o convívio entre escravo negro e senhor branco na casa-grande e na senzala. A colonização como um empreendimento da família patriarcal. O autor mostrará a formação social em volta da casa-grande delimitando os aspectos religiosos, alimentares e de convívio. Com

a colonização também abordará a questão da miscigenação que gerou o hibridismo na sociedade brasileira focando na facilidade de adaptação dos colonizadores portugueses.

No segundo capítulo, o autor falará da chegada dos europeus na América e a degradação da sociedade indígena em contato com os brancos portugueses, a interação com os jesuítas e as contribuições indígenas na cultura, na culinária e na medicina. Também mostrará a parte religiosa da cultura indígena, suas magias e ritos, assim como também o convívio entre si e o encanto que a Índia era para o português.

No terceiro capítulo será apresentado o colonizador português e suas características, o poder da Igreja Católica, a imigração dos mouros e judeus e a iniciativa privada na colonização.

No quarto e no quinto capítulo, Gilberto Freyre mostrará a herança da cultura africana, suas lendas, mitos, rituais, festas e astrologias, as quais contribuíram para o desenvolvimento cultural da sociedade brasileira. Enfatiza o campo sexual com as relações entre as raças, à educação das crianças brancas pelas escravas negras, os colégios jesuítas, o senhor-de-engenho como um homem que não trabalhavam e a culinária negra.

Gilberto Freyre apresenta uma abordagem que favorece o âmbito cultural enriquece a historiografia brasileira com detalhes da sociedade no Brasil colonial. Isto se dá por que o autor busca em variadas fontes como inventários, registros inquisitórios e eclesiásticos, atas, documentos médicos, arquivos de família, livros de viagens, jornais, cartas, livros de receitas e muitas outras, as quais ajudam o autor no relato das diversas informações da vida, dos costumes, das crenças e das relações que se tinham naquele momento.

3 | A RELIGIÃO NA FORMAÇÃO BRASILEIRA

As referências de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* enfatiza a presença da religião como um dos elementos constitutivos na formação da sociedade brasileira, com predomínio do catolicismo, um “cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crenças da senzala.” (FREYRE, 2006, p. 44). A ideia que Freyre apresenta é um tipo de catolicismo luso-brasileiro enquadrado ao novo ambiente como resultado do equilíbrio entre as raças, não nos esquecendo de um fator preponderante que é a predisposição do português para a colonização híbrida em que Freyre explica pelo “passado étnico, ou antes, cultural, de um povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, 2006, p. 66), antes de chegar ao Brasil.

Para entendermos o pensamento de Freyre, um fator importante é a influência da antropologia moderna de Franz Boas na vida de Gilberto Freyre, em que Marcussi faz referência mostrando que para Freyre

a ordem patriarcal teria sua estabilidade fundada no fato de que oferecia uma série de espaços de confraternização entre seus elementos opostos (entre senhores e

escravos e entre as diversas raças e culturas), espaços nos quais os choques seriam amortecidos e os antagonismos se harmonizariam sem que exatamente se diluíssem uns nos outros.(MARCUSI, 2009:02)

Neste aspecto, podemos verificar que para Gilberto Freyre o “equilíbrio de antagonismos” é o fator positivo da miscigenação, segundo suas próprias palavras foram as orientações do professor Boas que o fez “considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relação puramente genéticas e os de influencias sociais, de herança cultural e de meio” (FREYRE, 2006, p. 32) fazendo com que desse ênfase na cultura e não na raça como fator explicativo da formação da sociedade brasileira.

Stuart Hall (1998) explica que as sociedades modernas são investidas de interação e fragmentação constante, reestruturam a ideia de espaço e tempo e rapidamente reformulam as próprias práticas que se interconectam com os demais. Assim Freyre remete a ideia de que nos espaços de relacionamento entre os portugueses, os negros e os índios havia uma harmonia abrandada e de certa forma inserida de ambos os lados, inclusive na questão religiosa, mesmo que de preponderância cristã.

REIS nos mostra que Freyre interpreta a sociedade brasileira pensando numa concepção de tempo sem rupturas, contínua e integrada entre o velho e o novo, em que “é vista como uma história pacífica, tranquila, integradora das diferenças.” (REIS, 2006, p. 80), o que percebemos é que isso se dá inclusive no viés religioso.

3.1 O ÍNDIO

A ideia que Freyre mostra a respeito do modo de vida do índio salienta principalmente as “relações sexuais e de família; magia e a mítica” (FREYRE, 2006, p. 167) os quais se integram à cultura portuguesa. Um dos primeiros choques apresentados por Freyre foi à questão religiosa do casamento entre laços sanguíneos relatados pelo padre Anchieta em que os próprios padres realizavam os casamentos.

Gilberto Freyre sempre se refere ao misticismo como resposta ao surgimento de manifestação religiosa que percebe na sociedade, como o caso do encarnado, a cor vermelha que Freyre observa preferencialmente no índio, mas também nas práticas portuguesa e africana. Para Gilberto Freyre em “qualquer das três vias, trata-se de um costume místico, de proteção ou de profilaxia do indivíduo contra espíritos ou influencias más” (FREYRE, 2006, p. 173).

Freyre atribui aos europeus a culpa pela degradação da raça e da cultura indígena, ele define a diferença entre raças com a distinção de superiores e inferiores, neste momento ele enfatiza que o contato dessas duas só pode produzir ou extermínio ou degradação, assim podemos observar que para Freyre no Brasil a raça indígena “intoxicou” a moral católica, mas ao mesmo tempo também observamos que para Freyre foi o catolicismo que “sufocou” muitos modos de vida indígena, como algumas danças e festividades, “procurando destruir, ou pelo menos, castrar, tudo o que fosse

expressão viril de cultura artística ou religiosa em desacordo com a moral católica e com as convenções europeias.” (FREYRE, 2006, p. 178-179). Notamos que apesar de Gilberto Freyre rejeitar o conceito de raça como fator explicativo da formação da sociedade brasileira, ele não rompe totalmente com o conceito ao se referir aos indígenas.

A presença do animismo e do totemismo indígena na sociedade brasileira enlaçada de alguma forma na cultura é vista por Gilberto Freyre como resquício das experiências e superstições indígenas que foram diminuídas, porém ao mesmo tempo, assimiladas entre as culturas, como “é o folclore, são os contos populares, as superstições, as tradições que o indicam.” (FREYRE, 2006, p. 211). Para Freyre isso representa uma integração ao meio e uma predisposição dos portugueses em incorporar e assimilar.

Para Freyre “O brasileiro é por excelência o povo de crença no sobrenatural” (FREYRE, 2006, p. 212) e caracteriza a crença no sobrenatural na cultura brasileira derivada da herança ancestral primitiva, inclusive também a selvageria, das quais se entende no pensamento de Freyre como resultado de “culturas oprimidas explodindo para respirar” (FREYRE, 2006, p. 213).

3.2 O COLONIZADOR

Para Freyre o colonizador europeu “melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel na relação com os escravos” (FREYRE, 2006, p. 265), porém foi o português, mais do que qualquer colonizador europeu que sobressai com sua plasticidade, isto para Freyre é o resultado de uma facilidade de cruzamento e miscigenação, ambas características da sociedade portuguesa.

Gilberto Freyre caracteriza a formação da sociedade portuguesa pelo desempenho de ordens religiosas, como por exemplo, os judeus e os mouriscos; sendo assim, Freyre acredita que “a nação constitui-se religiosamente, sem prejuízo das duas grandes dissidências que por tolerância política da maioria, conservaram-se [...]” (FREYRE, 2006, p. 284). Desta forma, Gilberto Freyre defende que devido à cultura portuguesa ter sido influenciada tanto pelos judeus, quanto pelos mouros, já provinha de antagonismos religioso da Europa e teve facilidade para colonizar a América tropical e absorver outras influencias ou ainda tolerá-las.

A partir deste ponto notamos somaticamente relatos de Freyre, notando o caráter social na sociedade colonial cheia de sincretismo religioso, como por exemplo, algumas festas aos santos com presença afrodisíaca africana como a festa de São João, ou a proteção de Santo Antônio, “um dos santos que mais encontramos associados às práticas de feitiçaria afrodisíaca no Brasil” (FREYRE, 2006, p. 326-327) e ainda o culto a São Gonçalo repleto de “elementos orgásticos africanos que teria absorvido no Brasil” (FREYRE, 2006, p. 329). Para Freyre a sobrevivência pagã no cristianismo

português teve papel importante.

3.3 O NEGRO

Freyre dedica para o negro dois capítulos de sua obra, para ele “trazemos quase todos a marca da influência negra” (FREYRE, 2006, p. 367), inclusive as influências religiosas. Podemos também nos referir a influências que marcaram a sociedade colonial, como a culinária e a agricultura.

Para Gilberto Freyre há uma diferença entre raças, um termo que frequentemente ele utiliza, baseando nos estudos de Nina Rodrigues, o qual considera o negro brasileiro uma raça superior a de outros negros. Porém, para Freyre “não era a “raça inferior” a fonte da corrupção, mas o abuso de uma raça por outra.” (FREYRE, 2006, p. 402), ou seja, a condição de escravidão que degrada e diminui o negro e não a sua raça.

Também é Nina Rodrigues que verifica “proeminência intelectual e social entre os negros importados para o Brasil” (FREYRE, 2006, p. 393), os quais se observavam elementos religiosos maometanos fortemente expressos e com saliente intelectualidade. Observamos nos relatos de Gilberto Freyre uma relação que parece ter ocorrido entre as diferenças de religiosidades na atuação cultural desenvolvida na formação brasileira, em que “forçosamente o catolicismo no Brasil haveria de impregnar-se dessa influência maometana como se impregnou da animista e fetichista, dos indígenas e dos negros menos cultos.” (FREYRE, 2006, p. 394).

Freyre refere sobre “práticas em que às influências africanas misturavam-se, muitas vezes descaracterizados, traços de liturgia católica e sobrevivência de rituais indígenas” (FREYRE, 2006, p. 407), assim nos chama a atenção às influências africanas, misturadas com as liturgias católicas e rituais indígenas, destacando uma sociedade sincrética, realmente misturada docilmente, afirmando assim, um catolicismo não tão rigoroso como o europeu, mas flexível e determinante na formação da sociedade brasileira.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gilberto Freyre marca a historiografia brasileira com sua abordagem inovadora sobre a história brasileira. A partir de sua obra *Casa Grande & Senzala* percebemos sua compreensão sobre o Brasil (colonial), nomeadamente ao que se refere à religiosidade sincrética. Verificamos que o pensamento freyriano subsidia o entendimento social e coopera para a interpretação do processo histórico.

No pensamento de Gilberto Freyre encontramos novas possibilidades para o entendimento histórico de uma nação. Com sua abordagem culturalista percebemos a valorização da miscigenação étnica e também cultural, o que favorece inclusive a sua interpretação da formação da sociedade colonial com elementos religiosos do português, do indígena e do africano, fatores importante na formação de uma sociedade híbrida.

Nesta perspectiva histórica, podemos concluir que Gilberto Freyre interpreta o sincretismo religioso no Brasil (colonial) como uma realidade na formação da cultura nacional, fator presente na identidade do brasileiro, uma junção de diversidade que sela a diversidade cultural brasileira, com muitas similaridades e peculiaridades.

REFERÊNCIAS

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51ª ed. rev. São Paulo: Global. 2006.

HALL, Stuart. A Identidade em Questão. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, p. 07-22.

LACAPRA, Dominick. História Intelectual: Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elías José. **Giro Linguístico e a história intelectual**. 1ª Ed. 1ª Reimp. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012. P. 237-293.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. Trocas culturais e afetividade em Gilberto Freyre e Franz Boas. In: Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varela (orgs.). **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia**: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. ISBN: 978-85-288-0061-6.

REIS, José Carlos. Anos 1930: Gilberto Freyre – O relogio da colonização portuguesa. In: REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 8ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Pg. 51-82.

SILVA, Ricardo Oliveira Da. **História das ideias**: abordagens sobre um domínio historiográfico. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. RBHCS. Vol. 7 nº 13, junho de 2015.

PONTIFEX MAXIMUS E MONARQUIA INGLESA: BIPOLARIZAÇÃO E DISPUTA DE PODERES NA ERA ELISABETANA

Giovana Eloá Mantovani Mulza

Universidade Estadual de Maringá

Maringá – Paraná

RESUMO: Fundamentados no arcabouço documental *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558)*, *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* e *Elizabeth's Act of Uniformity (1559)*, tornamo-nos aptos a problematizar o antagonismo estatal-ideológico suscitado entre a monarquia inglesa de Elizabeth I (1558-1603) e o *Pontifex Maximus*. A bipolaridade monárquico-pontifical fora empreendida em uma conjuntura de ascendente fortalecimento do Estado da Inglaterra, cuja consolidação implicou na notória contestação do poderio temporal papal secularmente empreendido nas ilhas inglesas. Elizabeth I antagonizar-se-ia à precedente aquiescência política e religiosa comungada pelo *Pontifex Maximus*, fenômeno consonante ao reformismo religioso do século XVI. A hegemonia ideológica papal permaneceria amplamente refutada na era elisabetana mediante a ratificação da doutrina anglicana, a qual rechaçara o poderio da Santa Sé nos domínios ingleses. Por conseguinte, o presente trabalho fundamenta-se na análise de tal antagonismo de poderes empreendido no transcurso da era elisabetana, usufruindo

como fonte a documentação precedentemente elencada.

PALAVRAS-CHAVE: Bipolaridade estadista-ideológica; era elisabetana; Inglaterra quinhentista.

ABSTRACT: Based on the documentary framework of *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbidden Preaching (1558)*, the *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* and *Elizabeth's Act of Uniformity (1559)*, we become apt to problematize the state-ideological antagonism aroused by the English monarchy of Elizabeth I (1558-1603) and the *Pontifex Maximus*. The monarchical-pontifical bipolarity had been undertaken in a conjuncture of ascending fortification of the State of England, whose consolidation implied in the notorious contestation of the papal temporal power secularly undertaken in the English islands. Elizabeth I would antagonize the previous political and religious acquiescence communed by the *Pontifex Maximus*, a phenomenon consonant with religious reformism of the sixteenth century. The papal ideological hegemony would remain largely refuted in the Elizabethan era through the ratification of Anglican doctrine, which had rejected the Holy See's power in English domains. Therefore, the present work is based on the analysis of such antagonism of powers undertaken during the

Elizabethan era, using as a source the documentation previously mentioned.

KEYWORDS: statesman-ideological bipolarity; he was Elizabethan; 16th century England.

1 | INTRODUÇÃO

Discorrer sobre a Reforma religiosa na Inglaterra quinhentista parte de uma premissa: política estatal e religião auferiam intrínsecos vínculos no século XVI. Aplicar o conceito de laicização política para tal íterim significa adentrar no perigoso perímetro do anacronismo. Embora não prevaleça uma teocracia, o quinhentos comporta uma centúria na qual a religião constituía um sistema cultural proeminente, influenciando sobremaneira no âmbito estatal inglês (ROMANO, TENENTI, 1980). Transcendendo as relações estatistas, uma mentalidade eminentemente religiosa auferia preeminência no cotidiano e nas relações sociais da Inglaterra quinhentista, aquando do plano metafísico exercer imprescindibilidade para a vida temporal dos indivíduos (ARIÈS, DUBY, 2009; BENNASSAR, 1998). Renomados historiadores como Lucien Febvre (2009) e Carlo Ginzburg (2006) dedicaram-se ao estudo do fenômeno religioso do século XVI, os quais implicitamente corroboram uma premissa: a proeminência social conferida à religião no medievo permanecera corroborada e, inclusive, exacerbada no decorrer do quinhentos. Assim, inferimos que o modelo cronológico quadripartite não permanece profícuo para a análise das mentalidades, mostrando-se irrisório para delimitar o estudo da História das religiões e religiosidades.

Inserido no âmbito das ideias político-religiosas, o presente trabalho visa apreender criticamente um fenômeno determinante para a história inglesa: o antagonismo estatal-ideológico suscitado na Inglaterra elisabetana (1558-1603) entre a monarquia e o *Pontifex Maximus*. Sem dúvida, evidenciando notória marginalidade na historiografia brasileira, estudos referentes ao período elisabetano auferem um cunho factual, secundarizando-se frequentemente as análises concernentes ao vínculo empreendido entre política e religião em tal contexto. Inferimos que tal situação constitui um resultado da especialização excessiva que acometera a historiografia no transcurso do século XX (LOVEJOY, 2000, CHARTIER, 2002). Ante a ascendente ampliação do campo da História das religiões, torna-se imprescindível transcender as compilações factuais precedentemente formuladas. A disputa de poderes monárquica-papal culminaria na reintrodução de uma Igreja nacional inglesa e na excomunhão de Elizabeth I, bem como na ascensão de uma ética protestante que os weberianos determinariam como imprescindível para a proeminência capitalista da Inglaterra nos séculos posteriores. Tais desmembramentos receberão o enfoque da presente pesquisa, os quais virão a ser analisados oportunamente. Primariamente, convém suscitar o contexto político-religioso que caracterizava a era elisabetana, um período no qual o cristianismo permanecia determinante.

O cristianismo correspondia a um sistema cultural hegemônico, em que “[...]”

a religião – que caracteriza inteiramente a arte e a filosofia, plasma a moral e influi decisivamente em quase todos os aspectos da atividade humana – é una e comum a todos os países do Ocidente.” (ROMANO, TENENTI, 1980, p. 73-74; tradução nossa). A doutrina cristã institucionalizada pela Igreja Católica exercera secular proeminência na Europa, onde o plano temporal permanecia impregnado pela observância cristã. Assim, “O aspecto físico das cidades, vilas e aldeias era dominado pelas igrejas. Não havia multidão, nem estrada de intenso tráfego onde não surgissem os hábitos do clero, os crucifixos e os relicários.” (HALE, 1971, p. 179). Estudar a história do cristianismo demanda do reconhecimento de um axioma central: a instituição católica romana exercera uma notória hegemonia ideológica no decorrer de centúrias, combatendo e rechaçando hibridismos religiosos. Amplamente hierarquizado sob o *Pontifex Maximus*, o clero romano detinha a domínio da mediação entre o sacro e o profano, aquando de combater explicitamente quaisquer heterodoxias que transcendessem as estipulações da Santa Sé. Neste ponto, entrariam os ricos estudos acerca das intituladas *heresias* religiosas, campo que transcende a temática da presente pesquisa. Por hora, cabe-nos reconhecer que a hegemonia ideológica pontifical fora explícita no decorrer de séculos (FEBVRE, 2009).

Ao nos depararmos com o papel proeminente que a religião exercia no século XVI, um questionamento-chave adentrara em nosso horizonte: de que modo as crenças influenciaram no sistema político da Inglaterra elisabetana? Ideias religiosas e crenças exerceram preeminência no século XVI, as quais viriam a propiciar o fortalecimento do Estado inglês, evidenciando o vínculo auferido entre política e religião em tal conjuntura. Em consonância com o ascendente antipapismo quinhentista, concepções metafísicas fundamentariam a consolidação da pujança de Elizabeth I em detrimento ao papado. Convém suscitar as crenças tangíveis ao Toque das Escrófulas e aos Dois Corpos do Rei, cuja sacralização da realeza culminaria na legitimação das ações e intentos procedentes do Estado inglês.

[...] para compreender o que foram as monarquias de outrora, para sobretudo dar-se conta de sua longa dominação sobre o espírito dos homens, não é suficiente apenas esclarecer até o último detalhe o mecanismo da organização administrativa, judiciária, financeira que essas monarquias impuseram a seus súditos; nem é suficiente analisar abstratamente ou procurar extrair de alguns grandes teóricos os conceitos de absolutismo ou de direito divino. É necessário também penetrar as crenças e as fábulas que floresceram em torno das casas principescas. (BLOCH, 2005, p. 44)

Em um primeiro momento, convém suscitar a crença concernente ao poderio sobrenatural do rei em curar os escrofulosos, a qual permanecera corroborada na Inglaterra do século XVI (BLOCH, 2005). Implicando na sacralização de Elizabeth I, a crença referente ao Toque das Escrófulas implicou na subjugação da população inglesa às determinações monárquicas, visto que os reis taumaturgos obtinham um amplo poder social. A rainha era visualizada enquanto uma mediadora do âmbito sacral e da esfera profana, em que a curabilidade dos escrofulosos legitimava ideologicamente

a manutenção da instituição monárquica. Em consonância com tal crença, destacaria-se a doutrina dos *Dois Corpos do Rei*, em que seu ideal de bicorporificação do rei viria a conferir ampla legitimidade à realeza inglesa. Correspondendo a um misticismo político, a crença na bicorporificação real fora comungada sobretudo pelos juristas tudorianos, os quais determinavam que o monarca permanecia composto por um corpo natural mortal e um corpo político, imortal, justo e perfeito (KANTOROWICZ, 1998, p. 27). Corroboramos que tais crenças viriam a ser determinantes na Inglaterra do século XVI, implicando no fortalecimento político da coroa.

Retomemos o questionamento inicial: de que modo as crenças influenciaram no sistema político da Inglaterra elisabetana? Fundamentados bibliografia suscitada, inferimos que as ideias político-religiosas seriam determinantes para fortalecer o poder político de Elizabeth I, legitimando-a em seus intentos de contestar o poderio temporal secularmente exercido pelo papado nas ilhas inglesas. Além de rechaçar a influência do *Pontifex Maximus* na Inglaterra, a monarca objetivou sobrepor-se ideologicamente à Santa Sé através do monopólio do clero nacional. Com o intuito de adentrar brevemente na história das ideias, convém evocar que as contestações ao poderio temporal pontifical remetem ao século XIV, aquando de destacar-se o pensamento de *Marsílio de Pádua* (1275-1342), amplamente analisado por Quentin Skinner (1996). Poderíamos determinar que o antipapismo de Elizabeth I se fundamentara em tal filósofo italiano trecentista. No entanto, adentraríamos no campo das conjecturas. Por hora, convém suscitar que a ideia de contestar o poder temporal pontifical já circulava na Europa do século XVI, em que o antagonismo monárquico-papal da era elisabetana não fora algo eminentemente inédito no panorama europeu. As cidades italianas lutaram durante decênios pela emancipação da influência política da Santa Sé (SKINNER, 1996).

Grande quantia da bibliografia historiográfica referente à bipolaridade monárquico-pontifical inglesa faz referência única e singularmente à ruptura institucional empreendida por Henry VIII (1509-1547). Diversos monarcas haviam objetivado restringir o poder temporal do papa nas ilhas inglesas, em que a promulgação das jurisdições *Provisors e Praemunire* evidenciam tal intento. Assim, “[...] as relações entre os monarcas ingleses e a Sé de Roma foram marcadas por várias querelas, decorrentes das pretensões do Papa em centralizar o poder da Igreja e na defesa da autonomia jurisdicional da *Ecclesia Anglicana*, já assim referida na *Magna Carta*” (ABREU, 2003, p. 16). Embora preconizada por Henry VIII, fora no governo de Elizabeth I que a ruptura institucional fora proeminente. O cisma permanecera ratificado nos primeiros anos da era elisabetana, expresso sobretudo nos documentos estatais *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth’s Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth’s Act of Uniformity* (1559). Homologando a ascensão de uma Igreja nacional anglicana, tais textos conferiram máximo poder temporal e eclesiástico à instituição monárquica, refutando os influxos do *Pontifex Maximus* na Inglaterra (JONES, 2005; LAROUSSE, 1997; WOODWARD, 1957; DELUMEAU, 1981; CARVALHO, 2013).

Ao se edificar a doutrina anglicana, contestar-se-ia ideologicamente o catolicismo pontifical. Outorgando a ascensão de uma distinta teologia, o anglicanismo conferia explícita superioridade eclesiástica à realeza inglesa, aquando de rechaçar o poder espiritual intrínseco ao *Pontifex Maximus*. Assim, “Henrique VIII e Elizabeth I não poderiam ser comparados aos grandes reformadores do século XVI. A sua obra religiosa [foi] amplamente inspirada pelo desejo de subordinar a vida eclesiástica aos interesses de Estado” (DELUMEAU, 1981, p. 137). Por conseguinte, a homologação da doutrina anglicana representa o intrínseco vínculo auferido entre religião e política estatal no quinhentos. Finalmente, compete ao presente trabalho apreender tal antagonismo estadista-ideológico suscitado no transcurso da era elisabetana, cuja crítica permanecerá fundamentado na problematização do arcabouço documental *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558)*, *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* e *Elizabeth's Act of Uniformity (1559)*. Tal análise contará com as determinações epistemológicas intrínsecas a André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008).

2 | DESENVOLVIMENTO (MATERIAIS E MÉTODOS)

Poder e saber permanecem intrinsecamente vinculados nas sociedades disciplinares. Comungar tal premissa foucaultiana permanece profícua para uma análise acerca da escrita da história no Brasil contemporâneo. A história de uma ciência não constitui um desenvolvimento linear e contínuo, sendo marcada pelas intermináveis buscas de precursores (FOUCAULT, 1979, p. VII). A construção das ciências humanas resulta da interlocução entre os saberes, os quais colocam o homem como objeto e sujeito do conhecimento, ascendendo a possibilidade do estudo do homem como representação. O poder exercido em âmbito institucional tornar-se-ia determinante para a produção dos saberes. Em *Microfísica do Poder (1979)*, M. Foucault evidencia o modo como as instituições psiquiátricas detinham o monopólio do saber médico, exercendo um amplo poder social. Ao transpormos tal análise para a História, deparamo-nos com Michel de Certeau (1982), para quem o poder da instituição é determinante para a construção e regulamentação do saber histórico. A cientificidade e legitimidade da escrita da história procede do emprego de uma metodologia institucionalmente determinada (CERTEAU, 1982, p. 65).

Compreender o modo como a metodologia da história permanece formulada torna-se fundamental para o historiador, cuja função também consiste em analisar as ciências antes que as caixas-pretas do conhecimento se fechem (LATOUR, 2000). Ao fim das breves discussões teóricas suscitadas, compete-nos concluir que a escrita da história não permanece isenta de seu contexto de produção. Assim, “Todo texto está enraizado numa sociedade, num meio social e num movimento político.” (CHESNEAUX, 1995, p. 17). Parte-se de problemáticas presentes para analisar o passado, prática que já inibe a história de total imparcialidade. Assim, inferimos que “Pelo simples

fato de participar de um passado realizado no presente, de pertencer ou se projetar num determinado grupo social, seu trabalho expressará uma historicidade intrínseca na escolha de temas, na abordagem, na leitura da documentação, no processo de reflexão” (QUEIROZ; IOKOI, 1999, p. 08). Mediante tal argumentação, corroboramos que a História constitui uma disciplina eminentemente subjetiva, visto que consiste em uma representação da realidade (RICOEUR, 2007). A própria recepção do texto ocorre mediante processos subjetivos, visto que o leitor não permanece passivo ao que apreende.

Em consonância com tal arcabouço teórico, o presente trabalho usufrui como fonte uma tríade de documentos estatais *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559), cujas análises se fundamentarão na epistemologia proposta por André Cellard (2008) e Silvia Hunold Lara (2008). Trabalhar com documentos textuais parte de um pressuposto principal: quem é o autor? Em palestra proferida em 1969, M. Foucault (2009) evidencia o contínuo desaparecimento do autor em seu texto, em que a individualidade do sujeito que escreve permanece abafada diante da neutralidade. Assim, compete-nos ressaltar que os textos que serão criticamente problematizados são de autoria de Elizabeth I, a segunda monarca Tudor da Inglaterra. O nome de um autor apresenta significações que transcendem a classe gramatical de nome próprio, possuindo certa ligação com o que nomeiam (FOUCAULT, 2009, p. 272). Em sua complexidade, convém analisarmos Elizabeth Tudor não somente como rainha da Inglaterra, mas como autora de documentos que influíram no cotidiano da sociedade inglesa. *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) não constituem simples e cotidianas palavras, mas assumem *status* na sociedade inglesa (FOUCAULT, 2009).

Seria um anacronismo apreender Elizabeth I enquanto uma monarca que transcendera a misoginia quinhentista. Não nos ateremos a tal discussão secundária. Diversas biografias se atentaram para a vida de Elizabeth Tudor, evidenciando sua predisposição ao conhecimento e caracterizando-a por possuir “estômago de rei” (LEVIN, 1994). Outros, como evoca Lisa Hilton (2016), apreendem as anomalias de seu governo como resultado de sua feminilidade biológica. Questões de gênero passam largo de nossa pesquisa, competindo-nos analisar Elisabeth I enquanto príncipe renascentista. O corpo político da monarca não possuía gênero, aquando do corpo natural biológico permanecer secundário. Com efeito, nosso trabalho tem como intuito problematizar o antagonismo de poderes monárquico-pontifical, usufruindo como fonte uma tríade de documentos escritos.

Neste ponto, compete-nos suscitar os mecanismos e paradigmas necessários para a formulação do saber histórico a partir de fontes textuais. Concomitante a Paul Ricoeur (2007), inferimos que a produção do discurso historiográfico consiste em uma representação, visto que somente a verossimilhança pode ser alcançada pelo

historiador. A História consiste em um mecanismo seletivo, em que os documentos remanescentes do passado humano sobreviveram devido a dados interesses conjunturais (CHESNEAUX, 1995; LE GOFF, 1990). Os escritos humanos propiciam aos autores vencerem a morte, competindo ao historiador atravessar o rio do tempo e conferir visibilidade aos mortos (ALBUQUERQUE, 2012). Em um primeiro momento, compete ao historiador separar e convergir os materiais que virá a empregar, em que somente mediante o usufruto da epistemologia um simples documento converte-se em fonte para o saber histórico (LARA, 2008, p. 33). Os dados devem ser constituídos, não devendo ser meramente reproduzidos, tal como permanecera empreendido pela historiografia historicista (QUEIROZ, IOKOI, 1999). O historiador não deve permanecer passivo ante a documentação, em que a criticidade e a problematização tornam-se imprescindíveis (CERTEAU, 1982, p. 81).

A crítica documental, por conseguinte, parte da localização da documentação a ser analisada. Nossa tríade textual *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558)*, *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* e *Elizabeth's Act of Uniformity (1559)* encontra-se presente na obra *Documents Illustrative of English Church History* (GEE, HARDY, 1896), disponível integralmente no site da Universidade de Hanover. Embora encontrem-se ao livre acesso público, tais documentos não permaneceram apreendidos pela historiografia brasileira ou latino-americana, conclusão que chegamos a partir da leitura da exígua produção acerca da temática (CELLARD, 2008).

Qual fora a receptividade dos Atos elisabetanos? Convém lembrarmos que no decorrer de centúrias o domínio da escrita permanecera restrito a dadas categorias sociais (MALATIAN, 2009, p. 236). A produção provinha de um círculo restrito e se dedicava a um público restrito. A nobreza e o clero consistiam nos detentores da escrita ao longo do medievo, visto que a Igreja secularmente monopolizara os saberes (TERUYA, 2004; BITTAR, 2012). Para as demais categoriais da sociedade inglesa, prevaleciam as leituras em voz alta frequentemente empreendida nas tabernas, cafés, sociedades ou reuniões (CHARTIER, 2002, p. 124). Assim, os decretos nos quais Elizabeth I afirma sua supremacia ante o papado verificaram uma ampla receptividade na Inglaterra do século XVI, visto que se fazia necessário o conhecimento acerca de seu conteúdo. O usufruto do inglês vernáculo já possuía como intuito ampliar o acesso aos textos. Transgredir as determinações da rainha significava a perda de bens e privilégios e, inclusive, a condenação à morte, conforme ameaça *Elizabeth's Uniformity Act (1559)*. Usufruímos criticamente de fontes originalmente publicadas no século XVI, mas reeditadas por Henry Gee e W. J. Hardy em 1896.

3 | RESULTADOS

Em um primeiro momento, gostaríamos de evocar as principais diferenças entre as ideias luteranas e anglicanas, procedendo posteriormente a uma análise mais

pontual da relação entre a disputa de poderes elisabetana e a reforma religiosa na Inglaterra. A religiosidade institucionalizada pela Santa Sé constituía um preeminente sistema ideológico, integrando o quotidiano europeu (TOUCHARD, 2004). Para muitos medievalistas, a Igreja Católica fora a principal instituição da Idade Média, em que o catolicismo conferiu unicidade à Europa durante diversos séculos. Restringiu-se o advento de uma cultura autônoma alternativa (BITTAR, AMARILIO, 2012). O aristotelismo viria a compor o quadro ideológico da Igreja Católica a partir do século XIII, permanecendo presente no período anterior à reforma luterana (ULLMANN, 2009, p. 152). O culto católico fundamentava-se em um conjunto de ritos institucionalizados, os quais conferiam consistência à Igreja enquanto mediadora do plano sacro e profano.

Estudar a reforma luterana corresponde a discorrer sobre uma temática amplamente consolidada na historiografia ocidental. Lutero viria a refutar o tomismo e contestar a natureza virtuosa atribuída aos homens, corroborando ideais anti-humanistas e ultra agostinianos (SKINNER, 1996, p. 285). Para os agostinianos, a humanidade possuiria uma natureza decaída, não permanecendo apta a seguir as leis de Deus – concepção essa essencial para os tomistas. Rechaçando as capacidades humanas, Lutero refutara as atribuições virtuosas conferidas ao homem pelos humanistas. Assim, “Opõe-se de forma implacável, porém, à tese central e tipicamente humanística de Erasmo, segundo a qual o homem tem à sua frente a possibilidade de utilizar seus poderes racionais para descobrir como Deus quer que ele aja.” (SKINNER, 1996, p. 287). Quaisquer atos humanos evidenciam sua natureza pecaminosa e decaída, refutando-se, assim, a importância das obras para a salvação. Lutero chega a um empasse: o homem realmente permanece apto à salvação? A resposta repousaria em uma argumentação central: a salvação pela fé (ELTON, 1982).

Ruptura da hegemonia católica e instabilidade religiosa: tais seriam as consequências do luteranismo na Europa dos séculos XVI e XVII. Fora em tal conjuntura que ascenderia a reforma da Igreja Anglicana na Inglaterra henriquina e elisabetana. Compete-nos agora suscitar a doutrina anglicana, evidenciando o modo como veiculou-se ao antagonismo monárquico-pontifical. Introduzido na governança de Henry VIII, o anglicanismo permaneceria ratificado e sistematizado na era elisabetana. Conferindo ao monarca o cunho de *Chefe Supremo* da Igreja da Inglaterra, o anglicanismo retirou a proeminência ideológica do *Pontifex Maximus* e a conferiu para o rei (DELUMEAU, 1991). O clero inglês permaneceria subordinado à autoridade da coroa em ascendente fortalecimento (WOODWARD, 1962). Assim, o antipapismo do anglicanismo implicaria na contestação do poderio temporal e eclesiástico corroborado pelo pontificado, conferindo superioridade à Elizabeth I (JONES, 2005; GREEN, 1984). Distintamente do luteranismo, o anglicanismo correspondeu a uma *via média* entre catolicismo e calvinismo, não suscitando uma ruptura efetivamente ideológica com a Santa Sé (CALVANI, 2005; JONES, 2005; ALBA, 1968; WOODWARD, 1962). O anglicanismo vinculou-se ao intento de rechaçar a autoria pontifical nas ilhas inglesas. Assim, para nós, a reforma da Igreja da Inglaterra constituiu um desmembramento do antagonismo

de poderes entre a monarquia e o papado.

Começamos, por conseguinte, a crítica documental. *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558)*, *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* e *Elizabeth's Act of Uniformity (1559)* fundamentam-se no ideal de Elizabeth I em afirmar sua superioridade temporal e eclesiástica diante de quaisquer autoridades. O ideal de supremacia política e religiosa permanecera homologado pelo *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)*, o qual visa ratificar ou refutar dadas jurisdições anteriores. Com o intuito de evidenciar a manutenção das medidas de Henry VIII, Elizabeth I refere-se continuamente a seu pai, glorificando-o e exaltando sua memória ao longo do documento (GEE, HARDY, 1896). O governo de Henry VIII viria a comportar o primário antagonismo monárquico-pontifical e a consequente ruptura religiosa com a Santa Sé. Evidenciar aos leitores do Ato que seu regime corroboraria os ideais do “tempo do reinado de seu mais querido pai, de memória digna, o Rei Henry VIII” (GEE, HARDY, 1896, p. 443; tradução nossa) era fundamental para Elizabeth I. O passado também viria lhe conferir legitimidade.

Elizabeth I visava rechaçar a influência de quaisquer autoridades estrangeiras em seu reino, revigorando as leis henriquinas que conferiam superioridade temporal e eclesiástica à coroa. Assim, no decorrer da governança de Henry VIII “diversas leis e estatutos foram feitos e estabelecidos, para a absoluta extinção e abandono de todos os poderes e autoridades usurpadores e estrangeiros fora de seu reino” (GEE, HARDY, 1896, p. 443; tradução nossa). Embora o papa não fosse tratado pelo nome, torna-se evidente que o Ato faz referência implícita a ele. Tais jurisdições permaneceriam rechaçadas por Mary Tudor, cujo governo caracterizou-se pelo catolicismo exacerbado e pela perseguição aos protestantes (WOODWARD, 1962; ALBA, 1968). Com um certo rancor, Elizabeth I evidencia que “[...] por um Ato do Parlamento feito no primeiro e segundo ano do reinado dos falecidos Rei Filipe e Rainha Mary, irmã de sua majestade, instituíram um Ato que revoga todos os estatutos, artigos e estipulações feitos contra a Sé Apostólica de Roma” (GEE, HARDY, 1896, p. 444; tradução nossa).

O *Pontifex Maximus* viria a ser representado como potência usurpadora, competindo à rainha evitar sua influência na Inglaterra. Afinal, “[a] Igreja não só tinha alguns dos atributos do Estado, como instituições duradouras e uma teoria do ‘poder supremo’ papal, mas, além disso, influenciava diretamente a política secular, pelo envolvimento do clero nos negócios públicos” (KRITSCH, 2004, p. 103). Seria um anacronismo empregar a terminologia *nacionalismo* para designar o ideal de Elizabeth I em refutar o poder pontifical. No entanto, o ideal de *liberdade* permanecia amplamente comungado nesse período, aquando de Marsílio de Pádua tornar-se imprescindível para fundamentá-lo (SKINNER, 1996). Visando manter a liberdade da Inglaterra, Elizabeth I revoga os atos de Mary Tudor e afirma sua supremacia ante o papado. Com o objetivo de ratificar a ruptura com o íterim mariano, Elizabeth I homologa o término das perseguições aos protestantes. Assim, “[...] um Ato e estatuto feitos no primeiro e segundo ano do reinado dos falecidos Rei Filipe e Rainha Mary, intitulado,

Um Ato para a revitalização dos três estatutos feitos para a punição de heresias [...] permanecerão totalmente revogados, nulos, e sem efeitos” (GEE, HARDY, 1896, p. 447; tradução nossa).

Contestando as determinações da Santa Sé, Elizabeth I outorga a “[...] exoneração dos súditos reais de extorsões e imposições até então pagas à Sé de Roma” (GEE, HARDY, 1896, p. 445; tradução nossa). Os dízimos direcionados ao pontificado passam a convergir para a coroa, a qual empregará tais quantias para a estabilização financeira da Inglaterra e para o financiamento de expedições marítimas ao Novo Mundo (WOODWARD, 1962). Ademais, anatas e primícias até então pagas ao papado foram revogadas, aquando de afirmar-se a “[...] submissão do clero à majestade real” (GEE, HARDY, 1896, p. 445; tradução nossa). Assim, *Elizabeth’s Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* outorgou a subordinação da Igreja ao Estado. Conforme já expusemos, política e religião permaneciam intrinsecamente vinculados em tal contexto.

E com a intenção de que todo poder e autoridade usurpadora e estrangeira, espiritual e temporal, pode para sempre ser claramente extinta, e nunca ser utilizada ou obedecida dentro deste reino, ou em quaisquer outros domínios ou países de sua majestade, pode agradar sua alteza que pode ser ainda promulgada pela mencionada autoridade [Parlamento], que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado, ou potentado estrangeiros, espiritual ou temporal, deve a qualquer momento posterior ao último dia desta sessão do Parlamento, usar, gozar, ou exercer qualquer forma de poder, jurisdição, superioridade, autoridade, preeminência ou privilégio, espiritual ou eclesiástico, dentro deste reino, ou dentro de quaisquer outros domínios ou países que agora sejam de sua majestade, ou que daqui em diante serão, mas a partir daí o mesmo será claramente abolido fora deste reino, e em todos os outros domínios de sua alteza para sempre; apesar de qualquer estatuto, regulamentação, hábito, constituições, ou qualquer outra matéria ou motivo em qualquer disposição ao contrário em qualquer sensatez. (GEE, HARDY, 1896, p. 447-448; tradução nossa)

Finalmente, compete-nos evidenciar que *Elizabeth’s Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559)* estipulou que todos os indivíduos que viessem a ocupar cargos políticos ou religiosos deveriam proferir um juramento em prol da rainha. O juramento seria alvo de críticas do papado, cujas retaliações virão a ser analisadas por nós posteriormente. Para enriquecer nossas análises, convém expor o juramento em íntegra.

“Eu, A. B., testemunho e declaro totalmente em minha consciência, que a excelentíssima rainha é a única governadora suprema deste reino, e de todos os outros domínios e países de sua alteza, bem como em todas as coisas ou causas espirituais ou eclesiásticas, como temporais, e que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado ou potentado estrangeiros, têm, ou deverá ter, qualquer jurisdição, poder, superioridade, preeminência, ou autoridade eclesiástica ou espiritual, dentro deste reino; e portanto eu renuncio e abandono totalmente todas as jurisdições, poderes, superioridades, e autoridades estrangeiras, e prometo que de agora em diante eu assumirei fé e verdadeira lealdade à excelentíssima rainha, seus herdeiros e sucessores legais, e meu poder deverá assistir e defender todas as jurisdições, preeminências, privilégios, e autoridades concedidas ou pertencentes à excelentíssima rainha, seus herdeiros ou sucessores, ou unidos e anexados à coroa imperial deste reino. Que Deus me ajude, e pelo conteúdo deste livro.” (GEE,

Através do juramento, Elizabeth I garantia juridicamente que os principais funcionários do Estado reconheciam sua superioridade ante o *Pontifex Maximus*. Rejeitá-lo significava a perda de “[...] toda e qualquer promoção, benefício, e cargo eclesiástico e espiritual, e cada promoção e cargo temporal e leigo, que ele tem exclusivamente no momento de tal recusa feita” (GEE, HARDY, 1896, p. 450; tradução nossa). Desempenhar ministérios ou cargos temporais demandava impreterivelmente da corroboração do juramento, em que penalidades poderiam ser atribuídas aos indivíduos que o rejeitassem.

Quais as implicações de tais homologações para a Igreja da Inglaterra? Quais as modificações institucionais que a religião verificou em tal período? Neste ponto, adentram em nosso horizonte os documentos *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558) e *Elizabeth’s Uniformity Act* (1559). Tais fontes discorrem sobre a política religiosa de Elizabeth I, evidenciando o intervencionismo do Estado inglês no âmbito religioso. A proeminência da rainha também se expressara no plano eclesiástico, intento que suscita seu ideal de manter sua soberania sobre todos os assuntos temporais e espirituais. Ao ascender à coroa da Inglaterra, Elizabeth I outorgou *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558), decreto que contém as primeiras determinações religiosas da monarca. Tal promulgação visava suscitar uma temporária regulamentação religiosa para a Igreja inglesa em tal período de transição de regimes. Corroboramos que Elizabeth I objetiva antagonizar-se ao catolicismo mariano, embora sua política religiosa ainda não estivesse integralmente formulada em 1558. Assim, *Queen Elizabeth’s Proclamation to Forbid Preaching* (1558) possui as primeiras determinações da rainha regulamentando quais ritos e práticas religiosas poderiam ser empreendidas no reino enquanto uma posterior documentação não viesse a ratificar a doutrina a ser adotada. Assim, tal determinação prevalecerá “até que consultas possam ser feitas pelo Parlamento, por sua majestade e seus três estados neste reino” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa).

Refutando o catolicismo institucional corroborado por Mary Tudor, Elizabeth I conferiu licitude ao usufruto dos Evangelhos e das Epístolas nas igrejas inglesas, em que os Mandamentos judaico-cristão ainda poderiam ser comungados pelos súditos. Assim, “que eles deixem de pregar, ou ensinar, ou dar atenção para qualquer outra doutrina ou pregação a não ser para os Evangelhos e Epístolas” (GEE, HARDY, 1896, p. 416; tradução nossa). O inglês vernáculo fora visualizado enquanto língua lícita a ser proferida religiosamente, contestando simbolicamente o latim pontifical. Tais determinações permanecem aplicáveis tanto para leigos como para membros do corpo eclesiástico, os quais não deveriam fazer “exibição ou adição de qualquer maneira, sentido, ou significado a ser aplicado e adicionado; ou utilizar qualquer outra forma de oração pública, rito, ou cerimônia na Igreja” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa). Ademais, “[...] a Ladainha comum usada nesse presente na própria

capela de sua majestade, e a Oração do Senhor, e o Creio em Inglês” (GEE, HARDY, 1896, p. 417; tradução nossa) também poderiam ser empregues. Fora o *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) que viria a decretar a política religiosa de Elizabeth I e ratificar seu antipapismo.

Apreender *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) torna-se fundamental para a compreensão do antagonismo monárquico-pontifical. A onipotência política e religiosa de Elizabeth I permaneceria afirmada em tal documento jurídico, no qual a rainha influi amplamente no âmbito teológico e pontifical. Contestar-se-ia o poderio ideológico do *Pontifex Maximus* através da afirmação do anglicanismo como doutrina comungada pelo Estado inglês. Ratificar-se-ia o usufruto do *Livro de Orações Comum* nas cerimônias e práticas religiosas, edificado no governo eduardiano (1547-1553). Assim, “[O Livro de Orações Comum] foi revogado e tirado pelo Ato do Parlamento no primeiro ano do reinado da nossa última soberana, Rainha Mary, para a grande decadência da devida honra de Deus e desconforto para os pregadores da verdade de Religião de Cristo” (GEE, HARDY, 1896, p. 458; tradução nossa). Tal compilação visava conferir uniformidade religiosa à Inglaterra, bem como regulamentar os ritos.

E, ainda que seja decretado pela rainha, com o consentimento dos Lordes e dos Comuns presentes nesta assembleia Parlamentar, e por autoridade do mesmo, que todos e ministros singulares em qualquer catedral ou igreja paroquial, ou outro lugar dentro deste reino da Inglaterra, do País de Gales e que caminhe neste, ou em outros domínios da rainha, de agora e após a próxima festa da Natividade de São João Batista, deverá dizer e usar as Matinas, Evensong, celebração da Ceia do Senhor e administração de cada um dos sacramentos, e toda a sua oração comum e aberta, de ordem e forma tal como é mencionado no referido livro, assim autorizado pelo Parlamento nos referidos quinto e sexto anos do reinado do rei Eduardo VI, com uma alteração ou adição de certas lições a serem usadas em todos os domingos do ano, e a forma da ladainha, alterada e corrigida, e duas frases apenas adicionadas na entrega do sacramento aos comunicantes, e nenhuma outra ou de outra forma. (GEE, HARDY, 1896, p. 460; tradução nossa)

Elizabeth's Uniformity Act (1559) viria a se caracterizar pela rigidez das penalidades aos que transgredissem as determinações religiosas da rainha. A Igreja Anglicana permaneceria revitalizada mediante tal decreto, o qual estipula a contestação das determinações teológicas do papado. Ao conferir ao monarca o cunho de *chefe supremo* da Igreja inglesa, corroboramos que a reforma da Igreja da Inglaterra constituiu em desmembramento do antagonismo de poderes monárquico-pontifical. A coroa promulgou sua hegemonia espiritual ante a Santa Sé mediante tal documento. A hierarquia e os sacramentos católicos foram mantidos na Inglaterra, em que o anglicanismo obteve o caráter de via média entre o catolicismo e o calvinismo (JONES, 2005; GEE, HARDY, 1896). A reforma da Igreja inglesa constituiu um ato estatal, não consistindo no resultado de um movimento popular ou preconizado por clérigos (DELUMEAU, 1981). A ascensão do anglicanismo deve ser apreendida de forma distinta da reforma luterana ou calvinista (ABREU, 2003).

4 | CONCLUSÕES

Neste ponto, visaremos responder a uma última questão: como o papado reagiu à bipolaridade monárquico-pontifical? No transcorrer de 1570, o Papa Pio V viria a empreender a excomunhão de Elizabeth I através de *Regnans in Excelsis* (1570), a qual corresponde à resposta do *Pontifex Maximus* ao antagonismo de poderes. Em tal bula, o Pio V (1566-1572) ratifica que a Igreja Católica constitui na verdadeira herdeira do cristianismo, em que o papa constitui no “servo dos servos de Deus” (PIO V, 1570; tradução nossa). Não haveria salvação fora da Igreja Católica, visto que Deus lhe conferira legitimidade através de Pedro. Através do tardio discurso de Pio V – proferido em 1570 –, inferimos que o catolicismo visava reestruturar-se após as reformas protestantes. A perda de fiéis levaria o clero a organizar o *Concílio de Trento*, cujo término em 1563 levaria à Excomunhão dos Príncipes protestantes. Secularmente, a Igreja usufruía da excomunhão para obter o apoio dos reis e grandes nobres. Assim, excomungar Elizabeth I integrava um processo de reestruturação da Igreja Católica, a qual objetivou se posicionar diante das doutrinas religiosas ascendentes.

Mas o número dos ímpios cresceu tanto em poder que não há mais lugar no mundo que eles não tenham tentado corromper com suas doutrinas mais iníquas; e entre outras, Elizabeth, a pretensa rainha da Inglaterra e serva do crime, ajudou nisso, com quem, como num santuário, os mais perniciosos de todos encontraram refúgio. (PIO V, 1570; tradução nossa)

Glorificando o reinado de Mary Tudor, Pio V confere um notório caráter negativo à Elizabeth I em tal bula, a qual proibiu “com mão forte o uso da verdadeira religião” (PIO V, 1570; tradução nossa). Conferindo a si o freixo da justiça, o *Pontifex Maximus* empreende a excomunhão da rainha, evidenciando seu perigo para os reinos católicos europeus. Já no fim de nosso trabalho, gostaríamos de reproduzir uma longa declaração contida na bula de excomunhão contra Elizabeth I. Embora longa, convém reproduzi-la na íntegra.

[Elizabeth I] removeu o Conselho Real, composto da nobreza da Inglaterra, e encheu-o de homens obscuros, sendo hereges; oprimiram os seguidores da fé católica; instituiu falsos pregadores e ministros da impiedade; aboliu o sacrifício da missa, orações, jejuns, escolha de carnes, celibato e cerimônias católicas; e ordenou que livros de conteúdo manifestamente herético fossem propostos a todo o reino e que ritos e instituições ímpios após o governo de Calvino, entretidos e observados por ela mesma, também fossem observados por seus súditos. Ela ousou expulsar bispos, reitores de igrejas e outros padres católicos de suas igrejas e benefícios, para conferir essas e outras coisas eclesiásticas aos hereges e para determinar as causas espirituais; proibiu os prelados, o clero e o povo de reconhecer a Igreja de Roma ou obedecer a seus preceitos e sanções canônicas; forçou a maioria deles a aceitar suas leis iníquas, a renunciar à autoridade e obediência do papa de Roma e a aceitar, sob juramento, como sua única dama em questões temporais e espirituais; impôs penalidades e punições àqueles que não concordassem com isto e exigiram então daqueles que perseveraram na unidade da fé e da obediência acima mencionada; jogou os prelados e pastores católicos na prisão, onde muitos, desgastados pela longa languidez e tristeza, terminaram miseravelmente suas vidas. (PIO V, 1570; tradução nossa)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A Reforma da Igreja em Inglaterra**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- ALBA, André. **Tempos Modernos**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Da História Religiosa à História Cultural do Sagrado. **Ciências da religião – História e Sociedade**, v. 5, n. 5, 2007, p. 34-49.
- ALBUQUERQUE, J. R. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida. et al. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGC, 2012, p. 21-39.
- ANDRADE, Almir de. A evolução política dos parlamentos e a maturidade democrática. **Revista Informacional Legislativa**, Brasília, ano 21, n. 81, 1984.
- ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges. **História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes** (v.3). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BENNASSAR, M. B. Los tiempos modernos: en busca de una definicion. In: **Historia Moderna**. Madrid: Akal, 1998.
- BITTAR, Marisa; AMARILIO, Ferreira Jr. História e Filosofia da Ciência. In: SOUZA, Maria de Fátima Matos de; MORAIS, André Santos de (Orgs). **Origem e evolução do conhecimento – OEC**. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, 2012, p. 14-30.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. A Escola Metódica. In: **As Escolas Históricas**. Portugal: Publicações Europa-América, 1983, p. 97-118.
- CALVANI, Carlos Eduardo B. Anglicanismo no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.67, setembro/novembro 2005, p. 36-47.
- CARVALHO, Tarcísio Amorim. **A igreja oficial em meio à sociedade multicultural: considerações sobre o estado confessional na Inglaterra contemporânea**. **Revista de Teologia e ciências da Religião. Universidade Católica de Pernambuco**, v. 3, nº 1, dez. 2013, p. 63-96.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Algés: Difusão Editorial, 2002.
- DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da reforma**. São Paulo: Pioneira, 1981.

- DÜLMEN, Richard Van. **Los inicios de europa moderna**. 1550-1648. España: Siglo Veintiuno, s/d.
- ELTON, G. R. **A Europa durante a Reforma**. 1517-1559. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**. A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GREEN, V. H. H. **Renascimento e Reforma**. A Europa entre 1450 e 1660. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.
- HALE, J. R. **A Europa durante o Renascimento**. 1480-1520. Lisboa: Editorial Presença, 1971.
- HILTON, Lisa. **Elizabeth I**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- HOBBSAWM, E. J. **Nações e Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- JONES, Lindsay. **Encyclopedia of Religion**. Second edition. Thomson Gale, v. 01, 2005.
- KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KRITSCH, Raquel. Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, nov. 2004, p. 103-114.
- LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 17-39.
- LAROUSSE. **Grande Enciclopédia Cultural**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: editora da UNICAMP, 1990, p. 535-553.
- LEVIN, Carole. **The Heart and Stomach of a King**: Elizabeth I and the politics of sex and power. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994.
- LATOURE, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 235-289.
- PAPA PIO V. **Regnans in Excelsis**. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.
- QUEIROZ, Tereza Aline Pereira de; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **A História do Historiador**. São Paulo: Editora USP, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROMANO, Ruggiero, TENENTI, Alberto. **Los fundamentos del mundo moderno**. España: Historia Universal Siglo XXI, 1980.

SANTOS, Pedro Ivo dos. **Renascimento, Reforma e Guerra dos Trinta anos**. Rio de Janeiro: JCM, s/d.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TERUYA, Teresa Kazuko. A ética puritana, a educação, a ciência e a tecnologia na Inglaterra do século XVII. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v. 26, nº 1, p. 117-121, 2004.

TOUCHARD, Jean. **Historia de las ideas políticas**. Espanã: Tecnos, 2004.

ULLMANN, Walter. **Historia del pensamiento político en la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

WOODWARD, E. L. Uma História da Inglaterra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Fontes

GEE, Henry; HARDY, William John. Elizabeth's Act of Uniformity (1559). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 458-467. Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er80.html> / Acesso: 12/12/2016.

GEE, Henry; HARDY, William John. Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 442-458. Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er79.html> / Acesso: 12/12/2016.

GEE, Henry; HARDY, William John. Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558). In: **Documents Illustrative of English Church History**. New York: Macmillan, 1896, p. 416-417. Disponível: <http://history.hanover.edu/texts/engref/er77.html> / Acesso: 12/12/2016.

SEM QUERER, QUERENDO: CATOLICISMO E POLÍTICA NA AUTOBIOGRAFIA DE ROBERTO GÓMEZ BOLAÑOS

Priscila de Andrade Rodrigues

Mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Florianópolis-SC

RESUMO: Este trabalho busca compreender a trajetória do diretor, ator e roteirista Robert Gómez Bolaños (1929-2014) por um viés ainda pouco explorado e que entrecruza-se com sua própria produção cultural: a sua agência política em defesa de valores e princípios católicos. Para os fins aqui expostos, promover-se-á a crítica documental da sua autobiografia, *Sin Querer, Queriendo*, publicada no ano de 2006. Como o propósito de desenvolver um diálogo entre as contribuições de um conjunto de autores que desenvolveram estudos a respeito das particularidades do gênero biográfico – tais como Pierre Bourdieu e Sabina Loriga – e o ferramental teórico expresso pelo conceito de cultura política na acepção do historiador Serge Berstein, este trabalho visa promover uma análise crítica da narrativa criada por Bolaños na referida obra em torno da sua própria trajetória de vida, explorando problematizar a mesma a partir de determinados recursos como a construção de silêncios, seleção de memórias e sentidos. Assim, minha hipótese sustenta-se na percepção de que tal narrativa é consubstanciada por um conjunto de valores

e críticas sociais voltadas à certas práticas e instituições políticas que poder remeter a uma cultura política católica conservadora.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Política; Catolicismo; México; Biografia

ABSTRACT: This work seeks to understand the trajectory of the director, actor and screenwriter Robert Gómez Bolaños (1929-2014) for a bias that has not yet been explored and which is intertwined with his own cultural production: his political agency in defense of Catholic values and principles. For the purposes here exposed, I intend to develop the documentary critique of his autobiography, *Sin Querer, Queriendo*, published in the year 2006. With the propose of promoting a dialogue between the contributions of a group of authors who have developed studies on the particularities of the biographical genre - such as Pierre Bourdieu and Sabina Loriga - and the theoretical tooling expressed by the concept of political cultural in the sense of the historian Serge Berstein, this work aims to promote a critical analysis of the narrative created by Bolaños in the said work around his own life trajectory, exploring to problematize it from certain resources like the construction of silences, selection of memories and senses. Thus, our hypothesis is based on the perception that such narrative is embodied by a set of values and social criticisms directed at certain

practices and political institutions that can refer to a conservative Catholic political culture.

KEYWORDS: Political culture; Catholicism; México; Biography

1 | O OBJETO E O PROBLEMA

No ano de 1986, o sociólogo Pierre Bourdieu publicou um artigo intitulado *A ilusão biográfica*, onde tecia uma dura crítica à noção de *história de vida* ou *biografia* que acabou por suscitar um amplo debate em torno das metodologias até então empregadas para se analisar uma trajetória de vida, ou mesmo, em última instância, questionar a própria possibilidade de se trabalhar com tal perspectiva. Na sua discussão, um dos questionamentos centrais era: seria a vida passível de ser delimitada ao formato de uma trajetória, ou, como afirma o autor, adotar tal abordagem não seria “aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos”? (BOURDIEU, 2006 [1986], p.183-184) Em sua argumentação, o sociólogo francês indicou que:

O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que se entrega a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis. O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado* do *sentido* da *existência* narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tomar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, e que os investigados têm pelo empreendimento biográfico. Essa propensão a tornar-se o ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência (*Idem, Ibidem*. p.184-185).

Analisar de forma pormenorizada este complexo movimento de *tornar-se ideólogo de si mesmo* é um dos principais objetivos deste artigo. Para tal, a autobiografia do roteirista, diretor e ator mexicano Roberto Gómez Bolaños (1929-2014) servirá de objeto de estudo para este exercício teórico e metodológico de se explorar os benefícios de uma crítica a este tipo de gênero narrativo para o campo da historiografia. Publicada no ano de 2006, a obra *Sin Querer, Queriendo* consiste em uma autobiografia de Bolaños, na qual o próprio buscou desenvolver reflexões a respeito de sua vida, articulando em sua narrativa cronológica temas que vão desde: as condições do seu nascimento, origens familiares, formação educacional, relacionamentos afetivos, vida privada, inserção no mundo do trabalho da televisão, a criação de seus personagens e séries – *Chaves* e *Chapolin Colorado* –, a ascensão profissional dentro da *Televisa S.A.*, encerrando a mesma com a sua atuação na campanha eleitoral de Vicente Fox

(2000-2006) e o governo deste último como presidente do México.

Cabe destacar que o texto de Bolaños segue o estilo moderno do gênero biográfico, mais usual e propício ao mercado consumidor, na qual um indivíduo busca *relatar* a sua vida desde a sua *gênese* até um determinado momento no presente, inserindo no entremeio do ato informações supostamente pouco conhecidas do público leitor. Ganham destaque neste formato os dramas pessoais, perspectivas particulares de determinados eventos, sendo a mesma narrada na primeira pessoa do singular, característica que tem o intuito de causar ao leitor uma impressão de que este é passível de adentrar no íntimo do psicológico do narrador e compreender as razões de suas escolhas e de sua visão de mundo.

Em geral, este modo de biografia moderna distingue-se de modelos clássicos, cujo o objetivo central visava constituir um registro de uma vida que fosse capaz de servir como um exemplo pedagógico de conduta para o futuro – narrativas estas permeadas pela influência da *Historia Magistra Vitae* (BURKE, 1997; KOSELLECK, 2006). Por sua vez, este modelo moderno sugere um enfoque nas particularidades da vida de cada indivíduo, abandonando assim a noção da *biografia como exemplo* para a da *biografia como exercício de empatia*.

Todavia, o que há de interessante nesta obra não são as *ações* do referido indivíduo ao longo do tempo, mas a *narrativa* que este construiu em torno de suas ações a partir das articulações e características próprias do gênero biográfico. Portanto, caminho ao encontro das prerrogativas sugeridas pelo historiador e antropólogo Michel-Rolph Trouillot, quando este propõe que os indivíduos participam e constituem a história tanto na posição de atores sociais quanto na de narradores. A partir desta premissa, o autor afirma que, em seu uso vernáculo, a palavra *história* abarca os dois movimentos, sendo estes “tanto os fatos da questão quanto a narrativa a respeito destes fatos, ambos *o que aconteceu* e *o que foi dito que aconteceu*. O primeiro significado coloca a ênfase no processo sócio histórico, o segundo em nosso conhecimento deste processo ou em nossa história a respeito deste processo” (TROUILLOT, 1995, p.2).

Expostas estas reflexões, externo aqui enquanto hipótese interpretativa que a autobiografia de Bolaños é consubstanciada por um sistema de valores, representações e críticas sociais que são capazes de remeter a uma cultura política católica conservadora. Para o historiador Serge Berstein, as culturas políticas são fenômenos de média e/ou longa duração que, ao serem compartilhadas por determinados grupos, buscam se valer de uma identidade política em comum a partir dos seguintes critérios: uma base filosófica ou doutrinal, uma leitura comum e normativa do passado, uma concepção de organização do Estado e um discurso codificado por meio de representações, tais como vocabulários, símbolos, rituais e gestos próprios. (BERSTEIN, 1988)

Tais elementos são passíveis de serem identificados na obra de Bolaños a partir de uma análise dos mecanismos utilizados pelo autor para atribuir sentido e coerência à sua trajetória de vida a partir de balizas católicas. Portanto, a obra autobiográfica de Bolaños pode ser lida também enquanto uma fonte histórica para se debater o

pensamento político católico no México Contemporâneo em uma escala reduzida.

2 | CATOLICISMO E POLÍTICA

Há um elemento que perpassa a autobiografia de Bolaños e que pode parecer contraditório com a proposta de se promover um estudo a respeito do conteúdo político da mesma. Em diversos momentos, o autor busca distanciar-se da política, relacionar a mesma com práticas de *corrupção* e *trocias de favores* e, acima de tudo, delimitá-la apenas às formas de expressão políticas partidárias e institucionais. Tal abordagem parece estar relacionada com a necessidade do autor de afastar a sua carreira profissional de possíveis favorecimentos ou influências externas, o que o leva a afirmar que suas “atividades estavam totalmente distanciadas da política” (BOLAÑOS, 2006, p.74).

Um dos momentos em que Bolaños reforça esta interpretação é quando apresenta o seu posicionamento acerca do período em que seu primo-tio Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970) foi presidente do México. O autor coloca que, ao receber a notícia de que este seria candidato à presidência pelo Partido Revolucionários Institucional (PRI), decidiu não manter contato com Ordaz durante todo o seu mandato. Ao descrever as suas lembranças do seu primo-tio, Bolaños enfatiza ter tido apenas “um trato muito eventual” com ele, mas que recordava do “tipo simpático”, que “cantava muito bem, acompanhado com o violão, tinha uma estupenda voz (para cantar e falar) e que era muito bom para contar piadas”. Seu argumento termina em um tom irônico, atestando que Ordaz “era, ademais, político, porém, neste mundo, nada é perfeito” (*Idem, Ibidem*, p.73).

Como previamente exposto, a *ilusão biográfica* apontada por Bourdieu tem por princípio legitimar uma perspectiva de que a vida seria passível de ser reduzida à uma trajetória com um *início*, *meio* e *fim* que estariam entrelaçados em uma narrativa coerente. Deste modo, torna-se interessante para os fins desta pesquisa apontar como Bolaños inicia e termina a sua narrativa biográfica, pois temos a presença de fortes posicionamentos políticos em ambos os casos.

Logo nas primeiras linhas da obra, é realizada a descrição de uma mulher grávida que ingeriu um medicamento com um componente abortivo de forma equivocada e enfrentou problemas na sua gestação por isto. Nas palavras de Bolaños, mesmo “consciente dos riscos a que estavam sujeitos ela e seu bebê, incluídas as doenças e as privações em causa, a mulher decidiu afrontá-los em troca de continuar com a gestação do ser, o qual não queria arrancar a oportunidade de viver” (*Idem, Ibidem*, p.4). Ao revelar logo adiante que esta era uma descrição da experiência de sua mãe durante a sua gravidez, Bolaños realiza uma crítica à prática e à legalização do aborto a partir de uma concepção do que seria a vida influenciada por uma leitura mais conservadora do catolicismo, sendo esta uma pauta defendida ao longo de sua vida.

A maneira como o autor encerra a sua obra também fornece indícios importantes de como este buscou imprimir no texto um sentido coerente à sua própria trajetória de vida. Bolaños reserva este espaço para relatar o seu apoio à candidatura de Vicente Fox para a presidência do México nas eleições de 2000, como ao seu governo subsequente. Em seus termos, Fox seria um “homem de linguagem direta, valente, e emancipado dos velhos e caducos usos do discurso oficial”, pois “ao invés de dizer, por exemplo: *nossa plataforma política se sustenta nos imaculados princípios emanados da epopeia revolucionária*, o discurso de Fox dizia: *já estamos fartos destes funcionários corruptos*” (*Idem, Ibidem*, p.201). Nas últimas linhas de seu texto, ainda enfatizou que:

não deixa de ser significativo que eu tenha escolhido a narração deste acontecimento para por ponto final a um livro meu, já que se trata de um final feliz, o qual se identifica plenamente com o tipo de dramaturgia ao qual dediquei a maior parte de minha existência (*Idem, Ibidem*, p.202).

Bolaños ainda escreveu um epílogo apenas para rebater as críticas ao governo de Fox, defendendo as políticas desta gestão em detrimento aos 71 anos de governos do PRI, sendo a mais significativa delas a ampliação do direito à liberdade de expressão. Nas suas palavras:

É indiscutível que a liberdade de expressão foi a maior das mudanças, mas, paradoxalmente, também foi a melhor arma de quem nega a sua existência; porque antes, quem se atreveria a dizer, por exemplo, que “o presidente é um covarde (mandilón) e um ignorante” ou que “o Chefe de Governo do Distrito Federal é um protetor de corruptos”? A resposta é: ninguém (ou quase ninguém, pelo menos). Agora, no entanto, há uma mudança. E é a mudança que não somente os permite expressar-se publicamente com frases como as citadas, senão com muitas outras majoritariamente ofensivas, cruéis e implacáveis (*Idem, Ibidem*, p.203).

Estes apontamentos ajudam a identificar que a retórica pretensamente *não-política* de Bolaños não configura uma ausência de posicionamentos perante os conflitos sociais em seu texto, mas, pelo contrário, fornece subsídios para que seja possível perceber a forte presença da política em sua obra. Os exemplos da forma como este inicia e termina a sua obra servem como síntese de dois movimentos que encontram-se intimamente conectados na sua narrativa: a defesa de valores católicos sob uma perspectiva conservadora e críticas aos governos do PRI. Ao se relacionar tais movimentos com o contexto do período, a influência de uma cultura política católica conservadora no pensamento político de Bolaños torna-se mais evidente.

A respeito da história do catolicismo no México, diversos autores já lançaram contribuições sobre o tema a partir de abordagens variadas. Em uma escala de maior abrangência, o antropólogo Guilherme Bonfil Batalla entende o processo de inserção da Igreja Católica no México como parte de uma disputa entre projetos civilizacionais, os quais o autor identifica como *México Profundo* e *México Imaginário*. Batalla denomina *México imaginário* um projeto civilizacional de longa duração, ocidental, urbano e cristão, que teria sido difundido pelos colonizadores espanhóis a partir do século XVI e compartilhado pelas classes dominantes mexicanas nos séculos subsequentes, ao

ponto de se estabelecer como hegemônico no país até os dias atuais.

O argumento central da tese de Batalla sugere que este amplo domínio político, social e cultural somente foi possível por meio da exclusão de outro projeto, o do *México profundo*, composto por povos de origem mesoamericana, rural e indígena que foram historicamente negados pelos mais distintos projetos nacionais mexicanos. Assim, nos termos do autor,

a coincidência de poder e civilização ocidental, em um polo, e sujeição e civilização mesoamericana no outro, não é uma coincidência fortuita, senão o resultado necessário de uma história colonial que até o momento não foi cancelada no interior da sociedade mexicana” (BATALLA, 1990, p.10).

É válido destacar as contribuições de José Luiz Gonzales, quanto este aponta que, ao longo do período de colonização, também ocorreram sincretismos culturais entre as formas de expressões religiosas das sociedades mesoamericanas e europeias, sendo uma das sínteses dialéticas destas duas um *catolicismo popular* deveras presente e ativo na sociedade mexicana em diversos âmbitos, sendo algumas de suas características: a exaltação da relação sagrada dos seres humanos com a terra e a natureza, o uso de práticas e saberes de cura tradicionais, a celebração de rituais e cerimônias próprios – sem necessariamente o consentimento da Igreja Católica -, bem como adoração de figuras oriundas deste hibridismo cultural, como a Virgem de Guadalupe (GONZALES, 2000).

Para que se possa compreender de forma mais aprofundada as críticas levantadas por Bolaños aos governos do PRI e sua leitura conservadora do catolicismo, convém situar historicamente os conflitos entre Igreja Católica e Estado a partir da Revolução Mexicana deflagrada em 1910. Neste sentido, dois movimentos políticos merecem uma particular atenção, pois eles se entrecruzam e consubstanciam uma série de disputas envolvendo a Igreja Católica e grupos sociais organizados de origem católica no México desde o final do século XIX até pelo menos o ano de 1929.

O primeiro parte de um movimento de renovação do pensamento social da Igreja Católica e está diretamente relacionado com a edição da encíclica *Rerum Novarum* (1891) escrita pelo papa Leão XII a respeito das condições dos operários e da democracia no final do século XIX. Ao promover uma leitura pessimista das sociedades laicizadas e modernas do período, relacionando os seus problemas sociais como a fome, a miséria e a má distribuição de renda à uma carência de princípios éticos e morais, a encíclica incentivava os católicos a participarem da vida social e política, apoiava a formação de sindicatos, pregava a justiça social aos mais pobres e assim buscava reconectar a Igreja com o povo. Cabe ressaltar que a instituição tecia críticas a uma forma de capitalismo irresponsável adotado a partir da Revolução Industrial, ao passo que também defendia o direito a propriedade privada e discordava de princípios socialistas como a propriedade coletiva (RERUM NOVARUM, 1891).

De acordo com Jean Meyer, tais mudanças de postura da Igreja Católica na sua relação com a sociedade – em especial com as classes populares - implicou

no desenvolvimento de um forte ativismo religioso, que tinha como um de seus principais ideais a contestação do princípio liberal de que as manifestações religiosas deveriam ser limitadas à vida privada e ao foro íntimo, pregando assim uma forma de catolicismo pública e atuante nas mais distintas esferas da sociedade. Este movimento ficou conhecido como *a segunda cristandade* ou *catolicismo social*, e forneceu os elementos centrais que legitimaram manifestações sociais de cunho católico nos espectros políticos mais diversos, sendo esta também a base para o desenvolvimento da *democracia cristã*, uma importante corrente política de abrangência global até os dias atuais.

Ainda segundo Meyer, este complexo processo teve implicações particulares e muito significativas no caso mexicano, o que leva o autor a afirmar que as manifestações políticas do catolicismo no país foram “um caso exemplar, no marco romano mundial” (MEYER, 1993, p.720). As principais características desta nova forma de expressão religiosa e política no México durante o final do século XIX e até o ano de 1929 foram o crescimento do clero, desenvolvimento de ordens religiosas, fundação de congregações, aumento do poder e influência de um catolicismo popular, desenvolvimento de peregrinações, ampliação da influência do catolicismo nas escolas, associações, grêmios e sindicatos.

A vitória do movimento revolucionário contra a ditadura de Porfírio Diaz (1876-1911) em 1910 trouxe novas configurações para as relações entre Estado e Igreja Católica. Se o antigo governo era apoiado por donos de grandes propriedades de terra e pelo alto clero da Igreja católica – que por sua vez, também era detentora de grandes porções de terra -, a Revolução Mexicana significou uma grande ruptura neste domínio político e econômico, em especial a partir da declaração da Constituição de 1917 que promoveu uma redistribuição de terras aos povos indígenas e a separação jurídica entre Igreja e Estado.

O conteúdo profundamente anticlerical desta Constituição encontrava-se expresso de forma mais direta nos artigos 3º (sobre a obrigatoriedade de um ensino laico), 27º (estabelecia a nacionalização de todas as terras no território mexicano – inclusive as pertencentes a Igreja Católica) e 130º, o qual proibia: toda forma de organização política civil de utilizar alguma palavra em seu nome que remetesse à alguma religião; publicações de caráter religioso de comentarem assuntos políticos nacionais; a realização de cultos religiosos públicos sem a permissão das autoridades governamentais; bem como impedia que se realizassem reuniões de caráter político em templos religiosos (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 1917).

As implicações da reorganização social e ideológica do Estado mexicano a partir da Revolução encontram-se presentes na biografia de Bolaños. A sua leitura deste período está intimamente ligada com a sua posição social e a trajetória de sua própria família. Criado em uma família de classe média alta, católica e composta por antigos donos de terra e funcionários públicos, Bolaños relata que a família de seu pai perdeu

muito do seu prestígio econômico e político com a Revolução e a família de sua mãe teve que fugir do país e rumar para Nova Iorque devido aos *perigos* do movimento revolucionário.

Um dos trechos da sua obra que mais chama a atenção é o relato elaborado a respeito da sua formação educacional realizada em colégios maristas durante a sua formação escolar básica. Nesta passagem, há uma grande valorização da influência desta filosofia na formação do seu caráter, ao ponto de afirmar que ela foi a responsável pela inculcação dos principais morais e cívicos, que têm sido a almofada que me ajuda a conciliar o sono sem o peso de grandes cargos de consciência, uma excelente instrução, etc.” (BOLANÓS, p.11).

De forma conjunta a esta passagem e valendo-se de sua própria experiência, o autor promove uma crítica às restrições constitucionais que o Estado mexicano promovia, afirmando que a sua religião era atacada pelos governos revolucionários, pois “as escolas (incluindo as particulares) eram obrigadas a transmitir uma educação de cunho socialista, ignorando descaradamente a neutralidade da Constituição”. Ainda para este, “as instituições oficiais confundiam o conceito de laicismo, que significa ausência de conteúdos religiosos, com o conceito de antirreligioso (geralmente anticatólico)” (*Idem, Ibidem*). O autor ainda relata que os professores maristas dos colégios onde estudou, ao lecionarem a disciplina de Religião, tinham que se confrontar com outros professores ditos *laicos* que negavam a fé e os saberes dos primeiros, bem como eram vigiados por agentes do governo. Por fim, alega que o conflito entre *católicos* e *laicos* possuía as suas origens nos *fanatismos* de ambos os lados que se enfrentaram durante a *Cristiada*, revolta popular que se desenrolou durante os anos de 1926 e 1929 no México.

Um aspecto que merece maior atenção ao se trabalhar Bolaños como um ator social e político com fortes influências de valores e princípios morais católicos é a importância de inseri-lo e compreendê-lo como um católico do seu tempo e oriundo de um grupo social específico. Neste sentido, demonstra-se pertinente a leitura realizada por Roberto Blancarte de que a experiência frustrada da *Cristiada* significou um abandono do *catolicismo social* por parte da Igreja Católica nos anos subsequentes ao movimento. Para o autor, “desde então, os efetivos da militância católica provém basicamente das classes médias e não existem organizações de massas de inspiração católica” (BLANCARTE, 1992, p.5). Ao comentar a respeito da *Cristiada*, Bolaños enfatiza a violência característica do movimento, citando um caso envolvendo Garrido Canabal, então governador do Estado de Tabasco, o qual teria mandado “aos seus capangas, os chamados *camisas vermelhas*, que metralhassem a gente que saia de um templo” (*op.cit.*, p.11).

A partir destes apontamentos, é possível notar os mecanismos que Bolaños promove para realizar a sua leitura do referido movimento, responsabilizando-o pelos *fanatismos desenfreados*, o uso descabido da violência como instrumento de luta política e as suas fatais consequências. Ao construir esta narrativa, em que o próprio

se posiciona como distante, alheio e crítico à *Cristiada*, Bolaños parece indicar que, ao não coadunar da radicalidade das propostas dos movimentos políticos do *catolicismo social*, sua trajetória de vida estaria coerente com uma outra forma de catolicismo que não partilha dos mesmos pressupostos de ação política e instrumentos adotados nesta experiência histórica.

Ao se analisar a obra de Bolaños, o que parece despontar como fio condutor da sua narrativa são críticas à modernidade a partir de critérios éticos e morais católicos. Isto pode ser percebido em algumas de suas posturas no campo da política e da economia, como a sua desconfiança a respeito dos *políticos* e da política partidária em geral, bem como de suas críticas à atuação das lideranças sindicais nos governos do PRI, relacionando estas com práticas de corrupção, em especial dentro da *Petróleos Mexicanos* (PEMEX) - empresa estatal criada a partir da política de nacionalização do petróleo em território mexicano promovido pelo governo de Lázaro Cárdenas em 1938 (*Idem, Ibidem*, p.11-12).

Mas, é interessante perceber que estas críticas também podem ser encontradas no campo dos costumes e das expressões artísticas. Um significativo exemplo pode ser visto na passagem em que Bolaños tece comentários a respeito dos *Beatles*. Na sua perspectiva, embora o quarteto de Liverpool tenha “revolucionado o universo da música”, um aspecto negativo de suas carreiras foi “a despreocupada e imprudente confissão de que consumiam drogas; o que, na voz dos que eram ídolos da juventude, constituía o mais lesivo dos exemplos” (*Idem, Ibidem*, p.70). Todavia, seria então a narrativa biográfica do autor a construção de uma imagem de Bolaños como um crítico desconfortável e *estranho* à modernidade?

Para responder tal questionamento, retomo mais uma vez as contribuições de Jean Meyer, quando este afirma que, entre os anos de 1968 e 1973, houve um ressurgimento global da religiosidade e das instituições religiosas na esfera política. Para o autor, este movimento partiu de um princípio distinto do catolicismo mexicano do século XIX que era contrário à modernidade em defesa de suas tradições. Segundo Meyer:

Os últimos vinte anos representam uma ruptura com a concepção de modernidade sem dimensão religiosa, ou melhor dito, com o confinamento da religião ao privado. Estes *movimentos* pretendem re-socializar a religião, reconquistar a sociedade global, reconstruir identidades sociais e comunidades. Nascem, depois de 68, sobre os escombros das ideologias de progresso: liberalismo, *socialismo real*, sionismo, Vaticano II, etc. Já não se trata de modernizar o cristianismo, senão de cristianizar a modernidade. Para o catolicismo não é nada novo, é o velho *integralismo* (não confundir com *integrisimo*) de quase um século, com outras palavras, com um estilo muito diferente ligado a urbanização e aos meios de comunicação. (MEYER, 1993, p.730-731)

Portanto, os termos de Meyer auxiliam na contextualização das ações políticas de Bolaños como parte deste movimento maior, cujo o imperativo máximo não seria o de combater a modernidade, mas cristianizá-la. Tais apontamentos são pertinentes, pois apresentam uma série de elementos que foram selecionados deliberadamente

em sua obra para fazer parte da sua trajetória de vida e que vão ao encontro deste movimento. Fazem parte deste conjunto as suas duras críticas aos regimes socialistas e a experiência da URSS, sua ascensão profissional como um católico dentro de uma das maiores empresas de telecomunicação da América Latina – a *Televisa S.A.*, e até mesmo o registro, ao longo do texto, de cada uma das mudanças no cargo de papa na Igreja Católica durante a vida de Bolaños, o que demonstra a importância dada ao autor para a sua fé.

As próprias críticas de Bolaños ao PRI parecem ir ao encontro do que Héctor Gómez Peralta considera ser a posição que a Igreja Católica passou a adotar em relação ao partido e seus governos. Para o autor, a Igreja desempenhou um importante papel no processo de transição mexicana do autoritarismo para uma democracia liberal, tendo esta atuado da seguinte forma:

A Igreja, como o resto da direita mexicana, tem sido o mais firme crítico dos valores do mundo moderno, o qual, contrário ao que a esquerda argumenta, tem sido, paradoxalmente, peça chave para a abertura da vida política do país ao ser um contrapeso do poder priísta [oriundo do PRI]. Sua militância nos últimos anos tem-se caracterizado por defender uma cultura política em que os membros do governo são vistos como *empregados* dos cidadãos, sua denúncia das arbitrariedades e a corrupção estatal tem sido fatores da aparição no México da luta por várias liberdades cidadãs como liberdade de cultos e expressão de opinião. (PERALTA, 2007, p.75)

A partir do exercício empreendido ao longo do artigo, de se promover uma crítica da autobiografia de Bolaños enquanto uma fonte histórica, pode-se destacar uma série de elementos que demonstram como a construção narrativa da sua trajetória de vida foi influenciada pelos debates políticos de sua época e que o catolicismo desempenhou um papel fundamental na atribuição de forma e sentido ao texto. Tal constatação demonstra-se significativa em um sentido de situar uma posição também dentro do próprio catolicismo, pois a vida de Bolaños perpassa um período em que interpretações distintas da própria religião foram objeto de disputas entre católicos, sendo importante salientar que a sua postura conservadora constitui-se em uma conjuntura em que outros grupos pregavam uma aproximação aos ideias marxistas, confrontavam as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, e clamavam por um enfrentamento direto contra o capitalismo (TOSI; FERREIRA, 2014).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora este artigo tenha dialogado com debates do campo da historiografia e das ciências sociais que não passíveis de serem desenvolvidos de forma apropriada neste curto espaço, penso que alguns importantes objetivos foram alcançados. Embora alguns poucos trabalhos já tenham abordado e discutido a produção cultural de Bolaños como idealizador de séries televisivas de grande sucesso (AGUASACO, 2010), um debate direcionado para se analisar a sua autobiografia e as possibilidades

desta fonte para se compreender o seu comportamento político ainda não havia sido realizado. Para uma leitura mais densa sobre a sua produção cultural, sugiro a leitura de outras publicações de minha autoria (RODRIGUES, 2015; RODRIGUES, 2018)

Assim sendo, cabe apontar que, ao se trabalhar no campo da história com este tipo de obra como fonte, o instrumental teórico para se promover a crítica ao gênero biográfico oferecido por Bourdieu demonstra-se importante, mas também limitado. Como já expressei por Sabina Loriga, o ferramental do sociólogo francês é profícuo em uma série de sentidos, mas corre o risco de nos levar a uma armadilha por duas razões: 1) ao longo da história uma série de gêneros biográficos foram produzidos e que não necessariamente possuem este perfil *cronológico*, tão apropriadamente criticado por Bourdieu; 2) deve-se frisar que a produção de uma biografia como produto de uma pesquisa histórica, ou a crítica da biografia como fonte, possui um sentido particular para o historiador que o difere de outras áreas. Partindo destes apontamentos, Loriga afirma que é possível se valer dos apontamentos da *ilusão biográfica* em outro sentido, tal como o de “utilizar o *eu* para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1998, p.246-247).

Por fim, para a pesquisa histórica, o caráter *ilusório* ou não de uma biografia demonstra-se um debate importante, mas que não impede de forma alguma a realização de um estudo a partir de preocupações metodológicas próprias do campo. A partir da crítica da autobiografia de Bolaños, por exemplo, é possível relacionar a obra com a arquitetura social e formas de organização política no México durante boa parte do século XX, período em que expressões religiosas encontraram dificuldades para disputar espaços na esfera pública. Todavia, é justamente por tal configuração que a trajetória analisada parece possuir uma particularidade interessante, pois mobilizou o uso dos meios de comunicação como uma estratégia para difundir ideais e valores católicos, como presentes por diversas vezes nas séries *Chaves* e *Chapolin Colorado*. Portanto, o desfecho da biografia de Bolaños com a vitória de Vicente Fox - cujo partido de filiação, o Partido da Ação Nacional (PAN) então definia-se ideologicamente como parte da *democracia cristã* – parece atribuir um sentido mais amplo até que uma própria vitória contra o PRI, ou contra o legado da Revolução Mexicana. Esta vitória atribui um desfecho final para a trajetória de vida de Bolaños por ser uma vitória da cristianização da modernidade.

REFERÊNCIAS

AGUASACO, Carlos Eduardo. **No contaban con mi astucia!** Parodia, nación y sujeto en la serie televisiva de el Chapulín Colorado [1970-1979]. Dissertation – Stony Brook University, Department of Hispanic Language and Literature, 2010

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural.**

Lisboa: Estampa, 1988.

BOLAÑOS, Roberto Gomes. **Sin querer queriendo**. Ciudad de México, DF: Ed. Aguilar, 2006

BONFIL BATALLA, Guillermo. **México profundo: una civilización negada**. México: Grijalbo, 1990

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006 [1986]

BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 10, n. 19, 1997

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, 1917. Documento disponível em: http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/ref/cpeum/CPEUM_orig_05feb1917_ima.pdf. Acessado em: 19/09/2018

GONZALES, José Luis. Catolicismo popular y tejido cultural. **Estudios: filosofía, historia, letras**. México, D.F. : Instituto Tecnológico Autónomo de México, Departamento Académico de Estudios Generales Sección textos, vol.17, no.62-63 (otoño-invierno 2000), p.99-119

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da PUC-RJ, 2006

LORIGA, Sabina. A biografia como problema In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998

MEYER, Jean. Una historia política de la religión en el México Contemporáneo. **História Mexicana**, México, D.F: Colégio de México, vol.42, n.3, 1993. p.711-744

PERALTA, Héctor Gómez. La iglesia católica en México como institución de derecha. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, D.F., vol. XLIX, n.199, enero-abril, 2007, p.63-78

RERUM NOVARUM, 1891. Documento disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acessado em: 19/09/2018

RODRIGUES, Priscila de Andrade. **Movimentos friamente calculados: política, televisão e cultura em Chapolin Colorado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015

_____. **Sigam-me os bons: teoria das representações sociais em um estudo de caso dos personagens Chaves e Chapolin Colorado (1973-1980)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2018

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (orgs.). **Contrarrevolução na América Latina: subversão militar e instrumentalização dos sindicatos, da cultura, das igrejas – Tribunal Russel II**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995

A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960

Olívia Candeia Lima Rocha

UFPI, Curso de História

Picos - PI

RESUMO: A Ação Popular surgiu em 1963, a partir de uma dissidência da Juventude Universitária Católica – JUC, que entrou em conflito com a hierarquia da Igreja. Após o Golpe de 1964 a organização rearticulou-se, adotando a luta armada como paradigma revolucionário. A Ação Popular aderiu ao marxismo-leninismo e filiou-se à influência do revolucionário chinês, Mao Tsé Tung, que defendia um modelo denominado de guerra popular que partia do campo. A partir de 1968 essa organização passou a realizar a integração de seus militantes na produção, como operários de fábricas e trabalhadores rurais. Dentre as fontes utilizadas menciona-se, obras memorialistas de ex-militantes da organização, tais como: Catarina Derlei De Luca; Catarina Meloni; Aldo Arantes e Haroldo de Lima; e Carlos Roriz Silva. Os relatos memorialísticos caracterizam-se como testemunhos e fontes de análise historiográfica, pois essas obras discorrem sobre problemas e respostas adotadas pela Ação Popular Marxista Leninista em seu processo de constituição como organização revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Popular; Memória; Política; Revolução.

ABSTRACT: Popular Action emerged in 1963 from a dissent the Juventude Universitária Católica – JUC (Catholic University Youth) which came into conflict with the hierarchy of the church. After the coup of 1964, the organization rearticulated itself by adopting an armed struggle as a revolutionary paradigm. Popular Action adhered to the Marxism-Leninism and was affiliated to the influence of the Chinese revolutionary, Mao Tsé Tung which advocated a model called people's war starting from the countryside. From 1968 that organization began to realize an integration of its militants in the production like workers of factories and rural workers. Among the sources used it is mentioned memorialist works of ex-militants of the organization like Catarina Derlei De Luca; Catarina Meloni; Aldo Arantes and Haroldo de Lima; and Carlos Roriz Silva. The memorialistic stories are characterized as witnesses and sources of historiographical analysis. These works report about problems and answers adopted by the Popular Action Leninist Marxist in its process of constitution as a revolutionary organization.

KEYWORDS: Popular Action; Memory; Policy; Revolution.

1 | INTRODUÇÃO

As revoluções socialistas do século XX, na União Soviética, na China, em Cuba e na Argélia indicavam que a revolução brasileira era um sonho possível. O socialismo visava instituir uma nova ordem social, econômica e política que substituiria a exploração capitalista e a desigualdade entre as classes sociais. Observa-se, assim, que a década de 1960 foi marcada pela euforia revolucionária que acontecia em algumas partes do mundo.

Esse texto objetiva discorrer sobre o processo de constituição da organização política da Ação Popular - AP, no decorrer da década de 1960 e o esforço de transformação do caráter político da mesma. A Ação Popular surgiu a partir de uma dissidência da Juventude Universitária Católica - JUC e tornou-se uma organização política autônoma que defendia a instituição de um socialismo de caráter cristão, sob a influência de teóricos como Emmanuel Mounier. Após o golpe de 1964, a organização aderiu à concepção de luta armada e adotou o marxismo-leninismo e o pensamento de “Mao Tsé-Tung”, como orientações teóricas. A modificação do caráter da organização implicava a transformação em seu quadro de militantes, através da integração dos mesmos ao processo produtivo, como operários e trabalhadores rurais, além, da adesão de integrantes do proletariado urbano e camponês. Esse processo buscava a conscientização do proletariado urbano e rural, a mobilização política dos mesmos e a condução de suas lutas com o objetivo de se contrapor à Ditadura Militar e desencadear o processo revolucionário no Brasil.

Dentre as fontes utilizadas para essa análise menciona-se o “Documento-base” da Ação Popular e obras de caráter memorialista de ex-militantes, como Carlos Roriz da Silva, Catarina Meloni e Catarina Derlei De Luca. Carlos Roriz da Silva, químico industrial, natural de Aracaju (SE), integrou-se na região de Camacã (BA); Catarina Meloni, estudante paulista que se deslocou para o interior da região sul do país e Catarina Derlei De Luca que trabalhou como operária em Curitiba (PR) e atuou como quadro profissionalizado, nas cidades de São Paulo (SP) e Salvador (BA), desempenhando atividades como recepção de militantes, envio de correspondência, entrega de documentos, dentre outras. A integração na produção e a estratégia revolucionária adotada pela AP foi o tema considerado na abordagem desses diferentes relatos. Nesse sentido, destacam-se as publicações, *Obras Escolhidas de Mao Tsetung* (2011) e *O Livro Vermelho* (2012), enquanto referências, no que concerne ao processo de integração, enquanto elemento da estratégia revolucionária.

Uma das questões que se impõem aos que rememoram os acontecimentos da década de 1960 é explicar o insucesso das organizações revolucionárias em relação aos seus projetos de luta contra a ditadura e a realização da revolução brasileira. As obras memorialistas de militantes têm como suporte à memória individual e alicerçam-se no vivido (HALBWACHS, 1990). Esses relatos inscrevem-se em função de uma atuação política e em um contexto específico e trazem a marca de discurso dos que

foram vencidos. O caráter testemunhal dessas obras caracteriza as mesmas como vestígios que se inserem no presente, narrativas sobre o passado e avaliação das experiências vivenciadas (KOSELLECK, 2006; RICOEUR, 1994). Esses relatos configuram-se dessa forma como subsídios para a escrita da História do Tempo Presente, abordando acontecimentos da contemporaneidade, o qual demanda por compreensão, seja devido ao impacto político e cultural para a sociedade brasileira, seja porque se constituem em fontes carregadas de uma subjetividade que preenche lacunas em relação à produção da imprensa e aos documentos oficiais do período em questão.

2 | AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO

No decorrer da década de 1950, realizavam-se discussões em torno de soluções cristãs para os problemas sociais. Considerava-se que era necessário entender a realidade histórica vivenciada, incentivando-se os jovens a participar de movimentos sociais e políticos no intuito de intervir e transformar a sociedade. A JUC tendeu a incorporar críticas ao capitalismo, a opor-se à hegemonia política e econômica norte-americana e a defesa das classes sociais menos favorecidas. A atuação político-social da JUC e os estudos teóricos que realizavam em relação à compreensão das desigualdades e alternativas políticas de superação das mesmas, aproximou esse grupo dos militantes comunistas e dos debates teóricos realizados na vertente do marxismo e do socialismo. A aproximação da JUC com discursos e instituições vinculados ao comunismo era condenada pela hierarquia da Igreja Católica. Dessa forma, a Ação Popular surgiu em 1962 como uma dissidência da JUC. Em 1963, foi realizado um congresso de fundação da Ação Popular, com a participação de pessoas de diferentes concepções religiosas e defensores do socialismo. As proposições na nova organização foram expressas no “Documento-base” que estabelecia como prioridade da AP, a mobilização de operários e camponeses:

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder. *Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade* (AÇÃO POPULAR. Documento-Base, fevereiro, 1963. In: REIS FILHO; DE SÁ, 1985, p. 45). [Grifo do texto].

A Ação Popular compreendia que os estudantes poderiam exercer um papel de vanguarda, mas as classes revolucionárias eram os camponeses e os operários. O documento expressava que o principal problema no campo, estava ligado à propriedade

da terra. A classe média era percebida como um segmento da população suscetível à conscientização e ao aparecimento de setores progressistas e revolucionários, devido à sua integração ao mercado capitalista e, por conseguinte, ao processo de proletarização. A AP não possuía nesse período uma proposta clara sobre a forma de alcançar o socialismo, mas postulava que a violência poderia ser empregada. A organização apoiava as reformas de base, através da participação de integrantes em reuniões da Frente de Mobilização Popular, em órgãos do governo de João Goulart, e em comícios pelas reformas, através da UNE, que era presidida por um integrante da AP, José Serra. A pressão popular e política pela realização de reformas de base sofreram a contraposição do Golpe Militar em março de 1964. Muitas das lideranças políticas do governo e que defendiam as reformas de base foram presas ou se exilaram para evitar a prisão, dentre elas menciona-se, o presidente João Goulart, o deputado federal Leonel Brizola, o presidente da UNE, José Serra e lideranças da AP, como, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant, ex-presidentes da UNE, e Herbert de Sousa (Betinho), coordenador nacional da Ação Popular.

A partir de 1965, com o retorno clandestino de dirigentes da AP, empreendeu-se um processo de reorientação política da organização, que explicitou a opção pela luta armada. Esse primeiro momento é marcado pela influência da Revolução Cubana. Em 1966, com o retorno de lideranças da China, começou a se processar a difusão do maoísmo na organização. As tensões entre essas duas tendências culminaram com a expulsão da vertente de influência cubana na I Reunião Ampliada da Direção Nacional - RADN em 1968 (LIMA; ARANTES, 1984). A AP passou a destacar o marxismo-leninismo-pensamento de Mao Tsé - Tung como orientação revolucionária e *O livro Vermelho*, se tornou referência para os militantes. Tsetung (2011) defendia a experiência como forma de acesso ao conhecimento e de participação no processo de transformação da realidade, que se processava na dimensão das atividades práticas. É essa ideia que fundamenta a integração de militantes de classe média urbana da Ação Popular na produção, como operários e trabalhadores rurais.

O movimento estudantil era um dos caminhos de ingresso de jovens nas organizações políticas. A participação política dos jovens nas organizações clandestinas relacionava-se ao ideal revolucionário de luta contra a ditadura militar, mas também de instalação do socialismo. As organizações preocupavam-se em transformar seus militantes, a maioria estudantes que viviam nas cidades em revolucionários. Para situar-se na vanguarda revolucionária os aspirantes a revolucionários afastavam-se da família, dos amigos, do cotidiano de lazer, estudo, atividades e perspectivas profissionais em suas áreas de formação. Catarina Meloni que ingressou na Ação Popular em 1966 observa que:

Éramos todos muito novos e inexperientes. Tínhamos motivações variadas para o que estávamos fazendo. Cada um de nós estava inventando um jeito de ser revolucionário. Todos queríamos o socialismo, mas não era muito fácil descobrir o que cada um, pessoa ou grupo, entendia por isso ou como se chegaria lá. Os dirigentes não eram muito diferentes das 'bases' nesse aspecto (MELONI, 2009, p.

Embora, nesse período a AP já tivesse como perspectiva a luta armada, a organização ainda não havia se caracterizado como marxista-leninista. Na percepção de Catarina Meloni a ideia de socialismo e a forma de ser revolucionário eram subjetivas, não havia um modelo definido. Para a autora, essa era uma característica que abrangia tanto dirigentes como militantes de base. Catarina Meloni presidiu a UEE paulista interinamente no segundo semestre de 1967. Ela relata que esse:

Foi um período de reviravolta. Acostumada a freqüentar as aulas, fazer provas, trabalhos e pesquisa e ainda trabalhar para ganhar a vida, vi que agora as coisas se apresentavam de outra forma. Foi também um período de solidão. Já não podia ir à casa de minha mãe, nem voltar a minha cidade. Desempenhava as funções do movimento estudantil viajando para lugares que me eram atribuídos. Não era possível, com tantas responsabilidades, freqüentar regularmente as aulas. Além disso, eu tinha deixado os dois empregos. E minha reserva de salário estava acabando. Precisava procurar uma maneira de reorganizar minha vida pessoal, mas não iria sacrificar meu empenho social (MELONI, 2009, p. 30).

Catarina Meloni indica que o senso de compromisso social impunha sacrifícios pessoais e profissionais. Viver e estudar em São Paulo era uma conquista para ela, que era proveniente de uma família pobre do interior do Estado. O pai da autora, não incentivava o estudo das filhas, pois, ele pensava que as mulheres deveriam ser educadas para serem donas de casa. Apenas, após a morte do pai, as filhas dedicaram-se à formação educacional. A militância política era uma forma de realização, pois a autora declara que, “sentia-me diferente de minha mãe, que fora submissa e resignada na sua condição de mulher, primeiro obediente ao marido e, quando este morreu, aos filhos homens” (MELONI, 2009, p. 32). A atuação feminina na política, a formação educacional e o desempenho de atividades profissionais representavam a conquista de novos lugares sociais para as mulheres na sociedade brasileira na década de 1960. Esse processo significava a ruptura com um paradigma que estabelecia que a mulher desempenhasse exclusivamente, os papéis de esposa e de mãe dedicada (CARDOSO, 2003). A conquista de posições de liderança no movimento estudantil representava a ruptura com um modelo hierárquico no qual as mulheres eram situadas em uma condição de subalternidade em relação aos homens. A educação superior e a militância política propiciavam para Catarina Meloni, perspectivas diferentes da idealizada por seu pai e da vivenciada por sua mãe.

O ingresso em organizações clandestinas interferia em todas as dimensões da vida dos militantes políticos. Ao se tornarem membros de uma determinada organização submetiam-se a um arcabouço teórico e metodológico que deveria orientar suas ações políticas, e poderiam culminar em transformações drásticas do modo de vida dos mesmos. Era preciso estudar teorias revolucionárias, obedecer às normas de segurança e participar de sessões de crítica e autocrítica que visavam avaliar a atitude política dos militantes em relação à orientação da organização, a realização das tarefas e o comportamento dos mesmos, diante a prisão e a tortura.

Após a instituição do Ato Institucional n. 5 em 13 de dezembro de 1968, verificou-se o recrudescimento da repressão militar sobre os movimentos de massas, que era visto como um fator que fomentaria a resistência à ditadura militar e o desencadeamento do processo revolucionário. Dessa forma, a AP intensificou o processo de integração de militantes na produção, o que também contribuía para transferir para outras regiões, pessoas que já haviam sido identificadas pela repressão e corriam o risco de ser presas (DE LUCA, 2002; LIMA; ARANTES, 1984).

A integração na produção ocorria de forma clandestina, o que impunha aos militantes o afastamento social em relação à família e aos grupos sociais dos quais participavam. Por um lado, isso aproximava os militantes uns dos outros, propiciando o surgimento de relacionamentos afetivos, inclusive entre integrantes de organizações distintas. Por outro lado, havia também situações de distanciamento pessoal, pois havia casos em que os militantes não chegavam a conhecer os nomes verdadeiros uns dos outros ou saber as tarefas que desempenhavam. O sigilo e a segmentação de atividades eram medidas de segurança contra infiltrações e contribuía também para diminuir a repercussão de informações que poderiam ser fornecidas por militantes presos. A compartimentação era uma medida de segurança que significava que cada um deveria saber apenas o estritamente necessário:

Alugamos uma casa na ladeira da Lapinha, onde vamos morar em três moças: Neusa, a paraense e Juliana, advogada integrada na produção, em Camaçari. Juliana é a mesma companheira que me recebera, na primeira vez em que fui a São Paulo. Lá ela se chamava Sílvia. Às vezes as pessoas passam pela nossa vida como sombras. Juliana morou na mesma casa em que eu, mas nunca tivemos sequer uma conversa pessoal. Nossos trabalhos eram diferentes e compartimentados e uma não sabia o que a outra fazia (DE LUCA, 2002, p. 161).

Catarina Derlei de Luca menciona uma situação em que embora dividindo o mesmo local de moradia, os militantes poderiam vivenciar uma relação de distanciamento devido às exigências de compartimentação. Os militantes que conviviam no mesmo local, evitavam conversar sobre suas tarefas e assuntos pessoais. Isso consistia em uma medida de segurança, pois, em caso de prisão e coação sobre tortura, a quantidade de informações que poderiam ser obtidas pelos órgãos de repressão tornava-se reduzido.

O militante político deveria se submeter à orientação da organização, subordinando a sua vida à causa da revolução. Ele precisava ser capaz de renunciar se necessário à profissão, ao conforto material e ao estilo de vida, por exemplo. O ânimo para tanto, passa pela paixão revolucionária, “referimo-nos àquela chama íntima que acende o pavio da coragem necessária para instaurar uma nova ordem, para enfrentar o inesperado e arcar com o custo, ainda que este seja a própria vida” (SAINT-PIERRE, 2000, p. 101). Os militantes profissionalizados dedicavam-se exclusivamente à revolução e eram sustentados pelo o partido. Militantes integrados ou profissionalizados da AP enfrentavam muitas vezes condições de vida precárias e paupérrimas. Os locais que serviam para reuniões, depósito de materiais, esconderijo

ou moradia de militantes eram designados como aparelhos (realizam reuniões, ou desempenhavam funções eram conhecidos como aparelhos (ISRAQ; FRANCO; SOUSA, 2012). Sobre as condições do local em que viveu com “Tião” e “Matos” no bairro de Brotas, Catarina Derlei relata que:

Tínhamos tarefas diferentes e nunca conversávamos sobre as mesmas. Lá tinha de tudo, menos aparência de casa. Tinha arma, mimeógrafo, jornais LIBERTAÇÃO, documentos internos, documentos teóricos, fotocópia do *Anti During* – livro que era proibido e nós distribuíamos fotocópias. Não havia mesa nem cadeiras, nem camas, nem armários. Dormíamos numa esteira como os vietnamitas. As roupas eram penduradas numa arara improvisada de madeira. A roupa era lavada numa bacia de alumínio. O banheiro era coletivo a várias famílias da favela. Não possuíamos nenhum eletrodoméstico. A política de proletarização, na prática, impunha uma privação quase absoluta. Tudo era considerado pequeno-burguês (DE LUCA, 2002, p. 159-160). [grifo do autor].

O aparelho em que Catarina Derlei De Luca morava com outros militantes funcionava como uma gráfica e local de depósito de armamentos e documentos. No processo de proletarização, os militantes poderiam inclusive vivenciar situações de maior pobreza que as famílias das localidades em que se integravam. Além disso, não se tratava apenas de dispensar bens que representavam conforto material, mas de mudança de hábitos, ou mesmo de descaracterização pessoal para despistar a repressão policial:

Precisei mudar minha aparência, cortar os cabelos, tingir, usar roupas que me descaracterizassem. Essa descaracterização não era muito fácil, dado meu tipo físico, alta, magra, cabelos compridos, rosto e nome conhecidos. Durante um bom tempo eu me senti mutilada no aspecto externo e psíquico. Passei a viver entre gente humilde, que mal tinha com que se alimentar de forma precária. Eram pobres, seus filhos, desnutridos, alimentados apenas com mingau de mandioca na mamadeira. Moravam em casas sem banheiro e quase não possuíam o que vestir. Entre aquelas pessoas, os com idade próxima à minha não haviam freqüentado a escola. Nem sequer poderiam imaginar um mínimo de tudo o que eu já tinha visto e estudado, ou ter qualquer noção das imagens sonhos que povoavam a minha mente. Era difícil, e eu precisava ser um deles, até para sobreviver. Me vestir e calçar como eles; falar, comer, andar, expressar-me como eles. Esquecer as comidas simples, mas delicadas, feitas pela minha mãe, e adaptar-me a comer feijão, muitas vezes mal cozido, farinha e sardinha na salmoura. Arroz, raramente. Para adaptar-me, precisava renunciar a minha vida passada e acreditar que o que eu estava fazendo tinha um sentido e uma finalidade. Foi uma ilusão pensar que aquela pudesse ser uma forma eficiente de criar consciência política nas pessoas e organizá-las para resistir à falta de democracia. A forma de governo e a maneira como ele se exercia sobre a população nada significava para aquela gente que, vivendo sua humilde vida, mal satisfazendo as primeiras necessidades, era muito diferente de nós e da população dos grandes centros. Eles nada sabiam da situação política do país. Ali não se lutava por liberdades mais amplas. As necessidades ainda eram as da sobrevivência. A expressão da democracia era ter feijão no prato no dia seguinte. Para mim foi uma experiência única. Tive que aprender de novo o beabá da vida, viver na humildade e na pobreza, habitar casas menos que precárias, ficar sem comer pão, tomar leite, provar uma fruta. Tive que usar roupas e sapatos adequados ao ambiente e ao papel que eu estava desempenhando. Esquecer os temas dos meus interesses, falar apenas do dia, deixar o passado de lado. Tornei-me uma pessoa calada, não gostava de contar histórias inventadas sobre o meu passado, como outras pessoas sabiam fazer. Eu tinha a pele branca, o cabelo delicado. Meus pés se enchiam de bolhas quando andava muito. Não podia me

expor, aparecer demais. Seria arriscado para mim e para as pessoas com as quais eu convivia. O resultado foi uma vida de confinamento e solidão, apesar de estar sempre no meio de gente (MELONI, 2009, p. 65-66).

Os militantes integrados poderiam ter que passar por descaracterização física e precisavam adotar novas rotinas, vestuário e formas de expressão. Era necessário deixar de lado experiências passadas e adiar projetos pessoais. Esses militantes passavam a enfrentar uma realidade social distinta da que estavam habituados. A ideia de mutilação física e psíquica sinaliza que o processo de integração na produção implicava também uma forma de violência. Os partidos exerciam autoridade sobre os militantes que deveriam se submeter às suas determinações, consideradas infalíveis. Militantes oriundos da classe média representavam um segmento preponderante ou significativo na maioria das organizações políticas de esquerda na década de 1960, o que era visto como um fator negativo. Isso se devia à concepção da missão atribuída ao proletariado na revolução socialista, pressupostos fundadores do comunismo e elementos de coesão das organizações comunistas no período em questão. A integração na produção era um fator do processo de proletarianização, representava um “suicídio de classe”, processo no qual os militantes de origem pequeno-burguesa deveriam abrir mão de um estilo de vida e modo de pensar, para fazer parte da vanguarda revolucionária. Além disso, havia nessas agremiações políticas a crença de que o devir histórico marchava para o socialismo, o que era reforçado pelas revoluções socialistas vitoriosas. Essas concepções reforçavam nos militantes a ideia de sacrifício pessoal em prol da revolução que era considerada iminente (REIS FILHO, 1990).

Na teoria marxista, os proletários constituem-se no grupo social despossuído da propriedade dos meios de produção. Esses trabalhadores são compelidos a vender sua força de trabalho, que é transformada em mercadoria, em troca de uma remuneração monetária. Participam do processo de produção de riqueza, entretanto, de forma subordinada aos interesses dos patrões. Para a realização dos objetivos revolucionários, Mao Tsé-Tung compreendia que o poder político do Estado, na ditadura democrática popular, deveria ser exercido de maneira distinta sobre as classes sociais:

A ditadura democrática popular implica dois métodos. Com relação aos inimigos, usa o método ditatorial, isto é, durante o tempo que seja necessário, não lhe permite que tomem parte em atividades políticas e compele-os ao trabalho, de maneira que, por meio do trabalho, se transformem em homens novos. Com relação ao povo, pelo contrário ela não usa o método da compulsão, mas sim o da democracia, quer dizer, há que deixá-lo participar das atividades políticas, sem compeli-lo a fazer isto ou aquilo, mas antes empregando o método da democracia educando-o e persuadindo-o. Discurso de encerramento pronunciado a II Sessão do Primeiro Comitê Nacional da Conferência Consultivo Política do Povo Chinês – 23 de junho de 1950 (TSÉ-TUNG, 2012, p. 40 - 41).

Na teoria revolucionária de viés marxista, os burgueses são compreendidos como inimigos do povo. Para Tsé-Tung (2012), os integrantes da alta burguesia, formada pelos proprietários dos meios de produção, deveriam ser compelidos ao trabalho manual no campo e nas fábricas. Essa era a forma de produzir “novos homens”, por

permitir aos mesmos a aquisição de uma nova consciência. Ou seja, precisavam se tornar integrantes do povo, do segmento de trabalhadores manuais e manifestar anuência em relação à nova ordem econômica, política e social. Apenas, após serem compreendidos como novos sujeitos, poderiam participar da vida política. O povo, por sua vez, deveria ser consultado e ouvido. No entanto, sua atuação política deveria ser orientada, através da educação e da persuasão. Essa perspectiva defendia que os integrantes do proletariado e da burguesia precisavam de direcionamento político para a construção do comunismo, enquanto, uma nova sociedade. A aplicação da concepção maoísta pela Ação Popular indicava que a integração nas atividades produtivas era uma forma de transformação dos militantes oriundos da pequena burguesia em verdadeiros revolucionários. Tratava-se de um processo de proletarização dos militantes e de transformação da AP em uma organização revolucionária. Sobre a experiência de integração na produção Carlos Roriz Silva observa que:

Durante a integração na produção vivíamos muito tempo isolados em relação ao partido, isolamento que ocorria em menor grau entre companheiros da mesma área que estavam em algumas cidades próximas. Encontrávamo-nos periodicamente para conversarmos sobre a evolução da vida e o trabalho político. Todos sobreviviam por conta própria. Logicamente a integração na produção como assalariado rural foi uma violência física, de modo que no segundo ano mudamos de trabalho; enquanto a vida social com trabalhadores rurais era o nosso foco para o trabalho político. A integração na produção foi válida como é válido o direito do indivíduo trabalhar em qualquer profissão que for capaz e desejar; como é válido o direito democrático de ser contra um regime ditatorial que reprime de forma violenta a quem se apresente como opositor. Sabíamos os riscos de uma luta deste tipo, pois a história do país já era cheia de violências contra o regime democrático (SILVA, 2014, p. 16-17).

Carlos Roriz mesmo reconhecendo a violência física que o trabalho árduo de integração impunha aos militantes, pondera que a prática foi válida enquanto forma de resistência política. Os militantes deveriam ter disposição para deixar suas profissões e sendo necessário, poderia ocorrer até a separação de casais. A resistência a esses procedimentos demandou longas discussões teóricas entre a direção do partido e as bases. Recusar o processo de integração era considerado um atraso para o militante em relação ao processo de proletarização e de transformação do mesmo em um verdadeiro revolucionário. Muitos militantes que se ocupavam de atividades intelectuais no espaço urbano, não possuíam nenhuma experiência profissional ou não tinham prática nas áreas em que procuravam emprego. A integração na produção e suas dificuldades colocavam à prova a convicção ideológica dos militantes:

A política de integração na produção também tinha afastado companheiros. O amor à classe operária não era tão grande, como para ir viver com ela, morar com ela, trabalhar com ela. Para os que se integraram foi um grande desafio ideológico. Foi um teste válido. A maioria dos que se integraram à produção, trabalhando como operários ou camponeses, esquecendo a comodidade material, uma boa casa, uma boa cama, carro, telefone, tiveram quando presos, bom comportamento frente à repressão. Os que não se integraram ou desistiram logo no início tiveram mais dificuldades ao enfrentá-la. E lógico: quem não consegue desligar-se de bens materiais em função de uma ideia terá dificuldades de ser fiel a ela quando tiver de

De acordo com a autora era preciso ter amor à classe operária; pois os militantes deviam se desprender de uma vida com relativo conforto material e mudar seus hábitos para viver e trabalhar nas mesmas condições que operários e camponeses. Estimava-se que os militantes que apresentavam maior comprometimento com a causa política também possuiriam melhor capacidade de resistência à tortura. Postulava-se que um militante ideal deveria ser capaz de sacrificar projetos pessoais em prol da causa revolucionária e de enfrentar a tortura e a morte sem nada declarar aos inquiridores. No entanto, as condições físicas e emocionais dos militantes poderiam levá-los a abandonar as experiências de integração, ceder informações para os órgãos de repressão devido à tortura ou, mesmo, diante o medo da morte. O processo de integração exigia um despojamento do militante político, em relação a diversos aspectos da vida pessoal e econômica. Muitos militantes buscaram cumprir os postulados estabelecidos para o modelo de revolucionário fornecido, animados pelo ideal de justiça social e de participação ativa no processo de transformação histórica. No entanto, nem todos atendiam os requisitos ou conseguiam adequar-se à idealização revolucionária.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Golpe Militar de 1964 implicou na repressão aos movimentos sociais e incentivou a opção pela luta armada como forma de combate à ditadura e de transformação da ordem social e econômica. O processo de transformação da Ação Popular em uma organização revolucionária foi marcado pela adesão ao marxismo-leninismo e ao maoísmo. A política de integrar jovens estudantes e profissionais recém-formados na produção como operários e trabalhadores rurais era uma maneira de formar revolucionários e de fomentar a mobilização desses segmentos sociais para a luta política.

Muitos jovens imbuídos de entusiasmo revolucionário deixaram a família, amigos, os estudos e perspectivas de atuação profissional para se dedicar ao projeto de se tornar um revolucionário, enfrentando, realidades econômicas e sociais adversas e o risco de prisão, tortura e de morte. Essa situação foi encarada de maneira diversa, enquanto alguns conseguiram realizar os sacrifícios exigidos pela condição de clandestinidade, outros sucumbiram diante as dificuldades da integração na produção ou dos acampamentos militares. O cotidiano dos acampamentos militares indicava os riscos inerentes à atividade revolucionária, para as quais nem todos se sentiam suficientemente mobilizados. Constatando-se a distância entre a propaganda revolucionária, o ideal de ser um revolucionário e a realidade que essa condição impunha.

Ressalta-se que embora a experiência de integração tenha imposto duras provas, ela é avaliada positivamente por Catarina Derlei De Luca e Carlos Roriz da

Silva, enquanto forma de resistência política à ditadura e como maneira de testar e fortalecer ideologicamente os militantes políticos, para enfrentar as agruras da prisão e mesmo da tortura. Mas por outro lado, Carlos Roriz e Catarina Meloni convergem na observação de que o processo implicava em uma forma de violência exercida sobre os militantes; devido aos aspectos físicos e emocionais envolvidos na condição de alteração drástica do modo de vida, condições de trabalho, e em decorrência também do isolamento social e ruptura com aspectos, como história de vida e subjetividade dos militantes.

REFERÊNCIAS

AÇÃO POPULAR. Documento-base, fevereiro, 1963. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. DE SÁ, Jair Ferreira. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, p. 36-47.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930 - 1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma-SC: Ed. do Autor, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Vertice, 1990.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. **A escrita da subversão 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LIMA, Haroldo. ARANTES, Aldo. **História da ação Popular da JUC ao PC do B**. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

MELONI, Catarina. **1968**: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (Tomo I). Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000.

SILVA, Carlos Roriz. **Tempo de lutas**: contribuição à história da Ação Popular. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2014.

TSETUNG, Mao. **Obras escolhidas de Mao Tsetung**. Tomo I. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2011.

TSÉ-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho**: citações do comandante Mao Tsé-Tung. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

Nota:

O presente trabalho foi realizado como apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil – (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA BRASILEIRA DE 1824

William Geovane Carlos

Pós-Graduando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá-PR

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo um dos maiores acontecimentos do Brasil, que é a primeira constituição oficial do nosso país. Esta que foi instaurada pelo primeiro imperador brasileiro (de origem portuguesa) Dom Pedro I, após uma tentativa da população de se ter uma constituição voltada para o povo. Este acontecimento tem como um de seus mais característicos vieses o lado político, pois é com esta constituição que o imperador começa a exercer seu poder autoritário, mas de uma forma um tanto velado, com plenos amparos na lei vigente da época, assim a população fica descontente por ter sua tentativa de república fracassada. Apesar de o tema principal se inteirar totalmente na história nacional e algumas relações com Portugal, não tratarei aqui de analisar esta interação, mantendo o foco no território brasileiro, principalmente alguns momentos após a dita ser implantada. Teoricamente, o estudo foi respaldado pela historiografia da Nova História Política, contendo entre os nomes, Isabel Lustosa. Ao final foram notados aspectos que evidenciam as leis de controle e poder impostas por Dom

Pedro I, com o chamado Poder Moderador, que estava acima de todos os outros poderes.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, constituição, poder, política e imperador.

ABSTRACT: The present study is one of the major events in Brazil, which is the first official constitution of our country. This was instituted by the first Brazilian emperor (of Portuguese origin) Dom Pedro I, after an attempt by the population to have a constitution focused on the people. This event has as one of its most characteristic biases the political side, for it is with this constitution that the emperor begins to exercise his authoritarian power, but in a somewhat veiled way, with full protection in the current law of the time, so the population is disgruntled by his failed republican attempt. Although the main theme is fully understood in the national history and some relations with Portugal, I will not try to analyze this interaction, keeping the focus on the Brazilian territory, mainly a few moments after being implanted. Theoretically, the study was supported by the historiography of the New Political History, containing among the names, Isabel Lustosa. At the end were noted aspects that evidenced the laws of control and power imposed by Dom Pedro I, with the so-called Moderating Power, which was above all other powers.

KEYWORDS: Brazil, constitution, power, politics and emperor.

1 | INTRODUÇÃO

A Independência do Brasil é algo que ainda é envolto de muitos mistérios, pois tem-se diversas dúvidas sobre o que realmente teria acontecido no dito dia da proclamação da nossa independência, mas uma coisa foi bem clara quanto ao ocorrido, serviu de porta de entrada para uma “monarquia” brasileira, que também não era qualquer intitulação de rei, pois seu líder se declarava imperador.

Com o episódio de 07 de setembro de 1822 o Brasil se torna livre de Portugal D. Pedro logo depois, em primeiro de dezembro do mesmo ano, é coroado o imperador deste vasto território, o porquê da escolha de tal regime político seria para evitar a fragmentação de tamanha nação, mesmo que os interesses fossem bastante pessoais.

Tinha-se pensamentos em ser uma nação civilizada e exemplar, mas que na verdade escondia a terrível face da escravidão e da constante violência, além da imposição “relâmpago” de um novo meio de governo no Brasil, sem o assentimento interno ou externo, sendo assim algo que levou tempo para ser completamente aderido.

O imperador D. Pedro, agora D. Pedro I, esteve em contato com algumas influências que permutaram em seus pensamentos e basicamente o fizeram seguir determinados caminhos, pois a ideologia que mais agrada alguém é aquela que se encaixa nos próprios interesses deste determinado ser, entre estas influências podem ser citados, o pensamento liberal, a doutrina da maçonaria e até exemplos de grandes líderes como Napoleão Bonaparte e o próprio sogro de D. Pedro, Francisco II.

Os representantes de todas as províncias brasileiras acharam que agora poderiam tomar rumos só para o país, então se reúnem na Assembleia Constituinte para tentar promulgar uma constituição, esta que ficou conhecida como Constituição da Mandioca, onde entre suas principais reivindicações, se tinha a delegação dos três poderes (proposta do filósofo Montesquieu), Legislativo, Executivo e Judiciário, além também de restringir as ações do mais novo imperador.

É evidente que as reivindicações dos líderes provincianos não agradaram a D. Pedro I, este que utiliza seu poder no país para dissolver a Assembleia Constituinte, com medo de tornar-se um mero fantoche nas mãos de outros, assim se tem o evento conhecido como Noite da Agonia, onde os deputados da Assembleia se recusavam a sair do local, mas que no final acabaram se retirando sem a necessidade de violência.

Então o imperador e seu séquito mais confiável se encarregam de produzir, rapidamente em aproximadamente 15 dias, uma constituição que agradasse os interesses do líder do país, assim é instaurada a primeira constituição do Brasil, também chamada de Constituição Outorgada, em 1824, tendo como molde o projeto da Constituição da Mandioca e estabelecendo a verdadeira imposição de D. Pedro I para com seu povo.

2 | A FAMÍLIA REAL NO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO OUTORGADA

Com o Bloqueio Continental de Napoleão Bonaparte, a realeza portuguesa se viu obrigada a deixar seu país, pois ela mantinha relações comerciais com o principal inimigo dos franceses, a Inglaterra, deste modo, Portugal corria o risco da invasão napoleônica, então sua monarquia foge para a colônia mais prospera, o Brasil.

O país Portugal ficou à mercê de Bonaparte, mas a realeza estava “segura” em sua viagem, tendo-se a escolta da marinha da Inglaterra, valendo ressaltar que esta ajuda inglesa não vinha de bom grado, porque tinha-se grande interesses comerciais por trás do que estava ocorrendo.

Então após alguns transtornos na viagem, o Príncipe Regente D. João, o resto da realeza e a corte portuguesa, chegam ao Brasil no ano de 1808, parando primeiramente na cidade de Salvador, a qual possuía um porto vastamente usado para o comércio.

Já no dia 28 do mês de janeiro de 1808, D. João tratava de cumprir alguma pendência com os ingleses, assinando a medida régia que era a carta de abertura dos portos brasileiros às nações amigas, onde permitia-se a importação e exportação de quaisquer mercadorias para aliados estrangeiros ou para a metrópole portuguesa.

As medidas portuguesas não pararam por aí, porque no ano de 1810 o Príncipe Regente assina tratados que beneficiam o comércio de produtos ingleses no Brasil, como exemplo tem-se o Tratado de Comércio e Navegação.

Após alguns momentos, a realeza portuguesa se dirigiu para a capital da colônia, o Rio de Janeiro, com a intenção de viver lá, mas com isto o lugar foi preparado “às pressas” para acomoda-los, a exemplo tem o fato de os moradores brasileiro terem de ceder suas casas para os membros do segundo escalão Português, algo que gerou revolta por algum tempo, mas os ânimos foram acalmados com o Registro Geral dos Mercês, em 1810, onde esses brasileiros prejudicados receberam títulos de nobreza.

Com o passar de alguns anos, D. João tratou de organizar a colônia como um lugar memorável para os membros da alta estirpe. Em decorrência disto, é criado um Banco do Brasil e uma Imprensa Régia já em 1808, uma Academia Militar em 1810, um Horto Botânico em 1811, além do Museu Real e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, sem faltar a citação de que foram criadas mais datas comemorativas e festivas.

Para poder concluir algumas de suas ambições, D. João eleva o Brasil a condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, no ano de 1815 e já no ano seguinte, o Príncipe Regente se torna rei, assim sendo conhecido como D. João VI.

Na ideia de impor o que queria, o rei gerou descontentamento na colônia e na metrópole (Portugal), tanto que em 1820, ao mesmo tempo que era nomeada a primeira Junta de Governo no Brasil, acontecia a Revolução Liberal do Porto, tudo em meio à crise de todos os setores que Portugal estava passando.

O novo rei sofria pressionamento da metrópole e até da colônia para voltar a Portugal, algo que só aconteceu depois de grande pressão popular. Mas o rei se viu

coagido, pois no seu país as Cortes estavam exercendo grandes poderes, de tal modo que eles exigiram representações brasileiras em Portugal, além de barrar vontades do rei.

Como D. Pedro, filho de D. João VI, avia ficado no Brasil para comandar, ele acaba até sendo mais querido, assim recebendo um requerimento para ficar no país, algo que ele aceita prontamente, no dia conhecido como “Dia do Fico”.

Pouco a pouco o príncipe continuava quebrando com as amarras para com Portugal. Desta maneira, D. Pedro inicia uma série de jornadas por cidades brasileiras, em 1822, para resolver algumas questões internas, tendo-se um acontecimento de suma importância no decorrer do processo, a declaração de independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822.

Com D. Pedro no controle da colônia agora independente, ele exige a união sagrada para se tornar imperador, se mostrando soberano sobre os líderes europeus e sobre seu povo, mas o assentimento a isto não veio imediatamente, tanto internamente quanto externamente, pois algumas províncias brasileiras continuaram aliadas a Lisboa e o Brasil estava com negociações com Portugal.

Nestas negociações, a Inglaterra se intromete para tentar lucrar ou obter qualquer vantagem, assim cobrando o alto preço da escolta na vinda da família real ao Brasil, tentando conseguir principalmente uma de suas mais novas reivindicações, a abolição do tráfico de escravos africanos. Tais cobranças inglesas geraram alguns tratados ao longo dos anos para que assim tentasse adiar ao máximo o que a Inglaterra queria.

Entre 1822 e 1848 o Brasil independente de D. Pedro I passara por momentos de rebelião, sinais de um Império que se afundava em constantes revoltas e insurreições populares, devido descontentamentos com o governo monárquico, que aflorava seu poder em prol da oligarquia.

Para acalmar os ânimos populares, D. Pedro I convoca uma Assembleia Nacional Constituinte para formar a que viria ser a carta de constituição brasileira. Em 1823 a Constituição da Mandioca é elaborada - com ideais iluministas de Montesquieu - dividia o poder em três: judiciário, executivo e legislativo, sendo o imperador sujeito às punições das leis, além dos eleitores da nova constituição ter renda anual de 150 alqueires de farinha de mandioca. Dessa forma senadores e deputados que possuíam a maior parte de terras e escravos, elaboraram a carta constitucional mantendo seus privilégios no império. A maioria da população rural não possuía devida riqueza, pois trabalhavam de favor nas terras.

A constituição da mandioca estava na verdade, em prol dos interesses da aristocracia rural, deliberando poder para poucos e limitando o poder imperial, que por sua vez, não foi admitida por D. Pedro I, ordenando o desmembramento da assembleia constituinte no mesmo ano.

Em 1824 D. Pedro I junto a seus aliados, decreta a Constituição Imperial do Brasil, chamada de Outorgada. A Constituição previa uma quadripartida do poder político, eram eles os poderes: executivo, legislativo, judiciário e moderador – a carta

curinga do imperador – privilegiando e garantindo o poder do imperador sobre todos os três poderes.

“Art. 98. O Poder moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos”. (CONSTITUIÇÃO, 1824; in NOGUEIRA, 2012)

A importância da primeira Carta constitucional ao país, foi capaz de conter as rebeliões populares, proporcionar momentos de estabilidade política e garantir vitórias às revoltas, como as de Pernambuco (1824) e Praieira (1848-1849), prolongando uma evolução da Monarquia. Apenas homens a partir de 25 anos e com renda de 100 mil réis anuais poderia votar (voto censitário).

“[...] a evolução da monarquia fundamentada em leis só se garantiu devido o prolongamento da Carta Outorgada [...]. Essa evolução inclui fatos de enorme relevância e significação tanto político como econômica e social. As intervenções no Prata e a Guerra do Paraguai; o fim da tarifa preferencial da Inglaterra e o início do protecionismo econômico, com a tarifa Alves Branco, de 1844; a supressão do tráfico de escravos, o início da industrialização e a própria Abolição, em 1888”. (NOGUEIRA, 2012, p.10)

Tal prolongamento da Carta imperial (1824 -1889), deteve cerca de 65 anos, e suas leis foram inspiradas nos princípios do constitucionalismo inglês – poder de Estado e aos direitos e deveres individuais – garantia dos direitos e contenção dos abusos. Segundo Nogueira (2012, p.12), “O Ato adicional é a única reforma do seu texto, adotada pela lei de 12 de agosto de 1834”. A reforma da Carta garantiu a regularização dos crimes, Códigos Criminais, criação do Supremo Tribunal de Justiça, Código Comercial, Lei de Terras e Lei Saraiva (voto direto).

A carta de 1824 estabeleceu um Estado unitário, autoridade centralizada na capital do império. Toda a autoria imperial provinha da carta constitucional, pois o império por si só não possuía poder. Os poderes de administração provincial eram destinados as Câmaras Municipais, Fazenda Nacional e Orçamento Imperial. Segundo Nogueira (NOGUEIRA, p.21) “O rigor desse unitarismo se estabelecia exatamente a partir de uma vigorosa centralização política e administrativa. Encontrada no Título VII”.

“Haverá em cada província um presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado. ” (Art. 165, Constituição, 1824)

3 | AS CONSEQUÊNCIAS DA CONSTITUIÇÃO OUTORGADA

Diversos são os aspectos que marcam nossa educação, conceitos morais, objetivos, identidades de felicidade e vivências institucionais, a História nos permite observar e absorver o caminho que percorremos até nossas relações sociais, conhecer os aspectos determinantes de nossa nação e as leis que nos regem, dentro dessas

características que é viável entender as peças que remontam nossa legislação, ou a direção que toma as constituições do Brasil, e como papel fundamental é importante entender as consequências da Constituição Outorgada de 1824 ou a primeira Constituição válida.

A Constituição Outorgada de 1824 traz mudanças características ao seu contexto histórico, e muito determinantes principalmente para os aspectos políticos, econômicos e sociais, as características de mudanças são fundamentais, criam novas formas documentadas de se reger a vivência no Brasil, e exclui ideais políticos não condizentes com o que estivesse escrito na constituição, desta forma, a Constituição Outorgada trouxe muitas distinções e pontos essenciais marcantes para a história brasileira, no qual é importante destaca-los.

Disponha-se de alguns fatores marcantes como a sua total independência, como diz à Constituição Outorgada de 1824, Título 1º, Art. 1º, em que o Brasil agora é totalmente independente, uma nação livre, na qual Portugal perdera seu cordão umbilical ligado à sua antiga colônia, de qualquer forma, continuou sendo dividido em províncias e monárquico hereditário, no entanto com um órgão constitucional e representativo. A religião Católica Apostólica Romana permanecera a religião regente do Império, no entanto constitucionalmente permitido os cultos à outras religiões como cultos domésticos ou lugares reservados. A divisão dos poderes se deu pelo Poder Legislativo, Moderador, Executivo e Judiciário, sendo o Poder Moderador exclusivo do Imperador. A Assembleia Geral é detém o poder Legislativo e é formada pela Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores, desta forma a estrutura do Império brasileiro começa a tomar uma forma mais sólida em visão a sua independência.

É interessante observar que ser membro de ambas as câmaras era proibido pela constituição. Para se tornar Senador eram necessários alguns aspectos como: ser um cidadão brasileiro, ter no mínimo quarenta anos, uma pessoa de “saber, capacidade, e virtudes, de preferência que tenha feito serviços à pátria.” (Cons 1824, Título 4º, Cap. III, Art. 45. III), e que também tivesse uma renda “por bens, indústria, comércio, ou Empregos, a soma de oitocentos mil réis.” (Cons 1824, Título 4º, Cap. III, Art. 45. IV). Havia a proibição do voto na Assembleia Paroquial para menores de vinte e cinco anos, Oficiais Militares, Clérigos de Ordens Sacras e Bacharéis formados, também os que não tiverem os bens anuais de vinte mil réis, os libertos e criminosos. Desta forma se o Brasil vai tomando forma, ganhando um corpo legislativo para a sua construção, em que se abrange direitos em sua maioria para uma classe burguesa brasileira, exclui os que não tiverem de fato uma renda base suficiente, demonstrando o tamanho da influência da massa selecionada para a direção do país, o que comporta uma maior regularidade dentro da liberdade legislativa do momento é o poder Moderador, no qual está sob a pirâmide e que a regula para não transitar sua estrutura.

O poder Moderador era como um poder independente, este que não tinha nenhum laço com nenhum outro poder, e tinha livre escolha sobre qualquer outra decisão, ou decidir e definir qualquer escolha sem a necessidade da junção de escolhas,

mantendo sua força e poder, regulando e como era dito, mantendo a harmonia. A família Imperial detinha o Capítulo III do Título 5º da Constituição, especialmente para designar seus direitos, a hereditariedade do Império resignada e definida, confirmando o príncipe herdeiro e a idade de quatorze anos para se apresentar ao Presidente do Senado para o juramento de “ Presidente do Senado, reunidas as duas Câmaras, o seguinte Juramento - Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, observar a Constituição Política da Nação Brasileira, e ser obediente às Leis, e ao Imperador. “, a sucessão das terras e a permanência do Império na regência da família real conforme a sucessão hereditária, em caso de não ser direta, a sucessão familiar mais próxima.

Em questões da força Militar, todos os brasileiros são obrigados a lutar pelo Brasil e defende-los pela independência e integridade, também declarando a obediência desta para o Brasil e a sua Majestade. Vê-se que o Brasil deteve uma forma gradual e balanceada de condições, direitos e deveres para sua nova forma de vida, o Imperador não se absterá de seu poder e não permitiu que a Assembleia equilibrasse todos os poderes, desde os liberais exaltados aos liberais moderados, a predominação foi da força real, na qual tentou de alguma forma conciliar os poderes e ainda assim firmar sua relevância no poder. Não é segredo que Dom Pedro I detinha uma Inteligência exponencial e que sua política mostrava autoridade, porém também demonstrava fidelidade para com seu país, sua Constituição pronunciou uma visão de liberdade equilibrada, uma independência que relatou uma Monarquia, o Imperador não se ateve à pressões e revoltas, também não questionou sua própria autoridade, este redigiu para o Parlamento um controle entre as Câmaras, cada uma equilibrando em suas decisões os aspectos do Império, e aquela que ousasse alguma descontinuidade à vontade da Majestade, não teria êxito, pois a decisão final era do Poder Moderador, ou seja, a apresentação de uma política com características liberais, no entanto Monárquica e controladora, visando ao Brasil uma oportunidade de iniciar sua Nação com uma multiculturalidade com algum predomínio de ideais europeus.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi abordado o assunto da primeira constituição do recente império independente do Brasil, a Outorgada, promulgada por D. Pedro I em 1824. Levando em conta que a constituição foi imposta às pressas, devido constantes revoltas por todo o império. A solução de impor uma constituição demonstrava o poder imperial aos cidadãos e interesses políticos pelas províncias. Tal imposição de leis continuava a privilegiar a aristocracia rural, donos de terras, sendo esses os únicos que possuem condições de cargos políticos, que continuará a deixar o país dividido.

O trabalho aprofunda-se na primeira constituição brasileira, tema pouco conhecido pela população e de suma importância na compreensão da história de independência do Brasil. Desde a chegada da família real portuguesa na colônia Brasil, nunca antes feita por qualquer império, e um longo processo de D. João como imperador e da

elevação de uma colônia a império de Portugal em 1815, que resultou constantes revoltas populares por todo o império, nos permite a entender e fazer uma comparação, de quão Brasil e Portugal era dois impérios distintos politicamente. A cultura brasileira molda-se de uma constante transformação política e não só social, do modo único que D. Pedro I instaura no país de fazer política, poder centralizador.

A importância da elaboração do artigo foi importante para compreender o início do império brasileiro, independente de Portugal e a maneira de apaziguamento pela força da nação, pela Constituição Outorgada de D. Pedro I; e principalmente a construção da identidade cultural, social e política do brasileiro.

REFERÊNCIAS

LUSTOSA, ISABEL. **PERFIS BRASILEIROS: D. PEDRO I**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, OCTACIANO. **Constituições Brasileiras: 1824**. 3. Ed. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2012.

RIBEIRO, EDER. **O Conselho de Estado no tempo de D. Pedro I: um estudo da política e da sociedade no Primeiro Reinado**. 2010. 199f. Trabalho de dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

A OCUPAÇÃO AMERICANA E A CONSTITUIÇÃO JAPONESA NO PÓS-GUERRA

Douglas Pastrello

Mestrando em História política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Maringá-PR

RESUMO: O presente trabalho busca elucidar os momentos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial no Japão. Após a rendição incondicional do Japão que decretou o fim da guerra, a cultura da honra japonesa, foi colocada em xeque. O historiador Yoshikuni Igarashi(2011) aponta que a aproximação entre EUA-Japão foi estratégica, e já datava de antes do encerramento do conflito, uma vez que o governo americano fez uso de uma antropóloga para compreender melhor o povo japonês antes do fim da guerra(BENEDICT,1997), visando a necessidade de uma aproximação entre os dois governos no pós guerra. Igarashi afirma ainda que a ocupação americana teria tido um caráter simbólico, desde os encontros entre o general Douglas MacArthur e o Imperador Hirohito, até a elaboração da nova constituição japonesa em 1947. A elaboração da constituição japonesa teria ocorrido devido à relutância dos japoneses em abandonar sua constituição *Meiji*, ao passo que se cria uma estratégia para isentar o Imperador de seus “crimes de guerra” e moldar um aliado próximo ao Leste soviético.

PALAVRAS-CHAVE: pós-guerra, constituição japonesa, ocupação americana.

ABSTRACT: The present paper aims to elucidate the moments after the Second World War in Japan. After the unconditional surrender which ends the war, the Japanese honor tradition was put in hold. The historian Yoshikuni Igarashi(2011) shows that the approximation between the USA-Japan was strategic and it was started before the end of the war(BENEDICT,1997), aiming the need of a close relation between the governments of the United States and Japan. Igarashi also affirms that the American occupation had a symbolic feature, since the encounters of the Emperor Hirohito and General Douglas MacArthur up until the elaboration of the new constitution in 1947. The new constitution had occurred because of the Japanese reluctance in abandon the *Meiji* constitution, while there is a creation of a strategy to acquit the Emperor from his “war crimes” and shape a new ally in the soviet east. **KEYWORDS:** post-war, japanese constitution, american occupation.

1 | INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial teve como grande marco o uso dos artefatos

atômicos de Hiroshima e Nagasaki, estes que por sua vez moldaram não só o desfecho do conflito, considerado prematuro, para as estimativas de guerra americanas que esperavam – sem a bomba atômica – uma guerra ainda mais extensa, como também foram responsáveis por moldar a relação Estados Unidos-Japão no que viria ser a Guerra Fria.

Essa relação começa de imediato com o fim da guerra, o Japão tem seu território ocupado pelas tropas aliadas – lideradas pelo general Douglas MacArthur – assim o povo japonês ganha um recomeço sob a tutela das asas da grande águia.

É importante considerar que há três aspectos para compreender o Japão neste momento que sucede o conflito. Essa divisão, embora arbitrária reflete o período estudado da seguinte maneira, primeiro entender como se dá essa aproximação entre Japão e os EUA, segundo compreender o papel que o general Douglas MacArthur tem na ocupação e por fim denotar como há uma grande distância do Japão para consigo mesmo com a nova constituição elaborada sob influência direta dos EUA.

2 | A APROXIMAÇÃO E A DOMESTICAÇÃO DO “ESPIRITO SAMURAI”

Ruth Benedict foi uma antropóloga norte-americana que a pedido do governo estadunidense, em 1945, faz um trabalho antropológico para compreender o povo nipônico. Este trabalho foi lançado como o livro “O crisântemo e a espada” (1997) e reflete em seu próprio título a dualidade da cultura japonesa, de um lado há uma cultura da honra que valoriza ao máximo um espírito guerreiro, baseado no código samurai do *bushido* e por outro há um povo simples e recheado de empatia.

No momento que se antecede o fim da guerra é com a “espada” que os norte-americanos lidam, a fúria japonesa e a conduta de buscar a vitória a todo custo, ou pelo menos a “não-derrota” faz com que cada plano de ataque contra os japoneses tenha de ser pensados duas vezes.

Benedict traça um paralelo entre os ianques e os nipônicos quase que de forma maniqueísta, há um grande abismo entre os dois e são extremos opostos, ela visa também demonstrar como há um grande misticismo em volta da questão da honra japonesa, algo que Yoshikuni Igarashi(2011) ressalta como uma “cultura do corpo”, que aos olhos do Império Japonês os corpos japoneses deveriam estar todos a serviço de sua pátria a todo momento.

Entre os relatos podemos destacar um que Benedict traz em seu livro,

A razão oficial da condecoração não foi por ter o comandante John S. McCain sido capaz de pôr sido capaz de pôr os japoneses em fuga, embora não compreendamos por que, já que a comunicação de Nimitz assim revelou... Pois bem, a razão da condecoração do almirante McCain foi por ele ter conseguido salvar dois navios de guerra americanos.[...]o que desejamos que notem é que o salvamento de dois navios avariados é motivo para condecoração nos Estados Unidos(BENEDICT, 1997. P.37)

Este relato teria sido veiculado em uma rádio japonesa, nele fica visível a diferença da cultura militar norte-americana e japonesa: aos olhos dos altos oficiais nipônicos era incompreensível que um almirante recuasse da batalha, e mais indigno ainda que ele fosse condecorado por ter recuado e salvo duas “carcaças”, do ponto de vista japonês viver sem ter dado o impossível pela sua nação era uma vergonha muito pior do que morrer em combate.

Essa cultura da honra atinge todos os corpos japoneses, Yoshikuni Igarashi em seu livro “Corpos da memória”(2011) demonstra que no período de guerra havia uma necessidade de controle dos corpos físicos japoneses, de treiná-los constantemente. A lealdade viria do sucesso do treinamento físico, sendo eles nos campos militares preparatórios a serviço da guerra, ou nos exames de “rotina” anuais que os japoneses eram obrigados a participar.

Inclusive, Ruth Benedict(1997) comenta alguns episódios e lendas em que é possível analisar essa tradição do corpo. Como exemplo, ela narra contos do “espírito” japonês que eram transmitidos via rádio para a população, com o intuito de aumentar o ufanismo nipônico:

Terminados os combates aéreos, os aviões japoneses regressaram à sua base em pequenas formações de três ou quatro. Num dos primeiros aparelhos, achava-se um capitão. Apeando-se, examinou o céu por meio de binóculo. Enquanto seus homens retornavam, ele contava. Parecia bastante pálido, porém, muito firme. Após o regresso do último avião, dirigiu-se ao quartel general, onde fez um relatório encaminhando-o ao Oficial comandante. Logo em seguida, porém, tombou súbito ao solo. Os oficiais no local acorreram-lhe em auxílio, mas ele já estava morto. Examinando-lhe o corpo, descobriu-se que já estava frio, com ferimento à bala de consequências fatais. É impossível encontrar-se frio o corpo e uma pessoa recentemente morta. Entretanto, o corpo do capitão morto estava frio como gelo. Há muito que ele estava morto, fora seu espírito que fizera o relatório. Um fato tão miraculoso deve-se sem dúvida ao rigoroso senso de responsabilidade do capitão morto. (BENEDICT,1997. p.29)

A ênfase de que o soldado nipônico já estaria morto é dada diversas vezes, a fim de estabelecer um compromisso do ouvinte com o “espírito” japonês. Esse espírito pode ser facilmente interpretado como o corpo a serviço do Japão/Imperador. Essa lógica também era empregada aos *kamikazes* com o lema “contrapor nosso treinamento ao número deles, nossa carne ao seu aço” (BENEDICT,1997).

A propaganda japonesa não cedeu em nenhum momento. Mesmo quando os bombardeios estavam prestes a cair em suas cabeças na ilha do Japão, haveria em resposta “que já seria esperado e planejado” (BENEDICT,1997). A honra nipônica era lutar até a morte, se arremessar no inimigo com uma granada e atacá-lo desarmado se preciso, nunca se render e, em últimos casos, cometer a máxima da honra, o *hara-kiri* – ou o suicídio pela honra.

Esta cultura pela honra neste período não foi espontânea, de acordo com Célia Sakurai(2011), ela teria sido moldada deliberadamente após a instauração do Imperador divino do século XIX, com a constituição Meiji de 1890, partindo da ideia de que era necessário aproximar o ideal do Estado com o povo, fazendo uso da figura do

samurai, um guerreiro que lutava sempre pelo seu senhor e mesmo quando imerso em um grande grupo poderia se destacar através de sua coragem, lealdade e auto sacrifício.

Em correlação podemos perceber que a propaganda americana, frequentemente representando os japoneses como macacos (PURDY.2018), trabalha sua crítica também exatamente em cima desses mesmos valores exaltados pelo seu inimigo, desta forma fica claro que – como afirmado pela antropóloga – o Japão e os Estados Unidos tinham valores totalmente incompatíveis, vistos como água e óleo, extremos opostos, mergulhados em um conflito maniqueísta do “bem” contra o mal”

Desta forma o Japão anterior ao fim da guerra seria como a propaganda americana e o próprio aparato militar do tio Sam representavam seu inimigo: sempre no extremo oposto do americano, considerado uma entidade maligna suprema e oposta a todos os valores do sonho americano, que em contrapartida teríamos o outro Japão, um país fragilizado que emergiu com o fim do conflito.

É de suma importância entender que, como afirma o historiador Igarashi, a fonte que exalam essas memórias do conflito, são não necessariamente os japoneses em si, mas sim seus corpos que sofreram física e mentalmente na coerção do Estado militar, seja sob os castigos físicos aplicados neles, seja como a narrativa da honra afetando moralmente suas vidas.

Podemos identificar no relato do fotógrafo Kikujiro Fukushima, que havia muita rigidez quanto à seriedade de treinamento desse corpo nacional: “[...] contudo os poucos soldados que foram devagar nas ações e memorizações continuaram sendo punidos (como tinha acontecido desde começo do treinamento) [...]” (FUKUSHIMA, 1987 apud IGARASHI,2011, p. 132)

Há também o relato da jornalista Totsuka que trabalhava como editora de revistas, ela participou de uma “festa selvagem” - algo que o autor explica como uma festa com muitas bebidas e jazz - mostrando claramente sua posição ao utilizar batom e vestido vermelho, itens de luxo que estavam proibidos nos tempos de guerra.

Esses relatos demonstram não só como havia um estrito padrão moral, militar, rígido, como também demonstra que durante o conflito, certos bens de consumo eram vistos como artigos de luxo – e até luxúria - estavam banidos, sendo considerados ilegais. Ressalta-se aqui, brevemente, que embora esses artefatos fossem proibidos pelo governo, demonstra que havia certo contato com o mundo exterior, se considerarmos que no relato de Fumiko já havia o Jazz e a bebida no imediato da rendição, uma vez que não haveria tempo hábil para se adquirir algo que era ilegal até o dia anterior, através de um meio legalizado e utiliza-lo no mesmo momento.

O fim do conflito, demarca, assim, uma aproximação entre os EUA-Japão, está que é tida, pelo historiador japonês, como estratégica. O governo norte-americano via o Japão como uma luz no fim do túnel no oriente dominado pelos soviéticos.

Começaria, assim, o que Igarashi denomina como narrativa de coerção, um processo político pré-elaborado, executado por MacArthur, de utilizar-se da figura

do Imperador japonês como intermédio entre as aspirações políticas dos ianques e a população civil nipônica – o “Japão depois da guerra”. Esse processo isentaria o Imperador dos crimes de guerra, fazendo com que recaia a culpa do conflito somente pelos militares, desta forma seria mantido o regime Imperial e o líder japonês seria visto como o fator unificador da população destruída pelo conflito.

MacArthur mergulha de cabeça em solo americano, visando reafirmar os valores ianques em solo japonês, seus relatos são a principal fonte para entendermos o período, seus relatos carregam um enorme simbolismo e também contribuem para a construção de uma narrativa deliberadamente forjada, em narrativas tais como:

Ele estava nervoso e o stress dos meses passados ficou plenamente visível. Eu dispensei todo mundo menos o intérprete dele, e nós nos sentamos diante da lareira de uma das extremidades do imenso salão de recepção. Eu lhe ofereci um cigarro americano que ele aceitou com gratidão. Eu notei como as mãos dele tremiam enquanto acendia o cigarro para ele. Eu tentei tornar aquilo, o quanto pude, o mais fácil possível para ele, mas eu sabia o quão profunda e aterradora poderia ser a agonia da humilhação dele. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI,2011, p. 82)

Essa narrativa vai sendo elaborada por MacArthur em suas memórias autobiográficas, é contestada por Igarashi(2011), a exemplo de que, segundo o historiador, Hirohito era extremamente conhecido por sua aversão ao fumo, tornando essa cena, que aos olhos do senso comum e da lógica da narrativa moldada, uma situação corriqueira, que todavia, seria uma cena improvável.

Esses discursos servem para notar como a narrativa de coerção foi sendo construída pelos norte-americanos nesse pós-guerra, visando negar a participação do Imperador na guerra do Pacífico ao mesmo tempo em que quer colocá-lo como uma personagem ativa no fim da guerra: suas condições, seus encontros, suas decisões. Essa atividade pode ser simbolicamente notada ao ser comunicado a rendição pelo rádio, em que, pela primeira vez, foi escutada a voz do Imperador nesse meio de comunicação, um evento altamente carregado de signos transformados e novos sendo construídos, tais como o Imperador se comunicando “pessoalmente” com seu povo e a notícia - chocante - de rendição (IGARASHI,2011).

Essa nova visão do imperador contrapõe drasticamente seu antigo papel de divindade na sociedade nipônica. A mais alta honra para um japonês, no período que antecede o fim da guerra, seria ver seu grande Imperador. Apenas algumas pessoas escolhidas a dedo para os mais altos cargos políticos poderiam ter algum tipo de contato com o Imperador. O imperador passa de divindade a humano, de recluso a humanitário.

Mesmo que improvável, levemos em conta que essa narrativa busca, não só demonstrar uma superioridade dos americanos frente ao japonês, representados por Hirohito, como também servir como a narrativa oficial deste momento conturbado.

Em paralelo forja-se outra narrativa, a de que a ocupação não teria sido como o esperado, os japoneses ficam surpresos ao verem os americanos distribuindo

doces entre as crianças e ao entrarem nos “centros de relaxamento”, criados pelas autoridades japoneses, se contentam apenas em levar os quimonos das mulheres, sem, na maioria das vezes, necessariamente utilizar do “tratamento de relaxamento” disponível.

Esta visão é colaborada também nos escritos de Benedict. Um clima de paz e tranquilidade finalmente chega à terra do sol nascente, o conflito estava acabado e o que interessava no momento era a reconstrução do Estado e da sociedade japonesa.

Nota-se que neste momento há forte influência norte-americana na cultura dos japoneses, surgem novos “cabarés” de música e dança, moldados ao estilo dos clubes americanos. Isto fica visível no filme “Um domingo maravilhoso” (1947) do diretor japonês Akira Kurosawa. No filme se retratam diversos elementos da época da ocupação. Destaca-se, claro, os problemas econômicos do período (CANBY,1982), assim como os traços da cultura norte-americana: bares – cabarés – aos moldes ocidentais, Jazz, dança e até mesmo crianças jogando baseball.

Ironicamente o próprio filme é um objeto de contestação dessa “política amigável” descrita por MacArthur, que em certa medida também aparece na narrativa de Benedict e Igarashi, ao considerarmos que foi produzido em 1947 e foi barrado na censura imposta pelos americanos, por demonstrar “uma realidade que não condizia com os novos valores democráticos (NOVIELLI,2007) – leia-se, uma abordagem mais crítica em relação ao período da ocupação. O supremo comandante das forças aliadas Douglas MacArthur, ou SCAP (Abreviação do termo original em inglês: *Supreme Commander for the Allied powers.*), como apontado por Sean Purdy (2018), detinha um excelente conhecimento de mídia e propaganda, apontado como um militar-político, sempre trabalhando pela sua imagem, cada linha de sua narrativa era deliberadamente pensada e calculada à espera de um resultado específico.

A ocupação é cheia de controvérsias e paradoxos, entre eles temos o fato de no início da ocupação os prisioneiros políticos do Japão são libertados, entre eles adeptos do movimento comunista nipônico. O Partido Comunista, pela primeira vez na história do Japão, foi colocado na legalidade, porém, anos depois com a derrota de MacArthur nas preliminares do partido republicano, o general cede a uma guinada da Guerra Fria e novamente o partido é colocado na ilegalidade e seus membros perseguidos, assim como diversos direitos trabalhistas expurgados.

A narrativa oficial também prega que a ocupação era amigável e que os soldados americanos não abusavam das mulheres, eram cordiais e simpáticos, até preferíveis em relação aos homens japoneses; que os soldados jogavam beisebol com as crianças, distribuía doces. Somado tudo, como apontado pela narrativa, demonstrava que a ocupação era mais amena do que se esperava, diriam até que pacífica.

Os fatos demonstram, que o estupro era crime recorrente – e acobertado - na ocupação, tendo crescido após a proibição da prostituição, em 1946, sob a alegação de os soldados estariam contraindo muitas doenças sexuais (PURDY,2018). Paradoxalmente se deu liberdade de imprensa para se criticar a estrutura de governo

japonesa, algo que era estritamente vedado e culminava em perseguição nos anos anteriores, ao passo que a imprensa era impedida de divulgar qualquer notícia que soasse mal em respeito a ocupação, a mídia tinha que passar pelo crivo e censura do SCAP.

Sean Purdy aponta, também, era comum a violência das tropas americanas com os cidadãos japoneses, casos eram abafados e somente punidos caso fossem mais extremos, “refletindo o profundo racismo nos Estados Unidos e nas forças armadas, somente afro-americanos receberam a pena de morte” (SVOBODA, apud PURDY, P.119. 2018).

Tudo somado ao dado que de os japoneses não foram beneficiados em ponto algum pelo “Plano Marshall” e pagaram por todos os gastos da ocupação.

3 | A CONSTITUIÇÃO MACARTHUR E SUAS CARACTERÍSTICAS

A esfera de influência dos Estados Unidos não se restringe aos bens e a cultura japonesa, ela permeia pela política. Durante a ocupação liderada pelo general Douglas MacArthur, o general possuía a palavra final em todas as questões. MacArthur fica, também, responsável por julgar os crimes de guerra dos oficiais japoneses, gerindo inclusive a parcela de culpa do Imperador na guerra e se ele deveria ser responsabilizado.

Como dito anteriormente, MacArthur deliberadamente cria uma narrativa para isentar o Imperador dos crimes de guerra pelos quais foi acusado, cita inclusive uma lista dos “criminosos de guerra” encabeçada pelo Imperador. Esta lista, entretanto, segundo Igarashi, jamais existiu, embora isso não consiga tirar o caráter simbólico da narrativa feita por MacArthur:

Eu me sentia receoso de que ele poderia advogar por causa própria contra o indiciamento de criminoso de guerra. Tinha ocorrido um considerável alarido de alguns Aliados, especialmente os russos e britânicos, para incluí-lo nesta categoria. De fato, a lista inicial dos que foram propostas por eles, estava encabeçada pelo nome do Imperador. Percebendo as consequências trágicas que se seguiriam a tal ação injusta, Eu resisti, vigorosamente a tais esforços. Quando parecia que Washington iria aderir ao ponto de vista britânico, eu alertei que eu iria precisar de pelo menos, um milhão de reforços para tal medida pudesse ser cumprida. (MACARTHUR, 1964 apud IGARASHI, 2011, p. 84)

Mac Arthur se coloca como agente ativo na elaboração dos termos de rendição e no ato de lidar como Imperador, ele busca deixar claro que seus protestos e suas ações fizeram a história correr o curso que correu. O caráter simbólico da narrativa toma proporções ainda maiores quando consideramos a nova constituição japonesa:

O general Whitney sentou de costas para o Sol, proporcionando a melhor luz para os semblantes dos japoneses presentes que se sentaram em frente a ele... General Whitney sufocou, de uma vez, qualquer discussão sobre o esboço de Matsumoto dizendo vagarosamente e ponderando cada palavra(...) (TAKAYANAGI, 1972 apud IGARASHI, 2011, p. 95.)

O simbólico entra em vários níveis, desde o General(Whitney era um dos chefes da seção governamental do quartel general americano) sentar de costas para o Sol ao ser enfático e pontual na crítica e “ponderar cada palavra”, porém isso não muda o fato de que mesmo sendo uma narrativa simbólica, é notório que os norte-americanos tiveram a palavra final na constituição japonesa, sendo inclusive uma das maiores influências dos norte-americanos no Japão durante a ocupação.

A constituição japonesa foi elaborada durante a ocupação americana, foi moldada pelos interventores e está em vigor até o presente. Quando comparada a outras constituições como a Americana ou Brasileira, a humilde constituição dos japoneses se ofusca, possui apenas 9 páginas, porém sem nenhum demérito de sua força, pois mesmo em vigor desde 1947 ela ainda não teria sofrido emenda alguma para alterar seu núcleo central, o que a torna extremamente resistente.

Toshuyuki Nishikawa (2009) coloca o cerne da ocupação americana em três “Des” – democracia, desmilitarização e a descentralização do Japão – todos os objetivos tendo sido alcançados através dos artigos 1, 9 e 3, respectivamente.

Akihiko Kijima(2009) argumenta que a constituição nipônica é fruto de três coisas: da Pax Americana, da adesão do Japão à Pax Americana, mantendo a ordem imperial, e do apoio popular ao artigo 9.

Primeiramente da Pax Americana, em outras palavras, a adesão do Japão à zona de influência do Império americano. Isto, segundo Kijima, teria sido feito aos moldes de democratizar o Japão, desmilitariza-lo, mas mantendo sua ordem social baseada no Imperador.

A ilha de Okinawa também se tornou uma base militar dos EUA, considerado para o período da Guerra Fria como um ponto estratégico preciso na geopolítica global ao considerarmos a proximidade do local em relação a URSS.

Parte dos esforços era transformar o Japão em um Estado pacifista, com ênfase na desmilitarização, amplamente explícita na constituição através do artigo 9:

Capítulo II -

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido.

Nota-se que os princípios democráticos também ficam visíveis na constituição ao explanarem que o “povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra[...]”, embora, na prática, o supremo comandante das forças Aliadas – MacArthur – seja o grande arquiteto da constituição.

Segundo Kijima,

While the US played a decisive role in making Japan’s new constitution, two things must be emphasized. First, there were many New Dealers, or US liberals, among

the people who penned the original draft of Japan's new constitution. In a way the draft aspired to their ideals. Second, when these Americans wrote the draft constitution for Japan, they completely rejected the Japanese government's draft as too conservative, but they referred to the Constitutional Research Association's "Outline for Draft Constitution." (P. 170, 2009)

Algo também corroborado nos escritos de Igarashi(2011): MacArthur teria demonstrado sua insatisfação com a constituição elaborada pelos membros do governo japonês, a nova, embora tivesse sido um golpe duro ao status quo do Japão, teve de ser aceita em prol da proteção do sistema político baseado no Imperador.

Ao mesmo tempo que a citação também confronta a narrativa MacArthuniana ao asseverar que houveram outros intelectuais independentes envolvidos no processo de estabelecimento da nova constituição. Purdy(2018) afirma que MacArthur frequentemente tomava o crédito das ações de sua equipe para si.

O segundo tópico apontado por Kijima, é a integração do Imperador à Pax Americana. É sugerido pelo autor que o governo americano desejava desmilitarizar o Japão, usar o Imperador como um símbolo da união de seu povo e da paz, desde antes do fim do conflito travado, como já apontado anteriormente, uma estratégia milimetricamente calculada para moldar uma política no âmbito da Guerra Fria.

O terceiro ponto, de acordo com Kijima, é o artigo 9 que existia desde uma ideia prévia do governo americano e serviu também de "proteção" ao leste asiático que temia por novas ondas militarizadas do Japão. Partindo dessa premissa o autor pontua que alterações no artigo 9 também deveriam ser consultadas com seus vizinhos.

O artigo é uma renúncia universal – embora em dados momentos ele já teria sido violado durante a Guerra Fria (PURDY, 2018. P.115) – ou seja, o Japão renuncia a toda forma de conflito militar como diplomacia, algo que foi abraçado pela população japonesa como um todo, mudando o papel do Estado japonês perante o mundo: no lugar de se assumir a existência de Estados inimigos o povo japonês prefere a criação de laços regionais para sua proteção.

Como Kijima aponta (2009. P.173), o povo japonês é favorável ao artigo 9 e inclusive luta pela sua manutenção e não alteração, Kijima, defende a ideia de que o povo é quem "cria a paz" garantida na constituição, demonstrando que mesmo que o artigo exista, ele só se mantém devido a pressão popular para sua manutenção.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que esse recorte logo após o fim da Segunda Guerra Mundial é um período conturbado no Japão por diversos motivos, primeiro há um conflito entre as narrativas oficiais, memórias soterradas e a imagem da ocupação criada por MacArthur.

Nota-se que embora a narrativa oficial visa demonstrar que a ocupação teria sido mais amena que o esperado, que os excessos não teriam ocorrido, sabe-se hoje, com os processos revisionistas do período, que houveram manipulação, ocultação

dos dados e uma perseguição a qualquer oposição vinda da imprensa, assim como um silenciamento da memória individual.

Todavia é também necessário demonstrar que o fim do conflito serviu como um alívio para a pressão do Estado militar japonês sobre o civil comum, que o Estado japonês também cometia seus excessos em prol da ordem e da hierarquia do Imperador, ao passo que o controverso período da ocupação também garantiu direitos basilares do ocidente aos japoneses, entre os quais, a igualdade de gênero na constituição (artigo 14 e 24), direito ao voto das mulheres (artigo 15), a divisão dos poderes (inscrito nos capítulos I para os limites do poder imperial e no capítulo IV para a Dieta), a soberania popular (artigo 1) e ainda a proteção aos direitos humanos e do indivíduo (capítulo III), todas características amplamente advindas de influência da constituição ianque (NISHIKAWA, 2009).

Há ainda, entre outras influências, a criação da suprema corte aos moldes norte-americanos – artigo 81 – assim como hierarquia das cortes judiciais no capítulo IV.

Por fim, evidencia-se na seguinte tabela as principais diferenças entre a constituição Meiji e a constituição “MacArthur”:

	Constituição do Império do Japão	Constituição do Japão pós-guerra.
Ano	1898	1946
Soberania	Soberania do Imperador.	Soberania popular. (Artigo 1)
O Imperador	É sagrado e inviolável, chefe maior do Estado imperial.	É um símbolo da paz e da unidade nacional. (Artigo 1)
Poder militar	Sob o comando supremo do Imperador. Recrutamento masculino.	Renuncia à guerra, desmantelamento das forças armadas. (Artigo 9)
Separação dos poderes.	Não há.	Separação dos poderes: criação do cargo de primeiro ministro e a criação de um parlamento bicameral (Capítulo IV e V).
Igualdade de gênero.	Não há direitos femininos ao voto e questões legais como divórcio.	Igualdade de raça e gênero. (Artigo 14)

REFERÊNCIAS

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada: Padrões da Cultura Japonesa.** São Paulo: Perspectiva,

1997.

CANBY, Vincent. **Kurosawa's one wonderful Sunday**. 1982. New York Times. Disponível em:< <https://www.nytimes.com/1982/06/29/movies/kurosawa-s-one-wonderful-sunday.html>>. Último acesso em: 24 de abril 2018.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória: Narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970)** Tradução de Marco Souza e Marcela Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

JAPÃO. **A constituição japonesa**. Disponível em meio online: <https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>

KIJIMA, Akihiko. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution: A Reexamination 60 Years After Its Making**. 2009.

NISHIKAWA, Toshiyuki. **Peace in East Asia and the Japanese Constitution: A Reexamination 60 Years After Its Making**. 2009.

NOVIELLI, Maria Roberta. **História do cinema japonês**. Brasília: Editora UNB, 2007.

PURDY, Sean. **O General Estadista: Douglas MacArthur e o Século Americano**. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2018.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES COTIDIANAS DE VIDA E DE TRABALHO NO VARGUISMO E NO PERONISMO

Mayra Coan Lago

Universidade de São Paulo-USP, Brasil
São Paulo- SP

RESUMO: Analisaremos e compararemos as questões cotidianas de vida e de trabalho, no Brasil estadonovista e na Argentina peronista, por meio das cartas dos trabalhadores brasileiros para Getúlio Vargas (1937-1945) e argentinos para Juan Domingo Perón (1946-1955). Para tal, consideraremos algumas das demandas, das aspirações e dos usos dos discursos governamentais, procurando compreender como estes trabalhadores experimentaram, viveram e atuaram nestes governos. Do mesmo modo, observaremos os distintos “chamados políticos” dos presidentes, assim como o tratamento destas cartas, pelas burocracias estatais, avaliando também como estes dois aspectos mais amplos eram importantes não apenas para a propaganda política, mas principalmente para a constituição, em alguns casos, e manutenção, em outros, do “diálogo direto” entre os governantes e os governados.

PALAVRAS-CHAVE: cartas; trabalhadores; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

ABSTRACT: We will analyze and compare the daily questions of life and work in the Brazilian state and Peronist Argentina, through letters

from Brazilian workers to Getúlio Vargas (1937-1945) and Argentinean letters to Juan Domingo Perón (1946-1955). To do this, we will consider some of the demands, aspirations and uses of governmental discourses, trying to understand how these workers experienced, lived and acted in these governments. In the same way, we will observe the different “political calls” of the presidents, as well as the treatment of these letters, by the state bureaucracies, also evaluating how these two broad aspects were important not only for political propaganda, but mainly for the constitution, in some cases, and maintenance, in others, of the “direct dialogue” between the governors and the governed.

KEYWORDS: letters; workers; Getúlio Vargas; Juan Domingo Perón.

1 | INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é analisar e comparar as questões cotidianas de vida e de trabalho dos trabalhadores durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), a partir das cartas dos trabalhadores enviadas para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, recebidas pela Secretaria da Presidência, no caso brasileiro, e pela Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência, posteriormente transformada em Ministério de Assuntos

Técnicos da Presidência, no caso argentino.

A escrita e o envio das cartas argentinas estão inseridos em dois momentos principais do Primeiro Peronismo: 1946, após a apresentação do Primeiro Plano Quinquenal no Parlamento, no dia 21 de outubro, e 1951, após o discurso político de Perón do dia 3 de dezembro, irradiado em cadeia nacional de rádio. Embora estes sejam os marcos, a escrita e o recebimento de cartas ocorreu durante todo o Primeiro Peronismo.

Consideramos os “convites” de Perón, seja em 1946 ou em 1951, para os trabalhadores enviarem suas sugestões e inquietudes como um chamado político direto e pessoal do presidente. No caso de Vargas, o mesmo não ocorreu de forma direta, senão indireta, sendo sustentado sobretudo pela valorização das cartas recebidas, pelos seus Ministros e pela propaganda política governamental, especialmente a partir de 1942.

Os significados destes chamados devem ser interpretados de forma profunda e ampla, em que se estabeleceu a relação direta e pessoal entre Vargas/Perón/governo e os trabalhadores/povo. O diálogo “direto” com os presidentes nos permite notar as circularidades, apropriações e ressignificações dos discursos oficiais, mas principalmente refletir sobre as múltiplas percepções do “fazer-se” dos trabalhadores brasileiros e argentinos, tal como os distintos “papéis” assumidos em um determinado momento da história política destes países.

Do ponto de vista teórico-metodológico, dialogamos com estudos gerais e específicos sobre cartas porque contribuem na nossa reflexão sobre as possibilidades de trabalho e interpretação das cartas. Dos gerais, destacamos o livro de Angela de Castro Gomes (2004) e o capítulo de Teresa Malatian (2015) por partirem de abordagens gerais de cartas, que envolvem os questionamentos mais amplos, como: a autoria e a leitura da carta, as condições e locais em que foram escritas, os códigos sociais utilizados (formas de tratamento, argumentação), onde foram encontradas e guardadas e quais temas foram tratados. Malatian (2015) ainda ressalta que a carta deve ser confrontada com outros documentos, a fim de alcançar uma percepção nuançada dos objetivos, conteúdos e explicações. A historiadora sugere que, sempre que possível, as duas pontas da correspondência- ativa e passiva- entre dois indivíduos seja unida, pois permite a construção de um quadro analítico rico. Apesar de suas particularidades, tais estudos ofereceram importantes contribuições, especialmente na análise do conteúdo das cartas e no que concerne na *escrita de si*.

Além destes trabalhos, os estudos sobre as cartas aos governantes, no Brasil e na Argentina, contribuíram significativamente para o desenvolvimento deste estudo, inclusive nos motivando nesta empreitada. No caso brasileiro, destacamos os dos historiadores José Rogerio da Silva (1992), de Jorge Ferreira (1997), de José Rogério Franco Reis (2002), de Vanderlei Vazelesk Ribeiro (2008). No caso argentino, o capítulo do livro do historiador e ensaísta argentino Omar Acha (2013) e o livro recém-lançado da historiadora norte-americana Donna Guy (2017) também são fundamentais para o

desenvolvimento deste trabalho.

No tocante à escolha do método comparativo, Maria Ligia Prado (2005), inspirando-se em Marc Bloch, considera que, para comparar, é preciso escolher dois ou mais fenômenos, que pareçam apresentar certas analogias, em um ou vários meios sociais diferentes. Em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros.

De preferência, deve-se estudar, paralelamente, sociedades vizinhas e contemporâneas, submetidas, em virtude de sua proximidade, à ação das mesmas grandes causas, remontando a uma origem comum. A leitura criteriosa das fontes deve induzir a formulação de novas questões ou problemas, que permitam o surgimento de novos enfoques e novas interpretações. No nosso caso, para refletirmos sobre os aspectos comuns e as particularidades das questões de vida e de trabalho durante ambos os regimes de forma mais específica e sobre a construção do espaço simbólico, por ambas as partes, assinalando as semelhanças e as particularidades dos casos, de forma mais geral. Para tal, este trabalho inicial tem duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: na primeira apresentaremos as estruturas governamentais e os chamados políticos e na segunda analisaremos parte das cartas dos trabalhadores dos mais distantes rincões no Brasil e na Argentina.

BUROCRACIAS ESTATAIS, CHAMADOS POLÍTICOS E PROPAGANDAS NOS TEMPOS DE VARGAS E PERÓN

Em novembro de 1937, Getúlio Vargas desferiu um golpe e promulgou uma nova Constituição, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar os espaços das liberdades políticas, controlar os movimentos dos trabalhadores, disciplinar a mão-de-obra e industrializar o país. O Estado intervencionista promoveu sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, nas integrações do país (política, social e territorial), na promulgação dos direitos trabalhistas e sociais e na construção do progresso dentro da ordem. Segundo Maria Helena Capelato (2009), durante o Estado Novo, Vargas contou com o apoio das Forças Armadas, da Igreja, de parte dos trabalhadores e dos proprietários.

No que tange à reestruturação governamental e, mais especificamente aos órgãos de recebimento das cartas, concordamos com Jorge Ferreira (2011) ao afirmar que somente nos anos 1930 que a situação da secretaria de governo foi regulamentada com a criação da Secretaria da Presidência da República, responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos, sendo que o seu secretário teria prerrogativas de ministro de Estado¹. Apesar das modificações, desde o início, a Secretaria foi pensada como um órgão amplo e com diversas subdivisões, que estaria vinculado ao poder executivo e serviria para organizar o Estado, coordenar as atividades com os demais organismos

¹ Os serviços da Secretaria seriam reorganizados novamente em 1934 e em 1937.

do governo e mediar as relações entre os distintos setores da sociedade.

A Secretaria também ficaria responsável pela comunicação política do governo, sendo responsável pela construção, controle e manutenção das imagens do regime durante os quinze anos do governo Vargas, sendo os secretários seus principais responsáveis. Durante estes anos, três tiveram destaque no organismo: Gregório da Fonseca durante o governo provisório, Ronald de Carvalho em 1934, Artur Guimarães de Araújo Jorge, entre 1935 e 1936, e Luiz Vergara, de 1936 até o fim do Estado Novo.

A preocupação com a profissionalização dos órgãos e de seus funcionários está inserida em uma conjuntura de extremo controle político e social, decorrente também da crescente oposição à Vargas, da repressão policial nos sindicatos e da insatisfação social, que antecederam o Estado Novo brasileiro. Tal cenário contribuiria para a conformação de um modelo ideal autoritário de funcionário público, que estivesse desconectado da vida política do país. As diretrizes para este modelo ficariam mais evidentes nas leis que seriam promulgadas, como a lei de segurança nacional, de 4 de Abril de 1935, que definia os crimes contra ordem política e social do Estado e que dedicava dois artigos aos funcionários públicos. Todo este aparato foi fortalecido com a conflagração do Estado Novo brasileiro.

Com relação à estrutura e ao trabalho desenvolvido, a análise dos relatórios permite notar que a Secretaria era responsável pela correspondência. Como as cartas poderiam ser dos mais diversos remetentes, a Secretaria contou com diretrizes para a padronização do trato dos documentos e a necessidade dos históricos e pareceres, observamos que uma série de detalhes deveria ser respeitado, especialmente no que se refere ao recebimento, ao trâmite e ao tempo de resposta das cartas.

As cartas recebidas deviam ser transformadas em processo administrativo e, de acordo com o tema e o assunto, enviadas aos órgãos estatais que pudessem dar um parecer positivo ou negativo. A resposta da carta era assinada pelo secretário, mas em nome de Getúlio Vargas, como se o presidente tivesse ciência do conteúdo e se preocupasse com a resolução do problema apresentado. A rapidez e a eficiência também comporiam as tônicas do órgão, uma vez que o mesmo ocupava um papel político importante dentro do governo, como principal órgão de coordenação estatal, comunicação do governo e mediação entre o presidente e os demais estratos da sociedade brasileira e estrangeira.

Nove anos mais tarde, em 1946, Juan Domingo Perón, que já havia participado do governo da “Revolução Nacional” - ocupando os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Pós-Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência- vence as eleições pelo Partido Laborista, governando o país até 1951, quando foi reeleito para o cargo pelo Partido Peronista. Durante o primeiro governo, Perón contou com o apoio de parte dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja. No que se refere ao contexto econômico, com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu (CAPELATO,2009). Tal situação

contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, possibilitando a propagação das imagens de “mundo feliz”.

No caso dos órgãos governamentais e, mais especificamente das cartas, as atribuições do funcionário da Secretaria Técnica seriam mais amplas e detalhadas que as do brasileiro. A secretaria sucedeu o Conselho Nacional do Pós-Guerra (CNP), que era uma instância técnico-burocrática e tinha como objetivo realizar estudos sobre a Argentina do período da Segunda Guerra Mundial e as possíveis consequências do final do conflito, estabelecendo estratégias para o período posterior. Tais estudos seriam amplamente utilizados como base do Plano de Realizações e Inversões para o Quinquênio 1947-1951, também conhecido como Plano Perón ou Primeiro Plano Quinquenal argentino.

Em 1946, o CNP foi transformado na Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), sendo dirigida pelo espanhol Francisco Figueroa. A ST seguiria com amplas competências como planificação, coordenação sistemática e execução de todas as questões vinculadas às esferas financeira, econômica e social. De acordo com Patrícia Berrotarán (2013), a ST tinha um caráter de Ministério, com certa autonomia para lidar com as oposições internas e políticas.

Segundo Berrotarán (2013), apesar da ideia de planificação de Figuerola ser idealizada como um processo coletivo, construído pelo consenso da maioria, desde o início o secretário detectou fortes obstáculos para colocar em prática ideias tão divergentes. Dentre os obstáculos, destacou a ausência de um núcleo burocrático e técnico competente para implementar ações e realizar o plano de governo. Para lidar com a questão, a Secretaria implementou um programa global e sistemático, voltado para a formação de funcionários. O programa permitia não apenas a formação de um corpo técnico competente, como também procurava doutrinar e controlar político e ideologicamente os funcionários, em especial os que eram identificados como opositores ou inimigos do governo².

Alguns aspectos da profissionalização dos órgãos e dos funcionários se assemelhavam com às do caso brasileiro, como a opção do ingresso por concurso público, o controle ideológico e a censura aos funcionários que não seguiam ou concordavam com as ideias do regime peronista. Do mesmo modo, assim como no Brasil, os funcionários argentinos deveriam seguir diretrizes para trabalhar com os documentos recebidos, também revelando uma preocupação com a padronização e profissionalização dos funcionários públicos. Apesar destas semelhanças, consideramos o caso argentino mais emblemático pela intensa produção de material doutrinador, voltado para os funcionários públicos.

Com a nova Constituição de 1949 e a reforma ministerial, a antiga Secretaria

² Dentre os materiais produzidos pela ST, destacamos o “*Ayuda memoria referente a la orientación política del gobierno*”. O manual didático, como o próprio título indica, refletia a imagem que o governo produzia de si mesmo a partir de informações selecionadas como a sua organização, orientação, conformação das estruturas ministeriais, os conselhos e as suas relações mútuas.

foi transformada em Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT), sendo o médico Raul Antonio Mende o seu responsável. A partir das atribuições, podemos notar que o órgão era um aperfeiçoamento da antiga secretaria, mantendo ou ampliando algumas das funções anteriores e tendo novas. O novo organismo manteve algumas das responsabilidades do anterior, como a execução do Primeiro Plano e a organização do Segundo Plano Quinquenal, mas teve algumas ampliadas.

A estrutura do MT era muito maior do que a Secretaria brasileira e a anterior argentina, inclusive com mais verba e funcionários. Além deste aspecto, outro diferencial encontrado na documentação é o aprofundamento da “profissionalização” e do “doutrinação” dos funcionários públicos, além da preocupação com a segurança do organismo³.

A ampliação do organismo estava inserida em um segundo momento do governo peronista, marcado pela crise econômica, pela inflação, suspensão de subsídios públicos e queda de salários. O “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais. O descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da igreja, que acabou rompendo com o governo. O cenário foi marcado pelo acirramento da oposição sindical e pelas greves dos trabalhadores. A complexidade do momento aumentaria com a morte de Eva Duarte Perón, em 1952.

Além da conjuntura mencionada, o período é marcado pelo trabalho de Raúl Alejandro Apold na Subsecretaria de Informações da Presidência. De acordo com Plotkin (2013), a partir deste momento, a “doutrina” peronista se transformaria no *leitmotiv* da propaganda oficial, enquanto os programas de doutrinação peronista eram estabelecidos nas escolas públicas e nos organismos oficiais. Ainda segundo o historiador, o regime começou a propagar, de maneira mais intensa, uma dinâmica simbólica cujo centro era Perón e Eva Perón.

Uma das razões possíveis da preocupação com a doutrinação no caso argentino pode ser identificada nos diferentes tipos de regimes no Brasil e na Argentina. Conforme assinalou Capelato (2009), Vargas não tinha necessidade premente do apoio popular pois negociava com vários grupos da sociedade, além de contar com o apoio das Forças Armadas, que asseguraram a vitória do golpe de 1937. Na Argentina, ao contrário, Perón, após o 17 de outubro de 1945, despontou como o candidato natural das classes trabalhadoras e dos setores médios de baixa renda. Além disto, venceu duas eleições, de 1946 e 1951, com o voto popular. Nestas circunstâncias, o peronismo necessitava do apoio das massas para a sua manutenção no poder, o que acabou por transformar a classe trabalhadora na sua base e força política.

³ Em 1950, tal preocupação resultou em reuniões de informação, que tratariam das obras e da doutrina peronista, todo primeiro sábado do mês, a partir das 11 horas, no Teatro Colón. A presença era obrigatória e controlada, sendo que os funcionários deveriam chegar às 10:30 horas. Dois anos depois, iniciou-se um ciclo de conferências, intituladas de “doutrinação”, voltadas para os funcionários do Ministério. O ciclo de conferências era uma extensão da primeira atividade mencionada, mas agora a mesma seria realizada com mais frequência, todas as quintas, no meio da tarde. A atividade tinha como objetivo não apenas a divulgação como também o culto e o enaltecimento ao governante e à sua esposa.

Os esforços do governo peronista advinham por continuarem encontrando problemas com alguns funcionários públicos, que eram considerados opositores do governo, e pela própria conjuntura que enfrentava. O argumento mais utilizado para a doutrinação, controle e segurança era a elaboração e execução do Segundo Plano Quinquenal, que deveria contar com a contribuição de todos os argentinos e, em especial, dos funcionários deste Ministério, que coordenava a ação dos outros Ministérios e informava, periodicamente, ao executivo o andamento do plano.

No que se refere aos trabalhos dos organismos, assim como no Brasil, os funcionários argentinos também tinham como uma das atribuições o recebimento das cartas e deveriam seguir diretrizes para trabalhar com os documentos recebidos. O processo de encaminhamento das cartas era bem semelhante ao caso brasileiro. Os telegramas e as cartas recebidas eram lidos, sendo que algumas partes, como os objetivos ou os efeitos dos pedidos, eram grifadas em vermelho. Posteriormente, os funcionários faziam um breve relatório sobre as mesmas, classificando-as por temas e assuntos, para então serem enviadas aos demais Ministérios. Os responsáveis pelas cartas nos Ministérios deveriam fazer um novo relatório, constando de uma síntese, considerações e conclusões.

Caso a sugestão ou o projeto interessasse ao Ministério, era aberto um processo, com uma pasta especial. Ademais, em casos especiais, era enviada uma nova carta ao remetente, solicitando audiência, e, posteriormente, um parecer sobre a mesma. No caso das cartas referentes ao Segundo Plano Quinquenal, em teoria, as melhores propostas seriam incorporadas ao mesmo.

As estruturas mencionadas revelaram que, por trás da noção de “diálogo direto” entre o governante e os governados, existiu elaborados aparatos governamentais, com diversos mediadores especializados, que tornaram a sustentação do “diálogo direto” possível. As estruturas também tiveram um papel político importante, pois deveriam refletir a imagem e ideologia oficiais dos regimes, prezando pela eficiência e profissionalização, como um eficiente e amplo canal de comunicação entre o governo central e a sociedade, que ultrapassou sua função meramente administrativa-científica. Assim, as Secretarias e o Ministério também contribuíram para a construção e a sustentação das imagens dos “novos” momentos, tal como de governos eficientes e à serviço de todos os seus cidadãos.

Além destas estruturas, vale assinalarmos as particularidades dos chamados políticos. No que se refere ao Brasil, consideramos que o mesmo foi estabelecido de forma indireta, por meio da valorização da escrita e do envio da correspondência para o presidente. A escrita e o envio das cartas foram valorizados e utilizados por Alexandre Marcondes Filho, então Ministro do Trabalho, entre os anos 1942 e 1945.

De acordo com Gomes (2002), após tomar posse do MTIC em 1942, de janeiro deste ano a julho de 1945, o ministro passaria a ocupar todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa *Hora do Brasil*, produzido pelo DIP e irradiado pela Rádio Nacional. Neste programa, recebia consultas, comentários,

referências e sugestões de um público que incluía trabalhadores e outros setores. Em diversas oportunidades, o Ministro citava as cartas para ressaltar a profissionalização do processo, referir-se à algum caso ou tratar de alguma legislação específica. Ademais, as mesmas também foram utilizadas para a construção e manutenção das imagens oficiais sobre o governo e suas realizações, as qualidades do governante, dos trabalhadores e da própria relação especial entre Vargas e as pessoas comuns.

Já no caso argentino, o mesmo foi constituído de forma direta, por meio da convocação da população, primeiro, em 1946, para fazer comentários sobre um plano que estava pronto e depois para enviar suas inquietudes e projetos para um que ainda seria preparado. Posteriormente, em dezembro de 1951, em discurso irradiado em cadeia nacional, sob o lema “*Perón quiere saber lo que su Pueblo necesita*”, o presidente argentino fez a convocatória. Embora ambos sejam simbólicos, a diferença que se observa entre os dois chamados políticos está no caráter e no ângulo sugeridos pelo governo. No caráter, no sentido de tipo, pois, no primeiro, Perón convoca os argentinos para comentar sobre um plano que já estava pronto e, no segundo, para escrever sobre um que ainda estava para ser elaborado e promulgado. De ângulo porque, no primeiro, o indivíduo deveria falar somente sobre a esfera pública, a partir de aspectos preestabelecidos, algo mais impessoal, enquanto, no segundo, isso estaria combinado com os seus pedidos e inquietudes, algo mais pessoal e abrangente.

No que diz respeito à propaganda política, a revista *Mundo Peronista*, produzida pela Escola Superior Peronista, entre julho de 1951 e setembro de 1955, contribuiu para tal valorização e, assim, reforçava, em quase todas as matérias, a importância da participação popular para elaborar e executar o Segundo Plano Quinquenal. Embora a escrita e o envio das cartas não tenha sido interrompida neste período, este momento é considerado um segundo marco pelos pesquisadores, seja pelo seu significado simbólico ou pelo montante de cartas recebidas pelo governo, chegando a 70 mil cartas. De acordo com Acha (2013), a enorme quantidade de pedidos obrigou o governo a prorrogar o prazo do recebimento das cartas, que se iniciara com o mencionado discurso de 3 de dezembro de 1951, até o último dia de janeiro de 1952. Apesar da prorrogação, o envio continuou até 1955. No que se refere ao tratamento, não observamos grandes mudanças das recebidas no primeiro momento.

CONFIAMOS AÇÃO DE ESCLARECIDO ESPÍRITO, CON ESPERANZA EN SU ESPÍRITO JUSTICIERO: QUESTÕES COTIDIANAS E DE TRABALHO

As cartas dos trabalhadores brasileiros e argentinos eram assinadas por indivíduos, homens e mulheres, e por coletivos, representando associações, sindicatos, comerciantes, industriais e clubes esportivos, provenientes dos mais distintos locais nos dois países e fora deles. Se no caso brasileiro não identificamos um modelo de carta, no argentino, a grande maioria das cartas tinha como estrutura: saudação inicial à Perón; apresentação em que constavam nome e sobrenome do remente, número de

identificação, número da carteira peronista, sede a qual pertencia, cidade e endereço; convites, solicitações, projetos e comentários; e um encerramento.

No que se refere às condições de vida, barateamento do custo de vida, falta de água, construção de casas, escolas e execução de obras públicas foram algumas das temáticas comuns e mais mencionadas nos dois países. Já com a questão do trabalho, de similaridade, destacamos: os casos de descumprimento da legislação trabalhista, os pedidos de emprego e os comentários sobre a legislação do período. Apesar destes aspectos comuns, há particularidades importantes, próprias das conjunturas e das especificidades destes países e governos, as quais trataremos a seguir.

No caso brasileiro, no que se refere às condições de vida, a fome e a seca foram temas recorrentes nas cartas provenientes do norte de Minas Gerais e do Nordeste, enquanto o alagamento dos campos, foram os que mais figuraram das cartas provenientes do Sul do país, em especial no caso do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. José Geraldo da Cruz, escreve do Ceará, em 1939, pedindo a atenção de Vargas⁴ A carta de José revela o desamparo das mais variadas instâncias do Estado Novo no que se refere à situação do Ceará. Ante uma situação de desespero com a fome, o missivista escreve ao presidente Vargas, apelando ao “esclarecido espírito” para uma solução dos seus problemas. Ele também escreve representando o “legítimo sentimento do povo”, que confia no governo “dedicado” e “amigo” da sua gente. A apropriação e o uso das mensagens do discurso oficial se deram a partir da combinação de imagens sobre o governante e sobre o povo. Consideramos que tais aspectos serviriam para justificar a escrita e legitimar ainda mais o pedido.

No mesmo ano, Joaquim Angelim escreve de Pernambuco, solicitando também a ajuda do presidente para a questão da seca no seu Estado. Tal como José, Joaquim constrói seu argumento a partir de uma situação de aflição, com base em determinadas tônicas do Estado Novo, como a atenção aos trabalhadores, que não estava ocorrendo em seu estado. Além dos aspectos do discurso oficial, o missivista também fez comentários sobre as implicações para uma não resolução do problema, que poderia ocasionar o êxodo rural e, conseqüentemente, peste. Ambas as cartas- de José e de Joaquim- mostram, ainda que não de forma explicitada, a ausência do Estado nestes locais, assim como do “Brasil novo” que permanecia somente nos centros.

Pedidos de aflição similares também ocorreram nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nos casos anteriores, não identificamos a menção explícita da ausência da atuação do governo federal, mas no caso mineiro, a mesma ficou evidenciada. Os missivistas escrevem em 1939, reclamando da grave seca de 1938 e da falta de atenção das mais variadas autoridades municipais, estaduais e federais⁵. Na carta, os missivistas reivindicam o direito de fazer parte, na prática, da “grande família brasileira” do Estado Novo. Eles também não entendem porque ainda não foram considerados, uma vez que cumprem

4 AN-SP, lata 171.

5 AN-SP, lata 171.

os papéis solicitados pelo governo, como homens ordeiros, trabalhadores e amantes do regime, que contribuem para a construção do “Brasil Novo”. Por tudo isso, eles pedem a atenção e a mediação do presidente Vargas, para que possibilite a solução do caso da seca no seu estado.

O desespero e a aflição produziram uma diversidade de argumentos para apelar ao presidente, para que sua causa fosse solucionada. Além dos apelos, os missivistas, por conhecerem a região, também faziam propostas de como a situação poderia ser melhorada. Na grande maioria dos casos, a solução viria por meio da execução de obras públicas, que não apenas contribuiriam para o emprego destas pessoas e redução da situação aflitiva, como também para o desenvolvimento destas regiões e, conseqüentemente, do país como um todo.

A questão da fome e da seca passaram a ser tratadas juntamente com outra questão: a da carestia de vida. Apesar das particularidades das cartas da região Sudeste com as demais regiões, concordamos com Silva (1999) ao observar que o que aparecia nas missivas não era a indignação, mas a surpresa do desconhecimento do aumento dos preços dos produtos.

Para os trabalhadores era sabido que o aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade, que acabava deteriorando as condições de vida da classe, não podia fazer parte da política social do regime de proteção e revalorização dos trabalhadores. Sobre o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, alguns trabalhadores sugeriram planos para que o barateamento fosse possível. Dentre os planos figuravam àqueles que pensaram a partir da nacionalização do comércio, sendo que o Estado controlaria tudo.

No que se refere às condições de trabalho, no caso brasileiro, figuraram: pedidos de emprego, de transferência de cargo, comentários sobre o descumprimento da legislação trabalhista e sugestões de novas regras para determinados trabalhos. Além destes aspectos, em algumas cartas fica evidenciada a aflição da Segunda Guerra Mundial durar muito tempo e o comércio com a Europa ficar comprometido, implicando na deterioração das condições de vida dos trabalhadores.

A guerra também contribuiu para a evocação da “batalha da produção”, influenciando diretamente nas condições de trabalho e no aumento da carestia de vida e no descumprimento da legislação trabalhista. Em 1939, do Rio Grande do Sul, o sindicato dos Mineiros solicitava providências urgentes para a regulamentação do horário de trabalho dos serviços de mineração. Eles justificam: “(...) *devido necessidade aumentar produção carvão afim atender interesses do Estado, os operários mineiros exaustos maiores esforços não resistirão 8 horas trabalho consecutivo*”⁶ A proposta sugerida foi de quatro turnos de seis horas o que, segundo eles, aumentaria a produção sem o sacrifício supremo da classe.

Os pedidos de justiça pelo descumprimento da legislação também foram

6 AN-SP, lata 171.

recorrentes. Hilda Maciel, escreve do interior de Minas Gerais, em 1940, para contar sobre o caso de seu marido, Antonio Maciel, que havia trabalhado na construção de um campo de aviação em Ouro Preto mas que, na hora de receber, o dinheiro foi desviado pelo funcionário da Aeronáutica. Sendo mãe de uma filha grande e sem ter a quem mais recorrer, Hilda apela ao “maior dos brasileiros”, no dia de comemoração do Estado Novo, para trazer felicidade para um lar que sempre foi de trabalho e sacrifício⁷, ou seja, que correspondia aos anseios e estava em consonância com o projeto político governamental.

Abusos nas fazendas também figuram nos comentários sobre as arbitrariedades, como os casos dos trabalhadores da cana, no estado da Bahia. Em uma série de cartas de meados de 1942, eles recorrem ao presidente para denunciar os “mandonismos prepotentes”, decorrentes dos abusos de autoridades, e o desrespeito a tabela de pagamento, presente no Estatuto da Lavoura Canavieira⁸. Ainda de acordo com eles, os lavradores continuam sendo explorados em preços, pesagens e pagamentos de suas canas, revelando que a realidade em alguns rincões não corresponde ao “novo” país descrito no discurso oficial.

No que concerne às transferências de cargo, as razões dos pedidos foram bem diversas. Alguns pediram porque gostavam de seus empregos iniciais, outros desejavam estar em zonas mais “seguras” e ainda figuraram os que queriam estar perto da família. Também havia àqueles que acusavam os patrões de perseguições e desejavam voltar para seus cargos anteriores. Dentre os casos, citamos as cartas provenientes dos estados de Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

No caso argentino, Noemi Girbal-Blacha (2011) também encontrou uma série de correspondências, provenientes do Chaco, que denunciavam o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, em 1947. Ainda de acordo com a historiadora, a extrema carestia de vida era omitida no discurso oficial, que apenas convidava a população a produzir e economizar mais, enquanto consumiam menos. Deste modo, tais denúncias se converteram em obstáculos diretos para que as solicitações transcendam o âmbito local de onde foram apresentadas.

De Misiones, em 1950, Maria escreve ao presidente argentino implorando que o problema da água seja resolvido na província. Do Chaco, vários residentes escreveram para o presidente em 1946, com o “dever” de contar ao governante sobre as péssimas condições que a cidade de Resistência enfrentava, sobretudo da necessidade de realização de obras públicas, sendo o caso da falta de saneamento básico o mais perigoso. Além de relatar a causa, que segundo eles por si só já justificava uma providência, os residentes ressaltavam o perigo de uma epidemia, que poderia se espalhar e chegar inclusive nas grandes cidades. Ou seja, para garantir que o pedido

7 AN-SP, lata 320.

8 AN-SP, lata 457.

fosse atendido, eles argumentaram tanto as consequências à nível local quanto nacional. Para tal, colocavam Perón como aquele que poderia solucionar o problema, que era ignorado pelas autoridades locais⁹. Casos semelhantes, de requerimento de obras públicas, também ocorreram em Buenos Aires, em Entre Rios, em Mendoza e em Formosa.

No que se refere à atenção para as famílias, destacamos os planos para a construção de casas, de escolas e de ajuda para a mulher do campo. No que se refere às casas, foram apresentados tanto pedidos de casas pré-fabricadas quanto elaborados projetos de construção de casas populares em diversas partes da Argentina. Aristide Pistachia, de Rosario, em 1952, escreve para sugerir um plano de construção de casa própria para os trabalhadores argentinos e imigrantes¹⁰. Na carta, Aristide utiliza uma série de expressões – como “*buen argentino y mejor peronista*” - e de imaginários políticos peronistas que foram apropriados, ressignificados e utilizados com um fim distinto do governo. Estes usos introduziram e legitimaram o projeto que ele enviou para Perón.

No que se refere ao projeto, o plano consistia na construção das casas pelo governo, que seriam pagas em várias parcelas pelos trabalhadores, ao longo dos anos. As casas também deveriam estar associadas as cooperativas de consumo, que ficariam responsáveis pelos produtos de primeira necessidade, dando segurança e tranquilidade para os trabalhadores e afastando os que desejavam o fracasso do projeto político peronista.

Este exemplo ilustra como o próprio discurso peronista circulou e foi utilizado de distintas maneiras. Neste caso, para legitimar o envio da carta e do projeto pelo trabalhador, isto é, Aristide só escreve e propõe sua ideia por compartilhar a dupla identidade – nacional e política-, os valores, as expressões e as ideias do projeto político peronista. Os pedidos e projetos de casas populares, das cartas analisadas por nós, foram em maior número no âmbito urbano.

Com relação as escolas, em 1951, um grupo de residentes do Chaco enviou um plano bem detalhado para a construção de uma escola na região¹¹. O plano compreendia mapas de localização acompanhada de uma justificativa detalhada para a construção da mesma. O projeto representava o desejo dos que ali residiam, correspondendo à ideia de coletividade e da contribuição de todos para a construção do “novo país”. Ademais, a carta revelava outras necessidades dos habitantes, sendo que a argumentação revelava que a não resolução destes aspectos motivava o êxodo para as cidades.

A necessidade de construção de escolas básicas e de ofício nos interiores da Argentina era uma constante na correspondência dos trabalhadores, sobretudo daqueles que não viviam nos grandes centros. De acordo com Giral-Blacha (2011),

9 GN-MT, caixa 445.

10 AGN-MT, caixa 458.

11 AGN-MT, caixa 668.

trabalho e educação eram, na “nova Argentina”, componentes básicos para a ascensão social. Assim, concordamos com a historiadora argentina ao afirmar que, ainda que nem sempre estas demandas tivessem uma resposta oficial, é significativo o lugar que ocupam na consciência social da população argentina daquele momento. Ainda segundo a historiadora, nos anos 1950, a “nova Argentina” muda seu rumo econômico, propiciando a “volta ao campo”. Com a crise econômica, os aumentos de salário diminuem de ritmo e o governo busca alternativas de incentivar o esporte, o turismo massivo e o papel dos jovens para a construção do futuro. Economizar e produzir mais, consumindo menos, é a mensagem oficial aos trabalhadores e a todos os argentinos.

Com relação aos demais casos, relacionados às condições de trabalho e a legislação rural, José Del Valle escreve em 1946, de Santa Fé, para fazer algumas considerações sobre o *Estatuto del Peon*, especialmente das condições dos peões do campo, os posseiros¹². Consideramos que os comentários, em tom de denúncia de José, revelavam, por um lado, como os proprietários de terra contornavam a legislação rural, e, por outro lado, como a mesma ainda era insuficiente, já que ainda permitia a exploração do trabalhador. Também consideramos que este caso poderia ultrapassar as fronteiras de Santa Fé e representar outros casos de posseiros que estavam sendo explorados, mostrando que a justiça social da “nova Argentina” ainda estava ausente em diversas partes. Os comentários de José foram acompanhados por sugestões, que deveriam ser adaptadas ao Estatuto.

Apesar das sugestões para conter a exploração, não encontramos documentos do encaminhamento do projeto e tampouco estas alterações no Estatuto. Contudo, mais do que tratar de histórias com pedidos atendidos, nossa intenção é mostrar como estes trabalhadores perceberam e experimentaram o governo peronista. As dificuldades de José representavam as de outros trabalhadores do campo, que eram explorados, mas que encontravam brechas na burocracia para atuar e tentar modificar a sua situação. Do mesmo modo, para algumas pessoas, os órgãos e os funcionários públicos não estavam completamente desacreditados, como é o caso de José, que solicita a presença de alguém representante destes poderes para que o pagamento de fato seja realizado.

Ainda sobre o descumprimento da lei e de injustiças laborais, Maria A.Z de Brayado escreve em abril de 1950, pedindo a mediação de Perón para a questão da demissão de seu marido, um trabalhador rural, que não recebeu a indenização e os demais custos que deveriam ser pagos pela empresa¹³. Ao pedir ajuda, ela se identifica como argentina e mãe, representando não apenas a sua família, mas todas as famílias que estão passando por problemas semelhantes na Argentina. As imagens de argentina e mãe se combinam com as de ânimo e esperança no governo peronista, que ao ser dirigido por Perón, o “justiceiro”, possibilitaria que a justiça fosse feita.

¹² AGN-MT, caixa 582.

¹³ AGN-MT, caixa 458.

Em seguida, Maria descreve o que ocorreu com seu marido e outros empregados da Companhia Exportadora “La Plata Cereal”, enfatizando a dificuldade que a demissão, sem os devidos pagamentos ao seu marido, tem causado à família como um todo, principalmente por ser a única fonte de renda deles. O que é importante destacar é a forma como Maria procurou demonstrar que o seu problema particular é correspondente ao de outras famílias da região, que também deveriam ter seus problemas solucionados por Perón.

Assim, neste tipo de cartas também encontramos: a noção de coletividade que fica evidenciada no apelo e na mirada de problemas individuais que também representam o coletivo; a concepção da justiça e a relação com o pedido estar em correspondência com o que se almejava na “Nova Argentina”; e a polissemia das imagens do presidente, que era visto não apenas como o mediador dos problemas entre empregados e empregadores, mas principalmente como o solucionador destes problemas.

Maria não justifica ou legitima o envio da carta com os lemas ou consignas peronistas. Consideramos que a ausência de menção pode ser atribuída à legitimidade creditada ao próprio acontecimento: a empresa cometeu uma injustiça com os empregados e, assim, não há razão para o presidente não mediar e solucionar o conflito a favor dos trabalhadores. Como o acontecimento descrito é mencionado em forma abstrata nos discursos políticos de Perón e na propaganda política governamental, para Maria, acreditamos, o mesmo se justifica e está legitimado por Perón desde o início da sua relação com os trabalhadores, quando já prometia ser o garantidor da justiça social no país, antes mesmo de ser presidente.

As denúncias de não cumprimento da legislação trabalhista em determinados locais também foram numerosas revelando a dificuldade de implementação das leis em locais mais afastados das capitais. Além das denúncias, no que se refere ao emprego, também identificamos projetos para instrumentos de trabalho e valorização da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das especificidades e particularidades dos casos, em ambos os países, os processos de organização e profissionalização tiveram um caráter autoritário, que foi revelado por meio da exigência de um tipo ideal de funcionário público, que deveria ser controlado, censurado e teria uma punição maior, se fosse identificado como “inimigo da pátria”.

Os funcionários públicos eram os soldados das “revoluções” empreendidas no Brasil e na Argentina e, a partir de argumentos distintos, deveriam dar o exemplo, monitorar e fazer com que a ordem fosse mantida. No caso brasileiro notamos uma preocupação maior com as questões técnicas e burocráticas. Já no caso argentino, além destes aspectos, também pudemos notar uma maior preocupação com a

doutrinação dos funcionários.

As estruturas tratadas revelaram que, por trás da noção de “diálogo direto” entre o governante e os governados, existiu elaborados aparatos governamentais, com diversos mediadores especializados, que tornaram a sustentação do “diálogo direto” possível. Além disto, apesar de nem todas as cartas terem sido respondidas ou encaminhadas com um processo, as que foram contribuíram para a construção e a manutenção do “círculo imaginário” entre os governantes e as pessoas comuns. As estruturas também contribuíram para as imagens produzidas no momento como de governos eficientes, de trabalhadores e à serviço de todos os seus cidadãos. Apesar da correspondência entre governante e governados antecederem os governantes brasileiro e argentino, consideramos que o diferencial destes governos pode ser encontrado nos instrumentos (re) criados, na profissionalização do trato das cartas e na valorização e nos usos das mesmas por estes regimes.

No que concerne à correspondência, a análise da mesma revela que seja por acreditarem ou por usarem estrategicamente, eles procuraram atuar politicamente e reivindicar seus espaços nestes projetos diante das possibilidades e brechas encontradas, ainda que limitadas. Consideramos que as missivas devem ser compreendidas à luz das relações específicas e desiguais que compunham os rituais varguista e peronista.

Apesar das particularidades destes espaços simbólicos, identificamos aspectos comuns das cartas de modo geral e de modo específico. De modo geral, em ambos os casos, a grande maioria dos remetentes argumentou que escrevia mais baseado em suas experiências, vivências e percepções do que em estudos analíticos. O papel central do Estado- enquanto interventor, mediador ou solucionador da situação apresentada-, as noções de construção nos dois países, as ideias de coletivo para atingirem o progresso econômico e, os usos dos discursos oficiais, especialmente de governos de trabalhadores ou para os trabalhadores, também constituem estes aspectos comuns gerais.

Com relação as particularidades gerais, no Brasil, a maioria das cartas e telegramas encontrados são mais objetivas e, em geral, de sindicatos enquanto, na Argentina, a maioria das cartas é mais longa, detalhada, e, em geral, de pessoas que não se identificaram como representantes de sindicatos ou associados à algum tipo de organização política. Ademais, quando comparamos os tons das cartas brasileiras e argentinas percebemos que, as missivas do segundo caso têm um tom mais reivindicativo do que as do primeiro. Em outras palavras, os trabalhadores argentinos reivindicaram de forma mais direta e, por vezes, enfática do que os brasileiros, que procuraram reivindicar de outras formas.

REFERÊNCIAS

Cartas Argentinas

Archivo General de la Nación, fundo Secretaria Técnica 1º y 2º de la Presidencia del teniente general Juan Domingo Perón, cajas 455-679.

Cartas Brasileiras

Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República.

Referencias bibliográficas

ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la argentina peronista. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

BERROTARÁN, Patricia. “José Figuerola. El estadígrafo de Perón”. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GIRBAL-BLACHA, Noemí M. *Vivir en los márgenes. Estado, políticas públicas y conflictos sociales*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. (org). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUY, Donna. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

MALATIAN, Teresa. “Cartas- Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada na América Latina”. *Revista de História*, n, 153, 2005, pp. 11-33.

REIS, José Rogério Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)”. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrárias en el Varguismo y El Peronismo*. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

SILVA, José Rogério da. “Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo”. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.

COM POUCOS TIJOLOS E MUITOS VOTOS: O CONJUNTO HABITACIONAL ITARARÉ E AS ELEIÇÕES DE 1978 (TERESINA-PI)

Marcelo de Sousa Neto

Universidade Estadual do Piauí
Teresina-PI

RESUMO: O contexto do processo de ocupação e expansão das cidades brasileiras, durante o período dos governos militares, representa o interesse central da presente pesquisa, que visa discutir o processo de ocupação populacional da cidade de Teresina (PI), bem como as estratégias de acesso à moradia, privilegiando problemáticas que envolvam histórias, memórias e as maneiras de se relacionar com o cenário urbano. Dessa forma, procuramos analisar os mecanismos de ocupação e disputas políticas existentes no Conjunto Habitacional Itararé, em um recorte que se estende de 1976 a 1996, analisando as estratégias de aproximação utilizadas por políticos junto aos moradores do conjunto e as táticas de resistência e reivindicações que estes assumiam em relação aos primeiros, tendo como cenário os pleitos eleitorais entre 1978 e 1996, momento em que se pode perceber o alinhamento ou resistência política dos moradores com os grupos políticos que motivaram a construção do residencial. Visamos discutir a história e memória desses moradores, destacando o seu protagonismo no cenário político-partidário da cidade em um ambiente que segregava de forma velada

parte da população empobrecida de Teresina. A pesquisa recorreu ao uso da metodologia da História Oral, mais especificamente a partir de entrevistas com trajetórias de vida e uso de entrevistas temáticas, como proposto por Lucília Delgado (2010), com os moradores mais antigos do bairro e que ainda residem na região.

PALAVRAS-CHAVE: História; Cidade; Memória; Política Partidária; Piauí.

WITH FEW BRICKS AND MANY VOTES:
The Itararé housing assembly and the elections of 1978 (Teresina-PI)

ABSTRACT: The context of occupation and expansion process of Brazilian cities, during the period of military governments, represents the central interest of the present research, which aims to discuss the populational settlement process of Teresina (PI), as well as strategies of access to housing, privileging matters that involving histories, memories and ways of relating to urban scenery. In this way, we intended to analyze the occupation mechanisms and political disputes existing in Itararé Housing, in a period extending from 1976 to 1996, analyzing the approach strategies used by politicians with to livers of the housing and resistance and claim tactics that they took in relation to the first ones, taking the context of the elections between

1978 and 1996, moment in which it's possible to notice the alignment or political resistance of the livers with the political groups that motivated the construction of the housing. We aim to discuss the history and memory of those livers, pointing out their protagonism political and party scenery of the city in an environment that secreted covertly part of the poor population of Teresina. The research resorts to the use of Oral History Methodology, more specifically apart interviews with life trajectory and use of thematic interviews, like it's purposed by Lucília Delgado (2010), with more ancient livers of the neighborhood and still live in the region.

KEYWORDS: History; City; Memory; Party Politics; Piauí.

1 | O ITARARÉ NO CENÁRIO DA POLÍTICA DE MORADIA POPULAR DOS GOVERNOS MILITARES

Com pouco mais de três décadas de história, o atualmente nomeado Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, localizado na região Sudeste de Teresina, tornou-se centro da vida socioeconômica de um verdadeiro conglomerado de bairros que orbitam ao seu entorno e respondem hoje por uma população superior a 200 mil habitantes. Este bairro teve oficialmente constituído o início de sua história quando o governo do Estado apresentou ao Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1976, o projeto “Conjunto Itararé” (BRASIL. BNH, 1976), nome que originalmente nomeou o conjunto habitacional.

Ao procurar deter o olhar sobre os primeiros anos de ocupação do conjunto, deve ser destacada a intensa e tensa relação entre moradores e o Estado, à medida que este intervinha de forma mais ou menos presente nos caminhos tomados pelos moradores, indicando funções, delimitando serviços, normatizando regras de convívio social, segregando-os do restante da cidade à medida que, como destaca Pesavento (2007) em estudo sobre as cidades, a sociedade criava suas próprias sociabilidades entre o desejado e o possível.

A construção do conjunto inseriu-se em um período chave para a compreensão dos contornos que Teresina assumia, a partir da década de 1960, e sentia os efeitos do que foi considerado um surto populacional, resultado das fortes migrações no sentido campo-cidade, o que seria ampliado na década de 1970 (FONTINELES, 2009; MONTE, 2010).

Teresina, por ser a cidade com melhores índices de desenvolvimento social e econômico do estado, passou a atrair grandes contingentes de migrantes que, como meio de sobrevivência, submetiam-se à condição de subemprego e sobrecarregavam um frágil sistema de serviços públicos da cidade (LIMA, 2010).

Em busca de melhores condições de vida, a maioria desses migrantes chegavam à capital sem condições mínimas para se estabelecerem, sendo acolhidos por uma cidade sem estruturas para acomodá-los e que recusava reconhecer qualquer situação que denotasse a contradição ao que, na época, era entendido como a

capital que vivenciava de maneira intensa o ideal modernizador e o seu discurso desenvolvimentista, ficando evidente o contraste entre o querer ser e as estruturas de que se dispunha (NASCIMENTO, 2007; MONTE 2010).

Assim, Teresina, o mesmo podendo ser dito acerca do restante do país, encontrava-se mergulhada em problemas sociais decorrentes do agravamento da questão urbana. Nesse cenário, a construção civil aparecia como ramo capaz de resolver a questão, e este período, portanto, foi visto como o período áureo dos investimentos habitacionais (LIMA, 2010 e 2003).

A construção do Conjunto Itararé insere-se como parte deste processo, que objetivava abrigar os migrantes de baixa condição social e, assim, escamotear a questão ao deslocar do alcance do olhar parte da população pobre do Estado, à medida que os retirava de áreas urbanas que vinham recebendo fortes investimentos imobiliários, a exemplo dos bairros Jóquei Clube, Fátima, São Cristóvão e Ilhotas (ARAÚJO, 2009).

Entretanto, as pessoas a que o Estado desejava silenciar, tornando-as alvo de seus projetos modernizadores, assumem, por suas táticas do fraco, como define Michael de Certeau (1994), o protagonismo da construção do Conjunto, produtoras de sua história e da cidade, por meio de suas vivências com o cenário urbano que lhes era possibilitado através do conjunto habitacional, entregue a elas como local de moradia e de convivência.

O Conjunto nasceu dentro de um processo de “modernização autoritária” e de especulação imobiliária, que afastava a população empobrecida da cidade dos centros administrativos e mesmo da população de maior poder aquisitivo. Como destacado por Medeiros, ele surgiu de

uma necessidade imediata de afastar os pobres, que moravam debaixo das pontes ou em terrenos invadidos nas “áreas nobres” da capital; num cenário de expansão da cidade e de forte especulação imobiliária, influenciando na valorização das terras localizadas entre o centro de Teresina e os conjuntos Dirceu I e II, que eram de proprietários ricos (2006, p. 18).

O conjunto teve como primeiro nome Conjunto Itararé, cuja primeira referência pela grande mídia consta em uma reportagem do jornal O Dia, em 13 de abril de 1976, que relatava a visita do então governador Dirceu Mendes Arcoverde às obras de outro residencial popular da cidade de Teresina na época, o Parque Piauí. Em um trecho da reportagem, o governador informava de seu interesse em erguer um novo habitacional com moradias mais simples e destinadas às famílias que percebessem uma renda mensal de até um salário mínimo na região do Itararé (GOVERNADOR... O DIA, 13 abr. 1976, p.03).

O nome Itararé se refere a um antigo sítio que se localizava na região e fazia parte do bairro São Cristóvão. Esse local sediou, durante o governo de Alberto Silva, a instalação do Terminal de Petróleo de Teresina, atraindo o interesse do poder público em relação à sua dimensão territorial. Como o novo habitacional havia sido construído nas suas proximidades, deram-lhe o nome do antigo sítio (NASCIMENTO, 2005). Os

primeiros moradores começaram a se instalar na região a partir de junho de 1977, em condições infraestruturais bastante precárias.

A implantação deste conjunto não significou apenas uma política habitacional do poder público na década de 1970, mas interferiu efetivamente na forma de sentir e de viver dos seus habitantes. Um exemplo disso é a conquista da moradia. Com o acesso a casa, esta transformada em lar, os primeiros moradores do Conjunto conseguiram o que muitos consideram como maior bem material conquistado. Como ressalta Gaston Bachelard, “na vida do homem, a casa afasta contingências, multiplica seus conceitos de continuidade [...] Ela mantém o homem através das tempestades da vida” (1996, p. 242).

A casa constitui-se então como um bem a ser alcançado, fonte de sentimentos e significados que puderam ser capturados por meio das fontes consultadas, em especial das fontes orais, haja vista a validade das orientações de Paul Thompson sobre a importância da oralidade para o entendimento das subjetividades humanas e sua relação com as diferentes camadas da vida humana.

A oralidade, como adotada no presente escrito, não é entendida como complemento ou superação de lacunas, mas como uma fonte tão válida e merecedora de zelo quanto as demais, pois como defende Paul Thompson, “toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras” (2002, p. 197).

É o que percebemos demonstrado na fala de uma das primeiras moradoras do conjunto Itararé:

Nasci e me criei no município de Luís Correia, em um lugar chamado Carapeba... eu trabalhei de roça, nasci e me criei trabalhando de roça, era trabalhadora mesmo, rural, como se chama... eu me casei com 16 anos e vim embora para Parnaíba, aí meu marido veio embora para trabalhar aqui, como sempre teve a dificuldade de serviço, aí ele se empregou aqui... ficou eu lá com os meninos e ele aqui, aí minha sogra disse: ‘Neide, filho cuidado longe de pai não dá certo’... Eu vim embora em [19]76, no dia 3 de março de [19]76... quando eu cheguei comecei a trabalhar de vender merenda... foi o tempo que houve as inscrições para o conjunto, aí eu fui me inscrever... [meu marido disse:] ‘Tu vai morar num lugar desse, imundo? Lá é muito feio, tu vai pra lá?’ Mas eu vou morar no que é meu, não vou morar em meio de rua...(SILVA, 2013).

O depoimento de Maria Neide revela muito de como a cidade significava o novo conjunto, como um lugar não desejado, sentimento também compartilhado pela moradora. Sentimento somente não maior que o desejo de possuir uma casa, independentemente dos sacrifícios necessários para obtê-la, sacrifícios que o tempo demonstrou serem muitos e duradouros, contrariando o discurso de preocupação social da política habitacional popular no período em estudo. Curioso ainda notar que, em seu relato, não representava mera retórica dizer que não moraria “em meio de rua”, haja vista que desde a sua chegada em Teresina, ela e a família moravam em ocupação irregular no bairro São Cristóvão, região leste da Capital.

Financiado pelo extinto Banco Nacional da Habitação - BNH, o conjunto foi erguido em duas etapas. A primeira foi realizada na administração do Governador Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1979), quando o conjunto inicialmente foi nomeado de Itararé. Sua segunda etapa concluiu-se no governo de Lucídio Portella (1979-1983), recebendo o nome de Dirceu Arcoverde II, ambos ancorados no discurso de resolução do déficit habitacional na capital, em um período que revela muitas das contradições no discurso oficial de prosperidade e desenvolvimento urbano propagado na época.

A primeira etapa foi inaugurada ainda na década de 1970, período em que os investimentos em obras públicas de grande porte eram entendidos como símbolo de progresso e modernidade nos cenários nacional e local, cujos investimentos eram tratados como sinônimo do desenvolvimento urbano prometido pelos governos autoritários que governavam o país. Investir em conjuntos habitacionais era, portanto, entendido como mecanismo de contenção das tensões sociais e visto como a intervenção do poder público no tecido da “urbis moderna” (FONTINELES, 2009).

Durante o período, a construção civil destacava-se entre as estratégias de investimento adotadas pelos Governos Militares para enfrentar a crise econômica e os conflitos sociais decorrentes do agravamento da questão urbana vivenciada pelo país (LIMA, 2010).

Como observa Lima,

Do ponto de vista do poder dominante, o problema mais importante não era a casa, mas a abertura de oportunidades de emprego não só para absolver as massas de trabalhadores semiespecializados, mas também para mobilizar um sem-número de escritórios de planejamento e dar trabalho às firmas e indústrias da construção civil, forças até então paralisadas na economia brasileira. [...] Montado nessas bases, o BNH garantiu sustentação social e política ao regime militar e ao seu modelo econômico (2010, p.66).

Assim, com a necessidade de estimular a economia e legitimar-se junto à população, os governos militares concentraram ações na política habitacional, facilitando o acesso à casa própria por meio de estímulo à construção civil, que, por sua vez, auxiliaria na recuperação da economia, ao gerar emprego para expressiva parcela da população, aliviando, desta forma, as diversas tensões sociais vivenciadas no período, tendo no BNH um dos instrumentos para articular esses objetivos.

Como observa Maria Sílvia Barros Lorenzetti (2001), por seu caráter regulador do mercado de trabalho, a construção civil presta-se perfeitamente ao papel de aliviar as tensões sociais por sua capacidade de absorção de mão-de-obra. Desta forma, ainda em 1964, o Governo Federal “institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências” (Lei n. 4.380/1964), definindo a política habitacional no país.

Com metas bastante ousadas, os efeitos da lei e a atuação do BNH começam de forma lenta, ganhando maior dinamismo com a incorporação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em 1966, e a implantação do Sistema

Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, em 1967, que permitiram estruturar o Sistema Financeiro da Habitação -SFH. Desde a sua concepção, firma-se como princípio básico do SFH a auto sustentação financeira, realizada por meio da correção monetária sobre as prestações e a dívida, com o fim do retorno dos recursos captados e a lucratividade da operação. Entretanto, o modelo aplicado de considerar a habitação como uma mercadoria a ser comercializada, gerou distorções sociais graves, resultado da incompatibilidade entre o reajuste periódico das prestações e dos saldos devedores, e a baixa capacidade de pagamento das famílias de menor renda, agravado ainda pela posterior recessão econômica (LORENZETTI, 2001).

Assim, em seus primeiros anos, o BNH concentra suas ações nas camadas mais carentes da população, priorizando programas de remoção de favelados para apartamentos ou casas-embrião de conjuntos habitacionais.

Já no início da década de 1970, reconhecendo como clara a dificuldade do SFH em atender a população de menor renda, o governo federal instituiu o Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP e do correspondente Sistema Financeiro da Habitação Popular - SIFHAP, atuando nos Estados por meio das Companhias de Habitação - COHABs, que, por sua vez, pouco alteraram o déficit habitacional do país por seu caráter segregador, considerando que os recursos alocados tornavam-se de difícil acesso à população de baixa renda, que não conseguia arcar com os custos financeiros dos contratos.

As dificuldades encontradas pelo BNH em cumprir seus objetivos já eram foco da atenção do então senador piauiense Alberto Tavares Silva, em 1980. Por ocasião de conferência na Associação Comercial Piauiense, acerca da questão habitacional e energética no Estado e em relação aos projetos habitacionais implantados pelo Banco, Silva observa:

À medida que alguns projetos foram sendo implantados, logo ficaram patentes dois fatores da maior importância, e que por muito tempo impediram o pleno desenvolvimento da iniciativa governamental, a saber, a incapacidade financeira dos Estados para arcar com o pesado ônus da infraestrutura de serviços como água, esgoto, energia, urbanização etc., e o baixo poder aquisitivo dos mutuários, na maioria dos casos ficando inadimplentes em pouco tempo, criando sério problema social para o programa das COHABs. [...] O que se tem visto é o espetáculo triste de uma família com seis a dez dependentes ocuparem uma casa com um quarto (SILVA, 1980, p.45-6).

Notadamente Alberto Silva referia-se às dificuldades enfrentadas pelo Conjunto Dirceu Arcoverde, por ele ainda nomeado de Itararé que, pelo mero acaso, relaciona-se de muito próximo ao exemplo da senhora Maria Neide da Silva, que chegou ao conjunto com seis filhos e poucos anos depois sua prole já chegava ao total de dez filhos. Dessa forma, as críticas de Silva exemplificam muitas das contradições resultantes do modelo de moradia popular adotado no país, muitas vezes excluindo a população que deveria priorizar. Como destaca Lorenzetti,

embora o déficit concentre-se nas camadas de mais baixa renda da população, boa parcela dos recursos do setor permanece alocada em financiamentos para

as classes de maior poder aquisitivo. Mesmo nos programas especificamente direcionados para famílias com renda de até três ou cinco salários mínimos, como é caso dos financiamentos feitos pelas COHABs, o atendimento é “elitizado”, com a concentração das aplicações efetivas no limite máximo. [...] O caráter elitista e concentrador de renda pode ser medido em números: até 1975, o total de investimentos do BNH relativos às faixas de renda situadas entre 1 e 5 salários mínimos não passou de 9% (2001, p. 18).

Em Teresina, apesar de seus limites, a política habitacional, implantada por meio da COHAB-PI, resultou em importantes alterações no tecido urbano da cidade, que intensificava suas contradições sociais à medida que a cidade espalhava-se em diversas direções, exemplificada, como interesse do presente trabalho, por meio da construção do conjunto Itararé.

Na construção do conjunto, a ação governamental na cartografia social e urbana da cidade não se caracterizou pela supressão das demandas sociais vivenciadas pela população atendida, nem tampouco supriu as deficiências infraestruturais pós-inauguração, condição esta que colabora para entender muitas das carências sentidas por habitantes residentes em Teresina na época, elementos que permitem ao pesquisador, como destaca Pesavento (2007), discutir novas formas de sociabilidade que vão compor o quadro urbano que se deseja analisar.

Após sua conclusão, o conjunto foi entregue aos seus moradores sem inauguração oficial e em meio às mais precárias condições de saneamento e serviços públicos. Sem energia elétrica e sem serviço de água encanada, sem calçamento, sem um sistema de saúde adequado e um ineficiente sistema de transporte coletivo, o que proporcionou nascer em seu seio uma forte identidade reivindicatória, de luta por melhorias infraestruturais necessárias a uma melhor qualidade de vida de seus moradores. Dessa forma, à medida que os moradores começavam a ocupar as casas e a iniciar as transformações dos espaços do conjunto, estes também começavam a se articular e a ganhar representatividade no cenário político partidário da cidade, o que será tratado a seguir.

2 | ITARARÉ: DE INDESEJADO PROBLEMA A DESEJADO COLÉGIO ELEITORAL

Com a ocupação das casas do Itararé pelas 3.040 famílias previstas pelo projeto inicial e começadas as obras de ampliação do conjunto, que receberiam mais 4.254 casas, seus moradores começaram a despertar atenção para sua representatividade no coeficiente eleitoral da cidade. Sua importância pode ser verificada, por exemplo, a partir da mudança do nome do Conjunto e o desejo de perpetuar, na memória da população, a imagem de um de seus governantes, Dirceu Mendes Arcoverde, estabelecendo para seus moradores, por meio do nome do conjunto, um importante “lugar de memória” (NORA, 1993).

Em 3 de abril de 1979, os jornais O Estado e O Dia publicaram matérias destacando o desejo da comunidade do Itararé, representada pela Associação Unida do Itararé, de mudar o nome do conjunto para Dirceu Arcoverde, em homenagem ao ex-governador,

recém falecido após assumir cadeira no senado (MORADORES... O Estado. 03 abr. 1979, p. 01; e SETE MIL... O Dia, 03 abr. 1979, p.04).

Para o vereador Jerônimo Rodrigues Alves, ex-assessor de Dirceu Arcoverde e autor do requerimento que pedia a mudança do nome do conjunto, a alegação era que

[...] Dirceu Arcoverde quando governador do Estado demonstrou preocupação com as famílias de menor poder aquisitivo ao construir mais de três mil casas no conjunto Itararé destinadas a pessoas que ganham entre um e três salários mínimos. Tomou por base, também o fato do próprio povo pedir a denominação de Dirceu Arcoverde para o conjunto Itararé, como mostra um documento contendo quase oito mil assinaturas de moradores do conjunto, dando força ainda mais ao Projeto de lei apresentado à Câmara Municipal (NOME... O Dia, 03 abr. 1979, p. 04).

Após votação tranquila, que contou com o apoio de todos vereadores arenistas e emedebistas, foi aprovado o requerimento apresentado, mudando o nome do conjunto para Dirceu Arcoverde que, posteriormente, seguiu para ser sancionado pelo prefeito Raimundo Bona Medeiros (NOME... O Dia, 03 abr. 1979, p. 04).

É importante salientar que a iniciativa de mudança para o nome do conjunto partiu da Associação Unida do Itararé, entidade fundada a 24 de janeiro de 1978, tendo à frente o senhor Francisco de Assis Alves, mais conhecido como “Chico Alves”, suplente de vereador pela ARENA e funcionário da Secretaria de Trabalho e Ação Social, que foi enviado para o Itararé com objetivo de desenvolver uma política de atendimento e apoio aos habitantes do conjunto.

Vinculado partidariamente aos governos de Dirceu Arcoverde e Lucídio Portella, condição que lhe permitiu acesso à posição privilegiada no cenário político da cidade e destaque em disputas eleitorais futuras, Francisco Alves foi responsável por articular e apresentar ao presidente da Câmara Municipal de Teresina, vereador Moisés Elias Caddah, um abaixo-assinado com mais de sete mil assinaturas reivindicando a mudança do nome do conjunto.

Ao ser lembrada a relação entre memória e lugares, em que as memórias individual e coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção (NORA, 1993), a mudança do nome do conjunto serviria ao propósito de manter viva na memória dos seus moradores a imagem do governante que permitiu o acesso àquela população à moradia tão sonhada e, juntamente com esta memória, a imagem do grupo político a que Dirceu era vinculado.

Pode-se, ainda, ao discutir a mudança do nome do Conjunto, substituído pelo nome de uma proeminente figura política do Estado, fazer inferências às reflexões de Michael Pollack acerca da memória coletiva e sua capacidade de produzir um sentimento de pertencimento às fronteiras socioculturais, quando este destaca que a memória coletiva de um determinado grupo “ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (1989, p. 03). Desta forma, pode-se inferir que a mudança do nome gerou, e continua a gerar, reverberações na memória coletiva dos moradores

do conjunto e da cidade, por meio de uma reelaboração da memória coletiva resultante desta mudança.

Por outro lado, houve também um movimento de resistência haja vista que muitos moradores recusaram adotar o novo nome, o que implicou na adoção simultânea dos dois nomes, repercutindo até o presente, onde é possível encontrar moradores que ainda denominam a região como Itararé.

Os lugares, e como estes são significados, são importantes referências na memória dos indivíduos e, por consequência, as mudanças empreendidas nesses lugares, inclusive em sua denominação, repercutem na vida e na memória dos grupos. Como alerta Halbwachs (1990), a memória aparentemente mais particular remete a um grupo, onde cada indivíduo carrega em si lembranças saturadas pelo coletivo, de maneira que, ainda que não se esteja em presença destes, os sentidos se constituem a partir do emaranhado de experiências coletivas percebidas como unidade, que parecem ser somente do indivíduo.

Ainda segundo este autor, dificilmente se pode lembrar fora deste quadro de referências coletivas, onde o outro ocupa papel de destaque nos processos de produção da memória e da rememoração, que se modificam e se rearticulam conforme a posição que se ocupa e as relações que se estabelecem.

Nesse sentido, a mudança do nome do conjunto trazia em seu esteio o desejo de fortalecer os vínculos daquela população com a memória construída acerca do governante recém falecido, e por conseguinte, com o modelo político partidário que representava, e que seria renovada a cada dia pelos moradores do conjunto que, com as 7.294 famílias beneficiadas em suas duas etapas, sinalizando para um potencial político que não podia ser desprezado, e que se confirmou com a eleição, em 1982, de Maria Irmani Campos Veloso Alves, assistente social, líder comunitária e esposa de Francisco Alves, como vereadora por Teresina, pelo Partido Democrático Social (PDS).

Irmani Veloso, como conhecida por seus eleitores, pôde contar com o forte apoio dos moradores do conjunto para compor os seus 2.626 votos obtidos. Sua eleição, bem como a mudança do nome do conjunto está diretamente relacionada às marcas do modelo político empreendidas pelo governador Dirceu Arcoverde, que procurava associar sua imagem à promoção social e valorização do homem (SANTOS, 1982), tentando romper com os ideais que marcaram o governo que lhe antecedeu, de Alberto Tavares Silva, que, por sua vez, enfatizava a importância das obras públicas e de valores como a técnica, a ciência e o progresso como elementos que permitiriam o Piauí inserir-se no “Brasil Grande Potência”, ideia difundida em todo o país no período (FONTINELES, 2009).

Nessa perspectiva, em seu discurso de governo, Dirceu Arcoverde difundia como sendo prioridade de sua gestão o setor social, ao comprometer-se em reduzir a miséria e o desemprego em todo o estado, por meio do fortalecimento aos setores de assistência social, ao apoiar as ações da Secretaria de Trabalho e Ação Social e por

meio da política habitacional, esta a cargo da COHAB-PI (SANTOS, 1982).

A importância da assistência social como marca de seu governo foi mesmo reafirmada pela criação da própria Secretaria de Trabalho e Ação Social que, segundo o vice-líder do governo na Assembleia Legislativa do Estado, deputado Carlos Augusto, possuía por meta “promover o bem estar social do homem piauiense” (CRIAÇÃO... O Dia, 23 e 24 mar. 1975, p.05), o que seria reafirmado anos depois pelo prefeito da Capital, Raimundo Wall Ferraz. Por ocasião da entrega de um posto médico e de uma ambulância no Conjunto, o prefeito destacou em sua fala o compromisso social do governo de Dirceu Arcoverde, ao afirmar que “distancia[va]-se das obras de fachada para cuidar dos problemas sociais” (GOVERNADOR... O Dia, 28 out. 1977, p. 08).

A centralidade semântica da defesa social do homem ganhou destaque nas falas do governador Dirceu Arcoverde desde seu discurso de posse (PIAUI, 1975) e manteve-se até o final de seu mandato, figurando o conjunto habitacional Itararé como um dos ícones de tal proposta governamental e de propaganda.

Estas mesmas marcas também deram sustentação ao seu discurso como candidato ao senado, o que permitiu uma maior penetração de suas propostas junto aos segmentos da população de menor renda do Estado, onde a construção do Itararé ganhou destaque em sua campanha eleitoral, ressignificada como favor pessoal do então governador, resultando no apoio massivo de seus moradores, que, apesar de não serem determinantes para sua eleição, contribuíram significativamente, e deram esmagadora maioria dos votos ao candidato Dirceu Arcoverde no colégio eleitoral a que pertencia o Conjunto.

Cargo	Candidato	Partido	Votação	Situação
Senador				
	ALBERTO TAVARES SILVA	NÃO INFORM	260.007	Não Eleito
	DIRCEU MENDES ARCOVERDE	NÃO INFORM	290.218	Eleito
	VOTOS BRANCOS	-	31.837	-
	VOTOS NULOS	-	16.191	-

Eleições 1978 - Resultado para Senador

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1978>>. Acessado em: 04 de abr. 2016.

Para que se exemplifique a importância política do Itararé para a eleição de Dirceu Arcoverde ao Senado, em 1978, basta que seja lembrado que em Teresina, em todos os outros colégios eleitorais da capital o concorrente de Dirceu, o ex-governador Alberto Tavares Silva, teve maior número de votos, perdendo apenas nas urnas do Itararé, fato que o motivou a pedir - e conseguir realizar - a recontagem de votos das urnas do Conjunto (SILVA, 2008, p.27), mas sem alterar seu resultado final.

Entretanto, as eleições de 1978 apenas deram início a uma série de embates políticos eleitorais no Conjunto, onde as eleições de seus primeiros vereadores, anos

depois eleitos com forte participação de votos de moradores do Itararé, representaram momentos importantes de sua história. Partidos políticos e movimentos populares passaram, assim, a atuar de forma mais efetiva no Conjunto, ainda que de forma violenta, na defesa de interesses ou reagindo a situações consideradas por seus protagonistas como insuportáveis.

Entre os personagens de destaque no cenário político partidário no Itararé, destacaram-se, como já apresentados, Chico Alves e Irmani Veloso, agentes representantes do Governo do Estado no Conjunto e que se sobressaíram também como lideranças políticas.

Tendo sua imagem difundida no Conjunto por seu trabalho como assistente social, Irmani Veloso lançou-se candidata a vereadora nas eleições de 1982 pelo PDS (Partido Democrático Social), contou com o apoio de seu esposo e suplente de vereador, Chico Alves, saindo-se vitoriosa com um total de 2.626 votos, em sua maioria oriundos das urnas do Itararé.

Para que se possa exemplificar a importância do Itararé para o cenário político partidário da cidade, Chico Alves, candidato a vereador pela ARENA nas eleições de 1976, anteriores à existência do Conjunto, obteve um total de 1.161 votos, rendendo-lhe apenas a condição de suplente, o que deixou evidente a necessidade de novas estratégias para ampliar o número de votos necessários para eleger-se vereador, surgindo o Itararé como resposta.

Como observa Medeiros (2006), os esforços pela busca de votos concentraram-se na figura de Irmani Veloso, que reconhece que a decisão de se candidatar não nasceu de seu desejo, mas de circunstâncias que podem ser observadas em depoimento da mesma:

A desistência do meu ex-marido em não mais sair candidato, a pressão dos próprios moradores e do meu esposo, que não achava justo entregar todo nosso trabalho a outra pessoa, já que não teriam para comunidade compromisso igual ao nosso (VELOSO, apud., MEDEIROS, 2006, p. 27).

Em seu depoimento, fica externalizada a conveniência familiar daquele que poderia atrair maior número de votos em um embate eleitoral, mas também um sentimento de posse sobre o Conjunto ao não pretender entregar, em suas palavras, “todo o nosso trabalho a outra pessoa”.

Mas quem era essa outra pessoa, ou pessoas, a quem a ex-vereadora referia-se? Em estudo sobre as manifestações políticas no conjunto Dirceu Arcoverde, Manoel Sousa Medeiros (2006) destaca que paralelamente ao fortalecimento do PDS e do grupo político representado no Conjunto por Irmani Veloso, começavam a emergir vozes discordantes do modelo político estabelecido, a partir de movimentos eclesiais na região ligados à Igreja Católica, em especial um grupo nomeado de Juventude Franciscana, ou JUFRAN como ficou conhecido, que passou a se opor sistematicamente ao Governo do Estado no Itararé.

As disputas entre o grupo político representado por Irmani Veloso e os membros

do JUFRAN assumem especial destaque no presente escrito uma vez que seus desdobramentos ajudaram a compor o cenário político partidário da cidade alguns poucos anos depois.

O JUFRAN nasceu entre as ações promovidas pela paróquia de São Francisco de Assis, como movimento eclesialístico de jovens que propunha dar conforto espiritual e assistência social aos seus moradores, mas que começou a ganhar também contornos políticos em suas ações, tornando-se a principal oposição aos representantes do Governo do Estado no Itararé, sobretudo por suas reivindicações por melhorias infraestruturais e sociais para o Conjunto.

O grupo foi responsável pela formação, ou ao menos o despertar, de lideranças importantes para a história do Conjunto e da cidade que, ao promover a reflexão religiosa de acolhimento do outro e da igualdade entre as pessoas, fomentou também o engajamento político para a garantia de direitos.

Essa trajetória do JUFRAN é lembrada por um de seus antigos membros, Humberto Coelho Silva, ao destacar:

quando eu cheguei, tinha todo um movimento organizado pela Igreja Católica. Por aqui tinha frades, o Frei Domingos, e as irmãs que já moravam aqui no bairro quando eu cheguei, o Frei Domingos era quem dava assistência uma vez por semana, e aí eu me engajei, aí tinha também o grupo JUFRAN, que era um grupo ligado à igreja, mas um grupo muito engajado na vida social e política do bairro. O JUFRAN que não era um grupo com características de muitos desses grupos de jovens que a gente conhece hoje, da igreja católica, que a ação é muito voltada para questão interna da igreja, o JUFRAN, participava da vida social e política do bairro, era assim um espaço da reunião da juventude, e gerava assim a organização, a participação das pessoas, dos jovens, a gente refletia além dessa questão do engajamento da igreja, mas tinha também a parte da formação, de uma preocupação muito grande que o grupo tinha que era a formação intelectual da gente (SILVA, apud. MEDEIROS, 2006, p.29).

Por meio do JUFRAN, a juventude do bairro procurava visibilidade, expor suas ideias e construir a crítica ao Governo do Estado e Governos Militares, sentidos àquele instante como responsáveis por muitas de suas dores e de seus familiares, personificados por eles à época pelos representantes do Estado no Conjunto, Irmani Veloso e Chico Alves.

Os atritos foram inevitáveis, cada segmento defendendo seu ponto de vista como lógico e justo. Acerca da resistência ao seu trabalho no Conjunto, Irmani Veloso, em entrevista concedida a Manoel Sousa Medeiros, lembra:

O poder sempre incomoda, causa invejas e inimigos, principalmente para os incompetentes que em vez de trabalhar, atacam os que trabalham. O crescente desenvolvimento do Dirceu, os resultados eleitorais atraem muitos adversários, muitos corruptions, aqueles que não fazem nem seus ninhos, usam os dos outros locais, tivemos o PC do B, do Osmar Júnior, atual vice-governador, tão diferente ideologicamente, que era representado pelo ex-vereador Anselmo Dias. (...). Eles faziam movimentos sociais para protestarem as nossas ações. Digo sinceramente, nunca me irritaram, considerava um direito que tinham. Contudo, o meu ex-marido reagia e muitas vezes com violência (VELOSO, apud. MEDEIROS, 2006, p.30).

No depoimento da ex-vereadora resta claro o incômodo causado por seus

opositores que deixaram marcas importantes em sua memória e de como a ressignifica, ao transparecer que suas ações e intenções para a melhoria do Conjunto não eram compartilhadas por toda a comunidade e de que esta se mobilizava de forma efetiva no enfrentamento no campo das ideias e mesmo no enfrentamento físico, ao reconhecer que seu marido, à época, “reagia e muitas vezes com violência” aos opositores.

O evento lembrado pela ex-vereadora refere-se a um episódio, em 1982, envolvendo seu ex-marido, Chico Alves, e José Anselmo Oliveira Dias, líder comunitário mais tarde eleito vereador de Teresina pelo PC do B.

Por ocasião do encontro de membros do JUFRAN, Irmani Veloso e Chico Alves em uma reunião que acontecia em uma invasão de terras nas imediações do Itararé, que ganhou o nome de Boa Esperança, ânimos se exaltaram, resultando em ameaças e na intervenção conciliatória da própria população, mas que deixaram mágoas que foram logo cobradas.

No dia seguinte à reunião, Anselmo Dias, um dos membros do JUFRAN que teria sido ameaçado durante a reunião na invasão Boa Esperança relata que foi fisicamente agredido:

(...) Aí eu estava saindo para universidade que ficava a parada de ônibus bem na porta da casa dele, ali quase e ele aproveitou a oportunidade, ele pessoalmente me bateu, me fez lesão corporal, só não me matou porque não quis mesmo, (...) Mas ele me bateu bastante, me chutou, me bateu de revólver na cabeça, no ouvido, na boca né (...) Depois fizemos pichação em vários muros do conjunto, aqui mesmo nesse muro da UESPI, era todo pichado com essa palavra de ordem: pistoleiro não dá pé pra morar no Itararé, fora Chico Bala (DIAS, apud. MEDEIROS, 2006, p.30-1).

O que se pode observar pelo depoimento de Dias é a instabilidade política vivida no Conjunto, provocada pela consciência de sua representatividade no cenário político partidário no Itararé e pelas disputas entre aqueles que desejavam ser os legítimos representantes de seus moradores.

Acerca do episódio, fortemente marcado nas memórias de Dias, este ganhou tons mais amenos em relato de Chico Alves sobre o mesmo. Mais de duas décadas depois do ocorrido, já divorciado de Irmani Veloso e fortemente engajado em uma Igreja evangélica, Chico Alves ressalta que seus opositores no JUFRAN eram muito agressivos, mas que isso era apenas a rebeldia da juventude, e lembra,

era só folia da juventude, porque na verdade quem era visto do lado dos militares era, né. Você sabe que naquele tempo as pessoas se revoltavam mesmo, esse que é vice-governador era muito amigo do Anselmo que vivia aqui dentro. (...). Na época foi uma coisa assim né, porque eles eram muito agressivos, de todo jeito é de baderna mesmo, o Anselmo era muito novo, mas hoje, eu tenho uma amizade muito grande com o Anselmo, muito grande, admiro o Anselmo como pessoa. Inclusive quando ele ganhou como vereador eu fui um dos primeiros a ir lá parabenizar ele, e me tornei amigo dele. Certo, se houve algum atrito, foi coisa mesmo da política e ele era jovem, eu era jovem (...),foi uma coisa lamentável, uma coisa, como te falei há pouco, coisa que acontece, coisa que acontece, você não sabe nem porque(...) eu acho que tudo aquilo que você faz que é irracional, a gente se arrepende (DIAS, apud. MEDEIROS, 2006, p.32)

Irmani Veloso ainda se reelegeu vereadora nas eleições de 1988, com 1.630 votos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e, ao lembrar seu trabalho na comunidade do Itararé, depois Dirceu Arcoverde, a ex-vereadora destaca seu compromisso com a comunidade e com a população mais carente ao ressaltar,

Primeiramente, política para mim nunca foi fim, mas sim, meio de servir e principalmente aos mais carentes. Tudo fizemos para melhorar a vida dos que aqui residiam e prova é que o Dirceu apresenta um desenvolvimento superior a bairros muito mais antigos. Não lutava por causa do povo, mas por causas nossas, já que também era uma moradora. Agia em todas as frentes: assistencial, política e de desenvolvimento (VELOSO, apud. MEDEIROS, 2006, p.35).

No fragmento do relato, a ex-vereadora se posiciona como uma igual aos demais moradores, porque também era moradora, e que lutava pelos moradores do Conjunto e por si. Entretanto, em seu depoimento a mesma minimiza as condições em que chegou ao Itararé, como representante do Governo do Estado, o que por si já a tornava diferente. Minimiza ainda o fato que nem toda a comunidade compreendia da forma retratada o trabalho realizado por ela no Conjunto, como é possível verificar em relato de uma antiga moradora ao descrever uma relação muito próxima entre assistência e controle sobre os moradores do Itararé,

(...) Eu achei que foi boa naquela época, não sei se no caso de hoje fosse igual, pois antes o povo era carente de informações. Eles se deixavam entender que ela era a dona de tudo e em cada repartição pública era um verdadeiro curral eleitoral. No caso, ela achava que ali ela, ela aquele povo, ali era dela, quer dizer, é o cara trabalhava numa escola aí aquela escola era manipulada com essa questão da política né... (OLIVEIRA, apud. MEDEIROS, 2006, p.35).

Talvez o não reconhecimento, ou descontentamento, em relação ao trabalho realizado junto aos moradores do então Dirceu Arcoverde tenha ficado patente nas eleições de 1992, quando candidata à reeleição, Irmani Veloso, pela mesma legenda partidária, não conseguiu mais eleger-se e desde então não se candidatou a cargo eletivo.

Quatro anos depois, nas eleições de 1996, um dos antigos líderes do JUFRAN, Anselmo Dias, elegeu-se vereador por Teresina pelo PC do B, com um total de 2.627 votos, em sua maioria obtidos em urnas do Dirceu Arcoverde. Sua eleição representou parte dos desdobramentos que tiveram sua origem quase uma década antes e que continuaram a reverberar nas décadas que se seguiram.

Observa-se, entretanto, que a rejeição ao modelo político representado por Irmani Veloso e a vitória de um representante de movimentos populares do Conjunto, Anselmo Dias, insere-se em um contexto mais amplo de mudanças. A nível nacional, com o fim dos Governos Militares e, sobretudo, a nível local, com o retorno ao Governo do Estado de Alberto Tavares Silva, em 1987, opositor ao grupo político na qual Irmani Veloso se filiava, fazendo com que esta perdesse importantes apoios ao desenvolvimento de seu trabalho, refletindo em sua não reeleição em 1992.

Como representantes do Governo do Estado, Irmani Veloso e Chico Alves assumiram um protagonismo importante para fixação e assistência de moradores e

dos contornos assumidos pelo Conjunto no início de sua história, em uma época que os governos estadual e municipal tinham o interesse da retirada da população pobre de algumas áreas da cidade e enviá-los para o Itararé, projeto vitorioso ao se observar o processo de crescimento do mesmo.

Em seu propósito, o Governo do Estado e seus representantes no Conjunto passaram a receber a sistemática crítica de parte de seus moradores e movimentos populares organizados, a exemplo do papel assumido pelo JUFRA, representantes de segmentos de jovens do Conjunto, que mesmo tendo em sua origem objetivos religiosos, passou a ganhar forte conotação político-partidária de esquerda.

Da disputa entre os representantes de cada segmento, muitos de seus desdobramentos, que tiveram seus primeiros capítulos escritos nas disputas eleitorais de 1978, ajudaram e ainda ajudam a compor a tanto a história do Conjunto como da cidade.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a saída prematura de Dirceu Arcoverde do cenário político do Estado, por seu falecimento, pouco após ter assumido cadeira no Senado Federal, novas disputas pelo controle político do Estado e da cidade iniciaram-se e, em meio a estas, os moradores do Itararé inseriram-se com a pauta da busca por melhores condições de sobrevivência, desejando também fazer parte dos sonhos da cidade que os empurrou para suas margens, fazendo surgir uma nova face de Teresina que, por meio da pesquisa, é dada a conhecer.

Como destaca Certeau acerca das cidades,

tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (1994, p. 171).

A cidade tem sua “história múltipla”, histórias que se entrecruzam e permitem que se aproximem de suas diversas faces e a cada uma destas se façam questões que a ressignificam, viabilizando o surgimento de uma cidade até então desconhecida. De alguma forma, é a esta missão que se propõe o presente texto ao apresentar algumas das faces da cidade, fazendo surgir a possibilidade de uma cidade nova, ressignificada por seus usuários.

O Itararé, como sonho e pesadelo, constituiu-se como uma das faces da cidade de Teresina. Criado com o propósito de “desfavelamento” da zona leste da capital piauiense, e em meio às políticas habitacionais promovidas pelos governos militares a fim de conter as tensões sociais, o Conjunto foi entregue aos seus moradores com problemas infraestruturais sérios, o que fez com que muitos de seus habitantes

desistissem de suas casas. Muitos outros, entretanto, permaneceram e passaram a interferir de forma efetiva na transformação dos espaços do conjunto, escrevendo novos capítulos da história do residencial e da cidade.

As eleições para o senado, disputadas por Dirceu e Alberto Silva, marcam apenas um dos capítulos da história do Conjunto e o início de outras disputas e novas histórias que se seguiram ao longo da década de 1980, onde os moradores do Itararé foram personagens de destaque e protagonistas de disputas mais simples, como a de morarem com dignidade, em lutas que se repetem e alongam-se até os dias de hoje e que fizeram do “Grande Dirceu”, herdeiro legítimo do indesejado Itararé, uma das belas faces assumidas por Teresina, e que ajudam a recontar a história da cidade e de sua gente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Cristina Cunha de. **Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. Teresina: Dissertação - PPGHB-UFPI, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. BNH. **Contrato de empréstimo entre o BNH e a COHAB-PI**, com a interveniência do Estado do Piauí [Projeto: Itararé. Objeto: 3040 casas]. Rio de Janeiro, 30 jun. 1976.

CERTEAU, Michael. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CRIAÇÃO DE SECRETARIAS. **O Dia**, 23 e 24 mar. 1975, p.05.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIRCEU VISITA OS CONJUNTOS E DIZ ESTÁ SATIFEITO. **O Dia**, 13 abr. 1976, p. 03.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Universidade Federal do Pernambuco [Tese de Doutorado], 2009.

GOVERNADOR HOMENAGEADO NO ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 28 out. 1977, p. 01.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **As Multifaces da Pobreza: Formas de Vida e Representações Simbólicas dos Pobres Urbanos**. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Antonia Jesuíta. **FAVELA COHEBE: Uma história de luta por habitação popularem Teresian - PI**. 2ª. ed. TERESINA: EDUFPI, 2010.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados [Estudo], 2001. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1469>>, acessado em 16 set. 2014.

MEDEIROS, Manoel Sousa. **A redemocratização e às manifestações políticas no bairro Dirceu Arcoverde** (1984 a 1985). Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2006. [Monografia de Conclusão de Curso].

MONTE, Regianny Lima, Memória e (res)sentimento em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do (org.). **Sentimentos e ressentimentos em cidades brasileiras**. Teresina EDUFPI; Imperatriz, MA: Ética, 2010.

MORADORES DO ITARARÉ NA CÂMARA PEDINDO MUDANÇA. **O Estado**, Teresina, 03 abr. 1979.

NASCIMENTO, João Batista Sousa do. **Itararé: um olhar histórico e social entre 1976 e 1983**. Teresina: Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura, 2005. [Monografia de Conclusão de Curso].

NOME DE DIRCEU PARA O ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 03 abr. 1979, p. 04.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista brasileira de história**, São Paulo. vol.17. n° 53, julho de 2007.

PIAUÍ. **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Governador Dirceu Mendes Arcoverde, em 01 de março de 1975. Teresina, Assembleia Legislativa do Piauí, 1975.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

SANTOS, José Lopes dos. **Dirceu Arcoverde: missão cumprida**. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1982.

SETE MIL PEDEM NOME DE DIRCEU PARA ITARARÉ. **O Dia**, Teresina, 03 abr. 1979.

SILVA, Alberto Tavares. Conferência na Associação Comercial Piauiense (06 de julho de 1980). In: _____. **Minha lutas por um Piauí melhor**. Vol 3. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

SILVA, Laerte Carson Sampaio e. **Dirceu: uma história de conquistas (1980-2006)**. Teresina: UFPI [Departamento de História e Geografia. Monografia], 2008.

SILVA, Maria Neide da. Entrevista concedida a Verônica Viana de Sousa, em 15 out. 2010. In: SOUSA NETO, Marcelo de. **De muitos sonhos e poucos tijolos: Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, história e memória (Teresina-PI, 1976-1986)**. Universidade Estadual do Piauí [Relatório de pesquisa], 2013.

SILVA, Mariane Vieira da. **Nas Entrelinhas Da História: as primeiras instituições educacionais no cenário urbano do Itararé (1978-1983)**. Teresina: UFPI [Monografia], 2013.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FONTES ORAIS & HISTÓRIA POLÍTICA E OS ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Pere Petit

Professor Associado, Faculdade de História da
Universidade Federal do Pará

“La historia no es tan sólo interrelación de tiempos, sino también de espacios” (Pierre Vilar)

RESUMO: Neste texto apresento alguns dos objetivos, resultados e recursos metodológicos que alimentaram parte da minha produção científica, orientação de alunos e muitas das disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Pará, especialmente a respeito dos estudos de História Regional e História Local, Análise do Discurso e Fontes Oraís, sendo consciente que cada historiador - como também os outros cientistas sociais -, examina a suas práticas a partir do seu próprio campo de trabalho e da sua história de vida e, portanto, da sua trajetória no campo científico-acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente; História Regional; História da Amazônia; História Oral.

ABSTRACT: In this text I present some of the objectives, results and methodological resources that fed part of my scientific production, orientation of students and many

of the disciplines taught in undergraduate and postgraduate courses at the Federal University of Pará, especially regarding the studies of Regional History and Local History, Discourse Analysis and Oral Sources, being aware that each historian - as well as other social scientists - examines their practices from their own field of work and their life history and, therefore, from their trajectory in the scientific-academic field

KEYWORDS: History of Present Time; Regional History; History of the Amazon; Oral History.

1 | INTRODUÇÃO

Além das “viagens” aos tempos da *Belle-Époque belemense* com o intuito de examinar a produção cinematográfica e influência política e cultural dos pioneiros do cinema mudo em Belém, a maior parte das minhas pesquisas, artigos e livros publicados, abordam temas inseridos no território político-administrativo do Estado do Pará e no recorte do tempo histórico que denominamos História do Tempo Presente, sobretudo a respeito das mudanças sociais, econômicas e políticas na Amazônia brasileira e no estado do Pará.

A dissertação de mestrado em História da América Contemporânea (Universidade Central da Venezuela-UCV), teve como principal objetivo analisar a atuação política dos setores

progressistas da Igreja Católica, movimentos sociais, sindicatos e organizações ou partidos de esquerda e a participação de alguns dos seus membros na formação e trajetória do Partido dos Trabalhadores no Pará¹.

Na tese de doutoramento na Universidade de São Paulo (USP), intitulada *Território, Política & Economia: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*², aprofundei o conhecimento do cenário político no Pará durante a ditadura militar (1964-1985) e nos primeiros anos da Nova República, dando prioridade ao estudo dos discursos e ações das principais lideranças políticas paraenses, especialmente as que assumiram responsabilidades de governo, e às mudanças socioeconômicas ocorridas na Amazônia brasileira a partir da década de 1960, influenciadas, em grande medida, pela intervenção de diferentes instituições da Administração Federal e pelo interesse nas riquezas da floresta e do subsolo da região por parte de grupos econômicos brasileiros e internacionais. Tentando fugir dos determinismos analíticos, fossem geográfico-climáticos, economicistas ou politicistas, examinei os fenômenos políticos e econômicos não como planos ou sistemas autônomos, mas como elementos de uma totalidade social que deveria ser desvendada e como os chamados *atos* econômicos e os políticos se inter-relacionavam no decorrer histórico; isto é, no contexto geral no qual diferentes escolhas e ações foram realizadas, ainda que não fosse tarefa simples analisar quando mudanças na estrutura econômica são fundamentais para poder interpretar determinadas práticas políticas e quando acontecimentos políticos, sobretudo nos momentos conjunturais, convertem-se no fator-chave para a compreensão da situação histórica.

Uma das consequências do modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pela cúpula das Forças Armadas e pelos tecnocratas das diferentes instituições da Administração Federal durante a ditadura militar, foi o enfraquecimento do poder político e da capacidade econômico-administrativa dos governos estaduais e prefeituras da região, os quais exerceram escassa influência na sua efetivação e, no máximo, atuaram como meros atores coadjuvantes. Esse enfraquecimento foi favorecido pelas mudanças políticas ocorridas nesse período no país que influíram decisivamente o próprio cenário político paraense, sobretudo ao assumirem, a partir de junho de 1964 até março de 1971, o cargo de governador do Pará dois militares que tiveram destacada participação na organização do golpe de Estado que afastaria João Goulart da presidência da República: Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. Ambos, disputando entre si o controle do *partido no poder* (Arena), converteram-se, até início dos anos 1980, nas principais lideranças políticas do Pará e preocuparam-se, em sua ação de governo, mais propriamente em implementar as diretrizes da “Revolução”, que em favorecer os interesses dos diferentes grupos ou classes sociais paraenses.

1 A dissertação foi publicada em 1996 pela editora Boitempo (São Paulo) com o título de *A Esperança Equilibrada: A Trajetória do PT no Pará*.

2 A tese foi publicada em 2003 pela editora Paka-Tatu com o título *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*.

O quarto e último capítulo da tese de doutorado foi orientado a avaliar os *discursos* — interpretados como práticas sociais — de governadores e outros membros da elite política local, empresários, intelectuais e outros atores sociais paraenses que exerceram notável influência na construção de diferentes *discursos regionalistas* no Pará, fossem *pró-amazônidas* ou, segundo momento e circunstâncias, *pró-paraenses*, principalmente os dirigidos a avaliar, defender, criticar ou propor alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico implementado na Amazônia durante a vigência da ditadura militar. Prática intelectual, mas também política, que alimentou os discursos das lideranças políticas paraenses, ainda que muitas vezes, ao assumirem responsabilidades de governo, suas ações e as dos técnicos que as elaboraram e orientaram sua aplicação fossem contraditórias com as suas palavras feitas públicas.

Os discursos regionalistas-amazônicos podem ser compreendidos a partir de diferenciados prismas, seja a partir de uma perspectiva socioeconômica, “situação de classe” (classes dominantes, classes médias, classes trabalhadoras), e abordagens “ideológico-políticas”, tais como, “direita” e “esquerda”. Podemos, ainda, unificar ambas as classificações (classe/ideologia) para distinguir, por exemplo, entre “regionalismo conservador” e “regionalismo progressista”, para diferenciar, as perspectivas do lugar social, dos interesses atinentes aos discursos regionalistas-amazônicos, quanto ao modelo de desenvolvimento econômico e intervenção estatal implementado na Amazônia pelo governo federal durante o regime militar.

2 | ESTUDOS DE HISTÓRIA REGIONAL

Dois capítulos da dissertação de mestrado foram destinados aos municípios paraenses de Santarém e Gurupá e um dos capítulos da tese de doutorado a Marabá, um dos municípios que vivencio, a partir dos anos 1970, radicais mudanças demográficas, ecológico-ambientais e socioeconômicas. Entre essas mudanças destacamos aquelas decorrentes da descoberta das jazidas minerais na Serra dos Carajás, a chegada de milhares de camponeses de outros estados do país, principalmente do Nordeste, e novos fazendeiros que se apropriaram de milhares de hectares de terra em Marabá. Surgiram, assim, novos personagens que disputaram entre si e com as tradicionais famílias oligárquicas - famílias que controlavam, entre outras atividades econômicas, a coleta e a comercialização da castanha -, a distribuição, uso e posse da terra. Fatores muito relevantes para compreender por que Marabá e outros municípios do sudeste do Pará se transformassem, desde início da década de 1980, no cenário do maior número de conflitos agrários e de assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no Brasil.

Ao optar por realizar uma análise mais abrangente das mudanças socioeconômicas e práticas políticas no estado do Pará e em alguns municípios paraenses, objetivei examinar na tese de doutorado a inter-relação entre território, mudanças econômicas e

práticas políticas, tentando, assim, contribuir para os denominados estudos de História Regional e Local, obviamente, sempre restringindo minhas pretensões teóricas e de pesquisa aos temas ao recorte do tempo histórico e territórios político-administrativos enunciados.

Ao ser o Brasil, como fora definido desde a Constituição de 1891, uma Federação de Estados e não de Regiões, são três as estruturas que assumem distintas competências para atuar sobre o território, a União, os Estados e os Municípios, cada uma delas com suas estruturas político-administrativas específicas e divisão de poderes: presidente da República, governo federal, Congresso Nacional; governadores e executivos estaduais; prefeitos e governos municipais, assembleias legislativas, câmaras municipais. O sistema político e eleitoral brasileiro organiza-se também com base nessas divisões, favorecendo, assim, que estados e municípios sejam os principais âmbitos de atuação político-eleitoral dos brasileiros, como eleitores ou candidatos. Portanto, quando defino Marabá ou Belém e o Estado do Pará como territórios político-administrativos, quero destacar que é nessa divisão e não, por exemplo, na Região Norte ou Amazônia Legal, que se mostra com clareza a indiscutível relação entre *território* e *práticas políticas*, isto é, como “espaço legal de ação política de elites, grupos de interesse e classes sociais” (SILVA, 1990: 46).

Os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação, têm que ser vistos como construções sociais e não como produto da *Natureza*. Afinal, quem determina que partes são incluídas ou excluídas dos diversos recortes do território, “não é o espaço, mas sim o tempo, a história” (BOURDIEU, 1989: 115). Fronteiras que foram definidas, fixadas, modificadas ou anuladas (leia-se destruídas), resultado – por motivações ou interesses diversos – de disputas políticas ocorridas ao longo do tempo, experiência vivida recentemente em alguns países do Leste Europeu com a criação de novos Estados-Nação e de novas divisões regionais ou provinciais em muitos desses “velhos” ou “novos” países.

Lo local/regional no puede comprenderse sin tomar en cuenta lo nacional/fronterizo y, a la vez, si no se toma en cuenta lo transnacional/global. La puerta de entrada a esta dimensión relacional puede ser cualquiera de los ámbitos, el macro, el micro o un nivel intermedio, pero lo importante es no perder de vista los puntos extremos de la relación, lo que a la vez implica una innovación en la construcción de las fuentes y de los datos (VIALES HURTADO, 2010: 160).

Admitir que não são as características naturais as que determinam os diferentes recortes do território não pressupõe negar que os fatores geográfico-climáticos não exerçam qualquer influência no momento de legitimar ou *fazer real* o que também fora *construído*. Pois, ainda que não sejam elementos geográficos os que nos ajudariam a explicar, por exemplo, as atuais fronteiras do Brasil com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e as Guianas, não podemos desconhecer que na negociação da delimitação dessas ou anteriores fronteiras, desde o Tratado de Tordesilhas, assinado por “Espanha” (leia-se pelos reinos de Castela e Aragão) e

Portugal, em 1494, um dos principais critérios utilizados para sustentar uma ou outra definição desses limites foram os geográficos.

Não existe “consenso” entre os cientistas sociais no momento de definir o que será incluído — ou excluído — nos diferentes recortes do espaço denominados regiões, em decorrência dos diferentes enfoques teóricos e, sobretudo, pelas inúmeras formas de “construir regiões”, segundo sejam utilizados, por exemplo, critérios geográficos, climáticos, culturais, econômicos, demográficos, étnicos ou somadas várias dessas classificações. Advertência pertinente, seja para as diferentes “regiões” inseridas nas fronteiras de cada país, como também para as “regiões” que superam os limites dos Estados-Nação, por exemplo, a denominada Amazônia continental, na qual se incluem territórios de vários países sul-americanos.

As confusões existentes a respeito dos conceitos *espaço*, *região* e *território político-administrativo* são trasladadas ao que pode ser incluído ou excluído dos denominados estudos de História Regional. De fato, existem trabalhos inseridos nessa perspectiva metodológica que tanto se referem a uma macrorregião, ou ao território de um ou vários estados ou às subdivisões regionais no seio deles, por exemplo, as mesorregiões ou microrregiões estabelecidas no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, e ainda que considere de fundamental importância distinguir o que são divisões político-administrativas do território (estados e municípios), com outras diferenciações “oficiais” ou não do espaço, do ponto de vista estritamente metodológico não considero que seja problemático pretender incluir no âmbito dos denominados estudos de *História Regional*, quando for relevante, esse recorte do território, a história de um ou vários estados ou municípios brasileiros.

Existe hoje por parte de alguns pesquisadores uma crescente oposição a definir os seus trabalhos de “história regional”, afirmando que esta divisão corresponde a uma visão dos “pesquisadores do centro” ao classificar de “regionais” os estudos realizados nos “estados periféricos”. Contudo, sem desmerecer a importância dessas críticas ao “centralismo historiográfico nacional”, acredito que um dos principais interesses dos trabalhos de História Regional, seja qual for o recorte do espaço ou do território escolhido pelos diferentes autores, é que eles fornecem elementos insubstituíveis para estudos comparativos. Trata-se de comparar aspectos similares entre regiões de um mesmo país ou entre regiões de diferentes países, pois, ainda que possa ser útil estabelecer um “diálogo” entre a historiografia nacional e a regional ou local, isso não pressupõe que seja pertinente comparar uma região com o *todo nacional*. Afinal, uma das principais, ou óbvias, diferenciações entre História Regional (por exemplo, História da Amazônia brasileira ou História do Estado do Pará) e a História Nacional (a História do Brasil, por exemplo), é que esta última tende a ressaltar as semelhanças *do todo nacional*, sendo uma das suas preocupações, explícitas ou implícitas, diferenciar a história de um determinado país da história de outros Estados-Nação.

Nas últimas décadas tem aumentado o número de trabalhos que focalizando as suas pesquisas ao âmbito regional, estadual ou local, com o objetivo de analisar

as suas “singularidades” ou “particularidades”, entretanto, muitas dessas pesquisas não inserem seus objetos de análise na *totalidade* à qual esses territórios estão integrados. Sem desmerecer os resultados alcançados pelos autores que centram seus estudos nessa perspectiva analítica, sobretudo pela sua vontade de evitar que o “nacional” anule a compreensão do “regional” e, portanto, das diferenças entre regiões ou estados do território nacional, não podemos deixar de mencionar que esse tipo de enfoque dificulta a própria compreensão da história regional, estadual ou local. Sem dúvida, é uma história que estuda a região, mas a converte numa espécie de microcosmos que se basta e se auto explica (PESAVENTO, 1990: 70-72), aparecendo, assim, descoladas do processo histórico brasileiro.

Outro problema que pode ser detectado em alguns trabalhos de História Regional e também de História Local, são os estudos que não aprofundam as especificidades das diferentes regiões ou territórios político-administrativos como objeto de pesquisa, tratando-os apenas, como mero reflexo de recortes espaciais mais amplos. O finalismo ou ponto de chegada dessas “histórias regionais” seria a construção do Estado-Nação. Assim, a “História de um determinado Estado ou província repete os acontecimentos da história do Estado brasileiro ou o que se pensa que seja a História do Estado brasileiro, que se irradia dos seus centros de decisão” (SILVEIRA, 1990: 23). Um exemplo paradigmático desse tipo de produção a respeito do Estado do Pará é a obra do historiador Arthur César Ferreira Reis. Citemos, entre os inúmeros trabalhos escritos por ele, nos quais poder-se-ia ver reproduzidas ideias similares, apenas um exemplo extraído do livro intitulado *Síntese da História do Pará*, cuja primeira edição foi publicada em 1942:

O Pará tem uma história rica, farta em lances e episódios que a definem como das mais invulgares na história nacional, pois a contribuição paraense para o processo de criação do Brasil é, realmente, uma contribuição cheia de maior interesse e com aspetos particulares expressivos. Em nenhum momento o Pará esteve ausente no plano da formação nacional [...], participação intensa no quadro dos acontecimentos que significam o Brasil como empresa dos brasileiros” (REIS, 1972: XVII).

Quando me refiro a que os recortes do território são o resultado de escolhas e práticas sociais - como também o são as propostas dirigidas a alterá-las -, isso não pressupõe negar a eficácia simbólica da sua existência real para as pessoas que se consideram parte integrante delas. Como escrevera Pierre Bourdieu: “[...] logo que a questão regional ou nacional é objetivamente posta na realidade social [...], qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989: 120).

3 | PRODUZINDO FONTES ORAIS

O nosso posicionamento sobre os debates filosóficos, teóricos e historiográficos, por exemplo, a respeito da pretendida oposição entre os conceitos “sociedade” e

“indivíduo” ou, por outro lado, na inter-relação entre ambos os conceitos, influenciam o desenvolvimento dos nossos estudos com narrativas orais e análise do discurso. A maioria de nós já não tentamos apenas “dar voz aos sem voz”, o que tentamos, em geral, na produção e análise das falas dos nossos entrevistados é compreender as suas visões de mundo, ações, medos, silêncios; pois homens e mulheres fazem a sua história nos seus respectivos tempos de vida, influenciados por uma infinidade de fatores que eles não criaram nos quais eles e elas fizeram a suas opções. Como escrevera Karl Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (MARX, 2018). Seguramente todos reconheceremos que não existe uma suposta *totalidade social* situada acima de nós marcando o compasso das nossas vidas. Mas tampouco, nós, nem ninguém, vive “fora do mundo”, fora das suas respectivas sociedades e seus diferentes “mundos culturais” ou identidades. Ao pretender superar as visões religiosas, estruturalistas, funcionalistas, teleológicas e “marxistas vulgares”, nas quais os nossos atores sociais aparecem como meros marionetes de “forças superiores” ou estruturais, também questionamos algumas das perspectivas teórico-históricas, que classificamos “pós-modernas radicais”, nas quais o “indivíduo”, ou indivíduos, são encerrados em suas respectivas “ilhas de pesquisa”.

Los historiadores examinamos un pasado *real* y no uno imaginado (...). Lo que hacemos los historiadores conlleva una opción estética o literaria, que ayuda a organizar la narración, pero la historia es algo más que una rama de las letras que debería ser solo juzgada desde el punto de vista de sus méritos literarios (...); nuestras opciones y decisiones son políticas, sociales y epistemológicas. Reflejan diversas creencias en lo que los historiadores hacemos, en lo que puede conocerse y cómo puede conocerse. Los relatos sobre el pasado siempre estarán cambiando, pero los historiadores tenemos que intentar contar las historias de la forma más completa y real que sea posible. Algún tipo de verdad sobre el pasado es posible, aunque nunca sea la verdad absoluta, y por eso merece la pena luchar por descubrirla (CASANOVA, 2009).

Poucos historiadores e cientistas sociais se atrevem hoje, pelo menos em espaços públicos - orais ou escritos -, a questionar a importância das nossas pesquisas desenvolvidas com ajuda das palavras dos nossos entrevistados. Mais uma constatação, portanto, de que vencemos muitas das resistências teórico-metodológicas que questionavam a *subjetividade* e, portanto, a falta de “cientificidade”, das narrativas orais como fonte de estudo, comparativamente à suposta *objetividade* dos documentos escritos. Fundamental para esse resultado foram os seminários, simpósios, minicursos e, sobretudo, os encontros nacionais, regionais e locais de História Oral realizados desde inícios da década de 1990 e a crescente participação de pesquisadores brasileiros nos encontros internacionais. O aumento do interesse pela produção e uso das narrativas orais foi progressivamente assumida por muitos pesquisadores e até estimulada por universidades e centros de estudo. Importante destacar também os debates teórico-conceituais sobre História/Memória ou Memória/

História e as reflexões metodológicas e a respeito das técnicas de pesquisa destinadas a produzir fontes orais.

A maioria das minhas pesquisas e também as dos meus orientandos foram alimentadas numa espécie de “diálogo comparativo” entre as fontes secundárias (livros, artigos), as fontes primárias (documentais, hemerográficas) e fontes orais. Além do cruzamento com outras fontes, não podemos esquecer, como afirma Alessandro Portelli, que fazer História Oral é colocar a “oralidade no centro” da pesquisa e não apenas como mais uma fonte de pesquisa:

No quiere decir que no podíamos utilizar archivos, periódicos y la historiografía, pero había historiadores en Italia que decían que no se pueden utilizar fuentes orales cuando existen otras fuentes. La primera fuente de información que yo tengo sobre una historia, un acontecimiento, es la fuente oral y después voy a usar las fuentes de archivo y las utilizo todas, pero la forma, la organización del relato que voy a escribir se basa en las fuentes orales y las fuentes escritas integran, dialogan. A mí me encanta también la distancia cultural de ese nivel lingüístico, el lenguaje burocrático de las instituciones y el lenguaje vivo de la gente común y a veces uso los dos para mostrar este conflicto cultural implícito en el lenguaje.³

Um dos problemas que enfrentamos os pesquisadores que estudamos momentos históricos muito próximos aos nossos dias, sobretudo os que analisamos a ação política dos indivíduos, especialmente das elites políticas, é o fato de que boa parte dos nossos atores continuam ativos, em maior ou menor grau, no cenário político. É compreensível, portanto, que o estudo das práticas políticas baseadas em fontes orais e não poucas vezes também os trabalhos inseridos na perspectiva metodológica da análise do discurso tenham sido questionados quanto à sua pretensa cientificidade/objetividade. Como já mencionei na dissertação de mestrado, algumas das lideranças e militantes políticos entrevistados avaliavam sua participação na *História* como expressão coerente de sua evolução política, enquanto outros faziam uma autocrítica de sua ação política anterior. Em ambos os casos, considerava e, ainda considero, que algumas ou muitas das suas palavras foram direcionadas a tentar justificar as posições políticas assumidas na ocasião do depoimento.

Um dos riscos de pesquisar “tempos do presente” é o uso político que possam fazer das narrativas das nossas entrevistas algumas “pessoas interessadas”. Por exemplo, algumas das cinquenta entrevistas que serviram de material para a minha dissertação de mestrado e para a sua posterior publicação em forma de livro, foram utilizadas por Ramiro Bentes (PDT), candidato à prefeitura de Belém nas eleições municipais de 1996, no último debate eleitoral realizado antes do segundo turno das eleições, com o intuito de mostrar que o candidato do PT, Edmilson Rodrigues, que seria eleito prefeito de Belém, “é e sempre foi um comunista revolucionário”. Outro exemplo, membros da Igreja Católica de Gurupá e o bispo da prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, exigiram de José Vicente de Paula (Zé Vicente), ex-prefeito de Gurupá durante o regime militar, que se retratasse publicamente das acusações feitas por ele

³ A entrevista com Alessandro Portelli foi realizada por Erinaldo Cavalcanti e Pere Petit durante o X Encontro Regional Norte de História Oral (Manaus, 25-27 de outubro de 2017).

contra o setor progressista da Igreja Católica que foram reproduzidas em *A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará*. As repercussões da publicação desse livro provocaram algumas mudanças na relação pesquisador-pesquisado, especialmente com alguns atores políticos que entrevistei ou tentei entrevistar com a finalidade de concluir a tese de doutorado e também nas pesquisas desenvolvidas posteriormente. Alguns deles não esconderam sua preocupação em que se gravasse a entrevista; outros, entretanto, mostraram não somente grande interesse em ser entrevistados, mas, até, se esforçavam em orientar minhas perguntas e algumas respostas pareciam ser direcionadas aos seus presentes ou futuros eleitores.

Para concluir considero importante destacar que a nossa interação com os entrevistados, além de nos ajudar a desenvolver as nossas pesquisas e a publicação de livros e artigos, influenciaram nossa caminhada na vida e foram de inestimável importância na compreensão das ideias e ações de alguns atores sociais no tempo histórico que denominamos de História do Tempo Presente e História Imediata.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CASANOVA, Julián. Los límites de la objetividad y el desafío posmodernista. In: Carlos FORCADELL ÁLVAREZ (edit.). **Razones de historiador, magisterio y presencia de Juan José Carreras**. Zaragoza: Isac Artes Gráficas, 2009, pp. 323-334.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa: Editora Avante, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatay. História regional e transformação social. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 67-79.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista: A Trajetória do PT no Pará**. São Paulo: Boi Tempo&Naea-Ufpa, 1996.

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

REIS, Arthur César Ferreira. **Síntese da História do Pará**. São Paulo: Amada-GRT, 2ª edição 1972.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: O Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 43-49.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: Questão de Método”. In: Marcos A. da SILVA (org.), **República em Migalhas**. História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 17-42.

VIALES HURTADO, Ronny J. La región como construcción social, espacial, política, histórica y subjetiva. Hacia un modelo conceptual/relacional de historia regional en América Latina. **Geopolítica(s)**: revista de estudios sobre espacio y poder, vol. 1, nº 1. Madrid, 2010, p. 157- 172.

O EXÍLIO COMO PRÁTICA DO TERRORISMO DE ESTADO (TDE): O CASO DE UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE (1970 -1973)

Cristiane Medianeira Ávila Dias

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS)

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de apresentar algumas considerações a respeito da condição política do exílio, particularmente em relação a um grupo de gaúchos exilados no Chile, entre os anos de 1970 e 1973. Para constituir esta proposta, entende-se o exílio a partir das contribuições teóricas de Terrorismo de Estado (TDE). Baseado em Fernandez (2011), esta noção compreende o exílio, como um dos métodos terroristas, aplicado pela ditadura civil-militar brasileira, para aniquilar com os setores de oposição. Paralelamente a esta ideia de exílio, está o aporte da psicanálise, a partir de Rollemberg (1999), que se apropria do conceito para entender a situação (particular e coletiva) dos brasileiros exilados em outros países, após o golpe de 1964. A hipótese do trabalho é que uma abordagem interdisciplinar do conceito de exílio, inserido na perspectiva de processo, torne possível uma aproximação as reais dimensões deste fenômeno, não apenas no Brasil, como no Cone Sul, durante as décadas de 1960 e 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura. Terrorismo de Estado. Exílio. Rio Grande do Sul. Chile.

ABSTRACT: The current article has as a goal to introduce some considerations about the political conditions of exile. Particularly towards a group of gauchos, who were exiled to Chile between 1970 and 1973. To compose this proposal, the meaning of “exile” must be defined by the Fernandez (2011) based theoretical contributions of State Terrorism (ST), this notion understands “exile” as one of the terrorist methods used by the Brazilian civic-military dictatorship, to annihilate the opposition section. Parallel to this idea of exile, there is the psychoanalysis’ contribution, as from Rollemberg (1999), who bases on the said concept to better understand the (particular and collective) situation of Brazilians exiled in other countries after 1964’s coup d’état. This work’s hypothesis is that an interdisciplinary, inserted in the process’ perspective, approach from the “exile” conception enables the approach of the real dimensions of this phenomenon. Not just in Brazil, but in the Southern Cone, during the decades of 1960 and 1970, as well.

KEYWORDS: Dictatorship. State Terrorism. Exile. Rio Grande do Sul. Chile.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o desterro, o traslado, o degredo, a deportação, a expulsão, o banimento e o exílio constituíram formas de o Estado resolver problemas internos, a partir do afastamento de indivíduos que não se adequavam ao poder instituído sobre um determinado território. Na Grécia antiga, por exemplo, Atenas adotou o “ostracismo”, como procedimento que sentenciava ao exílio durante um período de dez anos, todo o cidadão que se opunham aos termos políticos estabelecidos pela democracia representativa ateniense. A finalidade da assembleia de cidadãos, ao excluir temporariamente aqueles julgados como perigosos a manutenção da ordem pública, era evitar a eclosão de conflitos internos, que pudessem abalar a estabilidade política da cidade-estado.

Através dos séculos, a América Latina foi outra região caracterizada, através dos séculos, por guerras internas e disputas entre países vizinhos que, continuamente, geravam o afastamento do território nacional daqueles indivíduos considerados “indesejáveis”. As declarações de independência e a formação de estados nacionais, durante o século XIX, porém, tornaram as expulsões, antes motivadas por questões étnicas, religiosas ou disputas territoriais, atos essencialmente políticos. Deste modo, nos países recém-formados, instalaram-se governos autoritários ou formalmente democráticos, que utilizaram o exílio como forma não apenas de neutralizar, como também de punir seus opositores políticos, impondo a estes a perda de contato com seus aliados, familiares, amigos e com a própria comunidade de origem.

Neste contexto latino-americano, o exílio político foi um fenômeno que surgiu durante o processo de consolidação dos chamados estados nacionais, em função do conflito estabelecido entre determinados projetos de nação e as aspirações dos movimentos nacionalistas emergentes. Hobsbawn (1990), adota uma posição contrária aos movimentos nacionalistas, ao afirmar que estes surgiram antes da nação, definida pelo historiador como uma “entidade social” variável, que integra a história recente e se vincula a um espaço territorial definido, o “Estado-nação”: “Em uma palavra, (...) , o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (p.19).

O denominado “Estado-nação”, sendo formado por pessoas que compartilham uma noção de pertencimento e de identidade coletiva, porém, tende a excluir os que não falam a mesma língua, não compartilham a mesma cultura, não são da mesma etnia ou não seguem a mesma religião ou ideologia política dos “nacionais”. Por algum destes motivos, em momentos de crises profundas, os governos exploram politicamente estas divergências, concentrando na figura do sujeito considerado estranho a comunidade a origem dos problemas internos de um determinado país. Em vários períodos da história, guerras e conflitos foram gerados por essa intolerância em relação ao “outro”, o “diferente”.

De acordo com Said (2003), o nacionalismo é a afirmação de pertença a um

determinado lugar, povo e herança, presente numa comunidade que partilha a mesma língua e costumes semelhantes. Neste sentido, os movimentos nacionalistas triunfantes, na tentativa de justificar a sua existência passada, e principalmente futura, criaram uma história baseada numa retórica de pertencimento que inclui pais fundadores, monumentos históricos e geográficos, além de inimigos e de heróis oficiais. Tal narrativa, quando tomada em exagero, constituiu um perigo a todas as pessoas que não se enquadram nestas definições (são tidos como “diferentes”), pois os “nacionalismos bem-sucedidos atribuem a verdade exclusivamente a eles mesmos e relegam a falsidade e a inferioridade aos outros, os de fora” (p.140).

Ou seja, o exílio político tem uma vinculação direta com um modelo específico de Estado, o Estado-nação, constituído durante o século XIX a partir de movimentos nacionalistas que reforçaram a noção de identidade coletiva por meio da exclusão do outro que, supostamente, seria diferente dos “nacionais”. Na interpretação de Melgar Bao (2010), o exílio – que neste período era popularmente designado de refúgio – passou a ser um método utilizado pelo Estado nacional para afastar da vida pública e punir, na maioria dos casos, intelectuais e políticos dissidentes:

Pensemos en las figuras de Manzini, Marx, Herzen, Garibaldi y Bakunin en Europa, o en las de Alberdi o Bilbao en América Latina. Ser refugiado no filiaba al excluido como protestante, sino como rebelde, revolucionario, etc. Refugiado y perseguido por sus ideas fueron en muchos casos sinónimos, y quizás nos revelen un puente entre la figura primigenia del protestante excluido por sus ideas religiosas y el político o intelectual excluido por su ideología o filiación partidaria (p.10).

No cenário brasileiro, o exílio atingiu no século XIX, integrantes da elite política, como o gaúcho Gaspar da Silveira Martins, forçado a se exilar na Europa por adotar uma posição política oposta a do marechal Teodoro da Fonseca, que havia assumido a presidência do Brasil após a Proclamação da República, em 1889. O fenômeno, porém, foi sofrendo alterações a partir das mudanças vivenciadas no início do século seguinte, entre as quais se destaca o início da diversificação das atividades econômicas, principalmente nos centros urbanos, o que aumenta as pressões das classes populares por melhorias nas condições de trabalho e ampliação da participação política em âmbito nacional.

O exílio político, enquanto mecanismo de exclusão institucionalizada seguiu estas modificações, ampliando sua abrangência para atingir também os ativistas das classes populares, que recentemente foram incorporados ao contexto político nacional. Como exemplo, cita-se os casos de imigrantes europeus, seguidores das ideias anarquistas, envolvidos com a organização de greves, mobilizações e protestos em conjunto com o movimento operário brasileiro, que foram perseguidos, presos e expulsos do país, através de leis como a criada pelo senador Adolfo Gordo, no ano de 1907, que estabelecia a expulsão do território nacional de qualquer estrangeiro acusado de incitar a desordem interna.

Dessa forma, o exílio político tornou-se um método estatal de controle e de regulação das atividades dos sujeitos que lutavam contra a manutenção do *status*

quo. Em 1964, a partir do golpe e da instauração da ditadura civil-militar de segurança nacional no Brasil, o exílio passou a ser utilizado ao lado de outras práticas, como a tortura e o desaparecimento político, com o objetivo de aniquilar os setores (armados e não armados) de oposição. Neste período, este fenômeno modificou parte de suas características porque estava vinculado a um modelo de Estado sem precedentes na história brasileira e dos demais países do Cone Sul, o terrorista, que excedeu os limites institucionais, tornando-se responsável pelas graves violações aos direitos humanos que ocorreram nesta região, durante as décadas de 1960 e 1970.

Com base nessas considerações o objetivo do presente artigo é analisar, particularmente, o exílio político de um grupo de gaúchos no Chile, entre os anos de 1970 e 1973, em decorrência da violência indiscriminada com a qual a ditadura brasileira agiu sobre eles, após a decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Tal ato gerou por um lado, uma imersão destes militantes em organizações de luta armada e, por outro, um aumento da repressão estatal, que os obrigou, direta ou indiretamente, a atravessarem as fronteiras do estado e se exilarem em território chileno.

2 | O EXÍLIO E O TERRORISMO DE ESTADO (TDE)

A ditadura brasileira, baseada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) norte-americana e da Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR) francesa, defendia a constituição de uma nação homogênea, sem espaço para a luta de classes e os conflitos sociais, entendendo qualquer mobilização em sentido contrário, como uma ação do comunismo soviético, com o objetivo de promover desestabilização política no país. Deste modo, as ideias, as normas e os preceitos básicos estabelecidos pela DSN e a DGR, como o conceito de guerra contrarrevolucionária, fronteiras ideológicas e inimigo interno, forneceram a sustentação ideológica que a ditadura necessitava para utilizar a violência sem limites contra seus opositores políticos, também denominados de “comunistas” ou “subversivos”.

Cabe ressaltar que, o termo “comunista”, na primeira metade do século XX, designava não somente os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como qualquer sujeito que, de alguma forma, fizessem oposição às diretrizes estatais, fossem estas fixadas por um regime supostamente democrático ou uma ditadura militar de caráter personalista, como a de Getúlio Vargas (1937-1945). A eclosão da Revolução Cubana (1959) e a projeção do líder guerrilheiro Ernesto Che Guevara em toda a América Latina, no entanto, acrescentou nuances a delimitação do termo “comunista”, que se tornou mais ampla, passando a designar também o combatente da luta armada, especialista em tática de guerrilhas – o “subversivo”. De acordo com Groppo (2016), incluíam-se nessa definição:

Los militantes de los partidos y sindicatos de izquierda; los miembros de los

movimientos de guerrilla nacidos en la estela de la revolución cubana; y de una manera más general, todos los que son contestatarios al orden social existente. Los “subversivos constituyen siempre, según esta lógica de “guerra fría”, el “enemigo interior” contra el cual las fuerzas armadas debían movilizarse prioritariamente (s.p).

A denominação de subversivo tinha uma vinculação direta com o conceito de inimigo interno que por seu caráter amplo, vago e impreciso, permitia os serviços de inteligência, não apenas brasileiro, como também uruguaio, chileno, argentino e paraguaio, perseguir, prender, torturar, assassinar, desaparecer ou enviar para o exílio, qualquer cidadão supostamente envolvido em atividades políticas “subversivas”. No Brasil, a ditadura classificava o subversivo como um inimigo perigoso que havia aderido a uma ideologia forânea, o comunismo, que era entendido como potencializador de conflitos sociais, estranhos à constituição da própria nacionalidade brasileira.

Em discurso realizado no dia 31 de dezembro de 1969, o então presidente, general Emílio Garrastazu Médici, dividiu a sociedade em “bons” e “maus” cidadãos. Os primeiros, “verdadeiros patriotas”, colocavam os interesses do país acima dos seus particulares, enquanto, os segundos, os “irrecuperáveis” – “comunistas”, “subversivos” ou “inimigos internos” – não fariam parte da nação. Desta forma, suas ações políticas contestatórias, sempre que detectadas pelos “bons cidadãos”, deveriam ser denunciadas às autoridades:

A todos os homens de bem que se frustraram ou se enganaram, aos que procuram na contestação e na violência, encontrar o caminho que não é nosso, apelo façam hoje o seu exame de consciência e a si respondam sobre a perturbação e o retardamento que esses descaminhos trazem à livre ascensão de nosso povo. [...]. Volto-me para o homem heroico que cumpre no silêncio o seu dever, para que dele receba, nos dias deste ano, nos dias de meu quadriênio, a sua confiança e a sua fé. Que se faça ainda mais vigilante, para que não se acobertem a seu lado os irrecuperáveis, os que continuarem a roubar, a matar, a corromper, insensíveis ao chamamento da razão e do patriotismo. E eu darei, ao brasileiro que constrói este Brasil, as energias todas de minha vida, o saldo de paz, de tranquilidade, de segurança e de progresso, que frutificar de minha devoção ao bem público e à defesa inarredável do interesse nacional (MÉDICI, 1969).

Com o objetivo de reprimir as atividades destes supostos subversivos ou inimigos internos, a ditadura brasileira decretou na fase imediatamente posterior ao golpe, o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Segundo Gorender (1998), o AI-1 permitiu que o governo colocasse em prática a denominada “Operação Limpeza”, responsável por instituir a cassação dos direitos políticos, especialmente de pessoas vinculadas ao governo deposto de João Goulart. Além disso, o ato forneceu respaldo para a ditadura instaurar inquéritos policiais militares (IPMs) e processos administrativos contra funcionários do serviço público que haviam apoiado o ex-presidente Jango, com o objetivo afastá-los de suas funções estatais.

O desencadeamento da Operação Limpeza obrigou um número significativo de brasileiros a deixarem o país e se exilarem no Uruguai. Rollemberg (1999) nomeou esta de “primeira geração de exilados”, formada em sua maioria por sindicalistas ou políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou do PCB, que haviam participado do

governo de João Goulart. A comunidade de exilados, que se estabeleceu principalmente em Montevideu, iniciou uma agenda intensa de ações políticas, voltadas para a organização de movimentos de oposição à ditadura, em conjunto com organizações de esquerda que haviam permanecido em atividade no Brasil.

Os gaúchos tiveram papel significativo na formação destes movimentos, pois a proximidade espacial entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, havia permitido, desde o período colonial, o estreitamento de vínculos políticos, econômicos, sociais e culturais entre os habitantes dos dois lados da fronteira. O fato, no entanto, não passou despercebido pela ditadura, que passou a exercer pressão sobre o governo uruguaio para que este cerceasse as atividades políticas dos exilados no país vizinho.

De acordo com Fernandes (2009), com a chegada de Jorge Pacheco Areco ao poder executivo do Uruguai em 1967 e a decretação das *Medidas Prontas de Seguridad*, o país viveu uma escalada de aumento da violência interna. O decreto também permitiu a montagem de uma rede de troca de informações e colaboração operacional entre agentes do serviço secreto uruguaio e brasileiro. Tal articulação repressiva dificultou a passagem de militantes perseguidos pela região e a continuidade das atividades políticas desenvolvidas pela comunidade de exilados brasileiros no país vizinho.

A ditadura brasileira, ao mesmo tempo em que estreitava relações com o serviço secreto uruguaio, aperfeiçoava as técnicas de combate às ações dos setores de oposição em âmbito interno. Conforme Moreira Alves (2005), o processo de institucionalização da violência colocado em prática pelo Estado brasileiro a partir do golpe, alcançou seu apogeu com a decretação do AI-5, em 1968, ao permitir a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos, fornecendo o respaldo que os órgãos de segurança necessitavam para agirem sem restrições contra todos aqueles supostamente envolvidos em atividades subversivas. Esta iniciativa tinha o objetivo de instituir o controle da sociedade pela violência e o medo, atingido os mais diversos setores de oposição, independente das opções de luta contra a ditadura, assim como parte da população que não estava diretamente envolvida em questões políticas.

Em posição semelhante, Padrós (2005) enfatiza que, o AI-5 permitiu a instauração do TDE no Brasil, ao conceder subsídios institucionais para que o aparato repressivo, estruturado pelo Estado, utilize a violência de forma indiscriminada, com o objetivo de aniquilar aqueles que se enquadravam no conceito de inimigo interno. O emprego de métodos terroristas marcou o início de uma nova forma de dominação política, o TDE, aplicado primeiro no Brasil (1964) e, posteriormente, no Uruguai (1973), no Chile (1973) e na Argentina (1976). O pioneirismo brasileiro inspirou os outros países a adotarem suas táticas terroristas, adaptadas as especificidades de cada contexto nacional.

No Brasil, a violência da fase pós AI-5, produziu como resultado, por um lado, o surgimento de organizações armadas das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil e, por outro, uma nova onda de exilados em função da virulência com que agiam os meios de segurança no país. Entre estes exilados, se

encontrava o grupo de gaúchos, que neste período irá deixar o país e se estabelecer em território chileno, objeto de investigação do presente artigo.

3 | UM GRUPO DE GAÚCHOS EXILADOS NO CHILE: 1970-1973

Para entender o significado do exílio político de um grupo de gaúchos no Chile, durante o início da década de 1970, é necessário descrever algumas especificidades deste evento em relação a outros fenômenos migratórios. O dicionário *Michaelis* (2017) define exílio como “degredo voluntário ou forçado”. No entanto, degredo tem uma denotação diferente do exílio, especificamente no período moderno tal termo foi usado para designar a aplicação de punição a sujeitos indesejáveis, sentenciados a exercerem atividades, em nome do Estado, em locais diferentes daqueles no qual havia cometido o crime, dentro do país ou nas possessões que este possuísse no além mar. Tais características aproximam a definição de degredo à definição de exílio, mas o que substancialmente os diferencia é a questão de definir (no caso do degredo) e de não definir (no caso do exílio) às atividades que o indivíduo exerce no exterior.

Outra problemática terminológica é entre os termos exilado e refugiado, expatriado e migrante. Segundo Said (2003), os refugiados são uma criação específica do século XX e um problema político, porque se trata de grandes contingentes de pessoas expulsas de seus respectivos países, que se encontram desamparadas e necessitam da assistência de órgãos internacionais. Já os expatriados são aqueles que deixam seu país de origem de forma voluntária, por motivos pessoais ou sociais. A característica central do migrante é o seu *status* ambíguo, uma vez que, em tese, se trata de um sujeito que opta deixar o país, ainda que exista a possibilidade de retorno a qualquer momento ele também vivencia o sentimento de exílio. Por sua parte, os exilados são sujeitos obrigados a abandonar seus países e a conviverem com o estigma de estarem “fora do lugar”.

Pode-se concluir que, o exílio político é uma migração involuntária, de um sujeito que não pretendia abandonar seu país, mas teve que deixá-lo para escapar das perseguições ou graves ameaças, determinadas pelo Estado. Deste modo, um dos critérios que definiria o exílio em relação aos demais fenômenos migratórios seria a espontaneidade, que neste caso é restrita, já que o indivíduo não pode decidir a data de sua partida e, em muitos casos, o próprio destino. Além disso, o exilado, diferentemente de outros migrantes, estaria obrigado a permanecer no estrangeiro enquanto persistissem as condições que o conduziram ao exílio.

Fernandez (2011) amplia ainda mais a definição do termo, ao defender que o exílio político engloba tanto os indivíduos que partem rumo ao estrangeiro após se tornarem alvos da coação direta do Estado, quanto aqueles que deixam o país, motivados por um contexto entorno social de repressão e medo. Assim, o fenômeno pode ser em decorrência do terror, sentido pelas vítimas do aparato repressivo estatal,

bem como do temor daqueles que não desejavam vivenciar a mesma situação. Ou seja, “o exílio pode tanto ser fruto de uma ameaça real e concreta a pessoa quanto pode ser desencadeado apenas por uma percepção subjetiva de ameaça que, no entanto, pode ser sentida como muito “real” pela pessoa atingida” (p.65).

A partir dessas considerações, é possível afirmar que o exílio de um grupo de gaúchos em território chileno não resultou de uma escolha pessoal, mas de um cenário repressivo que obrigou estes sujeitos a deixarem o Brasil, e dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher, em janeiro de 1971, que foram oficialmente banidos do país pela ditadura. Desta forma, o exílio para todo o grupo em questão não pode ser entendido como uma atitude “espontânea”/“voluntária”, porque mesmo nos casos dos militantes que foram para o Chile sem terem sido submetidos à prisão e a tortura, tomaram esta atitude depois de sofrerem ameaças, assim como seus familiares, amigos e companheiros de organização, de agentes do aparato repressivo estatal brasileiro.

Cabe ressaltar que, os gaúchos e os demais presos políticos expulsos pela lei de banimento, antes de deixarem o país, além de terem sido obrigados a entregarem todos os seus documentos aos órgãos de segurança, perderam a nacionalidade brasileira, tornando-se “apátridas”. Com isso, o objetivo da ditadura era demonstrar a quais penalidades estavam sujeitos todos aqueles que ousassem desafiar a ordem instituída, além de avaliar como não aptos a usufruírem os benefícios políticos e sociais de “serem brasileiros”, que incluía o direito a residir em qualquer parte do território nacional.

Os 70 presos banidos, porém, foram beneficiados com o *status* de asilados políticos, concedido pelo presidente do Chile, Salvador Allende, que forneceu apoio estatal, residência e documentos, para que o grupo se instalasse no país. A respeito desta experiência, o gaúcho João Carlos Bona Garcia narrou em seu livro de memórias – Garcia e Posenato (1998) – que os “70” foram recebidos no aeroporto de Santiago por um grupo de exilados brasileiros, liderados por Thiago de Melo, jornalistas locais e estrangeiros, além de um representante do Ministério do Desenvolvimento Social do governo Allende, que conduziu os banidos até o Hogar Pedro Aguirre Cerda, onde eles ficaram hospedados. Na avaliação do militante, “a imprensa e o povo chileno nos receberam, os brasileiros banidos, como heróis e Allende nos recebeu como companheiros” (p.78).

Dessa forma, diferentemente do exilado político, que não possui amparo jurídico, o asilado tem respaldo institucional reconhecido internacionalmente, a partir de uma legislação que define políticas de atuação, além de direitos e deveres. Estas leis de asilo foram criadas e modificadas, durante as conferências organizadas por países da América Latina entre o final do século XIX e o início do XX, como o Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889 e a VI Conferência Pan-americana de Havana, de 1928.

Para além das questões jurídicas, no entanto, o exílio envolve uma intrincada

relação entre o sujeito, seu entorno social e a comunidade a qual ele se integra, mobilizando um país de origem e outro de acolhida, além obviamente de problemas relacionados à sustentação econômica e ao contato com outros idiomas e costumes, o que determina novas formas de expressão e interação social. Segundo Viñar (1992), o pesquisador que se arrisca a estudar e compreender o exílio, em razão de seus variados ângulos de interpretação, deveria “ser sociólogo, demógrafo, politólogo, psicólogo social, além [...] de psicanalista. E ainda faltaria aquela essência de que são feitos os poetas ou os romancistas para compreender alguma coisa desta questão (p.109)”.

Nesta perspectiva, o exílio é um fenômeno complexo por ser vivenciado, ao mesmo tempo, de forma coletiva, e também individual. Em relação à dimensão individual, Rollemberg (1999), partindo da psicanálise, define o exílio como um eixo que estrutura figuras mitológicas; Ulisses, impedido de retornar a sua terra, Ítaca, pelo deus do mar, Posêidon, vive o sofrimento do exílio; Édipo, expulso do seu reino, encontra no estrangeiro, a desgraça; Jesus de Nazaré que abandona a sua terra com a família para fugir de Herodes; Adão e Eva, expulsos do paraíso, poderiam ser nomeados como os “primeiros exilados”. Exemplos que, para a historiadora, “trazem a marca do exílio” (p.23).

Seguindo estas premissas, o exílio poder ser interpretado como um momento de descontinuidade, no qual o sujeito é obrigado a se afastar da família, dos amigos, do ambiente de trabalho, da organização política e da comunidade, enfim, de tudo a que estava habituado e dava sentido a sua existência. Na interpretação de Fernandez (2011), tais rupturas diferenciam o exílio de outros fenômenos migratórios como a diáspora, pois o relacionam com uma dimensão traumática:

O exílio pode ser considerado como um momento de perda extrema: perda da pátria de origem, de paisagens, das amizades, dos códigos sociais e culturais, da língua, do ambiente de trabalho, dos referenciais políticos, religiosos e sociais ou mesmo geográficos. Ou seja, este singelo inventário nos desenha uma ideia da infinidade do universo pessoal perdido, desde elementos subjetivos e valores simbólicos, até objetos materiais bem concretos, e que tornam a experiência do exilado especialmente traumática. Além de ser uma prova de resistência física e psíquica que nem todos conseguem superar (p.69).

Tal situação pode ser identificada em algumas narrativas, em livros de memórias e testemunhos, do grupo de gaúchos. Nestes, os militantes destacam as dificuldades psicológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais que enfrentaram ao deixarem o Brasil, a tristeza gerada pela morte ou desaparecimento de companheiros de organização, mas também da alegria de se encontrarem livres da prisão, da tortura, da sensação de medo e incerteza que se abateu sobre o país após a instauração da ditadura em 1964. João Carlos Bona Garcia descreveu a sensação que teve ao partir em direção ao exílio no Chile, como contraditória, pois misturava a alegria de estar livre depois de quase um ano preso, com a incerteza da sua condição de banido, Garcia e Posenato (1989): “Uma viagem ao desconhecido, somente com o bilhete de

ida. Nem turista, nem imigrante [...]. Viagem sem lenço (roupa) nem documento. Um amontoado de desilusões, desesperos, incertezas, mas ao mesmo tempo de alegria, liberdade” (p.75).

Por outro lado, o clima de relativa liberdade política vivenciado no Chile após a eleição de Salvador Allende, tornou o exílio, entre os anos de 1970 e 1973, uma experiência positiva para esses gaúchos. Ubiratan de Souza (2009), por exemplo, destacou em seu testemunho que, por ordem do Ministro das Relações Exteriores chileno, as algemas dos 70 banidos foram cortadas antes do desembarque no aeroporto de Santiago. Posteriormente, o grupo foi recebido pelo próprio presidente que: “nos ofereceu hospedagem no Chile e também em Cuba, já que estava saindo um navio para lá naquela semana. Optei em ficar no Chile, onde militei muito” (p. 89).

O exílio no Chile, no que diz respeito à esfera coletiva, modificou as concepções políticas que esses gaúchos possuíam a respeito do Brasil e da América Latina. Assim, parte dos militantes rompeu com a luta armada e resolveu apoiar Allende, enquanto outros deixaram a perspectiva revolucionária brasileira de lado para ingressar em organizações armadas chilenas. Houve também um grupo, que aproveitou a atmosfera política daquele país para realizar treinamento militar, com o objetivo de retomar a luta em território brasileiro. Portanto, o exílio foi uma experiência que marcou esses militantes, redefinindo suas convicções de natureza pessoal e política, definida por Rollemberg (1999) de “metamorfose”:

Entre raízes e radares, os exilados reavaliaram o projeto que havia sido vencido, abandonaram alguns de seus aspectos centrais, agregaram outros, reconstruíram caminhos e concepções de mundo, redefinindo-se a si mesmos. Entre o que deixavam para trás e o que viam diante de si, as contradições, as tradições do passado e as novidades do presente. O futuro. No embate, desde que não houvesse naufrágios, os exilados viveram a dolorosa e maravilhosa experiência da metamorfose, tornando-se outros, sem perder de todos os traços da condição anterior. Sem renegarem o passado renasceram para o presente (p.302).

Com base nas narrativas e nas atividades dos militantes que o exílio em território chileno não significou, para o grupo de gaúchos em questão, a derrota do projeto revolucionário. Ao contrário, o estabelecimento de vinculações com partidos e organizações de esquerda chilenas e de outros países, durante o exílio, serviu para ampliar as perspectivas políticas desses militantes. Na interpretação de Sznajder e Roniger (2013), o exílio fez com que o conceito de Pátria Grande, projetado por Simon Bolívar durante as lutas pela independência dos países latino-americanos no século XIX, que ficou a margem do processo que deu origem a identidades coletivas nacionais fosse retomado por argentinos, brasileiros, mexicanos, chilenos, peruanos, fosse retomado. Esta recuperação, mesmo que parcial, ocorreu durante as os movimentos de integração regional e as campanhas de solidariedade organizadas no exílio, que permitiram aos “nacionais”, dos diferentes países, descobrirem, durante as décadas de 1960 e 1970, aquilo que os unia e fazia com que tivessem um “destino compartilhado” (p.181).

No momento em que realizavam estas atividades políticas, porém, os gaúchos não tinham ideia da real dimensão do aparato repressivo estatal que a ditadura brasileira havia estruturado, a partir do golpe, para monitorar as atividades dos exilados no exterior. Em 1966, com o objetivo de vigiar a comunidade de brasileiros que havia se estabelecido no Uruguai, o embaixador Manoel Pio Corrêa criou o Centro de Informações do Exterior (CIEX). Este órgão de segurança, que iniciou suas atividades em Montevideú, expandiu a área de atuação, fundando bases em capitais de vários países latino-americanos e europeus.

O CIEX possuía uma central em Brasília e várias bases, entre as quais, uma que funcionava junto a Embaixada Brasileira em Santiago, a qual na época era conduzida por Antônio Cândido Câmara Canto, embaixador conhecido por sua posição anticomunista e pela proximidade com setores militares chilenos. Com tais ações, a ditadura brasileira pretendia, não apenas coibir as atividades dos exilados, mas também impedir que as organizações de esquerda mantivessem vínculos entre si, que estabelecessem relações com grupos e partidos de outros países e com a opinião pública internacional, através das quais, poderiam denunciar, por exemplo, a aplicação de tortura contra presos políticos no Brasil.

Sobre a ação do governo no exterior, é pertinente destacar que, a repressão contra a comunidade de exilados se intensificou após o golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973, que destituiu Salvador Allende da presidência do Chile. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), na fase imediatamente posterior ao golpe, o governo Médici enviou até aquele país uma equipe formada por militares e policiais, encarregados de interrogar e torturar brasileiros que se encontravam detidos no Estádio Nacional. Estes agentes, com o auxílio de funcionários da Embaixada Brasileira em Santiago, também ministraram cursos a membros dos serviços de inteligência chilenos, sobre o emprego dessas “táticas” sistematizadas de interrogatório (CNV, 2014).

A Junta Militar que assumiu o poder no Chile promoveu uma intensa repressão contra os estrangeiros residentes no país, acusados de atuarem em conjunto com partidos e organizações de esquerda chilenas. Os militantes que integravam o grupo de gaúchos foram obrigados a deixar o território chileno através de rotas clandestinas, entidades internacionais de direitos humanos ou embaixadas estrangeiras. A partir deste momento, a experiência do exílio no Chile, narrada pelos gaúchos como positiva, torna-se um evento traumático, desenrolado num cenário terrorista semelhante ao que estes militantes haviam deixado no Brasil.

Enfim, com base nessas considerações sobre a condição política dos gaúchos exilados no Chile, pode-se concluir que, durante o período ditatorial, o fato de cruzar as fronteiras territoriais do Brasil em direção Chile não significou que esses gaúchos estivessem seguros e a salvo da violência do aparato repressivo estatal brasileiro. Porque, o Estado, a partir do conceito de fronteiras ideológicas, tinha como objetivo monitorar e reprimir as atividades dos sujeitos que supostamente se enquadravam no

conceito de inimigo interno, em território nacional ou no exterior, o que caracterizou a aplicação do TDE pela ditadura brasileira.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que, um traço característico dos Estados, ao longo da história, foi utilizar a expulsão como método para afastar de seus domínios os “indesejados”. No decorrer do século XIX e da formação do chamado Estado-nação, este fenômeno tornou-se um evento essencialmente político, atingindo, num primeiro momento, figuras de destaque nas elites políticas dos países recém-constituídos e, no século seguinte, integrantes das classes populares, que passaram a reivindicar mais espaço no cenário político nacional. O Brasil seguiu esta tendência até a segunda metade da década de 1960, quando uma ditadura civilmilitar de segurança nacional se instalou no país.

Nesta fase, o Estado, na tentativa de manter os privilégios da classe dominante, utilizou mecanismos repressivos inéditos para aniquilar os movimentos que lutavam por mudanças sociais. Assim, o exílio originou-se da violência estatal aplicada nestes países como forma de desmobilizar a sociedade. Indiretamente, pode-se afirmar que, diante da ação para acabar com a oposição e disseminar o medo na sociedade, setores que resistiram (de múltiplas formas) à ditadura, temendo se tornarem os próximos alvos da repressão estatal, resolveram abandonar o território nacional, como forma de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas. No exílio, estes militantes continuaram sendo perseguidos pelo aparato repressivo estatal brasileiro, mesmo que a “Operação Condor” tenha se tornado “oficial” apenas no ano de 1975.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

FERNANDES, Ananda. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FERNANDEZ, Jorge. **Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2011.

GARCIA, João; POSENATO, Júlio. **Verás que um filho teu não foge a luta**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

GROPPO, Bruno. *Dictaduras militares, archivos de movimientos políticos y sociales y archivos de la*

repressão em América Latina. In: ACUÑA, María Graciela. et al. **Archivos y memoria de la represión en América Latina (1973-1990)**. Santiago: LOM, 2016.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Os quatro horizontes do futuro**. Biblioteca da Presidência da República, 31 de dezembro de 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emiliomedici/discursos/1969/10.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MELGAR BAO, Ricardo. El primer exilio y la Independencia: entre categorías y nativos americanos. In: SANHUEZA, Carlos; PINEDO, Javier. **La patria interrumpida: latinoamericanos en el exilio. Siglos XVIII-XX**. Santiago: LOM, 2010.

MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Ubiratan de. O povo deve contar sua própria história. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). Segurança Nacional. In: **A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória**. Vol.3. Porto Alegre: Corag, 2009, p.83-95.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luiz. **La política del destierro y el exilio em América Latina**. México: FCE, 2013.

VIÑAR, Maren e Marcelo. **Exílio e tortura**. São Paulo: Escuta, 1992.

CONHECENDO AS COMUNIDADES, FORTALECENDO SABERES

Márcia Regina Bierhals

Supervisora da E.M.E.F. Francisco Frömming
São Lourenço do Sul – Rio Grande do Sul

Nóris Beatriz Costa Ney

Gestora da E.M.E.F. Francisco Frömming
São Lourenço do Sul – Rio Grande do Sul

RESUMO: O Projeto valorizando as localidades, fortalecendo saberes foi desenvolvido na E.M.E.F. Francisco Frömming, localizada no 4º Distrito da Cidade de São Lourenço do Sul, na localidade de Harmonia, onde atualmente atende 328 alunos da Educação Infantil – Pré Escola ao 9º Ano do Ensino Fundamental, nos turnos matutino e vespertino, na sua maioria, descendentes pomeranos. O referido projeto surgiu de a necessidade dos professores conhecerem as localidades e a realidade em que os alunos estão inseridos, pois se percebeu o distanciamento da prática da sala de aula do professor para a realidade contextual do cotidiano dos alunos. O projeto proporcionou a todos envolvidos a construção do conhecimento levando em consideração as finalidades da educação na busca de novas aprendizagens. Valorizando a história das localidades que integram a comunidade escolar, fortalecendo a aproximação e integração com as mesmas.

Metodologia: observações, entrevistas, pesquisas, comentários, registros escritos e

fotográficos, pesquisa de campo, maquetes, visitas às localidades, evidenciando, assim, os lugares mais significativos. **Resultados:** explanação dos resultados das pesquisas para a Comunidade Escolar, através de um Seminário e edição do livro: “Conhecendo as Comunidades, Fortalecendo Saberes”. **Conclusão:** O desenvolvimento do projeto fortaleceu a valorização das potencialidades e da cultura da comunidade rural e dos povos tradicionais, motivando os alunos a terem um olhar crítico e transformador sobre o meio onde encontram-se inseridos, os tornando sujeitos reflexivos e construtores de saberes. Valorizando, assim, seus educadores como mediadores do processo.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa; Construção de saberes; Pomeranos; Cultura local.

ABSTRACT: : The Project valuing the localities, strengthening knowledge was developed in E.M.E.F. Francisco Frömming, located in the 4th District of the City of São Lourenço do Sul, in the town of Harmonia, where he currently attends 328 students from Pre-School Education to the 9th Year of Elementary School, in the morning and afternoon shifts, mostly Pomeranian descendants. The mentioned project arose from the need of the teachers to know the localities and the reality in which the students are inserted, because they perceived

the distance from the practice of the classroom of the teacher to the contextual reality of the daily life of the students. The project provided all involved the construction of knowledge taking into account the purposes of education in the search for new learning. Valuing the history of the localities that integrate the school community, strengthening the approximation and integration with them. **Methodology:** observations, interviews, surveys, comments, written and photographic records, field research, models, visits to localities, thus highlighting the most significant places. **Results:** explanation of the research results for the School Community, through a Seminar and edition of the book: “Knowing Communities, Strengthening Knowledge”. **Conclusion:** The development of the project strengthened the valorization of the potentialities and culture of the rural community and the traditional peoples, motivating the students to have a critical and transformative look on the environment where they are inserted, making them reflective subjects and constructors of knowledge. Valuing their educators as mediators of the process.

KEYWORDS: Research; Construction of knowledge; Pomeranians; Local culture.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo o Minidicionário Escolar Língua Portuguesa, a palavra *cultura* significa: (...) sistema de atitudes e modos de agir, costumes e instituições de um povo; adiantamento, civilização. Assim, ao falarmos sobre cultura, devemos ter um olhar investigatório sobre nosso cotidiano, nossa forma de viver, nossos costumes, a fim de conhecer a minha cultura e a cultura do outro, a partir do momento que a conhecemos e damos significado, resulta na nossa trajetória de vida.

Quem não vive as próprias raízes não tem sentido de vida. O futuro nasce do passado, que não deve ser cultuado como mera recordação e sim ser usado para o crescimento no presente, em direção ao futuro. Nós não precisamos ser conservadores, nem devemos estar presos ao passado. Mas precisamos ser legítimos e só as raízes nos dão legitimidade. (PEDROSO, 1999, pág.9).

Essa citação de Pedrosa (1999) nos leva a refletir sobre a importância de conhecermos e cultivarmos nossas raízes para a construção da nossa identidade e para nos sentirmos pertencentes a uma cultura legítima que nos dá o norte para uma vida significativa. Thum diz que, “A nossa memória, o nosso modo de vida, a nossa ancestralidade e nossos rituais são referenciais de vida que orientam nosso caminho no mundo”. Assim, o homem é um ser cultural e fazedor de cultura, ou seja, é o produto da mesma, socialmente e historicamente formado, que contribui na construção de seus hábitos, atitudes, suas referências, seu comportamento, sua visão de mundo.

Quando falamos em cultura devemos considerar a complexidade sobre o que é cultura, buscando compreender seu significado, sua diversidade, sua riqueza de significados que formam a teia de regras, valores, costumes, tradições que balizam o comportamento humano na sociedade.

De forma simples e particular, a cultura pode ser compreendida pela maneira de

nos relacionarmos na família, com os vizinhos, parentes, com o outro, resultando no modo e como cada sociedade ou grupo se organiza.

A história fala da vida das pessoas, lembranças e memórias dos sujeitos que dela fizeram parte. Não consegue trazer de volta o passado e muitos fatos se perdem nesse percurso entre passado e presente. Muitas memórias foram esquecidas e até mesmo apagadas, silenciadas,... Assim, se faz necessário uma pesquisa que fale das memórias e vivências construídas no cotidiano de nossos antepassados.

Com o presente trabalho pretendemos relatar a pesquisa realizada por alunos de uma Escola da zona rural do município de São Lourenço do Sul (RS), localizada no 4º distrito, Harmonia, que tem em sua proposta pedagógica o reconhecimento e valorização da cultura local como uma das metodologias de ensino.

De acordo com Cortella:

O conhecimento é uma construção cultural (portanto social e histórica) e a Escola (como veículo que o transporta) tem um comprometimento político de caráter conservador e inovador que se expressa também no modo como esse conhecimento é compreendido, selecionado, transmitido e recriado. (CORTELLA, 2008, pág. 17)

Nesse contexto, a escola desempenha uma função essencial, do ponto de vista epistemológico e político, de proporcionar e subsidiar um fazer pedagógico que oportunize a construção do conhecimento através da pesquisa, análise, coleta de dados, troca de conhecimentos, buscando formar sujeitos ativos, reflexivos, produtores de cultura.

Para Pádua:

Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA, 1996, p. 29).

Neste contexto, a pesquisa aguça a curiosidade dos educandos, os levando a buscar mais informações e dados para construir novos conhecimentos, elaborando e reelaborando conceitos sobre a temática pesquisada, consolidando uma aprendizagem significativa.

Nitikiuk nos diz que:

(...) a história local se vista como eixo curricular demonstra ser o local de construção e espaço identitário e facilitador de relações solidárias num mundo planetário e global. Propicia olhar o ontem com os valores de hoje e facilita tornar mais significativos os conteúdos universalmente postos como saberes escolares. Se a história local for vista como estratégia pedagógica propiciará melhor inserção na comunidade criando historicidades e localizando professores e alunos dentro da História. Esta postura valoriza o processo de lutas e conquistas sociais dos grupos de referência dos educando e comunidade, além de fazer perceber a existência de diferentes visões sobre os acontecimentos cotidianos e fazer diversas leituras de mundo. (NIKITIUK, 2004, p. 161-162).

O trabalho relatado surgiu a partir da curiosidade dos educadores em conhecer a realidade dos alunos de nossa escola: onde residem, a distância que percorrem

diariamente, qual linha de transporte utilizada, a localidade em que estão inseridos. Para isso, a Equipe Gestora e Coordenação Pedagógica, proporcionaram um dia de passeio, em comemoração ao Dia do Professor, onde estes percorreram as linhas dos transportes utilizados pelos alunos, perceberam através deste, um pouco da realidade e do cotidiano de nossos alunos, suas dificuldades, o tempo gasto com a viagem, o desgaste do ir e vir e também, analisaram a arquitetura das residências. Assim, a compreensão de vários aspectos do educando foi sendo entendida e valorizada, não havendo dúvidas que é função da escola oportunizar esse conhecimento e aproximação.

A partir desse momento, alunos e educadores foram desafiados a desenvolver um projeto de pesquisa, reconhecendo aspectos da cultura local através da história dos seus antepassados, salientando os costumes, hábitos, modo de vida, cotidiano e arquitetura das residências.

Desafio aceito por todos os envolvidos se estruturou o projeto: “Valorizando as localidades, fortalecendo saberes”, tendo como seu maior objetivo valorizar os saberes das localidades que integram a comunidade escolar e fortalecer a aproximação e integração com as mesmas.

2 | METODOLOGIA

A escola tem entre suas propostas, promover ações que valorizem as origens dos educandos, utilizando como uma das metodologias de ensino, o reconhecimento cultural.

O projeto foi desenvolvido com base em pesquisas de campo e bibliográfica, para assim, conhecer melhor os aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, ambientais e relevantes das localidades. Através de leituras, pesquisas, leitura de paisagem e compreensão dos diversos aspectos que interferem no desenvolvimento das localidades, o projeto se torna interdisciplinar com atividades desenvolvidas no currículo.

O referido trabalho foi desenvolvido durante o ano de 2014, com encontros mensais para organização, troca de informações, conversas sobre o que iriam pesquisar e quem entrevistar. Cada um dos sete grupos teve liberdade de escolher sobre o que seria abordado na sua localidade. Nossa escola está inserida na zona rural, e são sete as localidades que integram nosso corpo discente: Harmonia, Taquaral, Picada das Antas, Sesmaria, Fortaleza, Santana/Caipira e Bom Jesus.

Os alunos se reuniram de acordo com a localidade onde moram, e cada quatro professores foram responsáveis por mediar o trabalho de cada grupo. Os educadores que residem na zona rural ficaram no grupo da sua localidade.

O trabalho de pesquisa realizado foi riquíssimo, oportunizando aos alunos situações em que estes fossem protagonistas, atuando de maneira crítica e construtiva na localidade onde vivem, os levando a se inserirem como pesquisadores do projeto,

trazendo informações de sua localidade para escola oportunizando a troca de saberes e a construção de novos, onde o educador foi o mediador neste processo.

Os diversos trabalhos de pesquisa envolveram alunos, suas famílias e comunidade em geral, tendo desafios de tarefas como: observações, entrevistas, pesquisas, comentários, registros escritos e fotográficos, pesquisa de campo, maquetes, visitas às localidades, evidenciando os lugares mais significativos, entre outros.

Sentimos o envolvimento de todos e suas curiosidades aguçadas, onde cada aluno e educador contribuíram com o seu melhor. Trazendo fotografias, relatando suas informações, falando sobre o envolvimento da família na pesquisa e narrando a felicidade dos moradores mais antigos de cada localidade, em fornecer informações preciosas sobre sua história de vida e de se sentirem valorizados em contribuir para o trabalho de pesquisa da escola, vindo ao encontro das palavras de Paulo Freire que afirma: “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (2001, p. 32)

As famílias dos alunos de nossa escola em sua maioria descendentes de alemães e pomeranos, por isso a pesquisa valorizou e evidenciou a cultura desses povos em diversos pontos do projeto.

A proposta do Projeto “Valorizando as localidades, fortalecendo saberes” surgiu para valorizar e conhecer a cultura das localidades, mostrando sua história, suas características e pontos relevantes para a comunidade. Através do presente projeto se constatou que as famílias mantêm viva características culturais que são passadas de geração em geração, como as festas de casamento, festa religiosas, danças, comidas, religião, que ajudam a manter a identidade da localidade, porém se percebeu que a modernidade está chegando à zona rural e alguns fatores estão influenciando as famílias a cultura. Assim, é de extrema importância se fazer o registro dos dados coletados para que as tradições, costumes e história de vida de nossos antepassados não se percam na poeira do tempo.

Ainda hoje na escola, se recebe alunos na Pré Escola e Primeiro Ano do Ensino Fundamental, que falam somente a língua pomerana, no entanto, entendem o português, mostrando o quanto a cultura pomerana faz parte da realidade cotidiana dos alunos e suas famílias.

Bauman diz que comunidade é uma palavra que transmite uma sensação boa e é bom pertencer e estar em comunidade. Associamos a ela imagens de um lugar aconchegante, onde podemos nos refugiar das ameaças e de um mundo no qual gostaríamos de viver. (2003, pag. 7).

3 | RESULTADOS

A partir dessas atividades, cada grupo de trabalho teve liberdade para estruturar seus registros e informações para serem apresentadas no ponto culminante do projeto: “O Seminário”. Cada grupo apresentou a comunidade e convidamos o resultado das pesquisas sobre suas comunidades. Foi um trabalho de pesquisa intenso, envolvente

e que resultou no ano seguinte, por incentivo do professor Carmo Thum, o lançamento do livro: “Conhecendo as Comunidades, Fortalecendo Saberes”, proporcionando a todos envolvidos, o sentimento de “pesquisadores e escritores”. Escritores da sua história, da sua cultura, do seu modo de vida, sistematizado através do livro supracitado, perpetuando e mantendo viva a memória das localidades pesquisadas e enriquecendo o acervo bibliotecário da escola.

Na obra, de forma simples, consta o detalhamento sobre o número de moradores e residências, as comunidades religiosas e seus pastores, escolas multiseriadas com o número de alunos e professores, como era realizado o atendimento à saúde no passado e atualmente, dados sobre o Museu Hartmeister, casas de comércio, atividades econômicas, famílias que colonizaram o município de São Lourenço do Sul, primeiro time de futebol da localidade de Fortaleza, língua predominante falada na família, salões de bailes, Igrejas Luteranas e Católicas, cemitérios, pontos turísticos, Projeto CEAMA (construído com o auxílio da ONG alemã Verein Waldorf), curiosidades e fatos marcantes, arquitetura, corais, grupos de danças, enfim, informações preciosas que manterão viva a cultura e a história local.

4 | CONCLUSÃO

Desta forma, a escola busca cumprir seu papel importante que é possibilitar a formação de cidadãos críticos, conhecedores de sua realidade e transformadores da mesma. Sujeitos pensantes, pesquisadores, com o sentimento de pertencimento a uma cultura rica e consolidada e que esta parte da cultura faz parte do todo, formando a diversidade cultural.

A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer. (PAULO FREIRE, 2008. pág. 10)

Então, que a escola cumpra seu papel político e social hoje, de forma séria e comprometida com uma educação de qualidade, de excelência e não deixe para amanhã ou espere acontecer!

Fotos registradas no Livro “Conhecendo as Comunidades, Fortalecendo Saberes”:



Figura 1: Casa Hartmeiste



Figura 2: Salão de baile Almiro Pagel
Manifestação artística: arte Escariolas



Figura 3: Casa Enxaimel estrutura de madeira encaixada, com seus vãos preenchidos com tijolo ou taipa.

REFERÊNCIAS

Bauman, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual; tradução, Plínio Dentzien.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003.

Brasil. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

Carmo Thum. **EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra do Tapes.** Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/CarmoThumEducacao.pdf> Acesso em: 25 de março de 2016.

Cortella, Mario Sergio: **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** 12 Ed^a. ver. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

Dreher, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças.** 2. Ed^a. – São Leopoldo: Oikos, 2014.

Ensino de Sociologia: **Trabalho, Ciência e Cultura** / organizadores: Mauro Meirelles, et all. Porto Alegre: Evangraf / LAVIECS, 2013. <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/JoseEF.pdf> Acesso em 28 de março de 2016.

Heleine, Marise. **"Famílias, origens, destinos"**. Disponível em: <http://familiasorigensdestinos.blogspot.com.br/p/quem-nao-vive-as-proprias-raizes-nao.html>. Acesso em: 16 de março de 2016.

Hernández, Fernando: **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**; trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Marconi, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução/Marina de Andrade Marconi, Zelia Maria Neves Pressoto.** 7. Ed^a. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/artes/a-importancia-das-raizes-culturais-para-identidade-htm> Acesso em 16 de março de 2016.

Oliven, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação.** 2. Ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Schneid, Carla Rejane Redmer. Schiavon, Carmem G. Burget. **Projeto Pomervida: vivências pedagógicas a partir de aspectos culturais locais.** AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS. Publicado em jul. 2015, pág. 282-294.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA POPULAR NA FAZENDA LARANJAL EM ITAPURANGA

Valtuir Moreira da Silva

UEG Câmpus Itapuranga

Prof. Dr. em História, Coordenador dos Projetos de Extensão Saberes nas Ruralidades e de Pesquisa Organização popular e a Diocese de Goiás: mobilização e luta do campesinato em Goiás (1967-1998)

Email: valtuir13@gmail.com

RESUMO: A educação do campo como um processo formativo que se estruturou na História do Brasil, a partir da terceira década do século XX, consolidando-se como espaços de experiências produzidas por movimentos sociais dos trabalhadores rurais, aos quais foram sendo incorporados como programa e projetos do estado brasileiro a partir de 1945. Visualizamos que, a educação do campo se insere na luta social dos movimentos sociais que se estruturaram desde as ligas camponesas, com as comunidades eclesiais de base, com o sindicalismo rural e com as suas inúmeras centrais sindicais e movimentos de luta, campo e cidade, que surgiram a partir da década de 1980. Para nossa pesquisa apoiamos em Thompson (1998), Brandão (1981), Frei Beto (2004), Freire (1996). Como políticas públicas do estado brasileiro percebe-se a apropriação de inúmeras experiências desenvolvidas nos movimentos sociais e tornando-se um instrumento de resposta a sociedade nacional

e organismos internacionais de que se produz a educação que atenda aos camponeses, aos quais em 2013, temos no Brasil, cerca de 8,3% de analfabetos. As fontes principais de consultas foram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, fontes bibliográficas, documentos que nos foram cedidos na primeira experiência de educação de adultos no município de Itapuranga-Goiás, produzida pelos trabalhadores rurais, na Fazenda Laranjal, na década de 1980.

Palavras-chave: Camponeses, Educação Popular, Educação do Campo e Experiência

ABSTRACT: The education of the countryside as a formative process that was structured in the History of Brazil, from the third decade of the twentieth century, by consolidating as room for experiences produced by social movements of the rural workers, to which they were incorporated as a program and projects of the Brazilian state from 1945. We see that the education of the countryside inserts the social struggle of the social movements that have been structured from the peasant leagues, to the basic ecclesial communities, to the rural syndicalism and its innumerable syndical centers and fighting movements, which emerged from the 1980s. For our research we support Thompson (1998), Brandão (1981), Frei Beto (2004), Freire (1996).

As public policies of the Brazilian state we can see the appropriation of numerous experiences developed in the social movements and becoming an instrument of response to the national society and international organizations that produce the education that serves the peasants, in which in 2013, we have in Brazil, about 8.3% of illiterates. The main sources of queries were the data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, bibliographic sources, documents that were given to us in the first experience of adult education in the municipality of Itapuranga-Goiás, produced by the rural workers, at Laranjal Farm, in the 1980s.

KEYWORDS: Peasants, Popular Education, the countryside Education and Experience

Ao pensarmos a educação do campo no Brasil somos levados em perceber que fora construída através dos movimentos populares e sociais. Quando nos propomos em discutir a temática em tela, interpela-nos conhecer o processo de construção das experiências que se constituíram nos programas e políticas públicas que lidaram com um ambiente educativo para jovens e adultos. Reconhece-se que existiu um processo histórico que não se pode perder de vista.

Salientamos que, desde o processo de conquista português, 1549, os jesuítas nos legaram informações de que existira a preocupação em desenvolver uma educação para os adultos. Razão pela qual, estamos cientes de que sempre existira um processo de construção da educação para jovens e adultos, muito presente nas experiências sociais, constituídas por movimentos populares, mas sempre negado pelo Estado, enquanto políticas públicas.

A certeza de um processo em curso historicamente são perceptíveis em movimentos sociais dos operários paulistas, ligados ao anarquismo, anarco-sindicalismo e grupos socialistas que sempre tivera em suas lutas uma educação para todos, inclusive os jovens e adultos. Ressalte que, na produção de políticas de estado, somente a partir da Lei 19.513 de 25 de agosto de 1945 é que estivera presentes um programa oficial que traz para a seara pública a preocupação com a educação de jovens e adultos. Todo este percurso com a preocupação de alfabetizar os jovens e adultos que estivessem fora do sistema regular de ensino brasileiro sempre fora parte da demanda dos movimentos populares. Para Beserra e Barreto (1994, p. 167) foram criados:

a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão. Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire (BRASIL, 1945).

Veja-se que não há uma preocupação em se tornar tais intentos como uma política de estado, mas tudo estava voltado para atender aos programas e campanhas, quem sabe de compensação, cujo objetivo fora enfrentar os desafios de uma educação voltada para tal segmento. Um país, ao qual uma grande maioria da população era formada por analfabetos, ao qual no Brasil, somente depois do governo Vargas (1930-45), que se tornara um parte do projeto de construção de um país moderno e industrializado.

A seguir podemos constatar as disparidades e desafios que marcaram a trajetória de enfrentamento da educação para jovens e adultos, aos quais temos a metade da população brasileira formada por analfabetos, cidadãos que estavam acima dos 15 anos eram os grandes expoentes desta estatística.

Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais no Brasil, 1900-2010

Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,25%
1920	17.564	11.409	64,96%
1930	23.648	13.629	57,63%
1940	30.188	15.272	50,59%
1960	40.233	15.964	39,68%
1970	53.633	18.100	33,75%
1980	74.600	19.356	25,95%
1991	94.891	18.682	19,69%
2000	119.533	16.295	13,63%
2010	144.824	13.941	9,63%

nte: IBGE (2010).

Dados estes que nos mostram que houve uma queda na taxa de analfabetismo, levando-nos a compreender que a inserção de jovens e adultos nos programas oficiais e das instituições educativas são cada vez mais frequentes. Infere-se que há um quadro desolador, pois temos no Brasil, em 2013, 8,5% da população em situação de analfabetismo.

Todo este esforço de construção das políticas de estado para a educação de jovens e adultos contém uma intensa mobilização social que marcou e continua sendo importante instrumento nesta trajetória. E que, tais cobranças para que tenhamos no Brasil um programa alvissareiro de enfrentamento e oferta da educação no campo tornou-se obrigatório com a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que em seu artigo 37 garante um instrumental para que o Estado, enquanto ente federado, possa investir em tais programas.

Com a LDB 9394/96 teremos em nível de governo federal, uma inconstância, na medida em que, os partidos políticos no Brasil, ao chegarem ao poder não produzem políticas de estado, mas versão em programas partidários e criam suas políticas de governo para o campo, de acordo com os interesses e instrumentos ideológicos. Logo, um programa do estado que enfrente e faça valer direitos constitucionais para

a educação dos jovens e adultos, não aparecem mais como políticas compensatórias e com estatísticas para dar respostas a sociedade e organismo internacionais que financiam projetos de educação.

Tivemos assim, uma diversidade de programas, projetos e tentativas de criação de enfrentamentos para com a educação de jovens e adultos, aos quais existem experiências alvissareiras, tanto àquelas ligadas aos entes federados, como as produzidas por movimentos sociais, tanto operários quanto camponeses, na imensa diversidade espacial, social e cultural do Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos dão a dimensão das políticas de educação para o campo em alguns Estados brasileiros, ao qual demonstra o panorama do analfabetismo nas unidades da federação, levando a uma percepção de que, ainda existem muitas lutas para serem enfrentadas em relação a tal demanda social brasileira.

Nesta constante busca de entendimento das políticas públicas para atender à tal demanda, de acordo com os dados do Censo Escolar, 2013, as matrículas em relação a educação do campo estão diminuindo ano após ano, confirmando as nossas inferências de que todo este escopo governamental para fazer frente a este desafio, ainda precisa melhor ser gestado. A seguir apresentamos o gráfico que retrata tal questão:

Frente a tal realidade de construção e luta por direitos sociais é que os trabalhadores brasileiros – campo e cidade, sempre colocaram em seus embates a inserção da educação no e do campo, algo que fora incorporado nas decisões governamentais, tanto em nível federal quanto estadual, tornando-se programas que procuram dar uma resposta às demandas constituídas historicamente.

Saliente-se que, a Educação do Campo seja uma condicionantes destes movimentos sociais, a experiência produzida pelos trabalhadores rurais em Itapuranga, município de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do país, pode nos dar uma demonstração interessante de como a busca por uma inserção da educação para os jovens e adultos também foram pautas importantes nas lutas camponesas no Brasil. Exemplo histórico da Escola Popular do Laranjal que se fez e refez com os interesses dos camponeses, construída a partir de uma demanda destes atores sociais.

Escola Popular da Fazenda Laranjal

Na minha região todo mundo dizia isto, na união do povo uns ajuda os outros, principalmente ajuda os mais fracos.

(José Lemes)

Na década de 1980, um grupo de professores e voluntários, preocupados com o número de pessoas adultas que não tinham o conhecimento da leitura ou não eram alfabetizadas, se reúnem para discutir formas de sanar esta deficiência que o poder público, mesmo tendo conhecimento do problema, não se preocupava em resolvê-lo,

como não se preocupa na atualidade, fazendo propaganda nos meios midiáticos, mas não atacando o cerne do problema.

Tal demanda, como vimos, não é recente como observamos ao recorrermos aos fatos que permearam a educação ao longo de nossa história, tendo como propostas dos governantes uma educação excludente voltada para a classe dominante, não permitido às camadas sociais mais baixas terem acesso ao saber, ou preparando-os para ser mão de obra barata explorados pelo capital, deixando-os sem conhecer seus direitos.

No século passado, muitos educadores tentaram mudar esse quadro criando um novo tipo de educação que fosse mais libertária, mas encontrou uma forte resistência por parte do poder dominante, ou por parte do poder econômico que exerce uma imposição fortíssima no poder político existente em nosso país. Portanto as novas buscas por mudanças irão encontrar um caminho cheio de obstáculos, mas muitos educadores foram buscar algo mais para mudar a forma de educar e um conceito novo para trabalhar com novos métodos a serem aplicados na alfabetização de crianças e adultos.

Em 1960, inicia em Pernambuco um movimento liderado por alguns professores e estudantes da Universidade Federal deste Estado, que tinha como ponto fundamental construir uma nova forma de pensar a educação e traçar um novo caminho que pudesse ter uma nova metodologia partindo do princípio de como seria elaborado, para quem seria elaborado e quem elaboraria.

A ideia começa a tomar forma para elaborar um novo método que se diferenciasse dos demais, que fosse libertador e não servisse apenas para aumentar o número daqueles que apenas soubessem assinar o “nome”, tornando-se mais um joguete nas mãos dos políticos inescrupulosos, que utilizavam do voto de cabresto para se manterem no poder e continuar dominando os trabalhadores, não lhes dando o direito de livre escolha. Não era permitido questionar o que estava acontecendo, e muito menos procurar formas que lhes auxiliassem na busca por mudanças ou novos rumos para sua sobrevivência.

Carlos Rodrigues Brandão (1981) fazendo uma referência ao novo método elaborado por um grupo de professores e alunos assim se expressa: “Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torna-lo doméstico” (Brandão, 19981 p.16). Nessa afirmativa Brandão ressalta a nova proposta de educação elaborada a partir dos estudos e reuniões realizadas pelo grupo de alunos voluntários, em que a educação seria uma ferramenta que pudesse dar uma nova dimensão a esta nova metodologia, onde o foco principal é a busca por uma educação libertadora na formação da consciência crítica dos no vos alfabetizados.

A experiência desta forma de pensar e executar uma nova proposta educacional, começa no nordeste, onde os “de pé no chão”, elaboram uma nova cartilha, partindo de seu cotidiano e suas principais dificuldades, dentro de sua realidade local. Brandão

citando Paulo Freire assim se expressa:

Os resultados obtidos_300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias_ impressionaram profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. E foi assim que entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de coordenadores na maior parte das Capitais dos Estados brasileiros(...).O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos.(...) (Brandão, 1981 p.18-19).

Nesta referência, Brandão ressalta os avanços e o sucesso que o novo método alcançou no meio das comunidades rurais ou que viviam em pequenas vilas sem nenhum apoio das autoridades, deixando-os em um total abandono. Com a ideia deste grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco encampam essa nova metodologia, criando junto com os próprios interessados ou autores a forma de ação a ser implantada e estruturadas de acordo com o meio em que vivem.

Voltado aos anos 1980, com o regresso do exílio Paulo Freire e muitos educadores preocupados com o avanço calamitoso do analfabetismo em nosso país, resolvem se reunir para procurar alternativas na tentativa de diminuir as dificuldades e os problemas que afligiam nosso povo simples que não tiveram condições de frequentar escola na sua infância porque tinham que auxiliar no trabalho pesado as suas famílias para sobreviverem, sendo impedidos de buscar o conhecimento escolar.

Em um município do interior do Estado de Goiás, Itapuranga, um grupo de professores da rede oficial de educação, juntamente com outros voluntários se reuniram e começaram a discutir maneiras de auxiliar as pessoas adultas que moravam nas comunidades rurais, cujo objetivo era ensinar a ler, ou não tinham consciência de seus direitos, sendo explorados pelo poder político e do capital, se interessaram em buscar novos caminhos. Diante da provocação, partem para elaboração de uma cartilha com as palavras geradoras, que faziam parte de seu cotidiano, sendo que os animadores mais ouviam do que falavam, acatando as sugestões dos futuros alunos. Terminada esta etapa, os professores animadores elaboraram as cartilhas com as palavras sugeridas pela comunidade.

Entre as palavras geradoras elaboradas pelos trabalhadores vamos encontrar algumas que estão diretamente ligadas ao seu universo cotiando, tal como visualizar na imagem a seguir:



Figura 1: Material didático trabalhando com palavras geradoras.

Fonte: Folha de exercícios da Escola Laranjal, 1983.

Como podemos observar, as palavras geradoras mencionadas, aparecem as dificuldades ortográficas, que serão estudadas posteriormente. Outra iniciativa do grupo foi a necessidade de aprenderem a matemática, não a matemática clássica, mas aquela voltada para as suas atividades diárias, para não serem “passados para traz” pelos espertalhões do comércio, fatos que aconteciam constantemente.

A experiência educativa aconteceu na Comunidade do Laranjal, na década de 1980, com um grupo de lavradores e lavadoras, tendo como animadores as professoras Eliana da Cunha Machado, Maria Conceição Teixeira, Maria Lúcia Vanuchi, Maria Teixeira e Perpétua Maria de Camargos Gontijo. Esse grupo se deslocava da cidade para a Comunidade do laranjal, usando os meios de transportes mais diversos, indo desde as caminhadas a pé, ônibus, carroças e bicicletas. Foi um esforço por parte, tanto dos animadores, como por parte dos educandos que depois da exaustiva jornada de trabalho, ainda encontravam forças para frequentarem assiduamente as aulas noturnas.

Enfrentando as dificuldades que eram muitas, os monitores em menos de quatro meses conseguiram, não só alfabetizar, mas discutir seus direitos e se prepararem para enfrentar o explorador na pessoa do atravessador (aquele que comprava seus produtos a preços irrisórios achando que ainda estava fazendo um grande favor), procurando se unir porque começaram a acreditar que unidos seriam mais fortes.

Diante desta experiência, outras comunidades do município de Itapuranga também manifestaram o desejo de participarem desta nova experiência, que havia rendido à

comunidade do Laranjal uma nova maneira de ver o mundo. Assim a comunidade do, então, distrito de Guaraíta, também decidiram discutir com os trabalhadores e solicitar da equipe de monitores do Laranjal ajuda para montar uma experiência semelhante.

Nessa construção educativa evidenciou a preocupação, tanto das professoras quanto dos trabalhadores, de relacionar o que deveria ser ensinado com o seu fazer. No exercício de matemática a seguir, encontrado no caderno de planejamento da Escola, verifica-se que o objetivo era aproximar experiência e ensino, empregando muitos elementos presentes nas vendas e nas compras da produção e insumos efetuados na cidade de Itapuranga:

Vendi 6 dúzias de ovos por CR\$ 2.100,00, quanto saiu cada dúzia?

Emprestei a um amigo CR\$ 315.000,00 a 15% a.m., quanto recebi de juros?

Fui à cidade e comprei:

2 kg de açúcar por CR\$ 540,00,

1 litro de querosene por CR\$ 400,00

1 kg de macarrão por CR\$ 430,00,

1kg de café por CR\$ 800,00

1 kg sal por CR\$ 120.

Dei CR\$ 5.000,00 para pagar, qual foi o meu troco?

Vendi 320 sacos de milho a CR\$ 7.500,00. Quanto recebi?

Em mais um pequeno trecho, também extraído do caderno de planejamento, produzido em 1983, podemos ver que havia intenção de colocar em debate o ideal e importância da organização para vencer e fortalecer a luta camponesa sempre, a seguir um texto que fora lido e estudado no projeto da Escola Popular da Fazenda Laranja.

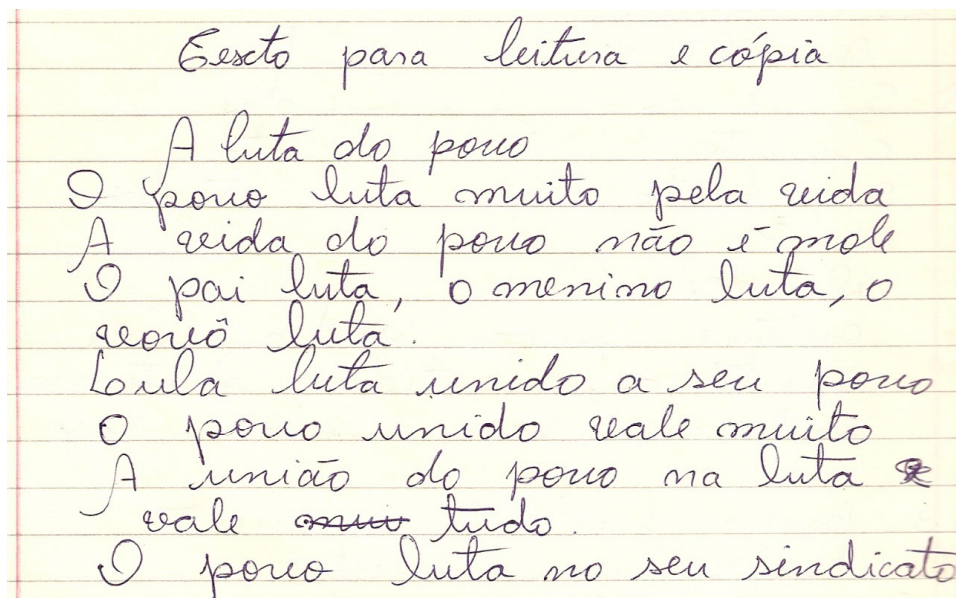


Figura 2: Texto para leitura e debate com os alunos trabalhadores rurais.

Fonte: Caderno de Planejamento, jun., 1983.

Com o desenvolvimento das atividades escolares na Fazenda Laranjal houve um encontro dos camponeses consigo mesmo. Tal como narra Zé Lemes afirmando que: “Mas foi uma experiência muito boa. Sabe, nessa escola a gente aprendeu, aprendeu tanto assim. Desenvolveu a leitura, mais junto, com agora, aqueles que não sabia quase nada mesmo, desenvolveu também bastante a leitura”. Consequentemente, após as primeiras experiências de estudo, os alunos-camponeses, foram percebendo que sabiam muitas coisas, talvez o que faltava era a sistematização e a percepção, como disse Paulo Freire, aprender-aprender, construindo-se o conhecimento dialógico.

Todo este arcabouço de mobilização e aprendizado socializado possibilitou aos camponeses que frequentavam as aulas na Escola potencializar suas lutas por seus direitos e conseguindo demonstrar que os trabalhadores eram integrantes e produtores da história. Com todo o seu passado de embates e enfrentamentos sociais e políticos serviram para instrumentalizar outras atividades organizativas, como Associação dos Produtores e Cooperativa.

Ressalte que, com os aprendizados constituídos a partir de suas próprias histórias teve papel proeminente no engajamento de algumas dessas famílias em fazer parte da luta pela terra em outras regiões do Estado de Goiás, enfrentando o poder de mando do latifúndio e o fortalecimento da luta sindical.

O casal Raimundo e Maria das Graças que, em seus depoimentos, narra que a própria tomada de decisão de participar do movimento pela terra foi influência direta do que aprendeu naquela escola. Além disso, o casal ressalta que aprenderam a valorizar algumas coisas que aprenderam com seus pais, como por exemplo manter a tradição de uma festa de São João, sendo reinventada, agora, no Projeto de Assentamento Lagoa Grande, no município de Heitoráí. Maria das Graças assim resumiu assim o papel da Escola do Laranjal:

Aprendia tudo. Aprendia a História do Brasil, igual na Escola que eu tô agora. E muita coisa que eu aprendi foi lá. Eu lembro tudinho que nós aprendeu lá. Era uma aula de história muito boa. Só porque era assim, era mais oral, falada. Nós quase num escrevia, mas ficava prestando atenção, e aprendeu muita coisa. Aprendia também muita coisa de escola assim mesmo.

Havia todo um esforço das professoras para realização dos materiais e das aulas na Escola Popular da Fazenda Laranjal. Se reuniam com os trabalhadores e juntos produziram uma cartilha que continha as palavras geradoras ligadas ao seu cotidiano. Assim, o ato de ensinar e aprender se constituía desde as conversas informais, produção do material e no ouvir das experiências dos camponeses. Sempre fazendo um diálogo.

Portanto, a experiência da Escola Popular do Laranjal baseou-se no Método Paulo Freire tornando uma ferramenta essencial na escolarização das famílias camponesas envolvidas. Estivera presente a alfabetização, a conscientização política, a busca pelos seus direitos como cidadãos e a luta em defesa da liberdade de ação diante dos exploradores e da política clientelista que utilizavam o povo como massa de manobra para se manter no poder. Construiu-se uma nova consciência política, social e cultural a partir da vivência da educação de jovens e adultos com os camponeses em Itapuranga.

Tal contumaz fora o ato educativo, a partir do dialogismo freiano, que ao findar o primeiro ano de aula na Escola do Laranjal, Zé Lemes deixou registrado, através de um poema, a leitura sobre tal ação desenvolvida em sua comunidade. No dia 13 de outubro de 1981, escreveu e declamou a poética educativa:

O dia 15 de outubro
É o dia do professor
Eu tenho muita estima
É um profissional lutador
A quem eu devo o que sei
Por isso sempre respeitei
E reconheço seu valor.

Professores da cidade,
Também da zona rural,
Faz um esforço danado
Às vezes, ganham muito mal
Seja mulher, ou seja, homem
Estão engrandecendo o nome
De nosso país em geral.

Mas vou deixar tudo de lado

Pra falar da nossa Escola
No dia 20 de abril
Lá pelas 19 horas
No ano de 1981,
Se não me falha a memória
Os alunos muitos animados
Tudo estava preparado
Português, matemática, ciência e história.

Era um sonho antigo
Tornando-se realidade.
O povo da roça estudar
Sem precisar ir pra cidade
Este foi um pequeno exemplo
Era falado há muito tempo
Pois tínhamos necessidade.

Eram cinco professores
Dotados de capacidade
Ensinava ler, escrever e contar
E enxergar a realidade
Até lições foram feitas
Aqui da nossa comunidade
Professoras eficientes
Fizeram um trabalho excelente
E com muito boa vontade.

Todo caminho tem espinho
Quem quiser ver pisa no chão
Aqui logo apareceu problema de condução
Mais tudo aqui funcionou
Na base da cooperação
Carros, carroças e bicicletas
Tudo foi posto em ação
Ai veja as coisas como é
Andaram até a pé
Mas as aulas não pararam não.

Esta festa ia ser feita
Depois de tudo encerrado
Mas hoje foi antecipada
Vamos ainda ver um filme
O dia já está marcado
Aos meus colegas de classe
Dou um abraço apertado.
Aprendemos coisas novas
Vamos terminar nossas provas
E aguardar os resultados.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. Editora Brasiliense: Rio de Janeiro, 1981.

DARTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREIRE, P.; BETO, F. **Essa escola chamada vida**. Ática: São Paulo, 2ª. Ed, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O ESTAGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Cristina Aparecida de Carvalho

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

Michelle Castro Lima

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

Marco Antônio Franco do Amaral

Instituto Federal Goiano – Curso de Pedagogia
Morrinhos – Goiás

RESUMO: O estágio supervisionado tem sido um ponto de muitas discussões nos cursos de licenciatura. De acordo com a Resolução nº 02, de julho de 2015, os cursos de formação de professores devem proporcionar uma intensa relação entre a teoria e a prática e também entre as instituições de ensino superior e as instituições de educação básica. Nesta perspectiva, o objetivo desse trabalho é retratar a importância do estágio para formação do pedagogo. Para desenvolvimento dessa pesquisa realizamos uma revisão de literatura e o estudo de caso de um estágio supervisionado de um curso de Pedagogia avaliado com a nota máxima pelo Ministério da Educação. Observamos que o curso de Pedagogia em tela construiu seu Projeto político pedagógico de Curso logo após a promulgação da Resolução nº 02 de 2015 e, desta forma, o curso se

adequou às solicitações da Resolução e o núcleo docente estruturante definiu como prática curricular todas as atividades práticas dispostas em diferentes disciplinas ao longo do curso e na disciplina prática de ensino que foi interligada com o estágio supervisionado.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado, Formação, Pedagogia.

ABSTRACT: The supervised internship has been a point of many discussions in undergraduate courses. According to Resolution No. 02 of July 2015, teacher training courses should provide an intense relationship between theory and practice and also between higher education institutions and basic education institutions. In this perspective, the objective of this work is to portray the importance of the internship for the education of the pedagogue. For the development of this research, we carried out a literature review and the case study of a supervised stage of a Pedagogy course evaluated with the maximum grade by the Ministry of Education. We observed that the on-screen pedagogy course built its Political Pedagogical Course Project shortly after the promulgation of Resolution No. 02 of 2015 and, thus, the course was adapted to the requests of the Resolution and the structuring teaching nucleus defined as curricular practice all activities practices arranged in different

disciplines throughout the course and in the practical discipline of teaching that was interconnected with the supervised internship.

KEYWORDS: Supervised Internship, Formation, Pedagogy.

1 | INTRODUÇÃO

Nas licenciaturas, o estágio supervisionado é um componente obrigatório que articula a prática com as atividades do trabalho acadêmico, de modo a proporcionar aos graduandos experiências em ambientes escolares e não-escolares que alarguem e consolidem ações éticas, conhecimentos e competências nos cursos de Pedagogia em diferentes áreas como Educação infantil, séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

O estágio nos cursos de pedagogia assume um papel essencial para a formação integral do aluno, pois ele relaciona a teoria e a prática e insere os alunos nas instituições de ensino os proporcionando a vivência com a realidade escolar.

[...] as estagiárias, profissionais em formação, ganham possibilidades de experimentar e construir seu papel de “professor-pesquisador”, exercitando sua capacidade de ler a realidade, visualizar ou detectar as necessidades e, no processo coletivo de reflexão, ir arriscando propostas e alternativas de encaminhamentos. (OSTETTO, 2000, p. 22).

Desta forma, o estágio supervisionado vai muito além de um cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, além de ser um importante instrumento de integração entre a universidade, a escola e a comunidade (FILHO, 2010).

O presente trabalho tem como foco observar como se estabelecem as práticas de formação no estágio supervisionado em um curso de Pedagogia avaliado com nota 05 pelo Ministério da Educação – MEC. Para o seu desenvolvimento iremos elucidar a importância do estágio para a formação do professor, discutir como a legislação brasileira tem orientado os estágios supervisionados nos cursos de Pedagogia no Brasil e quais as práticas de estágio no curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano-Campus Morrinhos. Neste sentido buscaremos compreender que a prática de ensino e o estágio são elementos aglutinadores na formação de professores, baseando-se no modo de um fazer docente, pelas ações e práticas, num processo incessante de reflexão, construção e embate com a realidade social, educacional e escolar. Ademais, abordaremos sobre a Prática de Ensino como elemento articulador da formação do professor, contextualizando as concepções e fundamentos, o seu lugar e relevância nos campos teórico e prático.

O Estágio de Licenciatura é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que ofereceu a oportunidade de aliar a teoria à prática, tornando-se indispensável à formação profissional para o mercado de trabalho. Conforme a Lei nº 11.788 de 25/09/2008, capítulo I, Art. 1

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Ao chegar à instituição de ensino o aluno se depara com a realidade educacional e o estágio exige do graduando um olhar contextualizado que se esforça em cessar os preconceitos e buscar por em prática uma intervenção que contribua com o processo de ensino e aprendizagem das crianças ou adultos inseridos no campo de estágio.

Compreende-se, portanto, que o estágio é o momento no qual o estudante pode vivenciar e aplicar na prática, no cotidiano da área profissional na qual atuará, os seus conhecimentos teóricos que agregou em sala de aula, aprimorando suas habilidades e competências. Trata-se de uma complementação no aprendizado dos estudantes, seja no nível médio, técnico ou superior.

O estágio possibilita a imbricação entre a teoria e prática com o objetivo de aproximar o estagiário da realidade escolar, para que o aluno possa perceber os desafios que a carreira lhe oferecerá, refletindo sobre a profissão que exercerá, integrando-o para obter informações e trocas de experiências.

A partir desse contexto, o objetivo do estágio supervisionado é de aprimorar em cada aluno dos cursos de licenciatura todo o processo de desenvolvimento da teoria e prática e não unicamente a concepção dos conceitos teóricos aprendidos na graduação. Nesse momento sua finalidade é a reflexão por meio da realidade que se inicia nessa etapa e também a aproximação entre as instituições de ensino superior e a comunidade.

[...] o estágio possibilita uma aproximação da realidade da sala de aula e da escola, sendo que esta leva a uma reflexão teórica sobre a prática, sobre tudo o que observamos e vivenciamos durante a mesma, propiciando ao aluno a oportunidade de aproximar-se da realidade a qual atua ou, futuramente, atuará. (CABRAL; ANGELO, 2010, p.2).

É importante ressaltar que o estágio supervisionado possibilita ao licenciado o conhecimento de mecanismos teóricos e práticos fundamentais à aplicação de suas ocupações que se propõe enriquecer e amparar o desenvolvimento do trabalho dentro das instituições, no meio profissional dos estudos teóricos e práticos assimilados no decorrer do curso nas entidades escolares do ensino superior, tratando-se de um grande desafio em relação à necessidade que o aluno tem em compreender as diferenças entre os alunos e seus ambientes. É preciso entender que a sala de aula não pode ser um local de esgotamento, sendo necessário ter serenidade na interação com os alunos por meio de um processo interativo entre professor e aluno buscando transformar o ambiente da sala de aula em um lugar prazeroso e de grande crescimento.

A partir desse contexto, o estágio supervisionado proporciona ao futuro professor

a noção sobre a realidade escolar da comunidade em que está inserido. Ele direciona o licenciando a presenciar no seu cotidiano as atividades e dificuldades diárias em uma escola de educação básica.

O estágio supervisionado estabelece um dos períodos mais importantes na vida acadêmica em um curso de licenciatura (TARDIF, 2002). Desta forma, “[...] a importância do estágio não se resume à integração do aluno ao mercado de trabalho ou ao aprimoramento de suas habilidades no âmbito profissional. Trata-se também de um aspecto relevante na formação da pessoa.” (BOUSSO et al., 2000, p. 218).

De acordo com as determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394, foi estabelecida uma nova proposta do estágio com o objetivo de possibilitar a observação, o planejamento e a aproximação da teoria acadêmica com a realidade da sala de aula.

Nesse sentido, este trabalho constitui-se numa fonte de informação importante para mostrar a importância do estágio para a formação integral do aluno, considerando que, cada vez mais, são necessários profissionais com habilidades e competências específicas para atuar na sala de aula. Iremos discorrer sobre a relação do estágio supervisionado com a formação do professor.

2 | FORMAÇÃO DOCENTE

Pimenta e Lima (2008), ao discutir a formação inicial docente, apontam que relacionar teoria e prática é fundamental, pois

A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, reelaboração dos modelos existentes na prática consagradas como bons. (PIMENTA; LIMA, 2008, p.35).

Nesta perspectiva, podemos compreender a formação docente como um processo reflexivo. É necessário que os futuros docentes se apropriem das teorias e associem-nas à prática, mas, em primeiro lugar, é preciso que o professor se constitua como sujeito-professor e neste papel atue com autonomia, proatividade, clareza e reflexividade.

Considerando, embasados em Chartier (1999), que temos representações sobre o ser e fazer docente e que estas geram práticas que também proporcionam ou transformam representações, podemos dizer que as práticas vivenciadas ao longo da vida escolar e acadêmica influenciam e constituem as representações sobre a profissão e o fazer docente e, portanto, oportunizam as novas (ou velhas) práticas. Daí, a dificuldade em se desvincular a própria prática de alguns modelos, mesmo que o próprio professor os julgue inadequados.

Não seria produtivo, por exemplo, estudar novas teorias que melhor atendam as mudanças contextuais, sociais, culturais e políticas sem construir práticas associadas a estas teorias. Da mesma forma, não formaríamos novas representações sem que a

prática se apoiasse em teorias fundamentadas. Prática e teoria estão, pois, imbricadas e, segundo Pimenta (2008, p.37), “a prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática.” De outro modo, o estágio na graduação em muitos cursos de licenciatura “fica reduzido à hora da prática”.

As teorias, segundo Pimenta e Lima (2008), teriam a função de iluminar e ofertar

[...] instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (PIMENTA; LIMA, 2008, p.43).

Assim, tanto a prática quanto a teoria podem e devem ser foco de discussão e ressignificação de saberes. É preciso que o estudante compreenda a profissão docente e suas implicações, bem como aprenda a ser pesquisador. A pesquisa fazer parte da sua formação inicial e permanente, pois

[...] sem ser um pesquisador resta ao professor a tarefa de aplicar métodos e técnicas, reproduzir e transmitir conhecimentos. A instituição formadora se resumiria a um centro de divulgação de conhecimento produzido por outros. (PASSOS, 2003, p.80).

A atuação no contexto escolar precisa contribuir com a construção de uma identidade docente e a formação de pesquisadores que avaliem a própria prática. Além disso, ela é capaz de criar uma arena de discussão dos problemas que envolvem a prática docente, tais como:

[...] a própria escolarização do professor; a concepção de ensino-aprendizagem; conflitos entre suas perspectivas profissionais e as demandas postas pelo sistema educacional; conflitos entre a formação profissional e as demandas das novas propostas curriculares. (SANTOS, 2002, p.172).

Nóvoa (1997, p. 16) aponta que é “partir de uma adesão coletiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores” que se constrói o exercício da profissão docente. Sentir-se pertencente a um grupo e com ele firmar um contrato social implícito é primordial para a construção da identidade docente e das práticas pedagógicas. Uma das formas de promover esta identificação é o envolvimento no espaço escolar, participar da rotina, dos espaços de discussão e reflexão sobre o funcionamento e ideias pedagógicas da instituição.

Esse deve ser um processo reflexivo em que o estudante esteja consciente das representações que permeiam a escola e das disputas de projetos educacionais e de poder neste mesmo espaço. Deve-se compreender que “a profissão docente é uma prática social” e devido ao potencial de intervenção social da profissão pode-se considerar que “a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação.” (PIMENTA; LIMA, 2008, p.41).

Além disto, deve-se entender que as novas ideias dentro deste contexto podem ser “sufocadas”, daí a importância da formação permanente para que os professores estejam sempre em processo de construção de identidade e dispostos a modificar

suas práticas de acordo com a realidade escolar em que se inserem.

Desta maneira, os professores estariam preparados par enfrentar o desafio de transformar, a longo prazo, a representação sobre a profissão docente e, portanto, a valorização desta. O que deveria ser claro para todos os envolvidos no processo educativo é que estamos sempre em processo de formação e que a atuação do aluno de licenciatura nas escolas é um espaço de formação inicial, mas também permanente. Durante esta etapa, tanto os professores das instituições de ensino superior quanto dos espaços educativos em que a atividade ocorre deveriam refletir e transformar a própria prática.

Além disto, é preciso compreender que a responsabilidade de formação docente (inicial ou permanente) não é unicamente de responsabilidade das instituições de ensino superior, mas também uma tarefa e um desafio de todos os profissionais de qualquer espaço educativo, bem como uma responsabilidade individual que parte do desejo e comprometimento de cada profissional da educação.

3 | ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A LEGISLAÇÃO

O estágio supervisionado é uma das mais eficientes formas de propiciar ao estudante uma aproximação com o mercado de trabalho, pois o coloca em contato direto com a realidade da empresa, com o ambiente real de trabalho e com os mais diversos problemas. No estágio o aspecto humano-social é aprimorado, em face do conseqüente contato com problemas sociais e culturais, que se apresentam no ambiente de trabalho.

A função principal do estágio para o estudante é promover sua integração ao mundo do trabalho e à sua profissão. Outra função do estágio é a de propiciar ao estagiário uma reafirmação de sua escolha profissional, uma revisão que pode ser feita em contato direto com as atividades permanentes à profissão escolhida. Neste aspecto, o estágio propicia ao jovem executar tarefas que desenvolvem condições para que ele possa atuar na função que virá exercer, é fator decisivo para o aprimoramento do profissional do futuro. O compromisso das escolas e das empresas para a formação de bons profissionais passa também por orientação adequada contribuindo diretamente com o estudante e com a sociedade.

A formação inicial de professores, desde o fim da década de 1970 tem sido palco de discussões nos meios acadêmicos, graças as 9 modificações decorrentes das leis e normativas que abordam a respeito da formação de professores para a educação básica. Entre elas, merece destaque a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Evidencia-se com a promulgação dessa lei alguns direcionamentos relativos a formação de professores como disposto no artigo 65 “A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.” (BRASIL, 1996).

No artigo 61 é especificado quem são considerados profissionais da educação escolar básica. Em 2009 e 2017 foi dada uma nova redação aos incisos III, IV e inserido o inciso V no artigo 61 da LDB 9.394/96. Essas alterações reafirmam que os profissionais da educação são:

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017)

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 1996).

Com essas alterações temos um novo profissional conhecido por seu “notório saber reconhecido” e se abre novas possibilidades para os graduados realizarem a chamada complementação pedagógica, considerando que a formação dos profissionais da educação deve ter como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). (BRASIL, 1996).

Com relação ao curso de Pedagogia no Brasil, em 2006 é publicada a resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, a qual tem como proposta definir os

“
princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nºs 5/2005 e 3/2006. (BRASIL, 2006).

Segundo as diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia:

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 Horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria. (BRASIL, 2006).

As diretrizes apresentam como proposta uma carga horária de 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado e não especifica a carga horária das atividades de prática de ensino que, segundo a LDB, devem ser no mínimo 300 horas.

Todos os documentos relatam a importância do estágio supervisionado e da integração das instituições de ensino superior com as escolas de educação básica. Já em 2015 temos a promulgação da resolução nº 2, de 1º de julho, a qual define as “[...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015).

Essas diretrizes apresentam uma proposta para todos os cursos de formação inicial e continuada de professores regulamentando todos os cursos de licenciatura, que agora apesar de terem um diretriz específica do curso, por exemplo a diretriz curricular do curso de Pedagogia, deverão seguir uma base comum que está explícita na resolução nº 2, de 1ª de julho de 2015. No primeiro parágrafo do artigo 1 ela define:

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). (BRASIL, 2015).

Em seu artigo 9 ela aponta quais são os cursos de formação inicial de professores da educação básica: cursos de graduação de licenciatura; cursos de formação pedagógica para graduando não licenciados e cursos de II licenciatura.

As diretrizes de 2015 definem no seu artigo 13 que os cursos de licenciatura deveram ter no mínimo 3.200 horas, com no mínimo 8 semestres, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de

formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição. (BRASIL, 2015

O artigo 13, parágrafo 3, assim define o estágio obrigatório a ser realizado em Escola de Educação Básica, respeitando o regime de colaboração entre os sistemas de ensino. Outro tema de constante discussão refere-se a aprovação no Conselho Nacional em 2002, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena, estipulando no seu inciso II o aumento da carga horária destinada ao Estágio Curricular Supervisionado para quatrocentas horas, sendo desenvolvido no 5º, 6º, 7º e 8º semestres letivos, portanto, a partir da segunda metade do curso de Pedagogia, conforme estabelece a Resolução CNE/CP n. 01/2002, proporcionando ao estágio maior tempo de permanência na escola.

É possível perceber que, diante das novas exigências legais, foi necessária uma interação entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a Educação Básica visando proporcionar uma formação de melhor qualidade aos estagiários, que serão futuros profissionais do ensino. Tal fato já estava previsto na LDB 9.394/96.

O que podemos identificar é que as diretrizes, as diferentes resoluções, não mantiveram um acordo sobre a carga horária de estágio supervisionado. No Curso de Pedagogia do IF Goiano Campus Morrinhos ficou decidido que a carga horária de 400 horas de prática de ensino, o que está de acordo com a resolução 02 de 2015 e supera o proposto pela LDB 9.394/96 que define uma carga horária mínima de 300 horas de prática de ensino.

É interessante reiterar que as diretrizes curriculares para o curso de pedagogia, estabelecidas pela Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, vêm mostrando novamente o discurso em relação à identidade do curso de licenciatura. Dessa maneira, o Curso de Pedagogia designa-se na sua recente formação de professores para educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental. Sendo assim, há uma complementação por meio do desenvolvimento das competências dos cursos do ensino médio, no modelo normal, ao ensinamento da educação profissional no campo de trabalho e apoio escolar com atividades de elaboração e disseminação do conhecimento científico-tecnológico da instituição pedagógica.

Nesse momento acontece uma transição para o um novo modelo curricular em

que o Projeto pedagógico deve ser oficializado nos sistemas de ensino sendo incluído no período de um ano que iniciaram o curso no próximo ano letivo, em vez das 2.800 horas antecedentes instituídas como um mínimo para a concretização do curso que agora passam a ser determinadas em 3.200 h. Neste contexto de horas estipuladas, pelo menos 2.800 devem ser destinadas para aulas, seminários, pesquisas e atividades práticas. Portanto, as outras 300 horas estarão destinadas ao estágio supervisionado, com preferência na docência da educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e 100 horas ficam a disposição para dedicação de atividades em áreas específicas de interesse dos alunos.

Essas mudanças curriculares para o Curso de Pedagogia fazem parte de uma ampla e longa discussão na reforma e organização dos cursos de graduação e na formação dos profissionais da educação no Brasil. Sob essa ótica, o embate quanto à definição de diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia encontrava-se evidente: por um lado, a nova regulamentação trazida pela LDB/96, modificando o curso e seu intuito; de outro a pluralidade do perfil presente nos cursos em funcionamento no país.

Retomando a discussão sobre as leis e diretrizes no curso de licenciatura de pedagogia, a partir da aprovação da Resolução CNE/CEB n.º 2, de 2015, anula-se a Resolução CNE/CP n.1/2002, sendo preservada a Resolução CNE/CP n.º 1 de 2006, embora seu argumento de mudança do desenho educativo para todos os cursos de licenciatura no país. Nesta perspectiva, faz-se interessante esclarecer, como uma breve comparação, que no artigo 13 a carga horária do curso é definida com 3.200 horas mínimas - a mesma quantidade da Resolução de 2006, mas a organização foi extremamente modificada. O curso deve conter 400 horas de prática como elemento curricular, não podendo ser confundida com as 400 horas de estágio supervisionado. Há uma divisão de 2.200 horas de atividades formativas estruturadas dentro dos três núcleos (similares aos previstos na resolução de 2006 e presentes no artigo 12 da Resolução CNE/CEB n.º 2 de 2015) e 200 horas de atividades teórico-práticas.

4 | O CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO- CAMPUS MORRINHOS: ESTÁGIO SUPERVISIONADO E PRÁTICA DOCENTE

Desde a introdução da didática Magna, com Comenius no século XVII, a prática docente se tornou alvo de preocupação. Nesse tópico iremos apresentar parte de uma pesquisa desenvolvida no Instituto Federal Goiano-Campus Morrinhos em que buscamos compreender a importância do estágio para formação do professor primário e, para tal, iremos fazer um pequeno retrospecto do curso de formação de professores primários. A primeira ideia de curso de formação do professor primário foi desenvolvida com as chamadas Escolas Normais, que teve sua primeira instituição criada na França em 1794.

No Brasil, o curso Normal é criado em 1834 e, em 1939, é regulamentado o curso

de Pedagogia na modalidade bacharelado. Este curso formava profissionais para atuar na administração pública e na área de pesquisa. Já em 1962, é regulamento pelo Parecer CFE nº 292 o curso de pedagogia na modalidade licenciatura, o qual acrescenta o estudo de 03 disciplinas: Psicologia da Educação, Elementos de Administração Escolar, Didática e Prática de Ensino - esta última em forma de Estágio Supervisionado. A partir deste parecer, surge o estágio supervisionado no curso de Licenciatura em Pedagogia. Esta atividade foi oferecida nos cursos de licenciatura a partir da segunda metade dos mesmos, quando o aluno já se encontra inserido nas discussões acadêmicas para a formação docente e tem 50% de aproveitamento do curso. Hoje, em alguns cursos de licenciatura já encontramos outras formas, além do estágio supervisionado que levam o aluno a ter contato com a realidade da escola de educação básica a partir do 2º período dos referidos cursos, como por exemplo o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à docência – PIBID.

Neste tópico iremos abordar a respeito do estágio supervisionado, da prática de ensino e como os mesmos são desenvolvidos no curso de Pedagogia do IFGoiano-Campus Morrinhos. Analisamos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia com foco no Estágio Supervisionado. Segundo o PPC, o perfil pedagógico do curso esta pautado na organização curricular, a qual

[...] entende que a formação profissional deva estar vinculada às demandas próprias do ensino escolarizado com todas as suas características e dificuldades. Ela tem por objetivo realizar uma formação para um profissional capaz de desempenhar a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e EJA, bem como um profissional capaz de compreender e atuar em unidades escolares, exercendo funções ou desenvolvendo atividades próprias da coordenação de áreas, temas ou projetos; gestão e planejamento de ações, projetos ou atividades e realizando orientação de alunos com vistas ao seu desenvolvimento e aproveitamento escolares. (Morrinhos, 2015, p. 27).

O Curso de Pedagogia do IF Goiano campus- Morrinhos prioriza a formação docente nas séries iniciais do ensino fundamental, na educação infantil e na educação de Jovens e adultos. O Estágio supervisionado do curso de Pedagogia do IF Goiano – Campus Morrinhos foi organizado visando promover a relação entre teoria e prática dos conhecimentos adquiridos no curso e com relação a realidade das escolas de educação básica do município onde o estágio é ofertado, a partir da segunda metade do curso de Pedagogia (5º período).

Considerando a prática como uma dimensão importante do conhecimento, pretende-se articular a reflexão e o exercício da atividade profissional investigativa baseada em situações-problema, no desenvolvimento de projetos específicos, em simulações didáticas e na dimensão formadora da pesquisa científica. Entende-se que esta articulação não pode prescindir da realidade escolar tal como se apresenta nas unidades escolares, mas, ao mesmo tempo, deve-se propiciar oportunidade para o exercício de situações criativas e inovadoras, fazendo uso de laboratórios didáticos, acervo especializado e participação em projetos de iniciação à docência (PIBID) e iniciação científica (PIBIC). (MORRINHOS, 2015, p. 29).

A partir da análise do PPC, foi verificado que o Estágio Supervisionado é uma

atividade obrigatória na formação do licenciado em Pedagogia, e que prevê uma carga horária de 400 horas, amparado Resolução CNE/CP nº 02, de 01/07/2015; no Regulamento dos Cursos de Graduação do IF Goiano e no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano – Campus Morrinhos. O mesmo deve ser desenvolvido nas escolas da rede municipal de educação.

O projeto do curso de pedagogia enuncia algumas possibilidades de relação da teoria com a prática durante todo o curso. O estágio supervisionado é composto de 400 horas sendo dividido em 70 horas para cada uma das áreas: Educação Infantil creche; Educação infantil pré-escola; Ensino Fundamental 1º ciclo; Ensino Fundamental 2º Ciclo e Educação de Jovens e adultos e 50 horas para área de Gestão escolar. Os seis estágios obrigatórios para os alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia proporcionam uma oportunidade de reflexão acerca da escolha vocacional.

A Prática de ensino acompanha os estágios com uma carga horária de 22 horas/aula nas quais são trabalhadas as possibilidades dos estágios e a práxis educacional proporcionando a aproximação da instituição de ensino superior com as escolas de educação básica do município. Além da disciplina intitulada “Prática de Ensino” o curso oferece uma carga horária de atividades práticas relacionadas ao ensino que totalizam 440 horas.

Observamos que as resoluções do conselho de educação e a LDB discorrem sobre a prática de ensino, mas não estabelecem o que é este conceito. Dentro das leituras e dos pressupostos de autores como Veiga (2002), Pimenta (2008) e Zabala (1998) o curso de pedagogia do IF Goiano Campus- Morrinhos discorreu sobre a prática como componente curricular no artigo 03 e 04 do regulamento de estágio anexo I do PPC do curso de Pedagogia.

Art. 3º O Estágio Supervisionado será desenvolvido em estreita relação com a prática, entendida como componente curricular, nos termos postos pela Resolução CNE/CP n. 01/2002. Assim, prática e estágio supervisionado têm o mesmo objetivo geral: contribuir para a formação teórico-prática do licenciando, por meio do contato, durante o curso de licenciatura, com a futura realidade profissional. Contudo, a prática como componente curricular das disciplinas não se caracteriza como estágio supervisionado (Resolução CNE/CP n. 02 /2002), mas como um espaço de estudo, pesquisa, reflexão, explicação e construção de conhecimentos da profissão docente.

Art. 4º Tendo como objetivo, junto com a prática como componente curricular, a aproximação entre a relação teoria e prática social tal como expressa o Art. 1º, § 2º e o Art. 3º, inciso XI da LDB, bem como o expresso no Parecer CNE/CP 9/2001, o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, **sob a supervisão de um profissional experiente**, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. MORRINHOS, 2015, p.76-77).

A prática de ensino não é o estágio, mas um componente curricular com o objetivo de contribuir com a formação teórico- prática do licenciando. A prática de ensino perpassa diferentes conteúdos disciplinares sendo utilizada como uma disciplina que realiza a união entre a teoria e a prática, demonstrando como os conhecimentos

teóricos se dão na prática pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos específicos desta pesquisa foi expor quais seriam os impactos que a educação vem sendo responsável pela transformação e desenvolvimento social, por meio da necessidade do futuro professor ter a consciência de algo que vai exigir uma entrega muito grande durante toda sua vida profissional. Com a realização do estágio supervisionado do curso de Pedagogia temos a oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos na sala de aula. O projeto de intervenção é construído junto com os alunos a partir da realidade dos mesmos. Assim, percebe-se que a experiência na sala de aula, tanto na observação como na regência, são imprescindíveis na formação do educador, em que todas as etapas do estágio são enriquecedoras para o aprendiz.

A realização do estágio supervisionado é de total importância para o desenvolvimento do licenciando, pois é durante o estágio que é possível perceber o quanto essa profissão é gratificante e desafiadora, além de analisar e identificar quais os erros que são cometidos pelos professores e pela escola. Neste sentido, caminharemos no sentido de evitar esses mesmos erros quando estivermos na sala de aula e aproveitarmos os pontos que entendemos como essenciais e edificantes para o desenvolvimento da infância.

Podemos perceber também durante o estágio que cada aluno tem seu próprio tempo para compreender o que a professora está transmitindo na sala de aula e que o educador faz de tudo o que está em seu alcance para conduzir o conhecimento de uma maneira lúdica e divertida aos alunos, para que os mesmos tenham interesse e curiosidade sobre o tema proposto.

Enfim, observamos que o estágio supervisionado se torna muito enriquecedor, pois é possível alcançar o principal objetivo por meio de forma dinâmica fazendo com que os alunos se sintam capazes de buscar e construir novos conhecimentos e os educadores podem, acima de tudo, desenvolver o papel de mediadores do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. C. M., et al. **Orientações para o Estágio em Licenciatura**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BOUSSO, Regina Szyliet. et al. **Estágio curricular em enfermagem**: transição de 22729 identidades. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v34n2/v34n2a13.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez., 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**, institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de

professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**, institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 mai. 2006.

CABRAL, V.L.A.; ANGELO, C.B. **Reflexões sobre a Importância do Estágio Supervisionado na Prática Docente**. Pernambuco, nov. 2010.

Disponível em: <http://www.sbempb.com.br/epbem>. Acesso em: 07 maio 2016.

FERNANDES, C. M. B.; SILVEIRA, D. N. da. Formação inicial de professores: desafios do estágio curricular supervisionado e territorialidades na licenciatura. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED**, Caxambu- MG, 2007. p. 1-12.

FILHO, A. P. O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente. **Revista Partes**. 2010. Disponível em: <www.partes.com.br/educacao/estagiosupervisionado.asp> Acesso em: 01 nov. 2015.

JANUARIO, G. O Estágio Supervisionado e suas contribuições para a prática pedagógica do professor. In: **SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E INVESTIGAÇÕES DE/EM AULAS DE MATEMÁTICA**, 2, 2008, Campinas. Anais: II SHIAM. Campinas: GdS/FE-Unicamp, 2008. v. único. p. 1-8.

MORRINHOS. Núcleo docente estruturante do curso de Pedagogia. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO IF GOIANO CAMPUS MORRINHOS**. Setembro de 2015. Disponível em: <www.ifgoiano.edu.br/home/images/MHOS/Doc_cursos/PPC-Lic-Pedagogia-Morrinhos.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

NÓVOA, A. (1997). A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras.

OSTETTO, Luciana E. **Encontros e encantamentos na educação infantil**. Campinas. São Paulo: Papyrus, 2000.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, L. L. de C. P. Identidade docente em tempos de educação inclusiva. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro, Ana Lúcia Amaral. **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papyrus, 2002, p. 155-174.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, I. P. A. Professor: tecnólogo do ensino ou agente social. In: Veiga, Ilma Passos Alencastro, Ana Lúcia Amaral. **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papyrus, 2002, p. 65-93.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

O LÚDICO NO ENSINO DE ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: VALORIZAÇÃO DE NOSSAS RAÍZES

Vanessa Cristina Meneses Fernandes

Graduada em História, Mestra e Especialista em Educação pela UESB, Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFBA. Tendo atuado na área de Metodologia do Ensino de História na UESB e atualmente leciona na mesma área na Faculdade de Educação da UFBA
nessacmf11@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A experiência promovida pelo projeto “Jogos e Corpo: História e Cultura Africana” desenvolvido no Centro Integrado de Educação Navarro de Brito (CIENB), aplicado nas turmas do ensino fundamental no ano de 2015 pelo subprojeto História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência em convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, intitulado na

UESB, Microrrede Ensino- Aprendizagem- Formação, tem como objetivo do estágio curricular, assimilar um desenvolvimento de uma vivência prática-pedagógica, aproximando o acadêmico da veracidade de sua área de formação e auxiliar a compreender os diferentes métodos que gerenciam sua função.

O estágio tem o papel de inserir o acadêmico em um local de aproximação real entre a universidade e o meio de convívio ao qual está submetido, possibilitando uma integração à sua realidade social e a participação no andamento do desenvolvimento regional. Torna-se um item imprescindível para a formação dos iniciantes em graduação. Os estágios concretizam a afirmação da aprendizagem como processo pedagógico de estruturação de conhecimentos, aperfeiçoamento de competências e habilidades sob processo de supervisão. O programa de iniciação à docência possibilita a troca de experiências entre os acadêmicos e os estudantes da educação básica, bem como, o intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias. Desta forma, o programa possibilita uma interlocução entre a instituição acadêmica

1 Jogo originado no Egito, por volta de 3500 a 4 mil anos, tem como objetivo movimentar as peças no sentido de “semeadura” e “colheita”. Cada jogador é obrigado a recolher sementes e com elas semeá-las suas casas do tabuleiro, mas também as casas do adversário. O mancala é praticado em geral sobre tabuleiros de madeira, que contém duas ou mais fileiras de concavidades alinhadas (casas). Uma solução mais rural seria a utilizada pelos garotos africanos, que simplesmente escavam seus tabuleiros no chão. As peças são tradicionalmente sementes secas ou pequenas conchas.

e os espaços de atuação da educação básica.

O projeto “Jogos Africanos: Ensino de História da África e Cultura africana” desenvolvido no PIBID/UESB/HISTÓRIA/CIENB inspirado no projeto efetuado pela professora Elizabeth Silva de Jesus (2011) em um colégio público da cidade de Salvador (BA), que através do jogo mancala¹ disseminou seus conhecimentos sobre história e cultura africana. Posteriormente, este trabalhou tornou-se sua dissertação de mestrado na UFBA. Partindo do aporte teórico de Lev Vygotsky, Silva acredita que a brincadeira possui um papel imprescindível no desenvolvimento cognitivo da criança. Segundo Vygotsky (1991), se faz necessário que o professor enfatize a importância de se investigar as necessidades, motivações e tendências que as crianças manifestam e como se satisfazem nos jogos, a fim de compreendermos os avanços nos diferentes estágios de seu desenvolvimento. Desta forma, o indivíduo será capaz de gerar situações para que os conhecimentos e valores sejam absorvidos e afirmados através de exercícios no espaço imaginativo. Assim, o jogo tornar-se um meio de desenvolvimento social, intelectual e emocional para o aluno em virtude de seu papel psicológico.

Desta forma, o projeto “Jogos Africanos: Ensino de História da África e Cultura africana” teve como principal objetivo apresentar que a formação da história da sociedade brasileira está fortemente ligada com a história da África (um dos povos que contribuíram para a formação do povo brasileiro). Motivos como esse fazem elevar a necessidade e a relevância de sabermos mais sobre o continente africano, passando a incentivar a pesquisas e estudos a respeito da história da África e dos afro-brasileiros e romper com preconceitos e discriminações existentes na abordagem desta temática.

EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

Como forma de recompensar às populações afetadas pelo colonialismo o resgate de suas identidades, bem como, a difusão e valorização do seu legado cultural, o Governo Federal editou duas Leis: a 10.639, de 2003; e a Lei Complementar 11.645, de 2008. A Lei 10.639 determina o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos fundamental e médio. E a Lei 11.645, estabelecida somente cinco anos depois da primeira determinação, concebe como obrigatório também o ensino de História e Cultura Indígena.

A legislação que está em vigor atualmente em nosso país, enfoca a necessidade de mudanças nas formas de abordagem sobre os temas relacionados à África e suas diversidades no método educacional vigente.

Os fatores que agravam a ineficácia no processo de ensino e aprendizagem da história africana estão vinculados aos preconceitos adquiridos como resultado de uma sociedade que foi escravista. Essas informações racistas e equivocadas a respeito da temática produzem um efeito tão devastador e alienador, que ao expormos algo novo a respeito da África como sua multiplicidade cultural, muitos estudantes têm

dificuldades em acreditar que ali se trata do continente africano.

A exclusão da história da cultura africana e afrodescendente é mais um reflexo da dívida histórica, que tem como um dos efeitos, a pouca presença do africano na história nacional. Ensinar história é um exercício desafiador. Vale ressaltar que a dúvida é a força motriz que move a história, são os questionamentos.

ESPAÇOS DE FALA: CONSTRUINDO CAMINHOS DE AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

De acordo Munanga na abertura oficial do 3º Colóquio Internacional Brasil e Império Português, realizado em 01/12/15, no Teatro Glauber Rocha, campus da UESB em Vitória da Conquista, toda façanha voltada para a inclusão das populações negra e indígena, a derrubada de preconceitos, inclusive, religiosos, e o respeito ao que ele chama de “direito de ser igual e diferente” passa, necessariamente, pela desconstrução do mito da democracia racial brasileira, centrada no discurso da miscigenação.

São mecanismos iniciais, avalia Munanga (2005), que apontam para o resgate e valorização das raízes dos diversos povos que constituem a identidade brasileira. Mas só terão eficácia na medida em que se estendam em políticas públicas que possam garantir a essas populações os direitos que lhes são inerentes, dentre eles: o acesso à saúde e educação de qualidade, segurança pública, liberdade de expressão, sobretudo, o direito à inserção social de fato, através de oportunidades igualitárias nas frentes de trabalho e na estrutura político-econômica de um modo geral.

A inserção deste tema no currículo escolar proporciona a possibilidade da integração entre as diversas disciplinas que o compõe, engrandecendo e dando maior valor a aprendizagem dos alunos, no sentido da valorização de sua identidade, além de proporcionar uma abordagem de uma temática com aspectos heterogênicos. Assim, a educação não pode dispensar o resgate e a valorização de nossa cultura, agregando-a às propostas pedagógicas da escola.

DESCONSTRUINDO HIERARQUIAS E PRECONCEITOS HISTORICAMENTE CONSTRUÍDOS

A essência deste projeto sobre o ensino da história da África se dá na medida de valorizar a colaboração da cultura negra na elaboração do povo brasileiro e de sua atuação na história do Brasil. Vale ressaltar que uma vez que essa história desvenda a identidade dos afrobrasileiros, irá se quebrar um paradigma que há muito tempo vem sido reproduzida na educação brasileira, encoberta por representações inferiorizantes. A história da África permite resgatar nos afro-brasileiros a essência da história negra, que não seja apenas pelos anos de escravidão ao qual foram submetidos.

O projeto desenvolvido pelo PIBID/História no CIENB também utilizou de outros recursos para a disseminação do conteúdo. Posteriormente, contamos também com a utilização de filmes, aulas de dança, confecção de bonecas artesanais e produção de tabuleiros. Visando a efetuação completa do projeto, dividimos o projeto em etapas.

Primeiramente, em conversas e debates junto aos alunos, lançamos a temática para que assim pudéssemos problematizar sobre e ter ciência de suas referências a respeito do tema. Logo após, entre os dias 10 e 12 de maio de 2015, passamos um curto questionário em que os alunos deveriam preencher com três palavras o que eles sabiam a respeito do continente africano.

Com o resultado dos questionários, elaboramos um gráfico para representar as palavras que mais eram repetidas pela classe e termos um ponto de partida para a abordagem do conteúdo. Infelizmente, percebemos que nossa tarefa seria árdua. Observamos que nossa classe possuía uma ideia muito negativa a respeito da temática, e isso estava claro nas palavras respondidas, como por exemplo: fome, animais, sofrimento, sede.

No segundo período entre os dias 20 e 22 de maio, nós, bolsistas e supervisora, solicitamos aos alunos que elaborassem uma pesquisa sobre os jogos (mancala, shisima², yoté³, fanorona⁴), tendo como principais pontos: sua origem, qual sua finalidade, os modos de jogar e imagens. Tornou-se um momento de extrema importância, em virtude de muitos dos educandos terem demonstrado a quebra de paradigmas a respeito dos países africanos e pela descoberta de que os jogos de tabuleiro atuais possuem suas origens nos jogos africanos praticados pelos mesmos.

A terceira etapa constituiu-se da realização de uma pequena oficina na sala de audiovisual. Apostando em uma metodologia inovadora como aponta França & Simon (2008), em que é necessária a utilização de mecanismos tecnológicos objetivando o despertar do interesse, o estímulo da criatividade e da observação e o hábito de problematizar o conteúdo dentro dos educandos, elaboramos de um slide, reunimos diversas fotos das principais cidades, polos industriais, paisagens naturais, pontos turísticos africanos, a diversidade cultural existente dentro do continente para que fossem mostrados a eles. Durante a exposição das imagens, era interessante, entretanto, triste, como conseguíamos notar o enraizamento do preconceito existente na mentalidade dos educandos, tendo como base que o continente africano não seria capaz de possuir tal desenvolvimento ou possuir paisagens belíssimas.

2 As crianças do país africano Quênia jogam um jogo de três alinhados chamado Shisima. Na língua tiriiki, a palavra shisima quer dizer “extensão de água”. Eles chamam as peças de imbalabavali, ou pulgas d’água. As pulgas d’água se movimentam tão rapidamente na água que é difícil acompanhá-las com os olhos. É com essa mesma velocidade que os jogadores de Shisima mexem as peças no tabuleiro. As crianças do Quênia desenham o tabuleiro na areia e jogam com tampinhas de garrafa. O jogo é formado por um tabuleiro e 6 peças/marcadores (3 de cada cor), tendo como objetivo colocar três peças em linha reta

3 Jogo de origem africana, o yoté é jogado com a movimentação das peças que, inicialmente estão fora do tabuleiro e vão sendo gradativamente colocadas neste, e a tomada das peças é feita como no “Jogo de Damas”. A movimentação se dá sempre para uma casa adjacente, horizontal ou verticalmente, nunca diagonalmente. O tabuleiro de “Yoté” tem 30 buracos, divididos em 5 filas de 6 buracos cada. Cada jogador deve ter 12 peças de cores ou formatos diferentes, de modo a serem facilmente diferenciadas

4 O Fanorona (ou “Fanorone”) é um jogo originário de Madagascar. Lá é usado em atividade divinatórias, e é jogado basicamente por pastores. Seu tabuleiro é simples, e suas peças podem ser facilmente improvisadas. Aliás, o nome “Fanorona” derivaria de “Fano”, que é uma árvore, da qual se usam as sementes como peças para o jogo.

Nossos estudantes acreditavam que ao se tratar em continente africano, só nos remeteríamos a doenças, fome, guerras, miséria. Saímos da sala com enorme satisfação em virtude de termos conseguido quebrar uma barreira e desmistificar todo esse imaginário negativo existente ao se tratar sobre África.

ENSINO DE HISTÓRIA: A ARTE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

A quarta etapa fora efetuada em um dia de sábado. Por orientação do professor do PIBID, responsável pela área de África, foi passado o filme “Duma”. Lançado em 2005 e produzido por Carroll Ballard. O filme retrata a amizade entre um menino, Xan, e um guepardo (animal encontrado nas savanas africanas).

O filme torna-se muito interessante por apresentar a grande diversidade das paisagens do continente africano, como o deserto, florestas equatoriais, as savanas e os estepes, desmistificando a concepção geográfica de todos os educandos que assistiam. Outro aspecto interessante abordado no filme e que deixou os educandos com bastante curiosidade foi a aparição da “mosca do sono”, a tsé tsé. Mosca essa encontrada desde o lago Chade e do Senegal, ao oeste, até o lago Vitória, ao leste, é capaz de injetar um protozoário, levando o indivíduo a um estado de torpor e letargia. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), 500 mil pessoas, principalmente da região subsaariana da África, são infectadas anualmente pelo parasita.

Na quinta etapa, dia 16 de junho, os alunos ficaram sob a nossa orientação, com a responsabilidade de confeccionarem os tabuleiros dos jogos. A confecção teve como principal objetivo fazer com todos os objetos que pudessem ser reciclados ou reutilizados servissem de matéria para a elaboração dos tabuleiros. Caixas de ovos, copos descartáveis, embalagens de pizza, cartolina, glitter, emborrachado, entre outros, foram materiais utilizados pelos educandos, deixandoos livres para usarem sua imaginação na produção das tábulas. A aula de confecção gerou uma grande onda de motivação por parte dos alunos, pois, os mesmos já eram praticantes de xadrez e viam nos jogos africanos uma possibilidade de aprendizado de um novo jogo.

Na sexta etapa, realizamos o torneio dos jogos. Aproveitamos que estava acontecendo a Semana de Ciências no colégio, e montamos um stand totalmente direcionado para o campeonato. Com imagens, tecidos, mapas, músicas e outros objetos, confeccionamos e adaptamos o espaço do campeonato baseado na temática da África. Foi utilizado apenas o jogo mancala, em virtude da maior afinidade dos estudantes, elaborando-se uma lista de inscrição na qual os participantes teriam que enfrentar um concorrente e assim passando de fase.

O momento de foi importante para os estudantes, na medida em que, através do lúdico estes tiveram a oportunidade de acerca da temática proposta. Foi notória a satisfação e a disponibilidade dos alunos em participar do torneio, o que foi muito

importante para se atingir os objetivos de aprender e também romper com antigos preconceitos.

No dia 27/11/15, realizamos a culminância do projeto. Foi um dia de muita expectativa tanto para a comissão organizadora do evento (bolsistas e professores) e para os alunos. No auditório fizemos, exposições de fotos, o stand dos jogos africanos, poemas de personalidades africanas e um gigantesco mapa do continente africano.

Ao início, foi passado o curta-metragem “A Pequena Vendedora de Sol”, dirigido por Djibril Diop Mambéty. O filme conta a história de Silli, uma menina deficiente que resolve vender jornais nas ruas de Dakar. Logo após o término do curta-metragem, iniciou o momento de declaração dos poemas por parte de nossas alunas, que voluntariamente se apresentaram para o momento de exposição das obras africanas. Em seguida, iniciou o desfile das meninas, todas trajadas de vestimentas estilo africana. Usavam roupas longas e turbantes na cabeça, que fora orientado por uma das bolsistas do programa. Para finalizar, houve a participação do coral do colégio, que apresentou para a letra “Raiz de todo bem” do compositor Saulo Fernandes. Por fim, toda festa foi regida ao som de samba de roda e muita animação.

Após o término de todas as fases do projeto, na semana seguinte, utilizamos do mesmo questionário com o objetivo de mensurar o nível de aprendizado dos alunos a respeito da temática. Foi observado que houve uma evolução dos mesmos, e essa mudança de concepção está comprovada em virtude das palavras mencionadas por eles ao se tratar sobre a África e cultura afrobrasileira, como: música, dança, comidas, cultura. É perceptível que, utilizando jogos e uma metodologia de ensino que não se baseie apenas na sala e o quadro, somos capazes de fazer com que o aluno se sinta a vontade e tenha o interesse de interagir e aprender sobre o conteúdo, os educadores são capazes de tratar sobre quaisquer temática em sala de aula.

A experiência revelou a importância da teoria para a problematização e quebra de preconceitos. As referências utilizadas ofereceram suporte para desenvolver as discussões, bem como situar as atividades práticas dentro de um contexto problematizador das temáticas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio apesar de ter sido em curtos oito meses, fora uma experiência de grande aprendizado e satisfação. Por não se tratar da primeira vez em sala de aula, tornou-se algo mais fácil de lidar, tanto com a abordagem e transmissão do conteúdo quanto no relacionamento com os alunos das classes. De todas as fases vivenciadas durante o período do PIBID, foram de grande relevância ao estágio e à formação profissional. Foi possível perceber a importância da interação entre a universidade e a escola.

Desta forma, é possível notar os resultados satisfatórios e a importância do Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência tanto no âmbito acadêmico

como no âmbito escolar. É essencial que todos os discentes universitários possam ter acesso a esse mecanismo que os formam o profissional, para que assim, estejam cientes da realidade da prática docente na educação básica. Desta forma ampliando o preparo para o ingresso futuro no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

A Pequena Vendedora de Sol. Direção: Djibril Diop Mambéty; 1999; Senegal. DVD (45 min).

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

Duma. Direção: Caroll Ballard; 2005; EUA. DVD (100 min).

FRANCA, C. S.; Simon, Cristiano. Como conciliar ensino de História e Novas tecnologias?. In: VII SEPECH- Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2008. VII SEPECH- Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas. Londrina: EDUEL, 2008.

LEI 10.639/03 – Parecer CNE nº 3/4. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o Racismo na escola. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Elizabeth de Jesus da. Um caminho para a África são as sementes: histórias sobre o corpo e os jogos africanos mancala na aprendizagem da educação das relações étnico-raciais / Elizabeth de Jesus da Silva. – Salvador, 2011.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991

UMA EXPERIÊNCIA COM A HISTÓRIA ORAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA À LUZ DO LETRAMENTO

Augusto José Savedra Lima

Mestrando do curso de Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – MPET/IFAM. E-mail: 2017ajsl@gmail.com

Nilton Paulo Ponciano

Orientador no Mestrado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: nponciano@hotmail.com

Marta de Faria e Cunha Monteiro

Coorientadora no Mestrado - Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: martamonteiro20@hotmail.com.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar experiências de registros orais no contexto do interior do Amazonas, relativas à uma pesquisa, em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, de título Formação de Professores de Língua Portuguesa à Luz do Letramento. A pergunta que norteia a pesquisa é: em que aspectos as práticas do professor de Língua Portuguesa refletem seu papel como agente de letramento e qual a contribuição de uma investigação desta natureza para a construção de uma proposta de formação continuada para estes professores? Surge, então, a proposta de se investigar as práticas do professor de Língua Portuguesa a partir de suas narrativas. Como quadro teórico

inicial optou-se por Alberti (2004), Ferreira e Amado (2006), Street (2006; 2014) e Tardif (2014). Pela natureza da pesquisa e objetivos, recorreu-se à História Oral como metodologia. Esta pesquisa conta com a participação de quatro professores de Língua Portuguesa do IFAM-CPA e a entrevista está sendo utilizada como instrumento de geração de dados. A partir dos dados, seguem-se as análises tendo por eixo condutor a História Oral - Análise de Conversação e Harvey Sacks, recorrendo-se aos conceitos de saberes docentes e agente de letramento.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores de Língua Portuguesa. História Oral. Letramento.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo relatar experiências de registros orais no contexto do interior do Amazonas, relativas à uma pesquisa, em desenvolvimento no Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico, Formação de Professores de Língua Portuguesa à Luz do Letramento. Buscamos, em segundo plano, partilhar a experiência dos pesquisadores com a História Oral e contribuir para as pesquisas do campo da formação de professores à luz do letramento.

A pesquisa é iniciada por acreditarmos na possibilidade e na importância de se formar professores que promovam práticas de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa para além de uma forma mecânica e descontextualizada de uso da leitura e escrita e, para tanto, cremos que o professor deva estar inserido em um constante processo de formação profissional e disposto a fazer de suas aulas oportunidades para práticas de leitura e de escrita voltadas às exigências sociais, em outras palavras, que o professor de Língua Portuguesa se proponha a ser um agente de letramento ao desenvolver sua prática docente.

Ressaltamos que trabalhar a leitura e a escrita como práticas sociais ganha força com os debates sobre o letramento que implica, entre outras questões, na necessidade de se ensinar-aprender a Língua Portuguesa de maneira contextualizada, significativa, visando à formação de cidadãos críticos e reflexivos. Essa questão, que passa pela formação do professor como agente de letramento, ou seja, pela vivência de uma formação que problematize a prática docente. Essas são as razões que movem esta pesquisa, cujo objetivo é contribuir para a formação do professor de Língua Portuguesa como agente de letramento, tendo como ponto de partida a seguinte questão central:

- Em que aspectos as práticas do professor de Língua Portuguesa refletem o seu papel como agente de letramento e qual a contribuição de uma investigação desta natureza para a construção de uma proposta de formação continuada para estes professores?
- A partir da questão central propomos como objetivo geral:
- Investigar em que aspectos as práticas do professor de Língua Portuguesa refletem o papel do professor como agente de letramento.

E como específicos:

- a) Investigar as práticas de professores de Língua Portuguesa a partir de suas narrativas;
- b) Conhecer as suas concepções sobre letramento, também a partir de suas narrativas;
- c) Identificar nas narrativas desses professores de Língua Portuguesa práticas de agentes de letramento; e
- d) Elaborar uma proposta de formação continuada para professores de Língua Portuguesa à luz do letramento.

Como fundamentação teórica para pesquisa trazemos, inicialmente: Alberti (2004), Euzébio (2011), Fiorin (2017), Ghedin (2009), Kalantzis e Cope (2012), Kato (1986), Kleiman (1995; 2005), Monteiro (2014), Orlando e Ferreira (2013), Pedralli (2011), Rojo (2009), Soares (2002), Street (2006; 2014) e Tardif (2014).

Por conta da natureza qualitativa da pesquisa e dos objetivos propostos, julgamos ser viável lançar mão da História Oral como metodologia, pois, assim como atestam Ferreira e Amado (2006), tal recurso possibilita que as narrativas de professores de Língua Portuguesa sejam dados a serem analisados nesta pesquisa. Os participantes

desta pesquisa são quatro professores de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - *Campus Parintins*, doravante IFAM - CPA. O critério de escolha dos participantes foi o de convidar para a participação na pesquisa, todos os docentes do IFAM-CPA que ministram aulas de Língua Portuguesa nos cursos presenciais de nível médio nas formas subsequente e integrado.

Foi selecionada como técnica de geração de dados a entrevista, cujos roteiros foram produzidos nas modalidades geral e individual; as fichas de entrevista, a roda de conversa e o caderno de campo também vêm servindo como instrumentos de pesquisa. Para a elaboração dos roteiros de entrevista utilizou-se o levantamento de materiais informativos gerados junto aos entrevistados e foram consultadas, também, fontes secundárias que forneciam informações sobre os entrevistados em sua atuação profissional.

Salientamos que até o momento foram realizadas as entrevistas e as transcrições das mesmas e que o passo seguinte será sua análise conforme a literatura da História Oral - Análise de conversação de Harvey Sacks, à luz do letramento, recorrendo-se aos conceitos de saberes docentes, letramento, agência, agente de letramento, que refletem as interações sociais que caracterizam a formação de professor na perspectiva de Tardif (2014) e do letramento.

2 | QUADRO TEÓRICO SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Diante do exposto na seção anterior, objetiva-se pesquisar em que aspectos as práticas do professor de Língua Portuguesa refletem o papel do professor como agente de letramento e qual a contribuição de uma investigação desta natureza para a construção de uma proposta de formação continuada para estes professores. Trata-se de uma investigação que terá como produto a dissertação de mestrado que envolve uma proposta para formação continuada para professores de Língua Portuguesa, em atenção ao regulamento do Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico do IFAM, doravante MPET.

O quadro teórico proposto para a pesquisa discorrerá sobre a formação de professores de Língua Portuguesa, sua formação continuada, tendências de formação de professores no Brasil e pela formação do professor de Língua Portuguesa à luz do letramento.

No que concerne à formação continuada de professores, esta pesquisa observa, inicialmente, o disposto na Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015, atentando à definição de formação continuada e sobre quais os tipos previstos na resolução. Já em relação às tendências de formação de professores no Brasil, o amparo está em Azevedo (2014) e Ghedin (2008). Finaliza-se este primeiro momento sobre a formação do professor de Língua Portuguesa, trazendo à discussão, também, Tardif (2014), que teoriza sobre o saber docente como plural, buscando-se perceber o

que emerge das práticas docentes dos professores como agentes de letramento.

No segundo momento, são apresentados teóricos e estudiosos que tratam de letramento. Para isto, inicia-se trazendo autores que discutem o termo Letramento como Euzébio (2011), Kato (1986) e Pedralli (2011); discorremos, também, sobre Letramento no plural - Letramentos, lançando mão de Kleiman (1995), Kalantzis e Cope (2012), e Rojo (2009); sobre os Novos Letramentos, encontramos apoio em Soares (2002); acerca dos Multiletramentos, Orlando e Ferreira (2013); para apresentar os modelos autônomo e ideológico de letramento, baseamo-nos em Street (2014); em Pedralli (2011) encontramos base para tratar das práticas e eventos de letramento; por fim, serão apresentados os conceitos de agente de letramento com base em Kleiman (2005) e Monteiro (2014), a fim de se chegar à formação de professores de língua portuguesa como agentes de letramento, apoiando-nos em Fiorin (2017) e Street (2006).

Apresentamos, na seção seguinte, a história oral como metodologia.

3 | A HISTÓRIA ORAL NO PERCURSO METODOLÓGICO

A escolha da História Oral como metodologia de pesquisa se deu por acreditarmos que se trata da forma adequada ao propósito investigativo e por crermos que podemos, possivelmente, contribuir com subsídios teórico-metodológicos para o campo da formação docente à luz do letramento, em especial de professores de Língua Portuguesa. Assim, julgamos ser viável lançar mão da História Oral como metodologia em consonância com Ferreira e Amado (2006), pois acreditamos que por meio dela, é possível se estabelecer e se ordenar os procedimentos do trabalho, tais como os tipos de entrevista e as implicações dela para a pesquisa, bem como as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens. Enfim, a História Oral exercerá a função de elo entre teoria e prática, possibilitando que as narrativas de professores de língua portuguesa sirvam de subsídios para a análise de dados desta pesquisa.

Os participantes da pesquisa são quatro professores de Língua Portuguesa do IFAM-CPA: três professores efetivos e um substituto.

O critério de escolha utilizado para a seleção dos participantes foi o de convidar todos os docentes do IFAM-CPA que ministram aulas de Língua Portuguesa nos cursos presenciais de nível médio nas formas subsequente e integrado.

Ressaltamos que, pelo fato de serem apenas quatro professores, foi possível contar com todos para a realização da pesquisa. Assim, após o convite para a participação na pesquisa, todos os docentes que se enquadravam nos critérios estabelecidos aceitaram dela participar.

A entrevista para a geração de dados foi selecionada porque, como assegura Alberti (2004, p. 70) “[...] é na realização de entrevistas que se situa efetivamente

o fazer da história oral; é para lá que convergem todos os investimentos iniciais de implementação do projeto de pesquisa”.

Dada a relevância da entrevista para esta pesquisa, inicialmente, foi produzido um roteiro geral de entrevistas, que considerou a seleção dos entrevistados, a escolha deles, o contato inicial e a cessão de direitos da entrevista, atentando para o fato de que dupla será a função deste roteiro geral, uma vez que esse:

[...] promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa [...] e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração dos roteiros individuais. (ALBERTI, 2004, p. 70).

Creemos que o roteiro geral permite sistematizar o propósito da pesquisa, isto é, seus objetivos, e o cronograma proposto para a efetivação da investigação, bem como as teorias que subsidiarão todo o processo e o maior número possível de literatura sobre o tema em questão. Como a função primordial desse roteiro geral é sintetizar as questões levantadas, além de considerar objetivos, cronograma e teoria, tratará, também, de verificar previamente o possível da biografia dos participantes da pesquisa, já que com estes dados reunidos no roteiro geral, será possível se ter “[...] uma visão mais abrangente e ao mesmo tempo mais aprofundada daquilo que já se sabe do objeto de estudo e daquilo que se quer saber através das entrevistas” (ALBERTI, 2004, p. 84).

Do exposto sobre as entrevistas e do roteiro geral, seguem-se as atividades investigativas com os roteiros individuais.

O roteiro geral de entrevista e os dados gerados servirão de base, para a produção dos roteiros individuais, isto é, para a construção de um “[...] roteiro mais amplo e abrangente, que contém todos os tópicos a serem considerados na realização de cada entrevista, garantindo a relativa unidade do acervo produzido” (ALBERTI, 2004, p. 84).

As perguntas do roteiro geral serão feitas a todos os participantes da pesquisa, pois como assevera Alberti (2004, p. 84), essa

[...] unidade dada pelo roteiro geral permite que se identifiquem divergências, recorrências ou ainda concordâncias entre diferentes versões obtidas ao longo da pesquisa, aprofundando-se a possibilidade de análise do acervo.

As entrevistas foram iniciadas levando-se em conta o professor mais experiente na profissão, com a finalidade de se dar um direcionamento às entrevistas realizadas posteriormente com os demais participantes.

Ressaltamos que as fichas de entrevista, a roda de conversa e o caderno de campo, ainda no processo de preparação das entrevistas, vêm auxiliando a todo instante na pesquisa e vêm sendo preenchidos durante todo o processo investigativo. As fichas de entrevista constarão de “[...] alguns dados referentes ao depoimento, como nome, endereço e telefone do entrevistado” (ALBERTI, 2004, p. 99), bem como outras informações pertinentes.

Quanto à roda de conversa foi escolhida por acreditarmos que, por meio dela, pode-se horizontalizar a relação entre os participantes da pesquisa, de modo que eles se sintam à vontade para falar sobre os temas abordados, como cidadãos históricos

e sociais, críticos e reflexivos. A este pensamento, enfatizamos que as rodas de conversa “[...] possibilitam encontros dialógicos, criando possibilidades de produção e ressignificação de sentido – saberes – sobre as experiências dos partícipes” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 1301).

Ainda sobre rodas de conversa, encontramos ainda em Sampaio *et al.* (2014) que:

[...] são mais do que disposição física (circular) dos participantes e bem mais que uma relação custo-benefício para o trabalho com grupos. Elas são uma postura ético-política em relação à produção do conhecimento e à transformação social, efetivando-se a partir das negociações entre sujeitos.

O espaço da roda de conversa intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber – refletir – agir – modificar, em que os participantes podem se reconhecer como condutores de sua ação e da sua própria possibilidade de ‘ser mais’” (SAMPAIO *et al.*, 2014, p. 1301, destaque do autor).

Já o caderno de campo, no qual estão sendo registradas observações e anotações pertinentes à pesquisa, serve como auxílio para:

[...] posterior reflexão sobre o documento no conjunto da pesquisa, constituindo instrumento de crítica e avaliação de seu alcance e de suas limitações, dada a própria especificidade de entrevista de história oral, sempre vinculada às condições e situações de sua produção. (ALBERTI, 2004, p. 100).

A geração de dados referentes às práticas dos professores de Língua Portuguesa está apoiada na entrevista e observação direta. Para auxiliar na elaboração dos roteiros de entrevista recorre-se ao levantamento de materiais informativos coletados junto aos entrevistados a respeito de sua biografia. Vêm sendo consultadas, também, fontes secundárias que fornecem informações sobre os entrevistados em sua atuação profissional.

Foram aplicadas entrevistas junto aos professores de Língua Portuguesa do IFAM - CPA, em dezembro de 2017. Posteriormente, serão analisadas as entrevistas conforme o que se mostra na literatura da História Oral.

4 | À GUIA DE UMA CONSIDERAÇÃO FINAL

A História Oral muito contribuirá para a construção do trabalho em andamento, pois auxiliará no desvelamento de uma sugestão de formação continuada de professores de Língua Portuguesa à luz do letramento. Também contribuirá para se desenvolver o produto que contribuirá para a reflexão sobre as práticas de professores de Língua Portuguesa como agentes de letramento, pois crê-se que a reflexão sobre sua formação e prática profissional à luz do letramento sirva como retroalimentação, uma formação continuada, a partir de contextos significativos nos quais o professor esteja inserido. Neste sentido, acredita-se no potencial do *podcast*, que são arquivos

de mídia digital (áudio ou vídeo) publicados na Internet por meio de *feed* RSS. Esses arquivos permitem que seja realizado o *download* para computadores ou dispositivos móveis e podem ser atualizados à medida que novos *podcasts* são distribuídos. As narrativas dos professores participantes da pesquisa serão registradas e editadas para depois serem disponibilizadas.

Não se pode afirmar que as experiências e os saberes dos docentes participantes desta investigação divulgados via *podcasts* sejam a solução para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa, mas é provável que este recurso sirva como proposta motivadora para professores de Língua Portuguesa como agentes de letramento, ou seja, vê-se as narrativas como possibilidade de que contribuam para a formação e autoformação de professores.

Encerramos lembrando, como já exposto, que a pesquisa se encontra em andamento e que não é possível de se prever o que emergirá do processo investigativo proposto neste trabalho. Reitera-se que o trabalho com História Oral vem expandindo os horizontes investigativos dos pesquisadores por conta de seu caráter interdisciplinar o que possibilita um maior diálogo com outras áreas dos estudos científicos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AZEVEDO, R. M. O. **Formação inicial de professores de ciências**: contribuições do estágio com pesquisa para a educação científica. 2014. 383 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Manaus, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

EUZÉBIO, M. D., **Usos sociais da escrita na família e na escola**: um estudo sobre práticas e eventos de letramento em uma comunidade escolar em Florianópolis/SC. 2011. 258 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (UFSC), 2011.

FERREIRA, M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

GHEDIN, E. Tendências e dimensões da formação do professor na contemporaneidade. In.: CONGRESSO NORTE PARANAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - CONPEF. 4. 2009, Londrina, **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 1-28, 2008.

KALANTZIS, M.; COPE, B. **Multiliteracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, A. **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

_____. Ação e mudança na sala de aula: uma nova pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, R. (org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. **O processo de aculturação pela escrita**: ensino da forma ou aprendizagem da função?. In: Angela B. Kleiman; Inês Signorini. (Orgs.). O ensino e a formação do professor. Alfabetização de jovens e adultos. 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, v. 1, p. 223-243.

_____. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Cefiel/IEL/Unicamp. Ministério da Educação. Linguagem e letramento em foco. Linguagem nas séries iniciais. Brasília, 2005.

MONTEIRO, M. F. C. **Discurso, identidade e agentividade de professores de L2 no Parfor/AM**: um estudo à luz do letramento crítico (LC). 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

ORLANDO, A. F.; FERREIRA, A. J. **Do letramento aos multiletramentos**: contribuições à formação de professores(as) com vistas à questão identitária. Revista Travessias. Unioest. 414 - 431. V. 7, N. 1, 2013.

PEDRALLI, E. **Usos sociais da escrita empreendidos por adultos alfabetizando em programa educacional institucionalizado**: dimensões extraescolar e escolar. 2011. 296 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2011.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SAMPAIO, Juliana. *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**, 18 Supl 2:1299-1312, COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO 2014, Pernambuco, 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita**: letramento na cibercultura. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Perspectivas interculturais sobre o letramento**. Trad. Marcos Bagno. Filologia linguística do português, n. 8, p. 465-488, 2006.

MULHERES QUEER: CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DE MULHERES DJS

Edson Sucena Junior

RESUMO: O presente artigo se propõe em compreender o processo de construção das identidades das mulheres DJs na cena *LGBT* em Goiânia. Trata-se da contribuição de cinco mulheres que possuem variados estilos musicais e performáticos. Por compreender que a identidade é uma construção social e cultural, somos levados a pensar e problematizar noções como sentimento (*feeling*), subversão e em qual sentido se pode percebê-las como “mulheres queer”. São belezas que encontram na sua subalternidade modos de ser e de se expressar no mundo enquanto gênero e artistas na margem, em espaços com fortes marcadores sociais da diferença. Propõe-se também, através dessas mulheres, potencializar trânsitos e deslocamentos no que diz respeito às identidades impostas pela “heteronormatividade”. Logo, interrogar essas identidades na condição *queer*, nos permite questionar quais *performatividades* contornam as suas identidades. Portanto, torna-se indispensável um aprofundamento das noções de *queer* em Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci.

Palavras-chave: Identidade. Mulheres. DJs. Subversão. *Queer*.

ABSTRACT: This article if p It also proposes to understand the process of construction of the identities of women DJs in the *LGBT* scene in Goiânia. It's the contribution of five women who have varied styles and musical performer. Understand that identity is a social and cultural construction, we are led to think and problematise notions such as feeling, subversion and in what sense can perceive them as “queer”. Are beauties that are on your subalternity and modes of expression in the world while genre and artists on the shore, in spaces with strong social markers of difference. It is also proposed, through these women, enhance transits and shifts with regard to identity imposed by “*heteronormativity*”. Soon, interrogating those identities provided *queer*, allows us to question what “*performatividades*” bypass their identities. Therefore, it becomes essential to a deepening of the notions of *queer* in Guacira Lopes Louro and Richard Miskolci.

KEYWORDS: Identity. Women. Djs. Subversion. Queer.

INTRODUÇÃO

Nos mais variados locais da cultura festiva, percebe-se que a música é a expressão da alma humana, pois é manipulada de várias formas em múltiplos locais, possibilitando assim uma possível ligação com a emoção. Assim sendo,

esses locais abriram caminhos para o profissional DJ mostrarem suas performances e liberarem seus fluxos. São espaços religiosos, festivos de cunho de confraternização, do dia ou da noite, pode-se encontrar esse artista liberando seus fluxos através das músicas tocadas. Simultaneamente a mulher veio conquistando seu espaço nas várias esferas sociais onde, outrora, imperavam os homens. Ao escolher “a pista sonora” para minha pesquisa de Dissertação, resolvi focar em todas as mulheres DJs existentes no de 2016, na cidade de Goiânia, sendo a DJ Érica Lins, a DJ Fran de Carvalho, a DJ Karol Figueiredo, a DJ Laurize e a DJ Suzy Prado. Portanto, levantar o entendimento da construção dessas identidades femininas e de suas relações com a teoria *queer*, proposta principalmente por Louro (2016) e Miskolci (2016), constituem os objetivos deste artigo.

1 | INTERROGANDO AS IDENTIDADES

Antes de se aprofundar no objetivo principal do artigo, torna-se imprescindível que se compreenda algumas concepções no que diz respeito à identidade.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2011) define identidade contrapondo binarismos tradicionais acerca do sujeito onde era o “centro” do ser. Para o autor é necessário um descentramento desse sujeito, pensando-o em uma nova posição, deslocando e descentrando-o, retirando do centro. O autor trabalha com uma tríade do sujeito como: o sujeito do Iluminismo, Sujeito Sociológico e o Sujeito pós-moderno. É nesse último que o presente trabalho se apoia, pois para o autor, este sujeito não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. Neste caso a identidade torna-se uma celebração móvel sendo diretamente influenciado pelos sistemas culturais que nos rodeiam. Entendo que o sujeito assume uma pluralidade de identidades para situações variadas. A identidade aqui é sempre momentânea, ou seja, incompleta e plural (HALL, 2011, p.13). À vista disso, percebe-se nessas mulheres uma pluralidade de identidades, pois através da coleta de dados, constatou-se que diante de mim havia mulheres que se definiram como lésbica, mãe, funcionária, esposa, artista, ou seja, vivendo várias mulheres em uma mesma mulher, com vários papéis sociais, de representatividade e de subjetividade. Mas será mesmo que essas mulheres precisam de identidade? Quem afinal precisa de identidade? Talvez as concepções do *queer* possam nos responder... Stuart Hall sobre a identidade na pós-modernidade, continua reforçando que nossas identidades e desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente.

Nesse sentido a identidade se forma ao longo do tempo, não é algo nato (HALL, 2011, p.36). É dessa forma que as identidades das DJs podem ser contempladas e interrogadas, pois, tanto na música quanto em si mesmas, carregam características plurais de identidades. Essa artista do barulho e do caos apresenta várias mulheres para fins diferentes como nas artes quanto ou em seus papéis sociais, portanto

sua identidade não é fixa, ela é plural, é uma manipuladora excêntrica da alegria, é nômade na medida em que sua permanência nos locais de festas nunca são fixos, ela é um sujeito excêntrico. Nesse entendimento a DJ está no entre-lugar, percebo esse nomadismo também pela definição de Navarro onde diz sobre essa identidade que é: “uma heterotopia de mim, um espaço outro, que, conectados a todos os espaços dos quais eu falo e sou, abre o caminho para transformação (SWAIN, 2005, p.340)” em outras palavras segundo Navarro Swain, é o lugar dos vários *eus* que se diferem, mas que na verdade, sou eu mesmo. Para ela o “eu” se torna possível enquanto sujeito através de “técnicas de mim” onde, dessa forma, sou capaz de afirmar minha existência. Essa liga se compõe nas linguagens culturais onde o sentimento é a célula principal para o acontecimento dessas práticas.

Sara Salih, na obra *Judith Butler e a teoria queer (2015)* traz algumas concepções de Butler, acerca da identidade *queer* como “performativa”. Esse termo se diferencia da “performance” mas como eixo desse artigo é a construção das identidades dessas DJs no viés do *queer*, essa discussão não será contemplada aqui. Assim Salih relaciona a performatividade com o gênero, ou seja, o gênero é constituinte da identidade que pretende ser:

O gênero é um ato que faz existir aquilo que ele nomeia: neste caso, um homem “masculino” ou uma mulher “feminina”. As identidades de gênero são construídas e constituídas pela linguagem, o que significa que não há identidade de gênero que preceda a linguagem [...] a linguagem e o discurso é que “fazem” o gênero (SALIH, 2015, p.91).

A autora afirma que não existe um “eu” fora da linguagem, uma vez que a identidade é uma prática e que os sujeitos são efeitos dos discursos que ocultam a sua atividade. É nesse sentido que a identidade de gênero é performativa, pois é um sujeito que se põe de pé e “encena” sua identidade. Logo, as mulheres DJs possuem também essa identidade performativa, pois apresentam a força do seu gênero e do seu “feminino plural” manifestado pela potência da linguagem e do discurso de mulheres subversivas. Portanto essas mulheres estão descentradas, à margem. Existe uma liquidez nas propriedades impostas pelas instituições tradicionais. Eis que surge uma nova construção de identidade para essas mulheres. Outrora dificilmente se via em festas, dos mais variados segmentos, a presença da mulher como DJ. Atualmente no circuito brasileiro e mundial é possível notar que esse quadro mudou positivamente. Se lugar de mulher é em todos os lugares, porque não na picafe de uma pista de dança?

É dessa mulher independente que Simone de Beauvoir fala com bastante propriedade e poesia. Para a autora, “foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”. (BEAUVOIR, 2008, p.47) A autora que se refere a mulher como “o segundo sexo” instiga uma reflexão não somente à mulher, mas a todas identidades contemporâneas. Sendo assim se a mulher conquistou seu poder merecido através

do trabalho onde as obrigações cotidianas também devem ser divididas aos homens como um todo. Para Beauvoir ninguém nasce mulher, e sim se torna mulher. Desse modo, a construção das identidades errantes é o foco desta pesquisa que está em cima da figura feminina extraindo o sentimento na profissão DJ.

À vista disso, pensar e transpor a visão dessas mulheres DJs no viés do *queer* implica em contemplá-las em suas multiplicidades de existências, ou seja, são mulheres que (pelas entrevistas colhidas), não anseiam pela definição fixa de estética feminina no meio artístico, pois se modificam constantemente, são mães, mas também se relacionam afetivamente com outras mulheres (com exceção da DJ Karol Figueiredo), modificam constantemente os estilos eletrônicos das músicas que tocam e ficou evidente que isso não interfere negativamente em suas performances ou em suas identidades musicais, antes, nos permite experimentar sempre diferentes modos de deslocamentos e de modos de prazer e de vida.

2 | A POTÊNCIA DAS MULHERES MUSICAIS NA CENA DA DIFERENÇA

Sabe-se que a cidade de Goiânia possui fortes marcadores artísticos como os da música sertaneja. Embora isso seja um fato, a cidade também possui variados talentos artísticos onde seus trabalhos, na maioria das vezes, acontecem em locais “subalternos”, como é o caso das DJs. É certo que nos dias de hoje, esses profissionais são peças chave nos movimentos festivos e é indiscutível que a presença e a força da mulher alcançaram também esses lugares musicais, mas nem sempre foi assim. Segundo Claudia Assef em *Todo DJ já sambou* (2010) no início da atuação dos DJs no mundo, realizavam seus trabalhos tampados por uma cortina, pois não era interessante que suas imagens fossem expostas. Se fosse uma mulher, o preconceito era pior. Segundo a jornalista Assef, em meados da década de 70, a DJ Sônia Abreu foi a primeira mulher DJ no Brasil e pela investida em lugares até então dominada por homens, relata que sofreu enorme preconceito.

Segundo Michele Rosaldo em *A mulher, a Cultura e a Sociedade* (1979), a mulher pode ter um peso importante e poderoso na sociedade, mas quando comparada às conquistas dos homens não há um valor ou um reconhecimento da mesma (ROSALDO, 1979, p.33). É bem verdade que essa afirmação se tornou obsoleta, ainda que alguns não reconheçam, pois as mulheres vêm conquistando seu espaço, não como muitos gostam de falar como “guerra dos sexos”, mas sim por concordar que todo ser humano independente de seu seguimento sexual, religioso ou social merece seu espaço. Portanto esse quadro não se sustentou, pois a mulher como em vários outros segmentos “bateu o martelo na mesa” e vem mostrando seu poder, ainda que algumas partes da sociedade, do governo e de grupos machistas não reconheçam.

Dessa forma, trazer a força e as vozes dessas mulheres fez com que a pesquisa adquirisse um caráter inovador e forte, visto que a inquietação das tensões políticas

acerca dos homossexuais, negros, índios, lésbicas, transgêneros, PNEs, anseiam na conquista por direitos, tendo suas subjetividades e diferenças, respeitados. Dessa forma, através de uma pesquisa de campo e sem nenhum critério de seleção, fiz o convite formal para que todas as mulheres DJs atuantes na cidade de Goiânia no ano de 2016, pudessem participar deste trabalho. Todas com muito carinho e atenção aceitaram participar, sem qualquer queixa. Buscando preservar suas imagens e conteúdos, todas assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido oferecido pelo Comitê de Ética. Essas artistas permitiram que seus nomes fossem publicados junto com seus manifestos sexuais e suas performances para compor o trabalho. São elas:



2.1 DJ Érica Lins

Erica Lins possui dezoito anos de carreira como DJ e atualmente além desse trabalho, é empresária de festas do segmento GLS e também é locadora de som com estrutura geral para eventos. Em entrevista cedida em dois de junho de 2015, essa performer disse ter sido a primeira mulher DJ na cena GLS e que começou tocando em festinhas em residências que na sequência foi convidada para tocar em festas grandes, onde obteve crescimento e reconhecimento. Atualmente a DJ é residente na boate *Diesel*¹, mas também faz trabalhos fora de Goiânia. Erica, DJ do estilo *house tribal* (*marcações sonoras eletrônicas mixadas ao som da percussão*), teve influência através de sua família que também são da área da música. Essa artista que usou por anos um visual do tipo “largado” com cabelos em forma de *drads*, atualmente transformou seu look para um estilo mais “patricinha”, com cabelos escovados e bastante maquiagem. “A identidade de um DJ se constrói com a personalidade. A pessoa ter característica própria do que se vai fazer. Minha personalidade tem que existir, ser o mais predominante (DJ Érica Lins, 2015)”. Percebe-se na fala dessa DJ

¹ Boate caracterizada ao público gay que funcionava até o ano de 2015 no setor Oeste em Goiânia.

que a personalidade, a qual se refere, é acerca da performance de sua identidade musical.

2.2 DJ Fran de Carvalho

Fran de Carvalho possui nove anos de carreira como DJ, em entrevista cedida dia trinta de maio de 2015, disse que seu contato com a música foi desde criança mexendo nos discos e nas fitas de música de seu pai, a artista pensava que viria a ser uma dançarina ou bailarina, mas foi na picape comando a alegria coletiva que ela se realizou como profissional. Mudou-se pra Goiânia em 2001 e foi conhecer uma boate que se chamava *Boate Jump*². Lá ela presenciou a performance de um grande DJ pioneiro na cidade de Goiânia, *DJ Silver*. “Eu descobri naquela hora o que era DJ, tanto que hoje ele pra mim é minha mãe, eu falo que ele é minha mãe. Aí eu disse - isso aí que é ser DJ, é isso aí que eu quero...”. A DJ iniciou sua carreira tocando pra eventos “heteros” “– Não era muito minha praia não”. Na sequência passou a fazer participações trocando CDs num estabelecimento chamado “Rancho Goiás”. A performer se consolidou nas festas da chácara *Domingueira Millenium* e comandando uma pista numa festa anual chamada *Halloween*, da produtora Erica Lins. Atualmente trabalha no *Athena* em Goiânia como DJ, no projeto das terças do *Salto Alto* onde predomina estilos dançantes brasileiros como axé, forró, funk, etc. Essa DJ que é mãe reforça que o que compõe a identidade de um DJ é amor a música. “Se você pegar num equipamento técnico você aprende e as outras coisas, estilo você vai pegando. Entendeu, roupa isso é consequência. Se você tiver amor a música você vai... (DJ FRAN DE CARVALHO, 2015)”. Ao ouvir essa mulher falar de um sentimento tão rico, me fez perceber a forte relação desse sentimento na construção de seus sets que são predominantemente de estilos brasileiros dançantes, pois o grande desafio para ela (diferente das outras DJs) é fazer mixagens com músicas de estilos completamente diferentes uma da outra, sem exista uma “quebra” no som e sem que a *vibe* caia.

2.3 DJ Karol Figueiredo

Karol Figueiredo possui um ano e meio de carreira como DJ e foi a DJ mais recente a fazer parte dessa pesquisa, cuja entrevista foi cedida no dia 12 de Agosto de 2016. A *diva* buscou se profissionalizar na música como uma DJ, por influência de um ex-namorado e iniciou sua carreira na cidade de Jataí-GO, sendo posteriormente, no dia 25 de Julho de 2015, convidada a fazer parte do quadro dos DJs residentes da boate *The Pub*³ Goiânia, onde está até o presente momento. Em seus relatos, Karol afirma ser relaciona com pessoas do sexo oposto, sendo assim a única mulher das

² A boate precursora do segmento gay em Goiânia, dirigida pela empresária Regina, que se situava no setor Oeste em Goiânia.

DJs dessa pesquisa, que não possui relação homoafetiva. Desta forma, o carinho e a admiração pelo público *gay* se deram no contato com esse segmento quando trabalhava em desfiles. “Desde muito nova eu desfilava e eu sempre estive no meio *GLS* e é um meio que eu sou apaixonada desde muito nova, então uma coisa puxou a outra (DJ KAROL FIGUEIREDO, 2016)”. Em sua fala, percebe-se algo que me incomodou como pesquisador, pois ela subverte a figura de menina doce e meiga quando sobe na *picape* e impõe uma mulher potente, poderosa e viril, tanto na sua estética quanto em suas músicas. Logo, sua participação nesse grupo de mulheres pesquisadas, também foi de extrema importância, pois se percebe um “hibridismo” no que diz respeito a multiplicidade de gêneros existentes tanto nos frequentadores desses lugares, nas músicas tocadas em seus sets e nas DJs. O lugar parece abraçar as artistas por suas performatividades e não por seus segmentos sexuais.

2.4 DJ Laurize

Laurize de Oliveira atualmente é um ícone como mulher DJ na cena *GLS* pela vasta experiência nas festas eletrônicas no Brasil. Essa artista de quatorze anos de carreira, numa entrevista cedida em dezessete de junho de 2015, afirmou ter se tornado uma DJ sem nunca ter feito algum curso para tal. Começou a tocar em festas de amigos em meados de 2001 tendo sua carreira alavancada quando se tornou DJ residente da boate *The Pub*, inaugurada em 2005. Laurize diz ter se apaixonado pela música eletrônica, a partir de 1992 quando frequentou festas estilizadas, onde o DJ fazia a pista delirar, “la em todas as festas e ficava impressionada com as *performances* dos DJs, achava aquilo maravilhoso...vi que eu queria aquilo, me fazia bem...isso é o que me move. (DJ Laurize, 2015- grifos meus)”. A DJ que fez várias mudanças em seu visual vê o mercado para DJs mulheres como um mercado amplo. Antes, Laurize era conhecida como a DJ do cabelo vermelho, mas atualmente mudou radicalmente para o loiro pastel. Para ela, o que compõe a identidade de um DJ é o estilo musical. É isso que caracteriza o que ela chama de “identidade musical”. “O povo costuma muito brincar comigo e falar assim, que quando eles estão chegando numa festa, - Nossa a Laurize já tá tocando, vamo lá” (DJ LAURIZE, 2015). Laurize, ao longo de sua carreira, sempre foi uma artista a qual se preocupava mais com o talento e o sentimento em pista, do que a estética “feminina”. É justamente por esse confronto cultural e social, a DJ modificou, pluralizou sua estética de mulher para nesse momento de sua carreira, representar essa “identidade”, mesmo sendo temporariamente.

Essa artista, em sua *performatividade*, me trouxe a reflexão da prática viva do sentimento em pista, onde o efeito do *feeling* atravessava a todo instante o público e a DJ numa espécie de vai-e-vem. “Claro que o ápice do público que a gente gosta de ver é todo mundo com a mão pra cima, gritando... Gosto muito de receber o coraçãozinho

3 Boate também direcionada ao público *gay*, que está aberta ao público até o presente momento (out/2016), situada no Jardim Goiás em Goiânia.

na pista que o povo manda... eu adoro! (DJ LAURIZE, 2015)”. Essa relação construída no ato da pista é o que faz as pessoas se identificarem com os DJs em geral, além do estilo musical que o mesmo segue. Foram várias as situações onde eu fui prestigiar o som dessa artista e em determinado momento da festa, ela soltava músicas que eu gostava muito. Sentia-me presenteado por ela e penso que só é possível compreender o peso desse significado, quando verdadeiramente estamos sensíveis aos códigos da música, festa, alegria, da amizade, sentimento e ao trabalho das DJs.

2.5 DJ Suzy Prado

Suzy Prado é a mais nova das DJs da pesquisa possuindo quatro anos de carreira, mas grande em talento e simpatia. Em uma entrevista cedida dia dois de junho de 2015, disse que trabalha atualmente somente como DJ residente do *The Pub*. A artista começou seu contato com a música sendo promotor numa boate que se chamava “*Moon Black*”, se apaixonou pela profissão DJ e foi fazer o curso em Brasília na “*DJ Academy*”. Sua maior oportunidade de crescimento como profissional se deu no “*Athena Pub*”⁴ por onde trabalhou por quatro anos. A artista disse na entrevista que começou sozinha, pois não tinha conhecidos na noite. “Tem muitas pessoas que infelizmente não gostam de ver o novo, tem medo de perder o seu lugar, mas com muita sabedoria que Deus me deu eu consegui... (DJ SUZY PRADO, 2015)”. Na opinião da DJ, a identidade de um DJ se constrói ao longo da trajetória e da experiência, tanto quanto ao estilo musical quanto ao estilo visual. A característica marcante das músicas de seus sets é um som *progressivo*⁵, enquadrado geralmente na última parte do *line-up*⁶ da festa por ter que dar conta de segurar a *vibe* do público e por isso a característica do som é mais pesado e sem vocal. Mas isso não fixa a característica da DJ como a artista que sempre encerra as festas. Atualmente a DJ não possui vínculo de exclusividade com a boate *The Pub*, sendo como a maioria das DJs entrevistadas consideradas como atristas nômades.

4 Bar dançante para o seguimento gay, ainda aberto ao público até o presente momento (out/2016), localizado no Setor Central em Goiânia.

5 Progressivo: Em entrevista cedida pela DJ Suzy Prado em 02/06/2015, ela afirma ser um estilo musical que surgiu na Inglaterra buscando uma fusão da música pop, música clássica, jazz e até folclore celta, explorando ao máximo uma tecnologia de mixagem de teclados eletrônicos como sintetizador, tornando os arranjos pesados.

6 Line-up: Expressão usada pelos produtores de festas e DJs que designa lista de todos DJs que tocarão em determinada festa.

7 Este termo é utilizado como pano de fundo e como território para poder pensar a “diferença”, cunhados por sua vez, na tradição Nietzscheana e pós-estruturalista. Sua filosofia é uma crítica aos valores da religião, da sociedade, da moral, da cultura e das relações de poder que imperam em nossa sociedade. A Filosofia da Diferença de Deleuze & Guattari vem para contestar a representação e fazer do pensamento uma “máquina de guerra”. A noção de “diferença” para Avtar Brah (2006) se dá na **diferença como experiência** – no plano do feminismo, por exemplo, se dá na forma de construção cultural; **diferença como relação social** – se refere à construção e organização das relações como um todo levando à construção das identidades de grupo; e **diferença como subjetividade** – através do discurso se fortaleceu manifestos como o sentimento e o desejo, que por sua vez, não poderiam ser entendidas de forma homogênea.

Ora trazer a potência dessas mulheres permite embaralhamento de (pre)conceitos estabelecidos tanto no que diz respeito à figura feminina, quanto suas sexualidades múltiplas nos lugares da diferença⁷.

3 | ELAS FORMAM O “ARCO-ÍRIS” DOS PEDAÇOS FESTIVOS GAYS

No dia dezesseis de setembro de 2015, o “Jornal Hoje” do canal aberto da Rede Globo transmitiu em rede nacional, uma matéria sobre a predominância das artistas mulheres ao longo dos anos e principalmente no evento “Rock in Rio 2015”. Foi revigorante presenciar uma matéria jornalística acerca da força feminina. Ficou claro que mundialmente a mulher, na música e nas artes tem conquistado seu espaço. Mas a pesquisa carece de atravessamentos e aprofundamentos e, realizar um trabalho acerca de mulheres, se faz necessário subverter todas as construções que até então reinam acerca desses corpos.

Ao explorar essas DJs, ocorreu-me um convencimento de que jamais as mulheres poderiam ser vistas como aquelas que possuíssem uma identidade fixa. Mas essas mulheres DJs poderiam ser vistas, consideradas e contempladas como *queer*? Mas o que de fato venha ser isso? Como surgiu?

Richard Miskolci diz que este termo (tanto político quanto teórico) surgiu na década de 1960 como uma crítica à ordem sexual dessa época e associados ao que ele chama de “contracultura” e aos “novos” movimentos sociais, tais como a busca pelos direitos civis da população negra no sul dos EUA, o movimento feminista e o movimento homossexual (MISKOLCI, 2016. P.21). Mas o que Miskolci e Louro pretendem nas abordagens *queer* é justamente o deslocamento e afastamento das atribuições classificatórias que, até mesmo no meio dos “homoafetivos”, essas definições preconceituosas e discriminatórias ainda perpetuam-se.

Guacira Lopes Louro em *Um corpo estranho* (2016) traz uma definição forte e profunda acerca do termo *queer*:

Queer é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2016).

A autora problematiza a necessidade da articulação desse movimento remetido aos estranhos e aos excêntricos em relação à Educação. Ela questiona de que forma as práticas pedagógicas podem romper com os binarismos e práticas educativas de normalização e ajustamento, para assim, poder pensar a sexualidade e os gêneros de uma forma plural. Dessa forma, a teoria *queer* traduz essas práticas identitárias que são sempre plurais e que, não somente contempla o gay, a lésbica, o *trans*, o andrógono, o colorido, o diferente, o menino afeminado, a menina masculinizada, mas

ultrapassa esses termos a fim de questionar a necessidade da fixidez das identidades impostas pela tradição heteronormativa.

Tomaz Tadeu da Silva também aborda e contesta tais estabelecimentos de identidade e, ainda sobre a teoria queer, nos diz que “ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar [...] O queer se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade de modo geral (SILVA,2010, p.107).” Para Silva, pensa-se de forma queer quando se questiona, se problematiza e se contesta todas as formas “corretas” do saber e de identidade e é nesse sentido que essa teoria é perversa, subversiva e profana.

Para Miskolci, os estudos *queer* vão modificar pressupostos acerca do homossexual e heterossexual contestando que ambos é uma construção histórica e que ambas precisam ser repensadas. Outro aspecto é que a Teoria *Queer* foi criada por feministas mulheres e homens. Assim, ao lidarmos o gênero como algo cultural, é necessário o entendimento que “o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, nos dois[...] independente do nosso sexo biológico (MISKOLCI, 2016, p.32). Para o autor essa teoria vem enriquecer os estudos gays e lésbicos na perspectiva feminista, lidando com gênero, sofisticando o feminismo em uma visão ampla, que vai para além das mulheres.

Mas o que define uma mulher atualmente? É seu segmento sexual ou a imposição biológica e cultural imposta a elas? É a sua profissão? Sua participação em algum núcleo familiar? Suas vestimentas curtas femininas ou masculinizadas? Seu órgão sexual? Ou seria sua sequência numérica “CPF”? Não! Majestosamente as mulheres não precisam e nem podem ser definidas ou classificadas e é justamente essa a proposta da Teoria *Queer*, pois abre caminhos subversivos para se pensar essas mulheres pesquisadas.

A sensação de inquietude me veio ao deparar-me com essa possibilidade plural, pois antes da pesquisa prevalecia em meu pensamento de artista, que uma(um) DJ não poderia modificar sua característica estética. Mas eis que um “facho de luz” me atravessou e saí das prisões do meu pensamento. Pude então contemplar que, a influência das várias intervenções de sexualidades, desejos, músicas, estilos, cores, atitudes subversivas, pluralidade de estéticas vão construir de forma contínua e nunca acabada as identidades dessas mulheres. Essas humanas podem então portarem-se como quiserem, chacoalhar com as normas e binarismos heteronormativos estabelecidos ao longo da história. Podem vestirem-se como quiserem e participar ou não de qualquer forma de núcleo familiar. Mulher que é pai, que é mãe, que é marido ou somente filha ou filho, pois o céu é o limite! Não há padrão, não há norma, tudo é possível e experimentável. Logo, eis a questão: Quem precisa de identidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados, conclui-se que a DJ, um viés performático artístico, é uma afirmadora da vida possibilitando caminhos possíveis. Elas nos permitem que sejamos atravessados por signos musicais, produzindo assim emoções; nos faz borbulhar na efervescência deste sentimento que acontece no estar junto, onde este momento festivo se eterniza; nos permite possíveis “transes” na pista, pois nos transfere para além da fisiologia do sentimento e nos faz mergulhar na subjetividade de si para receber as potencialidades sonoras.

Trazer as contribuições de Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci possibilitou a essa pesquisa um pensar na fronteira como afirmação de vida dessas mulheres e permitiu que seja possível escorregar dos sulcos costumeiros na nossa sociedade tão reprimida e violentada.

É nesse sentido que essa “maldita” e “malvista” performer se presenteia. Figura descentrada que possui medalha de nômade em seu peito, pois está sempre na margem e nunca se fixa em um único local de trabalho. É a música sua arma potente. Através dela a DJ desperta o desejo, enlouquece e caotiza. Constrói monstros nas costas do original através da malandragem ou das artistagens das mixagens dos seus sets. É excêntrica por natureza, pois não segue rótulos tradicionais e estão sempre em constante mutação. Não são mais lésbicas, heterossexuais ou bissexuais, pois essas classificações fogem dos estudos *queer*, portanto são “mutantes híbridas” que fogem dos rótulos e definições, mas mesmo assim carregam a doçura, a força do gênero na “diferença”. Essas mulheres DJs definitivamente subvertem a essência da fêmea construindo dessa forma, uma nova identidade de mulher: a que é temporária. É uma ciborgue musical munida de extrema sensibilidade. Homem-mulher-máquina eletrônica, lubrificados de desejos e sentimentos. São deusas xamãs das pistas e sublimes “maestras” da música eletrônica, sensibilidade e da diferença.

REFERÊNCIAS

ASSEF, Claudia. **Todo DJ já sambou**: a história do disc-jóquei no Brasil. 3.ed. – São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **A mulher independente**. Trad. Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: PocketOuro, 2008.

_____. **O segundo sexo**. Trad.: Sérgio Milliet – 2.ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2009.

LANGER, Susanne. **Filosofia em Nova Chave**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

_____. **Sentimento e Forma**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1980.

LEVITIN, Daniel - **Music to my eyes: Cross-modal interactions in the perception of emotions in**

musical performance - Cognition 118 (2011) Artigo disponível em: <http://daniellevitin.com/levitinlab/articles/2011-Feb%202011-Cognition.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed.; 3ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção**: corpo, comunicação e socialidade; tradução de Jeremir Machado da Silva – Porto Alegre: Sulin, 2005.

_____. **No fundo das aparências**; tradução de Bertha Halpern. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** – 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2016.

PETRONILIO, Paulo. **Performances de um corpo infame: dança e cultura**. Artefactum – Revista de estudos em linguagem e tecnologia – Ano VII – nº 1/2015. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/657>

ROSALDO, Michelle Zimbalist. **A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica**. In: A mulher, a cultura e a sociedade / coord. Michelle Zimbalist Rosaldo e Louise Lamphere; trad. Cila Anker e Rachel Gorenstein. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SACRAMENTO, Adriana Prates; SOUZA, Cláudio Manoel Duarte de (org.) **Pragatecno: uma outra cena da mesma**. Salvador: DaMãeJoana Casa Editorial, 2015. Ebook acessado em 10/10/2016 Disponível em: <https://pragatecno.wordpress.com/livro-ebook/>

SANTAELLA, Lucia. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora visual verbal: aplicações na hipermídia**. 3. Ed. – São Paulo – Iluminuras: FAPESP, 2005.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. 1ª ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª edição. 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

“LAÇOS DE PAPEL”: AS RELAÇÕES DE AMIZADE, CONFIANÇA E RESENTIMENTO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DA ESCRITA DE CARTAS DA BARONESA AMÉLIA PARA SUA FILHA AMÉLIA ENTRE OS ANOS DE 1885 A 1917 NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Talita Gonçalves Medeiros

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – E-mail para contato: tgmhistoria@gmail.com Agência de fomento CAPES

RESUMO: A presente proposta de reflexão é fruto de uma tese que encontra-se em construção na linha de Relações de Poder e Subjetividades no Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa possui como finalidade analisar as prescrições de feminilidades nas cartas enviadas da Baronesa Amélia para sua filha Amélia nos anos de 1885 a 1917 na cidade de Pelotas/ RS. Pertencente ao terceiro capítulo da investigação, o estudo aqui apresentado possui como iniciativa analisar como a escrita de cartas tornou-se um espaço e um meio de comunicação entre mãe e filha, que ao longo dos anos, firmou-se em três principais laços: o laço da amizade, o laço da confiança e o laço do ressentimento. Portanto, o objetivo deste artigo encerra-se na proposta de compreender esses três movimentos principais, analisando como os sentimentos, as relações de poder e as emoções, presente nas entrelinhas das missivas, transformam-se ao longo dos anos e

como subjetivamente essa relação também se modificou.

PALAVRAS-CHAVE: Cartas. Baronesa. Amélia. Pelotas

ABSTRACT: The present proposal for reflection is the result of a thesis that is under construction in the line of Power Relations and Subjectivities in the PhD in History of the Federal University of Santa Catarina. The research aims to analyze the prescriptions of femininities in the letters sent from Baroness Amelia to her daughter Amelia in the years 1885 to 1917 in the city of Pelotas / RS. The study presented here has as an initiative the analysis of how letter writing has become a space and a means of communication between mother and daughter, which over the years has established itself in three main links: friendship tie, the trust tie and the tie of resentment. Therefore, the purpose of this article ends with the proposal to understand these three main movements, analyzing how the feelings, the power relations and the emotions, present in the lines between the missives, transform themselves over the years and how subjectively this relation also was modified.

KEYWORDS: Letters. Baroness. Amelia. Pelotas

Inúmeros são os questionamentos e as observações realizadas sobre e a partir das missivas ora em discussão. Analisar as correspondências enviadas pela Baronesa Amélia para sua filha Amélia é observar as várias prescrições de feminilidades, as inúmeras mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que se estabeleceram no período de 1885 a 1917, tanto na cidade do Rio de Janeiro como na cidade de Pelotas. Mas, sobretudo, é verificar três movimentos principais que constituem e perpassam todas as missivas: o laço da amizade, o laço da confiança e o laço do ressentimento. É válido destacar, que esses três laços, não aconteceram de forma estanque ou em etapas, eles se entrelaçaram durante todo o período de envio das cartas, e desta forma, no montante de 150 missivas podemos observar, por vezes, a constituição dos três laços em apenas uma correspondência. Desta forma, a divisão aqui realizada, apenas possui como objetivo uma divisão sistemática que nos proporcione uma melhor visualização destes três movimentos de sentimentos.

Assim, analisar e compreender esses sentimentos (CLOUGH; HALEY 2007) e (CAPDEVILA; LANGUE, 2014), as relações de poder e as emoções (FARGE, 2011), presente nas entrelinhas das missivas é apreender, que a relação subjetiva entre mãe e filha modificou-se ao longo do tempo, o que nos possibilita acessar aos fragmentos das teias de sensibilidades como referenciado por Cunha (2009). Desta maneira, podemos entender que as correspondências, ao formar “laços de papel”, (CUNHA, 2009, p. 159), expõem, revelam e compartilham situações cotidianas, revelam a “[...] construção da história dos indivíduos que se inventam pela escrita no âmbito da intimidade/da escrita de si e da escrita para os outros” (CUNHA, 2009, p. 156).

A partir disso, tomamos ciência de que trabalhar com missivas é possuir acesso a vestígios e fragmentos de um vivido, que em constância revelam “registros multifacetados e representações complexas e contraditórias, com as quais homens e mulheres vivem e reinventam seu cotidiano, permitindo-lhes seguir suas reações, suas emoções [...]” (CUNHA, 2009, p.156). Conforme Sandra Pesavento (2006, *In* CUNHA, 2009, p. 157), as cartas “representam a si mesmo e ao mundo”. Elas, “materializadas em papel e tinta, [...] eternizam em folhas amareladas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres: representações de um outro tempo, produzindo sentidos e construindo significados à ordem do existente” (CUNHA, 2009, p. 156).

Assim sendo, compreendendo que as cartas, assim como a História, encontram-se frente a um tabuleiro de xadrez, onde há uma multiplicidade de intenções individuais e de significados, nós que podem ser desatados conforme as indagações do/da investigador/investigadora, prevalece a importante observação realizada por Mabel Moranña (2012, p.318), sobre a necessidade de operamos frente a essa fonte com um caixa de ferramentas para que possamos compreender que as emoções, os afetos e as sensibilidades, em suma, os sentimentos e as ações subjetivas que movem as

ações humanas e que portanto, produz, transmite e “conecta las distintas instancias de la vida, los diversos sujetos, la relación entre sujeto y acción, entre cuerpo y no cuerpo, entre evento y sujeto”, produz apenas “indícios, traços de sentimentos, que se insinuam em discursos, práticas e imagens, os quais permitem esse ‘tateamento intelectual’”(PESAVENTO, 2001, p.236).

Desta forma, esses enunciados que necessitam ser detectados nas minúcias do dizer, ou por vezes na particularidade do silêncio, nos permite constatar que utilizar correspondências como fonte de pesquisa e nelas analisar a categoria sentimentos, é ter ciência de que este elemento nas pesquisas históricas, na maioria das vezes, não está dado, necessita de um olhar atento que perceba “as insinuações, os silêncios, dos recursos metafóricos da linguagem, das dimensões implícitas no jogo do social” (PESAVENTO, 2001, p.223), e a partir disso, é necessário “encontrar tais indícios, traços, marcas sinais, é [...] ‘garimpá-los’[...]” (PESAVENTO, 2001, p.231) linhas após linhas de uma escrita ordinária como nos diz Michele Perrot (2012).

Do mesmo modo, podemos refletir sobre a constituição dos arquivos pessoais. É necessário entender que os arquivos privados, em sua maioria de mulheres, se configuram como nos diz Perrot (1989) como sombras tênues em relação aos arquivos dos homens. Com isso, podemos perceber sua faceta de exclusão, restrição e domesticação de suas escritas e de seus sentimentos que muitas vezes apenas são expressos em cartas, diários, bilhetes, coleção e manutenção dos seus *mil nada*s (PERROT, 2005, p. 37).

Assim, o silenciamento que transcorre em suas escritas, na constituição de arquivos e de suas memórias, estão, inevitavelmente, ligadas ao tempo e à escolha. Os arquivos pessoais passam pelo crivo da seleção e, portanto, do que se deseja perpetuar sobre sua memória. Estas escolhas, claramente não são neutras, também transpassam pelo viés do gênero e assim buscam esculpir relações e valores mediados por aquilo que a eternidade deve registrar. Desta forma, as memórias escolhidas para o futuro transcorrem em ações de subjetividade, poder e identificação.

Convém lembrar que sobre essas instâncias, Joan Scott (1992), vem nos alertando da importância de olharmos pela ótica da história política e das relações de gênero (SCOTT, 1990) a história das mulheres e os seus registros. Conforme a autora (1992), o atravessamento político em nossas investigações amplia os horizontes historiográficos oportunizando a inserção de outras categorias de análises no trato com as fontes, como as propostas por Adriana Piscitelli (2008) Angela Davis (1982) e Verena Stolke (2006), dentre tantas outras autoras. Ainda conforme Scott (1992), esses atravessamentos políticos nas pesquisas em arquivos pessoais, permite que a escrita da História não se torne “uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história [...]” (SCOTT 1992 *In* Burke, 1992), pois “mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política da produção de conhecimento” (SCOTT 1992 *In* Burke, 1992, p.66).

Desta forma, o presente artigo busca auxiliar na construção desse conhecimento, desnaturalizando e ao mesmo tempo complexificando as relações entre subjetividade, gênero, história das mulheres, sentimentos, arquivos pessoais e as cartas enviadas da Baronesa Amélia para sua filha Amélia. Assim, como as missivas são frutos de seu tempo, a formação do arquivo dessas cartas e as relações entre mãe e filhas/os, também são. Desta maneira, compreender essas construções históricas e políticas em sua estrutura e manutenção é uma tentativa de desatar esse nó naturalizado, seja da formação desse arquivo com um montante de 150 cartas, seja das relações de amizade, de confiança ou de ressentimento entre mãe e filha.

OS LAÇOS DE PAPEL: O ELO NA CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE AS AMÉLIAS.

Sobre os laços entre mãe e filha, conforme Elisabeth Badinter (1985), a partir do século XVIII houve uma revolução das mentalidades quanto à importância da figura da mãe na criação das/dos filhas/os. Segundo a autora, surgiram neste período três diferentes discursos – econômico, filosófico e o diretamente dirigido às mulheres: o discurso da felicidade e da igualdade perante aos homens ao assumir seu papel de mãe – que buscavam na prática aplicar um novo conceito de amor, o amor materno. Esse sentimento “espontâneo” surgido a partir do instinto materno deveria ser despretensioso de “toda mãe pelo seu filho” (BADINTER, 1985, p. 145). Assim, inúmeras são as novas recomendações de como ser mãe, de como cuidar, amar e acima de tudo de como comportar-se frente a suas/seus filhas/filhos conforme os novos conceitos da sociedade que exigia dela toda a sua atenção, energia e dedicação na composição desse novo cenário social.

Esse novo modelo de mãe, surgido no final do século XVIII e início do século XIX, conforme Badinter (1985) iniciou sua divulgação, principalmente, entre as burguesas, primeiramente por não necessitar trabalhar fora de sua residência, juntamente com o marido, nos negócios da família; em segundo lugar por acreditar que assim se comportariam como famílias “modernas” e “esclarecidas” - discurso esse veiculado principalmente por Rousseau através da publicação de *Émile* em (1762) - e em terceiro lugar pela concepção de um maior poder sobre as filhas/os e uma maior possibilidade de decisões e mando em sua residência.

Essas ações trouxeram, conseqüentemente, maiores responsabilidades às mulheres/mães, tornando-as professora, educadora, enfermeira, amiga, conselheira... todas estas ações seriam dedicadas e voltadas de forma constante e abundante para seus filhos/as. A negligência em qualquer aspecto da vida das filhas/os ou em qualquer um desses papéis a serem assumidos, tornou-se a principal “marca da falta do amor materno”, inconcebível no século XIX a uma mulher abastada. (BADINTER, 1985, p.200).

Cabe observar que as cartas evidenciam as afirmações da autora acima citada.

Pertencente a esse universo branco, letrado e burguês, a Baronesa Amélia ao escrever para sua filha deixa transcorrer em suas linhas os sentimentos de amor, carinho, saudade... preocupações de uma mãe por uma filha que revelam a construção do mito do amor materno e o seu constante reforço/esforço no cumprimento de seu papel social como *Amiga, Amiga Verdadeira, Mãe e amiga Certa, Da Mãe e Amiga do Coração, Mãe e amiga verdadeira*

AMIZADE: O PRIMEIRO PASSO NA FORMAÇÃO DO LAÇO

Rio, 24 de novembro de 1899: peço-te porem que não te incomodes comigo, pois acima de tudo esta sua saude. Bastante tem me afligido saber que tens sofrido do fígado e em nome da nossa amizade te peço que não te descuide. Da mãe e amiga Amélia

Esse sentimento partilhado por muitas pessoas se estabelece através do compartilhamento de ideias comuns, gostos próximos ou ideais de vida partilhados. Na presente escrita, a amizade que se estabelece entre mãe e filha, possui um objetivo, possui uma intenção de existir, um vínculo maior do que apenas gostos, ideias ou vontades.

Após a morte do Barão e a mudança definitiva para o Rio de Janeiro, a filha Amélia e seu marido Lourival ficaram residindo em Pelotas, e assim, cuidando dos negócios da família. Amélia por sua vez ficou como procuradora/tutora de sua mãe, como a própria Baronesa Amélia observa em duas passagens de suas cartas enviadas para sua filha: *Paquetá, 17 de abril de 1899: Fizeste portanto o que devias fazer, merecendo até como procuradora um apertado abraço de agradecimento; Rio, 29 de setembro de 1909: quando te escrevo me parece estar conversando contigo, e por isso, não tenho vontade de parar! E, de mais a mais, não tenho que dar contas, á minha tutora?*

Como podemos observar, esta relação de dependência proporcionou a formação do primeiro laço, visto que, o envio de dinheiro, negociações sobre vendas, recolhimento de aluguéis e recebimento de valores, gerava uma maior necessidade de envio de cartas para a filha. Essa relação que se estabeleceu diante desse vínculo financeiro, proporcionou a formação do primeiro laço, do mesmo modo, que proporcionou uma relação de gênero entre elas (PEDRO, 2005), pois como observado no montante das fontes, muitas vezes a Baronesa Amélia buscava não discordar da filha, buscando evitar qualquer desentendimento entre elas. Do mesmo modo, em suas linhas havia com constância a prestação de contas sobre seus gastos, compras e usos de seu dinheiro, como demonstra o último trecho observado acima.

Cabe destacar que não podemos afirmar a ausência de um sentimento ou interesse de saber do bem passar da filha e/ou de seus netos/as, notamos, entretanto, que essa troca mais intensa de correspondência, primeiramente, foi gerada pelo

interesse sobre os negócios da família e envio de dinheiro para o sustento da Baronesa Amélia na cidade do Rio de Janeiro, - que primeiramente ficou residindo em um hotel e somente algum tempo mais tarde alugou uma residência para sua moradia no ano que receberia sua filha, seu genro, netos/as para as festividades de final de ano, - culminando posteriormente com interesse de saber sobre a saúde da filha, como podemos observar no primeiro trecho das missivas em destaque.

Em contrapartida, podemos afirmar que a amizade, o cuidado e o carinho entre ambas tornou-se recíproco. Inúmeras são as passagens que revelam os agradecimentos à filha sobre os presentes recebidos, tais como roupas, livros, doces e bolos. Além dos agradecimentos, como forma de retribuir os presentes, a Baronesa Amélia ofertava um outro presente como forma de responder ao agrado feito pela filha. Essas lembranças, como ela menciona em suas escritas, eram principalmente roupas, jóias e objetos que buscavam destacar a feminilidade de Amélia, como podemos observar neste trecho:

Rio, 16 de outubro de 1903: Ah! minha querida filha, se eu pudesse comprar todos os chapéus e vestidos bonitos, que aqui vejo, para ti, como ficaria contente! Quasi todas as vitrinas, tem agora bonécas de corpo inteiro, em que armão os vestidos, digo, as fazendas com as fórmãs dos mesmos vestido.

O fragmento acima destacado vai ao encontro das afirmações de Denise Sant'Anna em seu texto intitulado “Sempre Bela” (2013), o qual afirma que era um dever da mulher rica e elegante estar adornada por leques, luvas e jóias. Sobre elas, recaia toda a força da indumentária, dos calçados e dos adereços que eram a sua maior marca de distinção. Ainda segundo a autora, os veículos de comunicação, tais como os jornais e as revistas da época foram os principais responsáveis pela divulgação desses novos comportamentos. Segundo Beleli (2007, p. 193), “a propaganda é um meio divulgador da cultura”, ou seja, a propaganda auxilia na divulgação daquilo que é considerado como cultura no sentido progressista da palavra, como aquilo que é o correto em vias de moderno, de civilizado, de elegante e atual. Ainda conforme a autora, “o corpo na publicidade é fundamental para esse processo de identificação e, na maioria das vezes, está associado a formulações de gênero e sexualidade” (BELELI, 2007, p. 194).

Por este viés, segundo Judith Butler (2003), as representações postas através da relação sexo/gênero estipulam e determinam ações, atitudes e modos a partir daquilo que é denominado como “homem” ou “mulher”. Alcançando o poder de representação e a performatividade, essas ações da linguagem dividem e hierarquizam objetos e pessoas através de uma matriz heterossexual binária posta na sociedade. Segundo a autora, essas ações são movidas pelos “termos pressuposicionais”, os quais ela define como ações condicionadas pela representação social, que agem como sistemas simbólicos, “políticos e linguísticos [que] estabelecem, a priori, o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados e representados” (BUTLER, 2003, p.25) estipulando performances para o homem ou a mulher. Para Butler (2012, p. 34), performatividade “no es pues un ‘acto’ singular, porque siempre es la reiteración de

una norma o un conjunto de normas y, em la medida en que adquiriera la condición de acto en el presente [...]”, pois “[...] esta morfología imaginaria no es una operación pre social o pre simbólica, sino se trata de una operación orquestrada mediante esquemas reguladores que producen posibilidades inteligibles y morfológicas” (BUTLER, 2012, p.36).

Do mesmo modo, Thomas Laqueur (2001) afirma que a cultura expressada pela linguagem e amparada por ações políticas de poder, define e nomeia através dos órgãos genitais os sujeitos, classificando-os em homens e mulheres. Para Laqueur, ao criar e marcar essas diferenças na carne é estabelecida a diferença sexual no corpo, permitindo assim que as relações de poderes sociais, econômicos e culturais formatem os sujeitos através do discurso e validem normas sociais binárias postas para cada “sexo”. Segundo o autor, a problemática de definição de cada sexo insere-se na capacidade de estipular uma diferenciação sexual, que o discurso e a linguagem ancorada ao poder executam na sociedade. Para ele, “a diferença sexual, portanto, parece já estar presente na forma como constituímos o significado [...] porque qualquer coisa que se diga, fora de contextos muito específicos [...] já vem moldada pela teoria da diferença ou da igualdade.” (LAQUER, 2001, p.29).

Desta maneira, podemos observar que os discursos de comportamento, a vontade do embelezamento de Amélia, as sugestões de objetos que a identificassem como mulher, enfim essa performatividade fazia parte do laço da amizade. Sugerir algo, dar conselhos, enviar presentes como forma de estreitar essa relação, estabelecer vínculos para além das questões financeiras e firmar esta relação através do laço entre mãe e filha fazia parte do universo de angariar algo maior: a confiança e, portanto firmar essa relação em outro estágio que permitisse um diálogo mais aberto e próximo entre ambas.

O LAÇO DA CONFIANÇA

Rio, 6 de outubro de 1903: Perguntas se fizesse mal a troca de espelhos com Alzira. Tua pergunta é pois ociosa, pois bem sabes que tudo quando fizeres está de antemão aprovada por mim: tal é a confiança que tenho de que nada farás digno de reprovação. Da mãe e amiga verdadeira, Amélia

Como podemos observar, Baronesa Amélia aprovava de antemão todas as ações de sua filha. Esse pacto da confiança que se estabeleceu entre ambas, abriu espaços para trocas de confiabilidades e segredos. Apesar de muitas vezes receosa em dividir detalhes sobre uma confidência, seja por medo de extravio da carta ou pela possibilidade de alguém ler a mesma, Baronesa Amélia pedia por inúmeras vezes para a filha tomasse os cuidados necessários para o resguardo das correspondências, como podemos observar: *Rio, 4 de maio de 1909: Isto é apenas uma conversa entre nós! Rio, 13 de setembro de 1909: Corre por aqui (isto em reserva) que o Julinho é pretendente de Othilia? Rio, 4 de janeiro de 1910: Não deixes outros lerem essa, pois*

estes assuntos são só para nós.

Conforme Leite (2002, p. 61) “o silenciamento é tomado [...] como uma das formas mais eficazes de segredo”. É no silenciar sobre um segredo que se renova o compartilhamento de demais confidências. Assim, o silêncio torna-se sinônimo de confiança. E esta confiabilidade é adquirida através das atitudes do ouvinte ou do leitor, portanto, a partir da “conduta do outro, que oferece a segurança para se fundamentar uma atividade prática” (LEITE, 2002, p. 61). Esse pacto se configura através da “ação recíproca com a relação estabelecida, num processo de espiral contínuo” (LEITE, 2002, p. 62). Desta forma, o laço da confiança deve ser partilhado e estabelecido entre os envolvidos, de forma que as confissões entre os ouvintes e confessores sejam mantidas em sigilo.

Como podemos observar, ao longo das várias linhas, houve por parte da Baronesa a solicitação de segredo e reserva sobre os assuntos ali pronunciados. Constatamos nas missivas inúmeros fatos que ali não deviam estar expostos. Assim, podemos observar que a confiança fazia parte de um pacto de silêncio que exige da intimidade uma esfera de ação. Por intimidade entendemos a exposição para alguém de seus desejos e segredos ocultos, de suas falas pronunciadas quase que em silêncio, confissões de uma trajetória ou de uma ação que comumente não se fala em público, ou em voz alto a qualquer indivíduo.

Portanto compreendemos que a tríade confiança, intimidade e segredo/silenciamento fez parte da rotina de envio de cartas da Baronesa para sua filha. Ao longo dos 32 anos de cartas enviadas, do ano de 1885 a 1917, os segredos e as confidencialidades foram várias e variadas foram as suas exigências de segredo. A intimidade conquistada ao longo dos anos pelo laço da amizade, possibilitou que através de cada carta as confidencialidades, os segredos e a confiança se estreitassem de forma singular. Os pedidos de reserva e de leituras individuais demonstram através das linhas das missivas que a confiança era apenas depositada em Amélia e que o laço foi formado apenas por ambas.

Do mesmo modo, o laço do ressentimento foi formado apenas por ambas. A partir do ano de 1909, alguns desentendimentos e ressentimentos passam ser visualizados com mais frequência na escrita da Baronesa Amélia para sua filha. Nas entrelinhas das cartas, pois esses sentimentos não estão declarados de forma evidente, apenas sinalizados através de reclamações, exclamações, sentença de desejos sobrenaturais que não permitiram a viagem de Amélia, podemos perceber que esses desentendimentos e ressentimentos ocorreram por conta de acordos que não deram certo e inviabilizaram a ida de Amélia e de sua família para o Rio de Janeiro para encontrar a mãe, causando assim um distanciamento entre elas.

O LAÇO DO RESENTIMENTO

Rio, 1º de fevereiro de 1910: Escrevi-te esta manha bem aborrecida com a falta de

Por ressentimento, o entendemos como um “sentimento persistente, em vez de uma reação a um estímulo particular e imediato” (Konstan, 2001, p. 62), ou seja, diferentemente do sentimento raiva, por exemplo, o ressentimento é um sentimento que vai sendo alimentado ao longo dos anos, mas que não impede o indivíduo de conviver com demais sentimentos ou emoções. Para Konstan (2001, p. 67) o ressentimento é “um sentimento cultivado e acalentado”, contínuo e duradouro “não por ser um sentimento de impotência diante de um superior, mas porque se volta contra tudo e contra nada em particular”. Ainda conforme o autor, o ressentimento “não surge sem uma razão específica, eles se voltam contra objetos definidos e persistem enquanto persistem estes motivos” (KONSTAN, 2001, p.67),

Desta maneira, a leitura e a compreensão das cartas, em seu montante, nos possibilita compreender com mais clareza as afirmações do autor acima citado. Após o desentendimento entre elas, seus pedidos de que a filha e a família viajem para o Rio de Janeiro tornaram-se mais escassos e transformaram-se em desejos, tais como podemos observar neste trecho: *Rio, 26 de Maio de 1909: Ah! minha filha, que pesar tenho em não ter a minha casa aqui, como tanto desejava! Se assim fôsse, estaríamos agora juntas. Rio, 24 de Junho de 1909: Consta-me aqui, que o frio ahi tem sido fórte, e mtº. me tem lembrado o Lourival, com a sua bronchites. Elle tem passado bem? E tu, ainda não sentistes frio? Aqui a temperatura tem estado agradabelissima.*

Do mesmo modo, com o passar do tempo, a não viagem alcançou um campo “místico” no qual forças maiores impediram a viagem de Amélia e sua família: *Rio, 1º de Fevrº de 1910: Nada me dizes sobre tua vinda, o q. me faz crêr, que não será ainda, neste mez! Enfim conformamo-nos, com a vontade do Altissimo, que tudo faz para o melhor; Rio, 4 de Janrº. de 1910. Com bastante pezar, li tua carta de 22 do passado, a Edgard, por vir ella tirar-me de todo a esperança de passarmos juntas, o dia 6 do corrente; pois apezar de já me tivesses mandado dizer, que talvez não pudesses vir no Sirio, esperava sempre, que tudo se tivesse harmonizado, e que viesses; mas .. Deus não quis: conformemos-nos com a Sua divina Vontade!*

Com o exposto acima, podemos observar que o ressentimento advindo do desentendimento com a filha, fez com a Baronesa Amélia mudasse subjetivamente sua maneira de como tratar o assunto sobre a viagem com a filha. Utilizando-se de meias palavras, de exemplos e de comparações entre uma cidade e outra, entre um clima e outro, a Baronesa buscava convencer a filha de viajar sem que isso gerasse mais desconforto entre ambas. Podemos notar uma mistura de sentimentos, tais como saudades, desejo de ver a filha, mágoa, preocupações com a saúde e uma concepção de conformação pela viagem não realizada.

Assim, podemos observar que o ressentimento se fez presente nos diálogos da Baronesa com sua filha. Esse sentimento tornou-se mais evidente ao longo dos anos, pois a cada carta enviada e a cada declaração de saudade, a continuidade revela o

ressentimento da viagem que não ocorreu, demonstrando sua frustração em não ver sua família no Rio de Janeiro como ela tanto esperava.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto buscamos dialogar sobre os sentimentos que atravessam vários campos de nossas vivências, influenciam na constituição de memórias e impulsionam muitas de nossas ações. A escrita de uma carta, no nosso caso de uma mãe para uma filha, demonstra os sentimentos envolvidos na sua constituição, indicam a importância da formação de um arquivo para o resguardo dessas memórias e destacam as afetividades que o compõem. Como demonstrado, essas memórias afetivas formaram em nossa análise três laços principais, que nos revelaram que os sentimentos não são estanques, mas que eles se misturam, se aglomeram uns aos outros, se enlaçam e se tornam, por vezes, os três em um somente. A divisão, como já explicado foi sistemática, mas a nossa análise foi contínua.

Compreender em nosso estudo que as muitas linhas que compõem o nosso arquivo revelam segredos pactuam decisões, demonstram sentimentos, apontam desgostos e contrariedades, partilham situações cotidianas, indicam transformações de um mundo em ebulição, atestam vivências a partir de outros olhares e outras percepções de mundo, ou seja, demonstram as tessituras de um social que observado por outros olhos, corroboram na importância de que investigar em arquivos de mulheres, é possuir a certeza de que “siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas, em la resistencia, em el mundo privado”. (JELIN, 2002, p. 34).

Assim, valorizar arquivos pessoais de mulheres como fontes de pesquisas é possibilitar o conhecimento de um universo singular que se cruza no plano da experiência. Testemunhar por outros olhares é observar que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, resume-se a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável” (SARLO, 2007, p. 24). Portanto, a fluidez do tempo que nos explica Koseleck (1993) é a mesma fluidez da escrita e da experiência. Ao escrever, registramos aquilo que nos toca, nos afeta e que por vezes o registro da memória, ou do silêncio, transpassado na grafia dos arquivos pessoais, torna-se um ato de resistência, do mesmo modo que, o resguardo dessas memórias.

Deste modo, investigar arquivos pessoais de mulheres atravessadas pelas relações de gênero e pela perspectiva da categoria de análise “sentimentos” nos possibilita visualizar nas entrelinhas, as sensibilidades afetivas que toda e qualquer relação exprime. Isso nos impulsiona a compreender que essas experiências, formadas ou reveladas através de laços e seus múltiplos caminhos e cruzamentos que envolvem as relações humanas, possuem historicidade em sua formação. Portanto, cabe ao historiador/a análises crítica sobre os vários caminhos formados pelos laços sociais,

seja eles, pelo laço da amizade, da confiança e do ressentimento.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno/Elisabeth Badinter; tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELELI, Iara. **Corpo e identidade na propaganda**. Estudos Feministas. v. 15, n. 1, 2007, p. 193-215.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique. “Le prisme des émotions”. In: CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique (Org.). **Les passés des émotions**. D’une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne. Rennes: PUR, 2014. p. 7-10.

CLOUGH, Patrícia Ticineto; HALEY, Jean (Org.). **The affective turn**: theorizing the social. Durham: Duke University Press, 2007.

KONSTAN, David. Ressentimento: História de uma emoção. In.: **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão do sensível/Organizadoras Stela Bresciani e Marcia Naxara. 2ª Ed. – Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

LAQUEUR, Thomas. Da linguagem e da carne. In: _____ **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.13-40.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. Vol. 9, n.18, 1989, p. 9-18.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Aspectos do segredo: Maria Moreira Lacerda In.: FUKUIA, Lia. **Segredos de família**/ organizado por Lui Fukui. São Paulo: Annablume: Nemege/ USP: Fapesp, 2002.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** (São Paulo), v. 24, p. 77-98, 2005.

MORAÑA, Mabel. El afecto em la caja de herramientas. In: MORAÑA, Mabel y PRADO, Ignacio M. S. (eds.) **El lenguaje de las emociones**. Madrid: Iberoamerican, 2012. p. 313-338.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.p.63-95.

A MULHER, TAL QUAL O PANTANAL SOBREPÕE AOS SEUS LIMITES - MIRELE GELLER, LIMITES ROMPIDOS

Juliana Cristina Ribeiro da Silva

Professora da rede pública e privada

Campo Grande - MS

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade relatar a história de vida de uma peoa, a única que se tem notícias de cruzar o Pantanal Norte ao Pantanal Sul, onde o Pantanal Norte refere-se, geograficamente, ao pantanal localizado no estado de Mato Grosso, assim como o Pantanal Sul, a porção localizada no estado de Mato Grosso do Sul. A comitiva pantaneira consiste no transporte de centenas, podendo chegar a milhares de cabeça de gado que são levadas de uma região a outra por peões boiadeiros. Nessa jornada, que pode durar dias, semanas e até meses, como foi o caso de uma viagem onde nossa peoa ficou mais de quatro meses encima do lombo de um burro, cada peão tem sua posição e sua função, Mirele era a culatera, também conhecido como meeiro. Para o desenvolvimento deste, optamos por ouvir suas narrativas, sua história de vida, onde optamos por utilizarmos a História Oral através de Meihy (1996) e Meihy e Holanda (2011), como metodologia. Os encontros dialógicos ocorreram em sua residência onde, além de ouvirmos sua narrativa, percebemos que suas lembranças são tecidas com o sentimento de saudades dos tempos de boiadeira. O olhar

atento ao filho que o tempo todo estava ao redor da mãe, ora com uma bota, ora com um assunto sobre boi ou cavalo, paixão que se tem origem na genealogia de nossa colaboradora.

PALAVRAS-CHAVE: peoa pantaneira, modo de vida, história oral e geografia cultural

ABSTRACT: This work aims to report the life history of a pawn, the only one that has been reported to cross the Pantanal North to the Pantanal Sul, where the Pantanal North refers geographically to the Pantanal, located in the state of Mato Grosso, as well as the Pantanal Sul, the portion located in the state of Mato Grosso do Sul. The pantaneira entourage consists of the transport of hundreds, and can reach thousands of head of cattle that are taken from one region to another by cowherd peons. In this journey, which can last for days, weeks and even months, as was the case of a trip where our peoa stayed more than four months on the back of a donkey, each pawn has its position and its function, Mirele was the culatera, too known as seed. For the development of this, we chose to listen to his narratives, his life history, where we chose to use Oral History through Meihy (1996) and Meihy and Holland (2011) as methodology. The dialogical encounters took place in his residence where, in addition to listening to his narrative, we realize that his memories are woven with the feeling of longing

for the boiadeira times. The attentive look at the son who was always around the mother, sometimes with a boot, now with a subject about ox or horse, passion that comes from the genealogy of our collaborator.

KEYWORDS: pantaneira's pawn, way of life, oral history and cultural geography.

1 | CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO PANTANAL

No Pantanal ninguém pode passar régua.

Sobremuito quando chove.

A régua é existidura de limite.

E o Pantanal não tem limites.

Manoel de Barros

A planície conhecida como Pantaneira nem sempre recebeu esse nome. Bem antes de receber essa nomenclatura, paraíso/refúgio das espécies, santuário ecológico – particularmente sua área mais alagável era chamada de Xarayes, Ulrico Schimidl adotou para a região o nome da nação homônima, passando então a ser “descrita em textos e representada em mapas como a fabulosa Laguna de los Xarayes” (COSTA, 1977, p. 79 e 122, *apud* LEITE, 2003, p. 17).

Trata-se de uma planície de aproximadamente 220 mil km², com uma geografia cercada por montes, ou, divisores de água, como a serra de Maracaju, das Araras e da Bodoquena. De acordo com Adámoli (1991), a oeste a região faz divisa com a Bolívia e o Paraguai, nessa região, o pantanal recebe a nomenclatura de Chaco. Cerca de 80% desse bioma localiza-se em solo brasileiro, de 10 a 15% na Bolívia e de 5 a 10% no Paraguai (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2002; IBGE, 2004; MMA, 2010)

Silva e Abdon (1998), subdividem o Pantanal em 11 sub-regiões, conforme podemos verificar na figura 01, sendo elas: Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Paraguai, Paiaguás, Nhecolândia, Abobral, Aquidauana, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho, sendo a Nhecolândia a região mais central de todos os “pantanais”, conseqüentemente a mais isolada. Barretos Netto (1979, p. 39-40) relata que em 1928, criou-se na Nhecolândia o Centro de Criadores da Nhecolândia, tão organizados, que possuíam até um estatuto, que em seu artigo 3º regia a lei seca, *in verbis*:

“- Para cabal desempenho dos seus intuitos, ao Centro incumbirá:

1) Promover a defesa dos interesses dos seus associados perante os poderes públicos contra terceiros correndo as custas pelo diretamente interessado;

2) Tomar todas as medidas necessárias ao progresso moral e material da Nhecolândia, tais como:

a) **manter a eficiencia do pacto conta as bebidas alcoolicas [...]** (grifo nosso)

E para que essa lei fosse cumprida, havia até policiamento.

Ainda segundo Silva e Abdon (1998), o pantanal engloba 16 municípios, conforme figura 02. Destes, no Mato Grosso temos: Barão de Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nossa Senhora. do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger. Já em terras sul-mato-grossense, temos: Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Sonora, Porto Murtinho e Rio Verde de Mato Grosso.

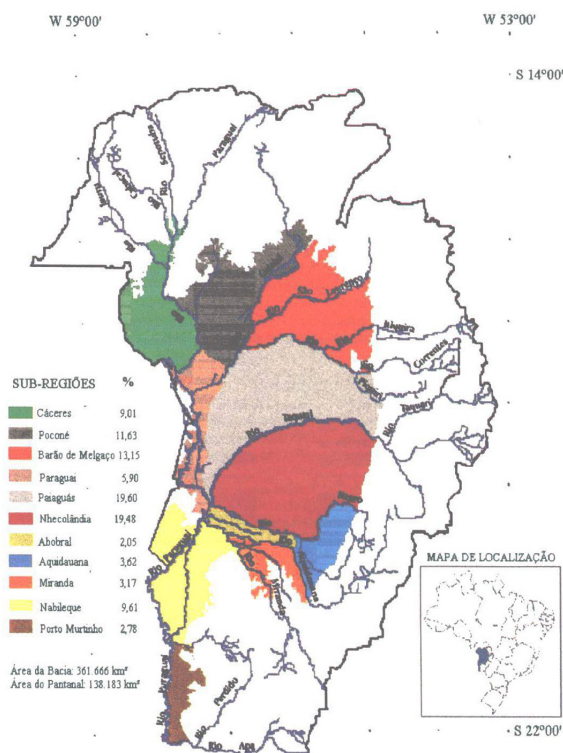


Figura 01

Sub-regiões do Pantanal

Fonte: Silva e Abdon (1998, p. 1706)

Silva (1995), por sua vez, à partir do ciclo hidrológico, dividiu o pantanal em: enchente, de outubro a dezembro; cheia, de janeiro a março; vazante, de abril a junho; e, estiagem, de julho a setembro. Este ciclo corresponde a renovação da vida pantaneira.

De acordo com Nogueira (1990), “por homem pantaneiro (ao nos referirmos a “homem”, considera-se ambos os gêneros), entenda-se, aqui, o elemento nativo do pantanal ou aquele que vive há mais de vinte anos, compartilhando hábitos e costumes típicos da região”. A ocupação do pantanal, do ponto de vista econômico se dá com a criação de gado, primeira atividade econômica desenvolvida na região. Nogueira (1990: 12-13) descreve o pantanal como:

“Neste contexto, não significa pântano, lamaçal, como se pode pensar à primeira vista. Pantanal é a denominação que se dá a um habitat úmido, ou melhor, a uma considerável superfície banhada pelo complexo hidrográfico formado por centenas de rios que nascem nos planaltos adjacentes, deságuam no rio Paraguai e lhe dão uma fisionomia especial.

Pantanal é um sistema ecológico que não se completa apenas com o conjunto de uma avefauna e de uma flora variadíssimas. Muito mais importante é o homem que nele vive tanto na condição de dono da terra, quanto na de vaqueiro, empreiteiro, bagualeiro, garimpeiro, balseiro, pescador, etc.

Ambientalista nato, o pantaneiro típico, no convívio diário com o ambiente, aprendeu a fazer a leitura da natureza, a fim de capturar suas mais sutis transformações. Incapaz de realizar ações que venham a prejudicar o Pantanal, há dois séculos mantém um relacionamento harmonioso que contribui para o fortalecimento das propostas de preservação dos seus diversos ecossistemas, ou seja, de seus diferentes conjuntos de elementos, que se inter-relacionam para garantir a manutenção do equilíbrio ecológico, como flora, fauna, fatores climáticos, biológicos, hidrográficos, etc”

Banducci Júnior (2007) elucida-nos que a ocupação do pantanal é relativamente recente pelas fazendas de gado, pois “se nos séculos XVII e XVIII desbravadores paulistas já percorriam a região, na captura de índios e em busca de ouro, será apenas nos anos de 1800 que a pecuária irá se estender de forma sistemática e contínua pelos campos”. Houve mineração, engenhos de açúcar, extração de madeira, mas foi a pecuária a mais determinante para a ocupação da região pantaneira.

O peão torna-se um dos grandes personagens do pantanal. Com base nos saberes populares de parte da população que vive e trabalha no Pantanal de Mato Grosso do Sul, este trabalho tem por objetivo relatar a história de uma peoa, através do modo de vida e a história oral de Mirele Geller. Embora essa seja uma atividade estritamente desenvolvida pelos homens, nossa personagem neste, desde quatorze anos de idade, exerceu a função de peoa de comitiva, para não dizer desde os três anos de idade.

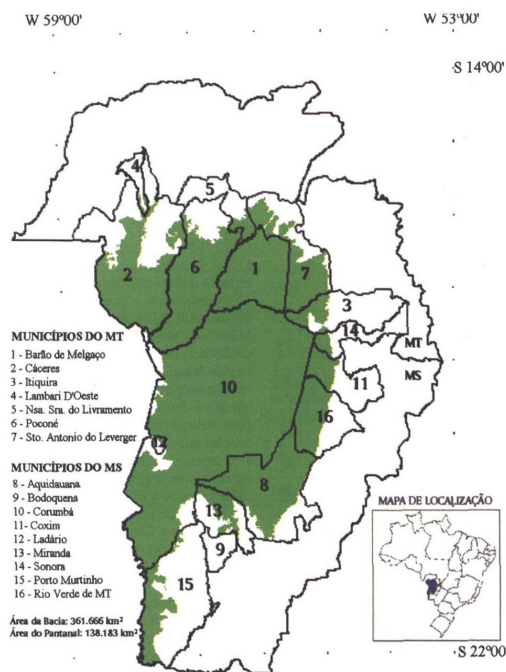


Figura 02

Mapa dos municípios pantaneiros

Fonte: Silva e Abdon (1998, p. 1707)

Ribeiro e Moretti (2012a) caracterizam que essa região é dividida em “propriedades privadas da terra, conhecidas por fazendas, que até meados do século XX praticavam, em sua maioria, exclusivamente a pecuária extensiva de corte”.

Os regimes de cheia e seca, próprios da planície pantaneira, tornam o trabalho imprescindível para não haver prejuízos com a perda do rebanho. “O homem pantaneiro aprendeu ao longo dos séculos, a fazer suas próprias previsões, alicerçadas na interpretação dos fenômenos naturais”, (NOGUEIRA, 2002: 31).

Os primeiros bovinos introduzidos no Brasil durante a colonização portuguesa foram usados como fonte de alimentação e animais de tração nas áreas rurais durante quase três séculos. A intensificação da pecuária na região do então Mato Grosso representou ampliação da presença do trabalhador remunerado nas fazendas. O crescimento do rebanho necessita até hoje de manejo, enquanto que a venda do gado quase sempre requer o trabalho das comitivas para fazer o transporte dos animais para diversas regiões do país. Para cumprir as marchas, os peões suportam todas as variações climáticas enfrentando chuva, frio, vento, poeira, além dos obstáculos naturais como corixos (trata-se um canal que liga as águas de lagoas, baías, alagados, etc., com os rios próximos, ou seja, é um pequeno rio que se forma em épocas de chuvas, que vem desaguar em outro rio maior), baías (lagoa em comunicação com um rio através de um canal), rios, campos abertos, campos sujos e as barreiras introduzidas pelo homem como estradas asfaltadas e porteiros, (BARROS NETTO, 1979).

De acordo Banducci Júnior (2007: 61), há diferentes funções exercidas nas propriedades rurais: a de peão de campo ou campeiro, que trabalha a cavalo, é o que confere maior prestígio, pois esta é considerada uma tarefa perigosa e arriscada. E “situado no topo da hierarquia dos trabalhadores das fazendas de gado está o capataz. É ele quem controla todas as atividades desenvolvidas na propriedade” (BANDUCCI JUNIOR, 2007: 63). Homem de confiança do patrão tem melhores condições de vida do que os peões comuns.

É sabido que existe o peão praieiro, peão campeiro e o peão boiadeiro. Peão praieiro consiste naquele que já possui uma certa idade e provavelmente algum problema de saúde onde ainda “insiste” em viver no pantanal (sobre essa questão em “insistir em viver no Pantanal”, em diálogos com peões mais velhos, é unânime a posição dizendo que não saberiam viver na cidade e nem terem outra atividade, pois “nasceram montados em uma sela”) e com isso desempenha papel de auxílio nas sedes ou na cantina da fazenda (em algumas fazendas, os peões casados almoçam em suas casas e os peões solteiros em uma cantina, onde, normalmente a cozinheira é a esposa do capataz ou gerente da fazenda, onde a mesma também é funcionária, em algumas delas, as refeições possuem um valor simbólico), fazendo limpeza de pátio, tratando animais domésticos, entre outros serviços “leves”. E o peão boiadeiro é aquele que realiza viagens conduzindo gados, normalmente comprados em leilões ou em fazendas e sendo entregues na fazenda do comprador.

Para ser um bom peão, a lida deste não se resume apenas à condução do gado. Antes de seguir viagem, os peões têm a função de amansar a montaria, (fazer a doma). Alguns equinos se negam a reproduzir o comportamento esperado pelo peão, mordem, coiceiam, jogam o peão contra as cercas, pulam para se livrar do cavaleiro e da sela; muitos, de tão ariscos, não permitem que lhes seja colocado o freio (CAMPOS FILHO, 2002: 123). Para a execução do serviço da comitiva é fundamental a interação entre peão e montaria. A relação do peão com o seu animal, normalmente burros ou mulas é algo que merece atenção. Verificamos em pesquisas que para o peão, o animal o escolhe, “dizendo” que aceita obedecê-lo, estabelecendo uma relação de parceria e companheirismo, onde, segundo um peão por nós entrevistado, “o burro para o peão é uma extensão do seu corpo no mato”.

Leite (2003, p. 22) relata que “o boiadeiro, em certas obras, não possui identidade, não possui ‘face’ ou outras características que possibilitem ao pesquisador aproximarse desse trabalhador. Sua presença é marginal, paralela, tal qual a localização ocupada na comitiva no curso das viagens com o gado”.

Ribeiro e Moretti (2012b, p. 05) relatam que outros atores adentraram a região pantaneira, conseqüentemente,

“Inserindo novos elementos à cultura pantaneira. A gente pantaneira sempre teve como uma das características, a simplicidade nas relações sociais e com a natureza. As pessoas que vivem no Pantanal, ao longo do tempo vão adquirindo experiências ambientais que as habilitam a interpretar os ciclos na natureza, tais

como, os períodos de cheia ou de seca, o comportamento e identificação dos sons dos animais, a época da florada das plantas e as ameaças que as ações humanas representam para aquele lugar”

A atividade econômica de pecuária é essencial na organização da vida humana na região pantaneira. Mesmo pequena, a população pantaneira é importante como parte do próprio ecossistema deste bioma, uma vez que ela se tornou responsável pela manutenção do equilíbrio ecológico, onde:

Não se pode deixar, pois, de reconhecer no pantaneiro, um incansável construtor de sua própria cultura, um conhecedor dos mais diversos ofícios rurais, que se vê obrigado a exercer, por força das circunstâncias do ecossistema. Dentro desta perspectiva, é lícito dizer que um peão pantaneiro que conheça toda a lida campestre e desempenhe com certa perfeição as atividades de aparte, doma, bagualeio, condução de boiada, é tão expert no seu metier quanto um especialista em informática, no exercício de suas funções (NOGUEIRA, 2002: 21).

Detentor de um conhecimento ímpar de sua profissão e do ecossistema pantaneiro, os peões boiadeiros conhecem as estradas e caminhos que muitas vezes são suprimidas pelo crescimento da vegetação e dos areais para levar o gado ao destino final. Segundo Brum (2010), é no cenário do período das cheias que as comitivas ganham mais visibilidade, pois são elas que conduzem o gado em direção a frigoríficos, leilões ou para áreas mais altas que não estão alagadas.

Em épocas de cheia, o peão boiadeiro chega aonde o caminhão não chega para retirar a boiada para as áreas que não estão alagadas ou conduzir o gado até onde o caminhão chega, seja para levar o gado para o frigorífico ou para outras localidades. Leite (2003, p. 25) elucida-nos que esta é uma “atividade componente do universo rural brasileiro e que sua existência e manutenção decorre também de sua forma tradicional, agregadas às relações que se estabelecem com o mundo urbano”. Argumenta ainda que:

“A sociabilidade nesses grupos possui profundas raízes nas palavras, nas conversas e nos silêncios. As rodas de tereré alimentam a memória dos viajantes e das viagens, produzindo sentidos para a vida rural pantaneira [...] Condutores e peões integram-se a esse universo enquanto habitantes e cúmplices dos hábitos locais, configurando-se eles mesmos em personagens que residem, trabalham e estabelecem relações com outros grupos, sentindo-se ainda parte da chamada população pantaneira, elaborando enfim suas representações a respeito do meio do qual fazem parte”.

A partir desse universo, convidamos para abrir a porteira e adentramos no modo de vida da peoa Mirele Geller.

2 | A ORALIDADE E O PANTANAL

A reta é uma curva que não sonha

Manoel de Barros

É sabido que a ocupação do pantanal se deu à partir da inserção do gado como

atividade econômica em meados do século XVII, onde temos o “surgimento” do peão, tempos depois (século XX), surge o pescador e, por último, o trabalhador na atividade turística, reconfigurando assim o ambiente laboral desta região.

Tivemos a oportunidade de morarmos no pantanal por aproximadamente três meses, período em que estabelecemos as primeiras aproximações com fontes orais, acompanhamos o modo de vida de trabalhadores residentes na sub-região do Pantanal do Miranda, mais precisamente em uma região conhecida como Passo do Lontra, às margens do rio Miranda. Nesse período, acompanhamos duas marchas de uma comitiva, marcha, segundo o peão Salvador, natural da Argentina, mas que escolheu o pantanal para viver a mais de 20 anos consiste em um período de monta e condução de gado do café da manhã ao encontro do cozinheiro que sempre vai à frente preparando as refeições com antecedência ou, após o almoço até o encontro com o mesmo para o jantar. A cada marcha, tira-se o arreo ou tralha do muar e sela-se outro animal para mais uma marcha, ou mais um período de condução do gado até o local de destino.

A atividade laboral de peão boiadeiro é um universo um tanto quanto masculino, onde, sempre que questionávamos a presença de mulheres nas comitivas, em uníssono surgia o nome de Mirele Geller, que hoje, “pendurou a espora” (expressão usada por peões ao aposentar ou deixar de desenvolver a atividade) por questões de saúde mas não deixou o amor pela profissão. Esse encontro dialógico nos proporcionou um crescimento, sabemos que a existência rica e singular plasmada em um papel é de fundamental importância, mas a oportunidade de vermos *in loco* a realidade que esses atores sociais viveram e vivem nos proporcionou outra visão, visão até mesmo de vida, porém neste, falaremos das experiências de vida de Mirele, que desde os quatro anos de idade, acompanhava o pai na garupa de um burro.

Nossos encontros se deram em sua residência em Bonito (MS). O primeiro contato em 2017 e o segundo em 2018, mas, pelo teor de suas histórias, haverá outros encontros para que possamos ouvir os “causos” contados por nossa peoa.

3 | MODO DE VIDA DE MIRELE EM RELATOS, FOTOS E FATOS

Quem anda no trilho é trem de ferro.

Sou água que corre entre pedras – liberdade caça jeito.

Manoel de Barros

Nossa colaboradora, hoje com 33 anos, não exerce mais a atividade de peoa boiadeira por questões de saúde. Tendo em vista que em muitas regiões do pantanal a água é salobra, a mesma desenvolveu pedras na vesícula e após uma cirurgia, “pendurou as esporas”. Mirele é considerada a única peoa boiadeira do Pantanal Sul. Nascida na cidade de Fátima do Sul (interior de MS), sua mãe a deixou aos dois anos e seis meses de idade em uma fazenda localizada na região de Bonito (MS) com seu

pai. Sem saber o que fazer, ele, não tendo escolha, colocou-a na garupa de seu cavalo e a levou nas viagens das comitivas.

Segundo Ribeiro (2015), comitiva pantaneira é formada por um grupo de peões responsáveis pelo transporte de gado no Pantanal.

“Quando eu nasci, meu pai estava viajando, ele já era dono de tropa, ele me conheceu quando eu já estava com três meses. Eu acredito que minha mãe teve depressão, ela era muito jovem quando se casou com meu pai, a mãe dela fez ela ir com meu pai quando ela tinha 13 anos. Quando meu pai nos trouxe para a fazenda, ele teve que me deixar com a Jandira, minha mãe preta, que me criou até um ano e seis meses mais ou menos. Minha mãe quando se separou do meu pai deixou eu com ele, daí ele começou a me carregar nas comitivas. Quando a viagem era boa, ele me levava, quando a viagem era ruim, ele me deixava com a Jandira”.

Apresentando uma ligação muito forte com o pai, tanto que para não sair de perto dele, adotou/herdou a profissão. Quando pequena, ia à frente da comitiva juntamente com o cozinheiro. Porém, com seis anos de idade, ela passa a trabalhar na comitiva juntamente com o pai, ganhando um animal só para ela. A princípio sua função era abrir porteiras, cuidar dos mata-burros (que consiste em um estrato de madeira usado para cobrir buracos e valetas e evitar a passagem dos animais, geralmente é colocado para substituir a porteira) e ajudar o cozinheiro, sendo a viagem mais marcante de sua vida *“quando eu já estava dominando”*. Sua ligação com o cozinheiro era grande, nessa época seu pai tinha uma caminhonete e Mirele ia junto, mas houve muitas viagens em que o cozinheiro ia montado em animais. Sobre essa ligação com o cozinheiro, Mirele relata-nos que:

“Eu dava muito trabalho, como eu era gorda, cheia de dobrinhas, eu vivia cheia de maisena nas assaduras, quando ele ia buscar água no ‘corgo’, ele já me dava banho, assava um morceguinho pra mim, que é um pedaço pequeno de carne e quando a turma chegava eu estava dormindo, aí me acordavam para ir de novo. Quando a gente chegava no lugar de pouso, uma hora, uma e meia, aí que o Gaúcho ‘véio’ como meu pai o chamava me dava arroz e feijão.

Eu não tive aquela fartura de bolachinha, de pão, de bolo, a minha merenda era a sobra do almoço. Naquela época as pessoas ficavam com dó, as mulheres queriam ficar comigo, quando a gente parava perto de um lugar que tinha casa, ele ia lá e pedia leite pra mim, mas naquela época já era difícil eu tomar leite”.

Embora afastada da profissão, hoje mãe de um menino lindo e encantador de nome José Bento, este já possui a mesma paixão que a mãe e o avô por cavalos, comitivas e bois. Sobre gravidez, Mirele dizia que o pai sempre a advertia em relação aos estudos e gravidez, dizendo que se “aparecesse barriguda a poria para fora de casa”. Como os estudos sempre foi algo exigido pelo pai, ela sempre se esforçava para terminar logo e fechar as notas no terceiro bimestre para poder viajar em companhia do pai. Porém, ela brigou com um professor de matemática, abandonou a escola e foi trabalhar por conta própria em Bela Vista, município sul-mato-grossense, divisa com o Paraguai, período em que ficou dois meses sem dar notícias a seu pai.

Seu pai era o condutor da comitiva, o responsável por fazer o acordo com o dono da boiada e contratar os peões. Segundo Mirele, aos 12 anos de idade seu pai

a mandou em uma comitiva com outro condutor com o intuito de fazê-la desistir da profissão e se dedicar aos estudos, fato que deu errado, pois ela já exercia com afinco a profissão. Porém, aos 14 anos foi trabalhar para fora, trabalhar por conta com outros condutores.

A doma do animal é um dos “ofícios” para se ser um bom peão. Mirele lembra que trabalhou para um condutor que tinha uma tropa com animais que possuíam pouca doma, relata que “fiquei redonda de tanto tombo, a cozinha era de carroça, não usava burro de carga para acostumar com a lida, e os meninos do seu Godofredo mal enfreavam (colocavam freio) nos animais e já passavam para trabalharmos”. Contudo, seu pai nunca a ensinou a domar, este ofício ela aprendeu “com os outros” e começou a domar com 20 anos de idade.

Segundo Mirele, com medo de atrapalhar o pai e de que o mesmo não a levasse mais nas viagens, muitas vezes não apeava do animal para fazer xixi com frequência e quando apeava, já estava muito apertada “e já descia da mula apertada, mijando nas calças”. A peoa começou a beber pinga aos seis, sete anos, onde, no início era apenas para experimentar e só molhava a língua, mas como gostava de estar no meio dos peões, foi pegando o gosto até adotar o hábito de beber. “Igual cobra de laboratório, só no álcool, fui conhecer cerveja faz pouco tempo”.

Relata também que a bebida é comum nas comitivas e deixa claro que os condutores não permitem que seja levada na bagagem, muito menos consumida durante o trabalho. Mas para eles que ficam tanto tempo longe de casa, é um aperitivo nos dias de trabalho pesado. Ela sempre carregou sua pinga em um cantil, como não era de ficar embriagada, costumava dar pequenos goles ao longo do dia, nada que atrapalhasse o serviço, garante. A pinga, muitas vezes serve como inibidor de apetite nas estradas. Os companheiros sabendo que ela carregava a bebida costumavam pedir, mas só era partilhada com os companheiros que ela sabia que não davam problema e não ficavam embriagados durante o trabalho. “*Cansei de negar pinga para peão cachaceiro, que não sabe se controlar, bebe tudo de uma vez depois fica dando nojo*”. Relata ainda que:

“Eu lembro que tinha um índio velho, o ‘Eucrides’, eu comprava nos botecos pinga, aqueles corotinhos e dava para ele carregar mas chegava no fim do dia ‘cadê a pinga? Não, Mirele, é que eu vinha bicando ali e agora eu vou cortar’. Ele cortava o fundo pra mim chupar aquele restinho pois já tinha acabado a pinga que eu tinha comprado.

Naquela época eu podia comprar, não tinha essas coisas, eu ainda falava para o ‘botequeiro’ que se viesse um ‘peãozão’ alto era para ele falar que eu comprei bolachinha. Eu comecei a tomar pinga com uns seis anos, mas era só uns golinhos”.

Algo que nos chamou muito a atenção nos diálogos com Mirele foi uma espécie de “mecanismo de defesa” que ela criou para se proteger de abusos de peões. Sempre que chegavam a uma zona (prostíbulo), ela pagava para uma prostituta fazer companhia a ela, com isso, os peões achavam que a mesma era lésbica. “Passava

a noite conversando, pagava bebida e pelo programa mesmo sem ter acontecido nada. Eu às tratava com tanto respeito que quando a comitiva cruzava pelo mesmo caminho tinha disputa entre as meninas para quem ia fazer companhia pra mim. E os peões nem desconfiavam. Pra eles eu era “sapatão”, por isso passavam longe, nem se arriscavam mexer comigo”.

Por ter sido criada em um universo um tanto quanto masculino, recorda com um sorriso no rosto que:

“Quem me deu algumas informações sobre a vida, foi até interessante, quando eu estava tomando banho, vi que correu no chão sangue, e os peões falavam pra mim que no dia que saísse sangue da perereca, eu ia virar guri, eu ia ser guri por uma semana. Ah, mais eu fiquei faceira, né!. E como eu iria falar isso pro meu pai? porque os peões não falavam nada, coisa com coisa e nunca era para eu contar pro meu pai das nossas conversas, aí eu fui e falei pro meu pai ‘eu não sei o que aconteceu, é aquele negócio que dá, que diz quando vai virar moça, ou alguma coisa assim que vira que a gente fica meio macho, um dia de macho’. Meu pai sem entender nada, me levou na farmácia, chegando lá o ‘Cróvis’ pediu para uma moça chamada Helena conversar comigo. Aí, entrei lá pra dentro e contei tudinho para ela, aí eu disse: ‘eu tô de chico, eu sou o tal do chico’ e ela começou a rir e aí ela me explicou. Quando ela voltou com um pacote de absorvente, o ‘Cróvis’ já preparou o cérebro do meu pai: ‘ela já tá moça’.

Reza a lenda que mulher menstruada não pode andar a cavalo porque estraga o animal, até então eu estava em casa e não podia comer ovo frito, não podia abrir a geladeira, não podia tomar água gelada, não podia lavar o cabelo, não podia tomar tereré, eu virei uma santa aquela semana e os peões não entendiam o que havia acontecido.

Passou uns três meses depois, chegou as férias e eu fui viajar, aí meu pai comprou um pacotão grande de absorvente, enrolou num papel de presente e colocou na beira do meu dobre assim, bem no cantinho, chegou um belo dia e eu amanheci menstruada, arreei minha mula todinha, saí lá pro lado e falei pro meu pai: ‘pai, troca hoje’ porque eu trabalhava na frente com meu pai de fiadora, eu já comecei errado, ‘manda o fulano ir pra frente que eu vou ter que ir atrás puxando minha mula’. Daí ele quis saber o porque e eu não queria que os outros ficassem sabendo, ele olhou pra lá, olhou pra cá, até aquele dia nenhum dos companheiros sabia que eu tinha menstruado, que eu já era moça, e o interesse é que os melhores animais eram os meus, eu tinha uma mula que foi criada guaxa e ninguém gostava dela mas era a melhor mula que tinha na tropa, ela era muito passarineira, quando você pensava que não, ela refugava, era muito assustada, as vezes ela mesmo fazia um bicho pra ela, as vezes eu vinha com tropa sozinha por terra, ela despontava na frente do polaqueiro e ia embora, daqui a pouco ela parava, esquivava e ficava esperando a tropa chegar perto, quando a tropa chegava perto dela dava uma negada pra trás e a tropa toda virava para trás, eu falava que tudo aquilo era graça dela mesmo.

Voltando quando eu menstruei, meu pai olhou para um lado, olhou pro outro e disse: ‘monta e ocupa o seu lugar mesmo, não tem problema nenhum’. Mas assim, não deixou, a superstição não perdeu o lugar dela, realmente, mulher menstruada estragava cavalo, estragava animal cavalár”.

Mirele é tida como a única peão que cruzou o Pantanal de Norte a Sul, chegando a ficar 131 dias no lombo de um muar, exatos quatro meses e onze dias. Contou-nos que nesse período teve um período menstrual que durou mais de vinte dias e em local de pouso, uma senhora olhou para ela e disse que ela não estava bem, preparou

um chá e a benzeu, fazendo algumas rezas enquanto estava posicionada em suas costas e o ciclo menstrual foi cortado no outro dia. “Nesta viagem de 131 dias sofri um pouquinho, a viagem aconteceu no período de seca, tinha dia que saíamos do pouso pela manhã e só parava para jantar, por que não tinha água para fazer refeição e nem mesmo para beber. Teve um dia que nos extraviamos do cozinheiro na hora do almoço, só fomos encontrar ele no outro dia, aí que fomos almoçar”.

Tendo visto de quase tudo nessas estradas da vida, de assassinatos a abandono dos peões em comitivas em épocas mais difíceis, por questões de saúde, Mirele pendurou as esporas e hoje se dedica a atividade de ser mãe e cuidar de um condomínio de casas na cidade onde reside.

Normalmente utiliza-se na lida os burros e mulas por sua força e resistência, os apetrechos de arreios ou tralhas fazem parte dos equipamentos necessários e cada peão normalmente sabe fazer o seu a partir do couro da rês. O tereré é algo sempre presente no cotidiano pantaneiro, bebida de origem guarani

Independente da quantidade de água no pantanal, sempre se retira o gado para regiões altas e secas para que o rebanho não morra de cansaço, pois se há água, o gado não deita para ruminar. Em alguns trechos o rio torna-se muito fundo, obrigando os animais a nadarem, e os mais novos sofrem, podendo até se afogar.



**Imagem 01- Fazenda Caiman,
Miranda, MS 2005**

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller



**Imagem 02 - Vazante do Castelo,
Pantanal da Nhecolândia,MS 2005**

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

Saber arriar o animal é uma das primeiras coisas que se aprende ao querer exercer a profissão de peão, para tanto é preciso exercer força ao amarrar a barrigueira do animal para que a sela permaneça no lugar.



Imagem 03 - Retiro Santa Voila, Miranda, MS 2005

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

Momento de encontro da comitiva com o cozinheiro, que nessa viagem foi de carro, o que depende do dono da comitiva o uso ou não de animais para levar caixas com comida. É notório a poeira da estrada retratada no rosto de Mirele.



Imagem 04 — Fazenda Anacã, rio Taquari 2003

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

Pouso localizado para frente do rio Salobra e um pouco a frente de Miranda

Após cada marcha, os animais normalmente são trocados, a tropa é emparelhada para que o peão escolha outro animal para montar



Imagem 05 – Mula Marema, o melhor animal que Mirele já teve

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller



Imagem 06 – Tropa formada

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

Hoje, mãe de José Bento que já demonstra querer seguir os passos da mãe e do avô, com uma paixão por cavalos e gado, paixão passada de geração a geração.



Imagem 07 - Mirele exercendo sua mais nova função

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

Muitas vezes, faz-se necessário a travessia de rios de barco para acompanhar a travessia do gado em regiões muito cheias, o barco sempre vai a uma certa distância até mesmo para não assustar os animais. Mirele aprendeu a nadar nos corixos do pantanal mas diz que já viu muito peão bom nadador ser levado pela correntezas e afogar-se.



Imagem 08 - Travessia de rio

Fonte: Acervo pessoal de Mirele Geller

4 | REFLEXÕES DIALÓGICAS

Sabiá de setembro tem orvalho na voz.

De manhã ele recita o sol

Manoel de Barros

A História Oral nos proporciona momentos ímpares em histórias como a dos peões pantaneiros, o que nos permite ouvir/vivenciar seus momentos de glórias, angustias e proezas. O cotidiano de um peão no Pantanal não é fácil. É uma atividade laboral que exige conhecimento de como lidar com o gado, o trajeto a ser seguido, lembrando que temos neste bioma os períodos das cheias e vazantes (vazante, segundo Magalhães (1992), são canais de comunicação ou de drenagem entre rios e lagoas que se formam principalmente nos períodos de cheias, na estação seca praticamente desaparecem da superfície, que se torna coberta por gramíneas).

Embora ainda seja uma forma rústica, a comitiva ainda é o sistema mais eficaz e extremamente necessário para os produtores rurais, sobre tudo no pantanal, por questões econômicas e de logística. Por conta da escassez de estradas, o difícil acesso às propriedades rurais e dos atoleiros o uso das comitivas, para muitos fazendeiros, é

a única alternativa no manejo de centenas de cabeças de gado. A comitiva vai onde o caminhão boiadeiro não vai, a comitiva conduz um número de animais que as vezes seria necessário dezenas caminhões para fazer o traslado.

Este artigo trouxe parte dos diálogos com Mirele, a história de uma mulher que escolheu como profissão ser peoa boiadeira, seguindo o exemplo do pai. Na lida enfrentava as mesmas dificuldades que os homens, laçava boi bravo e não aceitava privilégios e regalias pelo fato de ser mulher. Aprendeu a beber para ser aceita no grupo e mostrou que é tão boa na doma dos animais quanto os peões mais velhos e tradicionais. “Deus não me deu riqueza, ouro ou diamante, mas me deu o dom de tocar berrante”, frase escrita num caderno escolar aos 14 anos.

Suas lembranças, recheadas de saudosismo, de pertencimento a um grupo organizado e consciente da importância de sua atividade, assim como da harmonia, conexão e companheirismo no que tem que ter em uma viagem, é evidente em seu tom de voz, em seu olhar e as risadas durante nossos encontros.

Segundo Bosi (1987), é natural quando se apreende que a lembrança não se configura como uma mera reprodução do fato, ela é, sobretudo, recriação do passado, é esperança de construção do novo, é um diamante bruto a ser lapidado pela memória.

A história de vida de Mirele, que a princípio de nossa parte era apenas o interesse enquanto pesquisadora para ouvir o relato de uma mulher peoa, torna-se peça central em nossas indagações a título de uma pesquisa mais profunda, pois são muitas as reflexões que os diálogos nos leva a ter sobre a História Oral e o Modo de vida desta que eu a chamo de “minha heroína”.

REFERÊNCIAS

ADÁMOLI, Jorge. **Diagnóstico do pantanal**. (Características ecológicas e problemas ambientais). Brasília, DF: IBAMA/PNMA, 1991.

BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro**: relações sociais e representação de mundo no “Pantanal da Nhecolândia”. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2007.

BARROS NETO, José de. **A criação empírica de bovinos no pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1979.

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira** - temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação** – CNUC. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em 03/02/2017.

BRUM, Eron. **Cenários do Pantanal**: o gado, os peões e as comitivas. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 19-30, jan/jun. 2010.

CAMPOS FILHO, L. V. S. **Tradição e ruptura**: cultura e ambientes pantaneiros. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2002.

Fundação Roberto Marinho. **Tom do Pantanal**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho *et. al.* 2002. (Livro da Série Cadernos do Professor, 2).

LEITE, E. F. **Marchas na história**: comitivas de peões – boiadeiros no Pantanal. Campo Grande, Ed. UFMS, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas e de vegetação**. 2004. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em 03/02/2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

MAGALHÃES, N. W. da. **Conheça o Pantanal**. São Paulo: Terragraph, 1992.

NOGUEIRA, Albana Xavier. **O que é pantanal?** São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pantanal, homem e cultura**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2002.

RIBEIRO, Mara Aline. **Entre cheias e vazantes**: a produção de geografias no Pantanal. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2015.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. **Progresso e resignificação da geografia do pantanal**. Mercator, Fortaleza, v. 11, n. 24, p. 43-51, jan/abr, 2012a. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/661>>. Acesso em 03/02/2017.

RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. **Pantanal/MS/Brasil**: a construção de novas geografias. Anais... XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona, Espanha, 2012b. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-M-Ribeiro.pdf>>. Acesso em 03/02/2017.

SILVA, C. J. da. **No ritmo das águas do Pantanal**. São Paulo: NUPAUB, USP, 1995.

SILVA, J. dos S. V. da; ABDON, M. de M. **Delimitação do Pantanal e suas sub-regiões**. In: Pesquisa Agropecuária Brasileira. Brasília: v. 33. Número especial. Out. 1998. P. 1073-1711. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/5050/7203>>. Acesso em 25.08.2016.

A RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA EM *MARU* DE BESSIE HEAD

Valdirene Baminger Oliveira

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá – MT.

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a representação da relação gênero-raça no romance *Maru* (1971), da autora sul-africana Bessie Head. A obra retrata principalmente a história da personagem Margaret Cadmore, uma jovem mulher de etnia *Masarwa* (*Bushman*) que se depara com o preconceito, ligado a um conflito interétnico entre povos que habitam a mesma região, mas que são de etnias diferentes. O referencial teórico será fornecido por alguns autores pós-coloniais e decoloniais, entre outros, que nos ajudarão a compreender como a autora percebe a inter-conexão gênero-raça por meio das narrativas da protagonista do romance, no que diz respeito ao racismo e ao sexismo, e como essa condição de ser mulher e “diferente” se reflete na construção de sua identidade. Os resultados da análise demonstram que a relação gênero-raça se estabelece na narrativa à medida que percebemos a existência de uma hierarquia que se dá por meio da historicidade e da cultura, em que primeiro vem o homem branco seguido da mulher branca, depois, o homem negro e, por último, a mulher negra. O fator agravante, no entanto, é que, se a mulher negra está na última esfera dessa “pseudo

hierarquia”, a mulher *Masarwa* ocuparia que lugar? Acreditamos que os romances de Bessie Head oferecem narrativas provocadoras no sentido de nos fazer refletir sobre a condição da mulher, especialmente daquelas que são ainda mais inferiorizadas por causa de suas “raças”.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; raça; Bessie Head.

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the representation of gender-race relationship in the novel *Maru* (1971), of the South African author Bessie Head. The work mainly depicts the history of the character Margaret Cadmore, a young woman *Masarwa* ethnicity (*Bushman*) who is faced with prejudice, linked to an interethnic conflict between people who inhabit the same region, but are of different ethnicities. The theoretical framework will be provided by some postcolonial and decolonial authors, among others, which will help us understand how the author perceives the inter-connection gender-race through narratives the protagonist of the novel, with regard to racism and sexism, and how this condition of being a woman and “different”, is reflected in the construction of her identity. The analysis results show that the relationship genre-race down the narrative as we realize the existence of a hierarchy that is through the historicity and culture, where first comes the white man followed the white woman,

later, black man and, finally, the black woman. The aggravating factor, however, is that if the black woman is the last ball of this “pseudo hierarchy,” the Masarwa woman would occupy that place? We believe that the novels of Bessie Head offer provocative narratives in order to make us reflect on the status of women, especially those who are even more inferiorized because of their “races”.

KEYWORDS: genre; race; Bessie Head.

1 | INTRODUÇÃO

Bessie Head nasceu em 1937 numa África do Sul profundamente mergulhada no regime do *apartheid*. Ao ser classificada como *coloured*¹, ela sofreu as duras consequências da segregação racial e, mesmo mais tarde, ao viver como exilada em Botswana, ela ainda precisou lidar com seus próprios demônios, lutando contra a discriminação e o ódio racial ao mesmo tempo em que tentava manter a sanidade. Talvez por isso sua obra extrapole os limites entre ficção e realidade ao representar aspectos de sua própria história de vida. É também marcante em sua escrita o retrato do cotidiano das pessoas de Botswana, especialmente as dos vilarejos, bem como as situações próprias do contexto escolar (Head também foi professora) e do meio rural. Tais situações formam o pano de fundo para apresentar temas como o preconceito racial, e questões sobre raça, gênero, diferença e resistência.

O romance *Maru* (1971), objeto desta análise, expõe a correlação entre essas práticas, mas também explora a ideia de um conflito interétnico, ou seja, um conflito entre povos que habitam uma mesma localidade ou região, mas que são de etnias diferentes. A maior parte da narrativa acontece na vila de Dilepe, em Botswana – país localizado na África Austral – e o conflito se dá entre o povo *Basarwa*, cuja maior representante é a protagonista Margaret, e os *Tswana* (povo dominante de Botswana), que os escravizam.

A principal justificativa para uma análise como esta é que a obra literária enfocada é capaz de proporcionar um conhecimento de uma circunstância complexa e talvez de difícil acesso para leitores ocidentais. A possibilidade de adentrar tal situação pode nos conscientizar a respeito dos diferentes significados que são dados às questões raciais, étnicas, de identidade e de gênero, de acordo com as culturas envolvidas. Nesse sentido, a obra literária pode fomentar um entendimento mais amplo e menos binário a respeito desses assuntos, questionando pressuposições e cristalizações comuns em torno de tais aspectos.

Como exemplo de uma dessas pressuposições pode-se citar a ideia de que todas as sociedades africanas foram desde sempre patriarcais, quando na verdade, como veremos mais adiante, alguns povos da África possuíam sociedades com matrizes matriarcais inclusive com grande destaque para o papel das mulheres. Assim, ao refletir

1 O termo *coloured* refere-se aos que nasceram da união inter-racial entre brancos e negros na África do Sul, ao longo do período de *apartheid*.

sobre as questões que relacionam gênero e raça dentro da narrativa, não podemos deixar de pensar em como essa relação foi construída sócio-historicamente ao longo dos anos e como tem sido desfavorável para as mulheres, em todos os contextos nos dias atuais, seja em um país da África Austral, da América Latina ou de qualquer outro lugar.

2 | GÊNERO E RAÇA: UMA RELAÇÃO INEXTRICÁVEL

Para Vânia Maria da Silva Bonfim (2009), os fenômenos do racismo e do sexismo não seriam produtos de uma construção ideológica, mas sim, de acordo com a definição de Carlos Moore, “formas de consciência historicamente estruturadas” (MOORE, 2007, p. 280-1 apud BONFIM, 2009, p. 220). Ambos os fenômenos então foram construídos historicamente, e não ideologicamente. Segundo o autor, a origem destes dois fenômenos parte de “conflitos longínquos cujas origens se perdem no fundo do tempo, persistindo na consciência contemporânea sob forma fantasmática, simbólica e atemporal” (MOORE, 2007, p. 280-1 apud BONFIM, 2009, p. 220). Assim, podemos inferir que desde tempos imemoriais racismo e sexismo, ou a relação raça e gênero, nasceram juntas e tem caminhado de mãos dadas ao longo do tempo. Quando estudamos a condição das mulheres negras em qualquer sociedade é imprescindível então que essa interconexão seja considerada porque, de acordo com Bonfim (2009), não há como separá-las:

[...] assim como na realidade material, como a do corpo, elas são inextricáveis – não se pode ser homem ou branco, mulher ou negra, homem ou negro, mulher ou branca, pois esses atributos físicos são ostensivamente anunciados e, de forma conjunta, interpretados socialmente -, também na história elas vêm se exercitando de forma inseparável. A relação entre gênero e raça, portanto, é de inevitável indissociabilidade, não só em termos concretos, como em termos histórico-culturais (BONFIM, 2009, p. 220-1).

Ainda segundo a autora, embora muitos concebam o período colonial de escravização dos africanos como o momento em que se coincidem essas duas categorias e, conseqüentemente a lógica do racismo e do sexismo, esse marco não é seguro por que naquele momento “os lugares subalternos e hegemônicos já estavam, em essência, bem definidos, chegando ao território colonizado de modo bastante estruturado” (BONFIM, 2009, p. 222). Por isso, para Bonfim é preciso que a condição da mulher negra oprimida em suas sociedades marginais seja estudada a partir de um ponto de vista histórico mais profundo, pois reduzir essas questões a uma única imagem de subalternização por meio da escravidão é reduzir a sua história a um único período, desprezando-se tudo o que veio anteriormente. É óbvio que não se pode ignorar a importância dos processos de escravização e colonialismo para as questões que dizem respeito à inferiorização e marginalização dos negros e, em especial, das mulheres negras, mas para se ter uma compreensão mais ampla sobre a interconexão gênero-raça é preciso ir além.

De acordo com Bonfim, a história dos negros e negras não se resume a esses períodos de subalternização, pois a partir do início da revolução agrária do Neolítico (cerca de 8.000 a. C.) “as populações africanas se organizaram em complexas sociedades, nas quais a primazia na ordem social correspondia à mulher” (BONFIM, 2009, p. 223). Assim, segundo ela:

Até o advento do Islã e do cristianismo na África, a maioria das sociedades africanas era *matricêntrica*, a saber, matrilineares e matrifocais, embora num contexto de hegemonia masculina no campo militar e político. Essa força do universo feminino é um indício do quanto a posição social da mulher era elevada (BONFIM, 2009, p. 224, grifo da autora).

Se então, nas sociedades africanas pré-islâmicas e pré-cristãs, as mulheres tinham uma posição social tão extraordinária, chegando mesmo em alguns casos a “monopolizar as funções políticas na condição de rainha-mãe soberana”, o que aconteceu para que essa posição de protagonismo se desvanecesse chegando a atual situação de desimportância social e racial nas quais as mulheres negras, não sem luta, se encontram? Para Bonfim:

[...] a degradação brutal da posição da mulher africana na sociedade acontece somente com o tráfico negreiro e a escravização racial dos africanos no Oriente Médio (séculos IX a XVI) e nas Américas (Séculos XVI a XIX). Foram essas as ocasiões em que, para a mulher africana *escravizada*, operou-se uma mudança total de perspectiva na direção da coisificação: mulher-objeto, mulher sexo, mulher-labor (Miellassoux, 1997). É nesse período que a subalternização da africana é articulada ao status de *escrava*, em uma ordem social em que ser *mulher* e ser *negro* anunciavam uma suposta inferioridade de gênero e raça. [...] Essa degradação coincide com o auge, na modernidade, de uma forte fixação da visão raciológica, segundo a qual todos os povos de pele negra configurariam uma humanidade inferior. É por essa lógica, cuja cientifização acontece no século XIX, que a mulher africana é percebida como duplamente inferior: como negra e como mulher (BONFIM, 2009, p. 225-6, grifos da autora).

Na citação acima pudemos vislumbrar o momento em que a ruptura no status social da mulher africana acontece. No entanto, ainda que anteriormente a esse período algumas mulheres gozassem de uma posição privilegiada, isso não ocorria com todas as mulheres, uma vez que já existia entre esses povos, a presença de escravos e, portanto, de mulheres escravizadas. Isso acontecia principalmente devido às lutas internas entre os povos africanos de etnias diferentes, geralmente por disputa de territórios, em que o vencedor acabava por escravizar o vencido. Tal ideia constitui o tema principal da obra *Maru* (1971), da escritora sul-africana Bessie Head, como veremos na análise a seguir.

3 | A CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO GÊNERO-RAÇA NO ROMANCE *MARU*

Embora seja um romance curto, de apenas 103 páginas escritas em inglês, em *Maru*, Head consegue construir uma trama sólida, com fortes argumentos, pautados principalmente pela história de quatro personagens centrais, dois homens (Maru e Moleka) e duas mulheres (Margaret e Dikeledi), e suas relações ambíguas de amor e

ódio. As questões ligadas à ancestralidade, às tradições e aos costumes tribais formam o pano de fundo da narrativa, que tem como foco principal a chegada de Margaret àquela comunidade para lecionar na escola local. Esse fato será o elemento desestabilizador da rotina na vila de Dilepe que vai colocar em xeque os relacionamentos de amor e amizade existente entre os personagens principais e desvelar todo o racismo e preconceito que permeia a sociedade daquele lugar.

A narrativa começa a partir do final da história, em que Margaret já está casada com Maru e vivendo em um local afastado da vila de Dilepe e, depois segue para o início da narrativa, com o nascimento de uma menina *Masarwa* cuja mãe morre no parto. As pessoas dessa etnia eram consideradas intocáveis pelos habitantes de Botswana, que as viam como seres irracionais, próximos dos animais. Por isso, as próprias enfermeiras tinham ojeriza de tocar no corpo da mulher morta. Ao se deparar com aquela situação, a missionária inglesa do hospital, Margaret Cadmore, assume a função de preparar o corpo para o enterro e, com pena da criança órfã, decide adotá-la e dar a ela o seu próprio nome: Margaret Cadmore. A missionária tenciona fazer da pequena Margaret um experimento, instruindo-a conforme os padrões de educação inglesa e inculcando na mente da garota que ela deve orgulhar-se de sua origem, para um dia lutar por seu povo. A respeito de suas intenções ao escrever tal romance, a própria autora explica:

Com toda a minha experiência Sul-Africana eu desejava escrever um romance duradouro sobre a hediondez do preconceito racial. Mas eu também queria que o livro fosse tão bonito e tão mágico que eu, como escritora, tivesse tempo para ler e relê-lo. Eu consegui essa ambição de uma forma impressionante no meu segundo romance, Maru. Em Botswana há uma tribo conquistada, os Basarwa ou Bosquímanos. Argumenta-se que eles eram os verdadeiros donos da terra em algum passado distante, que tinham sido conquistados pelas tribos mais poderosas de Botswana e que a partir daí assumiram o papel tradicional de escravos. As pessoas Basarwa também eram abomináveis para as pessoas de Botswana, porque eles quase não pareciam Africanos, mas chineses. Eu conhecia a linguagem do ódio racial, mas esse era um mal exclusivamente praticado por pessoas brancas. Por isso, ouvi com espanto como as pessoas de Botswana falavam dos Basarwa, a quem oprimiam: 'Eles não pensam', diziam. 'Eles não sabem nada'. Pela primeira vez eu questioneei o preconceito cego: "Como eles sabem disso? Como eles podem ter certeza de que os Basarwa não estão pensando?" (HEAD, 2008, p. iv, na introdução por Stephen Gray, tradução minha).

Essa "tribo" conquistada a que Head está se referindo como *Basarwa* (plural de *Masarwa*) é a etnia à qual a protagonista do romance Margaret pertence. Ela era uma descendente dos *Khoikhoi*, considerados pelo discurso colonialista europeu um dos povos mais primitivos da África Austral (por possuir um estilo de vida ainda baseado na caça e na subsistência por meio da natureza). Esse povo vive na região entre a África do Sul, Botswana, Namíbia e parte de Angola, principalmente no deserto do Kalahari, sendo seus membros mais conhecido como *Bushmen* (*Bosquímanos*), *Basarwa* ou *San*. Tanto para os brancos quanto para os negros, eles eram considerados inferiores não só por seus traços fenotípicos diferentes ou por seu estilo de vida simples, mas principalmente, por seu comportamento pacífico, mais fácil de ser subjogado. Não é

à toa que, ao longo de sua história, essa etnia acabou se tornando escravizada por outros grupos africanos, como os *Tswana* (principal etnia de Botswana) conforme pode ser observado na narrativa. A respeito desses povos, Antony Appiah (1997) postula:

Mas, se nos fosse possível viajar pelas muitas culturas na África – desde os pequenos grupos de caçadores-coletores bosquímanos, com seus instrumentos da Idade da Pedra, até os reinos haussás, ricos em metais trabalhados -, teríamos sentido, em cada lugar, impulsos, ideias e formas de vida profundamente diferentes (APPIAH, 1997, p. 242).

A referência do autor aos Bosquímanos confirma sua legitimidade enquanto grupo de natureza e estilo de vida simples e frugal, mas também remete à grande diversidade de povos, lugares, ideias e “formas de vida profundamente diferentes” que é a África e que, justamente por isso é impossível homogeneizá-la, essencializá-la. No entanto, o fato de preferirem possuir tal estilo de vida acabou por associá-los a seres “não-pensantes”, logo “não-humanos”, comparados aos animais, como segue:

Em Botswana eles dizem: zebras, leões, búfalos e Bosquímanos vivem no deserto do Kalahari. Se você conseguir pegar uma zebra, você pode caminhar até ela e pela força abrir-lhe a boca e examinar seus dentes. A zebra não se importa supostamente porque é um animal. Cientistas fazem o mesmo com os Bosquímanos e eles supostamente não se importam [...] (HEAD, 2008, p. 6, tradução minha).

Por meio da citação acima é possível vislumbrar a influência do pensamento moderno que tornou a questão da raça algo “científico”. Essa pseudo-noção, pautada num também equivocado estudo biológico, embora tenha sido refutado posteriormente pelos cientistas, acabou por continuar alimentando uma ideia de racismo que, como vimos, já existia desde tempos remotos.

Ao completar a maior idade, a mulher que Margaret considerou como mãe durante toda a vida parte de volta para a Inglaterra, deixando-a sozinha com seus conhecimentos e um futuro incerto. Agora, a solidão que sempre esteve presente em sua vida, mesmo quando estava com a família inglesa, se materializa de fato. Ela decide lecionar na vila de Dilepe e é a partir desse ponto que a narrativa torna-se mais complexa. O fator complicador, como já mencionado, é a etnia da personagem, uma vez que o povo *Basarwa* compõe a maioria dos servos e escravos que trabalham para os moradores daquela comunidade *Tswana*. A novidade acaba por dividir as opiniões dos habitantes do lugar, especialmente da alta sociedade da vila. Eles temem pela paz e estabilidade, pois, do seu ponto de vista, como uma *Masarwa* poderia ensinar alguma coisa se eles eram considerados um povo “que não sabia pensar”? Isso pode ser observado no excerto a seguir que retrata o primeiro dia de aula de Margaret como professora na vila:

Mas quando ela fechou a porta e caminhou até a mesa para fazer a chamada, um silêncio mortal caiu sobre as crianças. Ela olhou para cima. Um menino na extremidade da sala tinha a mão levantada. Ela sabia que havia algo errado. [...] Um suor frio, escorreu-lhe pelas costas. “Sim?” perguntou ela, sem sorrir.

O garoto balançou a cabeça e riu para si mesmo. “Eu estou pensando sobre um

determinado assunto”, disse ele.

Então, ele olhou diretamente para o rosto dela com um olhar insolente; “Diga-me”, disse ele. “Desde quando uma *Bushy* é professora?” (HEAD, 2008, p. 34, tradução minha).

O trecho acima expõe claramente a rejeição dos alunos em relação à professora. Tal rejeição é baseada, num primeiro momento, em sua diferença fenotípica e, depois, nos “falsos pressupostos” que haviam se propagado através de gerações naquela vila. Essas questões eram mais profundas do que uma mera demonstração de racismo, estavam arraigadas em uma condição muito antiga refletida na relação dominador-dominado que foi se mantendo e se aprofundando ao longo do tempo. Entender, no entanto, as questões que permeiam essa relação “intra-racial”, é algo bastante complexo. Talvez uma pista esteja nas próprias palavras de Appiah (1997):

A “raça” nos incapacita porque propõe como base para a ação comum a ilusão de que as pessoas negras (e brancas e amarelas) são fundamentalmente aliadas por natureza e, portanto, sem esforço; ela nos deixa despreparados, por conseguinte para lidar com os conflitos “intra-raciais” que nascem das situações muito diferentes dos negros (e brancos e amarelos) nas diversas partes da economia e do mundo (APPIAH, 1997, p. 245).

A ideia equivocada a respeito do que é “raça”, ou seja, uma ideia baseada na biologia ou em uma pseudo-cientificidade é, segundo o autor, uma das prerrogativas que incapacita e desprepara os grupos a lidarem com seus próprios conflitos. Ao referir-se não apenas às pessoas negras, mas também brancas e amarelas, ele revela um senso de consciência a respeito do “ser humano” e não apenas das questões que envolvem os “negros”. Além disso, a ideia de que todas as raças são “aliadas por natureza” também dificulta uma compreensão mais ampla a respeito dessas relações, uma vez que isso de fato não acontece, como nota-se por meio do conflito que leva os *Tswana* a oprimirem o povo *Basarwa*, na obra. Há ainda outra possibilidade, ancorada na própria narrativa, como segue:

Quão universal era a linguagem da opressão! Eles tinham dito da Masarwa o que todo homem branco tinha dito de cada homem negro: ‘Eles não podem pensar por si mesmos. Eles não sabem de nada’. O assunto não parou aí. O homem mais forte agarrou o homem mais fraco e fez dele um animal de circo, reduzindo-o ao estado de miséria, de sujeição e de não-humanidade. As combinações eram as mesmas, primeiro a conquista, em seguida, a aversão aos olhares do conquistado e, a partir daí, todas as formas de horror e más práticas (HEAD, 2008, p. 88, tradução minha)

A influência dos ingleses parece se desenhar, nesse contexto, num momento anterior àquele retratado na narrativa e correspondente à dominação imperial, em que possivelmente a rivalidade étnica tenha sido potencializada ou instrumentalizada pelos colonizadores, e também nas ações da mãe inglesa de Margaret, que ao proporcionar uma educação ocidental à filha adotiva, acaba alterando, num período pós-independência, a dinâmica do relacionamento interétnico entre os *Basarwa* e os *Tswana*.

Aliado a isso, o medo de que o curso natural das coisas mudasse, tornava Margaret

uma ameaça, afinal, eles pensavam: se aquela jovem professora conseguiu tal façanha, isto é, conseguiu aprender a ponto de se tornar uma professora, seria possível que todos os outros também conseguissem? Poderia ela tornar-se uma espécie de heroína para seu povo e talvez até inspirar uma rebelião entre os *Basarwa*? Esse temor era real para os habitantes da vila de Dilepe “Fiz isso para acalmar a aldeia”, disse ele. “As pessoas esperam uma revolução *Masarwa*, por causa do comportamento de Moleka no domingo” (HEAD, 2008, p. 51, grifo meu, tradução minha). Para Margaret, a cena de rejeição na escola nada mais era do que uma repetição do que ela vivenciara desde a mais tenra idade:

Ele entrou pela porta e disse, em voz baixa: “Minha querida”.

Essas eram as palavras mais preciosas, se você apenas soubesse o horror que se poderia derramar do coração humano; um horror que parecia mais demente porque os principais autores desse horror eram crianças e você era uma criança também. As crianças aprenderam com seus pais. Seus pais cuspiam no chão quando um membro de uma imunda e baixa nação passava. As crianças iam além. Elas cuspiam em você. Elas beliscavam-lhe. Elas dançavam uma dança selvagem, com latas de chocalho: “*Bushman!* Baixa Raça! Bastarda!” (HEAD, 2008, p. 5, tradução minha).

O fato de serem crianças, como revela o trecho acima, não impedia que eles repetissem os mecanismos de discriminação com requintes ainda mais cruéis do que o “ensinado”, por seus pais. Isso porque estavam acostumados a conviver com as pessoas *Basarwa* diariamente como seus escravos, e ver um dos representantes daquele povo em uma posição superior à deles era algo impensável, naquele contexto.

A luta de Margaret era ainda bastante complexa porque, além de tudo, de acordo com sua mãe, ela deveria lutar por seu povo. No entanto, como ela poderia fazer isso se não se identificava com ele? Ela não havia sido criada entre as pessoas de seu povo e, por isso, não sabia muito a respeito do seu estilo de vida, de seus costumes e tradições, tampouco sobre os desdobramentos que os levaram a ser escravizados pelos *Tswana*. A única coisa que tinha em comum com os *Basarwa* era a aparência física, que consistia na tez amarelada e nos olhos levemente puxados, lembrando mais os povos chineses do que os africanos negros de Botswana. Além disso, o que sabia sobre eles era o que aprendeu desde pequena através dos olhares preconceituosos das crianças e das pessoas que a cercavam:

Um grande buraco estava lá porque, ao contrário de outras crianças, ela nunca foi capaz de dizer: ‘Eu sou isto ou aquilo.’ Meus pais são isto ou aquilo.’ Não havia ninguém mais tarde em sua vida, que não hesitava em dizer que ela era uma *Bushman*, uma raça misturada, meia raça, baixa raça ou bastarda. [...] Sua mente e coração eram compostos de um pouco de tudo o que ela tinha absorvido a partir de Margaret Cadmore. Ela não era nem africana nem nada, mas algo novo e universal, um tipo de personalidade que não seria capaz de caber em uma definição de algo tão estreito quanto uma tribo ou raça ou nação (HEAD, 2008, p. 10, tradução minha).

A partir do trecho acima, é possível traçar um paralelo entre a situação de Margaret e o conceito de Homi Bhabha (2001) de “entre-lugar”, que ele entende como

o lugar em que o sujeito híbrido habita. Nesse sentido, a personagem Margaret seria esse tipo de sujeito híbrido, que não é uma coisa nem outra, mas uma terceira, que mantém as características das anteriores, mas que também é nova. Essa condição é algo conflituoso e contraditório, como defende Nestor García Canclini (2013), ao argumentar que “a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições” (CANCLINI, 2013, p. XVIII). Então, como alguém que está localizado nesse “entre-lugar”, Margaret não consegue se identificar nem com os integrantes da sua etnia, os *Basarwa*, nem com os negros *Tswana* da vila de Dilepe, tampouco com sua mãe inglesa branca. Como viajante desse “terceiro espaço” (ainda utilizando um termo de Bhabha) racial, ela desliza constantemente entre representações diferentes a respeito das raças e do modo como elas se relacionam em Botswana, numa tentativa de encontrar o “seu lugar”, um local de estabilidade e/ou segurança que pode jamais ser encontrado. Tudo isso provoca na personagem questionamentos e reflexões acerca de sua constituição identitária. Ainda de acordo com Appiah (1997):

Toda identidade humana é construída e histórica; todo o mundo tem o seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de “mito”, a religião, de “heresia”, e a ciência, de “magia”. Histórias inventadas, biológicas inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente (APPIAH, 1997, pg. 243).

Margaret é atravessada por uma infinidade desses “pressupostos falsos” que dizem respeito à sua condição enquanto mulher, cidadã, professora e, principalmente à sua etnia. Apesar do nome inglês e da educação à moda inglesa, como uma mulher *Masarwa* o que se espera dela é que seja tão submissa e passiva quanto a maioria de seu povo escravizado pelos habitantes de Dilepe. Para se livrar desse tipo de situação, Margaret é aconselhada a fingir que é *coloured*, pois assim seria mais fácil ser aceita, ainda que não totalmente. Contudo, esse tipo de atitude é inaceitável pela personagem porque ela foi ensinada a orgulhar-se de sua origem.

‘O seu pai é um homem branco?’ perguntou Dikeledi. [...]

‘Não’, ela disse. ‘Margaret Cadmore era o nome da minha professora. Ela era uma mulher branca da Inglaterra. Eu sou uma Masarwa.’

Dikeledi prendeu a respiração com um som agudo e um assobio. A aldeia de Dilepe era o reduto de alguns dos chefes mais poderosos e ricos do país, todos eles possuidores de inumeráveis Masarwa como escravos.

‘Não mencione isso para ninguém’, disse ela, em choque, fazendo suas palavras soarem estranhas. ‘Se você ficar em silêncio sobre o assunto, as pessoas simplesmente pensarão que você é coloured. Eu a confundi com uma coloured, até que você esclareceu o problema’.

‘Mas eu não tenho vergonha de ser uma Masarwa’, a jovem disse séria. (HEAD, 2008, p. 16)

O *coloured*, esse híbrido sul-africano, sobretudo durante o *apartheid*, configura-

se como mais uma evidência de que o hibridismo não é uma mistura homogênea (ou “fusão sem contradições”, como aponta Canclini), mas uma convivência tensa e sempre heterogênea que produz o novo, sem eliminar ou amenizar o conflito entre as instâncias anteriores das quais ele surgiu. Os esforços de Margaret em manter sua individualidade e identidade em face da opressão e exclusão que sofre, podem ser considerados atos de resistência e a desconstrução de sua auto-imagem, acabará por contribuir para uma tentativa de deslocamento do lugar de sua comunidade da margem para o centro. Isso se dá, primeiramente porque ela era letrada, algo inconcebível para uma comunidade que era considerada como “não pensante” e, depois, porque apesar de tudo, Margaret casou-se com Maru, um dos líderes da vila, o que permitiu que seu povo vislumbrasse uma esperança para a sua própria condição, como segue:

Quando as pessoas da tribo Masarwa ouviram falar sobre o casamento de Maru com um dos seus, uma porta se abriu silenciosamente no pequeno e escuro quarto sem ar em que suas almas haviam sido fechadas por um longo tempo. O vento da liberdade, que estava soprando em todo o mundo para todas as pessoas, virou-se e fluiu dentro da sala. À medida que respiravam o ar fresco, claro, a sua humanidade era despertada. Eles examinaram sua condição. [...] Como eles tinham caído nesta condição se, na verdade, eles eram tão humanos como todos os outros? Eles começaram a correr para a luz do sol, então se viraram e olharam para o escuro quarto pequeno. Eles disseram: “Nós não estamos mais indo para lá”. (HEAD, 2008, p. 103).

Apesar disso, convivendo com uma sociedade machista e, de certo modo, patriarcal, Margaret, além de sofrer discriminação por ser uma *Masarwa*, também é mulher, o que a torna objeto de uma dupla forma de preconceito: o racial e o de gênero. Podemos observar essas ocorrências no trecho a seguir, em que o diretor da escola em que Margaret vai lecionar está discutindo com um assistente sobre a sua situação:

“Margaret Cadmore é mulher?” ele disse, olhando sério. “Deus, isso vai levantar o inferno entre os Totems aqui.”

Ele pegou alguns arquivos e correu os olhos de cima a baixo na lista de aplicações. Não havia no requerimento a necessidade de uma pessoa definir sua tribo ou raça. Ele parecia muito irritado.

“Eles vão me culpar”, disse ele. “Eu só olhei para as qualificações. Ela sempre esteve no topo da classe.”

[...] Pete sorriu, então ele falou: “Ela pode ser mandada embora”, disse ele. “É fácil. Ela é uma mulher” (HEAD, 2008, pp. 30-31, tradução minha).

Na citação acima, é possível detectar tanto a presença do suposto “racismo interétnico” quanto da discriminação de gênero e de raça. Percebe-se que o assistente do diretor está indignado porque não sabia que Margaret era uma mulher *Masarwa*. Ao candidatar-se para o emprego, ela não informou a sua etnia simplesmente por que, como ele mesmo afirma, não havia um item a respeito de raça no formulário que ela preencheu. Assim, após uma grande comoção entre os moradores da vila, devido à chegada de Margaret para ensinar os filhos deles, a escola precisava tomar uma

atitude. O diálogo mostra claramente o posicionamento de alguns dos homens que compunham a sociedade da vila de Dilepe. Para eles, Margaret pode ser facilmente descartada não apenas porque é de uma “raça inferior”, mas principalmente, porque ela é uma mulher. Assim a relação gênero-raça se estabelece como indissociável, como vimos no início desse trabalho.

A trama revela também os traços contrastantes entre as duas amigas: Margaret e Dikeledi. A primeira precisa lutar para conseguir o seu espaço dentro de uma sociedade racista e opressora, sem abrir mão de sua identidade racial. A segunda, apesar de ser uma mulher independente, que trabalha, dirige e se relaciona de uma forma bastante liberal com os homens, precisa suportar os efeitos de uma sociedade machista e patriarcal, ao mesmo tempo em que luta pelo amor de Moleka, o maior representante dessa sociedade. Além disso, a presença dos “missionários” brancos naquele lugar, cuja principal representante é a mãe adotiva inglesa de Margaret, demonstra o quanto aquela sociedade é vista como inferior, aos olhos dos europeus. Assim, percebe-se um grau de hierarquização na narrativa, cujo topo é ocupado pelos brancos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura pode problematizar comportamentos naturalizados, questionando também as hierarquizações que se estabelecem entre os gêneros e as raças. Não é só uma questão de mostrar a opressão de gênero e de raça, mas ao possibilitar o conhecimento de uma situação dentro dessas relações que talvez não seja vivenciada pelo leitor, a literatura muitas vezes abre espaço para a identificação com o diferente, minando possíveis dominações. Sendo assim, intentamos neste artigo investigar, de que modo se dá, na obra literária estudada, a representação da relação existente entre gênero do sujeito feminino e raça, levando-se em consideração o contexto social e o momento histórico em que se insere a narrativa. Demonstramos que algumas mulheres negras africanas não desempenharam um papel de subalternidade, desde sempre, mas que existiram sociedades antigas matricêntricas, em que as mulheres eram protagonistas de sua própria história de valorização social.

Os resultados da análise demonstram, no entanto, que as relações de gênero e raça se estabeleceram juntas, num mesmo período, com a escravização e colonização dos povos africanos. Houve ainda uma intensificação dessa situação com o advento da modernidade, em que uma ideia de superioridade da raça branca sobre as demais foi calcada em argumentos “pseudo-científicos”. Notamos que, embora tal ideia tenha sido descartada posteriormente, o racismo e o preconceito racial e de gênero persiste até os dias atuais, como representado no romance *Maru*, de 1971, por meio da narrativa da protagonista Margaret. Percebe-se ainda a existência de uma hierarquia cuja inextricabilidade se dá por meio da historicidade e da cultura daquela comunidade, em que o homem branco ocupa o topo, seguido da mulher branca, depois viria o homem negro e, por último a mulher negra. O fator agravante, no entanto, é que, se a mulher

negra está na última esfera dessa “pseudo hierarquia”, que lugar ocuparia a mulher *Masarwa*?

Como foi possível observar por meio da narrativa, não há justificativa para a manutenção e propagação do preconceito, seja ele racial ou de gênero, seja no âmbito escolar ou em qualquer situação ou lugar, a não ser pelo desejo de não querer abrir mão de ideias pautadas em “falsos pressupostos”, como bem colocou Appiah.

REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Trad. Vera Ribeiro. Rev. Trad. Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. **The Third Space**. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. **A identidade contraditória da mulher brasileira negra: bases históricas**, p. 219-226. In *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*/Elisa Narkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2009.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. 6ª reimp. São Paulo: Edusp, 2013.

HEAD, Bessie. **Maru**. England: Heinemann/Pearson Education Limited, 2008.

AGREMIÇÕES NEGRAS: CACUMBIS, RANCHOS, CORDÕES, BLOCOS CARNAVALESÇOS E ESCOLAS DE SAMBA (FLORIANÓPOLIS, 1920-1955)

Karla Leandro Rascke

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará –
Faculdade de História
Marabá - Pará

PALAVRAS-CHAVE: História; Agremiações
Afrodescendentes; Florianópolis.

RESUMO: O presente capítulo pretende discutir a organização de agremiações negras em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, atentando especialmente para espaços recreativos e lúdicos. Nossas fontes para este trabalho são: documentos impressos (textos, livros, poemas e fotografias, matérias de jornais, letras de composições, atas e estatutos de associações). Almejamos, a partir de expectativas, lacunas, observações e análises de contextos pós-abolição em Santa Catarina (Brasil), refletir sobre as associações ou agremiações organizadas por populações de origem africana na capital catarinense na primeira metade do século XX, enfocando como empreenderam esforços no sentido de construção de uma ideia de cidadania possível. Procurando perceber os impactos das reformas urbanas e os desafios do universo pós-abolição, lidamos com expectativas e projetos coletivos. Neste sentido, cremos contribuir para a ampliação destes estudos no estado e lançar novos desafios em termos de pesquisas que se fazem necessárias neste campo de conhecimento.

1 | INTRODUÇÃO

Diferentes associações de origem africana existiram e existem no Brasil desde a instalação de uma colônia nestas terras. A colonização e a usurpação territorial com ela instaurada, até a construção de um imaginário colonial, envolveu a utilização de mão de obra de milhões de pessoas do continente africano. A partir deste processo forçado, em diáspora, estes múltiplos sujeitos constituíram redes de relacionamento, sociabilidade e solidariedade. Organizar agremiações compunha uma forma também de manutenção de laços culturais de matrizes africanas em contextos diaspóricos.

Tais espaços associativos pautaram suas preocupações em diferentes âmbitos - em especial no século XX, consolidando o fim do regime escravista -, dentre os quais a educação e os processos de escolarização compunham repertório importante para a mudança em termos de situações de exclusão das populações de origem africana no pós-abolição. Intentava-se, neste sentido, um distanciamento da antiga condição cativa, vínculo com a escravidão

passada. Assim, não apenas “homens brancos” teriam poder de registro escrito em atas e prestações de contas de irmandades religiosas, associações cívicas ou recreativas e clubes, mas homens e mulheres afrodescendentes, sujeitos atuantes quotidianamente na vida da cidade de Florianópolis, poderiam expressar pontos de vista e argumentações a partir da escrita.

Este capítulo procura destacar a organização de blocos e ranchos carnavalescos, cacumbis e escolas de samba, retomando fazeres, saberes e produções de origem africana em espaços públicos e festivos, apresentando os momentos de festividades enquanto vivências comunitárias de reatualizações culturais na diáspora. Com base em estatutos, atas, fotografias, memórias, notícias de jornais e impressos diversos, sobre diferentes agremiações, procuramos, enfatizar visibilidades retomadas por mobilizações nas ruas.

A formação das escolas de samba data, em Florianópolis, da década de 1940. O carnaval, no entanto, constitui prática muito anterior, desde o século XIX, composto por sociedades carnavalescas, blocos, ranchos e, no século XX, corsos, cacumbis e escolas de samba. Fantasias, coreografias, performances, formação em alas e composição musical em grupo traziam a público ritmos e cores das práticas festivas afros, marcando ruas da capital, impactando o cenário urbano, reformulando antigas procissões e cortejos festivos, com suas bandeiras, alas, porta-estandartes e grupos de afrodescendentes compartilhando suas celebrações.

Um olhar sobre formas públicas de expressão cultural e artística, por meio do estudo de blocos carnavalescos, cordões, ranchos, cacumbis e escolas de samba permite vislumbrar interesses, expectativas e formas diversas de autodenominação, como de inserção de agremiados. Uma reatualização dos usos do espaço público e a construção de visibilidade positiva destas populações ressurgem na primeira metade do século XX.

Homens e mulheres afros alcançaram meios e ferramentas políticas, sociais e artísticas para movimentar a cidade com ritmos, tons e performances de matrizes africanas. Territórios marcados por códigos culturais de suas matrizes e cujos traços envoltos no samba, na religiosidade e nas expectativas de vida possibilitaram a criação e a consolidação de espaços múltiplos de vivências, memórias e histórias.

Nossas fontes de pesquisa são: materiais do Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em especial anuários, periódicos, Relatórios de Presidentes de Província e Estado de Santa Catarina e correspondências; documentação de constituições, documentos manuscritos e impressos sobre Florianópolis do Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Centro de Memória); fotografias, documentos manuscritos e impressos sobre Ildelfonso Juvenal, Trajano Margarida e Antonieta de Barros, intelectuais de origem africana do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC); jornais e periódicos contidos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina no Acervo de Obras Raras; Livro Atas da União Recreativa 25 de Dezembro, gentilmente cedida pela professora e pesquisadora

Maria das Graças Maria, uma importante estudiosa do tema e parceira de trabalho e pesquisa; e, Estatutos de associações contidos no Acervo do Cartório Iolê Farias de Florianópolis, 1º cartório de registro de pessoa jurídica da cidade.

Em se tratando da multiplicidade desse significativo *corpus* documental, dimensionar como diferentes agremiações organizaram estratégias de atuação requer perceber como esses grupos transmitiam e conservavam suas memórias. Amparados em suporte teórico de Paul Connerton (1999, p. 15), conduzimos o trabalho com as fontes entendendo que “o conhecimento de todas as atividades humanas passadas só é possível através do conhecimento dos seus vestígios [...] – isto é, as marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno qualquer em si inacessível.”

Consideramos fundamental atentar para linguagens corporais em diáspora, compreendendo performances e “memórias ancoradas em corpos negros”. Neste sentido, Stuart Hall (2003, 2010), Muniz Sodré (1998, 2002, 2005[1983]), Esiaba Irobi (2012[2007]), Paul Connerton (1999), Diana Taylor (2013[2003]), Maria Antonieta Antonacci (2015) e outros estudiosos permitem ampliar olhares sobre performances e memórias culturais nas Américas, percebendo como o corpo constitui lugar de memória e suporte de manutenção e rememorações culturais. “Do corpo e de seus prolongamentos materiais e acústicos afloram índices de costumes africanos e perfis de seus documentos/monumento, desdobrando interrogações à história” (ANTONACCI, 2015, p. 18).

2 | UMA CIDADE “MODERNIZADA”

Até meados do século XX, a maioria das reformas remodeladoras, higiênico-sanitaristas, estavam concretizadas na capital catarinense. Homens e mulheres pobres, afros em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços - transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócio teriam morada –, foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central. Serviços vistos como desqualificados, de baixa remuneração, mas imprescindíveis aos projetos políticos de modernização, constavam entre as inúmeras atividades, ações e experiências diárias destes sujeitos populares de origem africana (RASCKE, 2016).

A relação estabelecida entre estes territórios formados na cidade e nosso objeto de pesquisa refere-se ao fato de que muitos dos “migrantes” advindos das reformas urbanas compuseram as redes de sociabilidade e solidariedade em torno de clubes recreativos, blocos e escolas de samba, cacumbis e grupos voltados para a educação e escolarização dos afrodescendentes. Estes territórios formados por populações de origem africana vindas de diferentes municípios da Grande Florianópolis e daqueles(as) que saíram das regiões centrais da cidade, serão compreendidos, nos dizeres de Cardoso e Mortari (1999), enquanto “territórios negros”.

As reformas urbanas impactaram de diferentes formas sobre as populações

afros do período, pois, além de expulsá-las de seus territórios centrais, demandaram reorganizações e a constituição de novos espaços de lazer e sociabilidades. Estes “territórios negros” podem ser pensados enquanto espaços físicos ou simbólicos, onde as vivências culturais afro-diaspóricas se reatualizam e reelaboram. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos constituía, e ainda hoje constitui, um território negro na cidade, situada, inclusive na mesma região central onde fora fundada no século XVIII.

No entanto, outros territórios negros se refizeram ou fundaram em diferentes locais, como é o caso de clubes recreativos, blocos e cordões carnavalescos, cacumbis, clubes de futebol e escolas de samba, não mais aqueles territórios do perímetro urbano central, visto que a urbanização os expulsara, impedira de viver em áreas ditas então modernizadas, europeizadas e esboçadas geometricamente de acordo com os “requisites” higienizadores das “picaretas”.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, quem quisesse e pudesse arcar com os custos de mudanças e embelezamentos seria gratificado com descontos nos impostos prediais, ao passo que aqueles e aquelas desafortunados acumulavam dívidas com impostos que não conseguiam pagar, dado os poucos recursos de que dispunham. A Abolição e a República não os incluíam na condição de cidadãos plenos e a cidade não os situava enquanto pertencentes àquele território de civilidade almejada.

Diferentes sujeitos históricos e seus territórios culturais, espaços e memórias em disputa na cidade, implicavam olhares, preocupações e a necessidade de intervenção dos poderes públicos, em diferentes âmbitos. Sendo assim, muitas práticas ocorridas em outras capitais e cidades brasileiras também se fizeram presentes nas aspirações políticas de Florianópolis. As políticas de saneamento, de modernização e industrialização em vigor nas primeiras décadas do século XX, não ficaram restritas apenas às grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Na capital catarinense, as propostas políticas e reformas sanitárias revitalizaram as áreas centrais. As transformações também propiciaram a delimitação dos espaços, segregando grupos sociais e suas práticas culturais, através da demarcação de áreas habitacionais das elites, restando à população mais pobre as áreas periféricas.

3 | A ORGANIZAÇÃO DE AGREMIÇÕES DE ORIGEM AFRICANA EM FLORIANÓPOLIS

Manifestações culturais de matrizes africanas constituíram traços marcantes de práticas vivenciadas em solo brasileiro ao longo dos séculos. O raiar do século XX não foi muito diferente, apesar de suas especificidades, distinta organicidade e impactos de “ordem e progresso” da República, que remodelou ruas, mas também atuou sobre corpos, saberes e práticas. Na mira dessas intervenções, estavam tradicionais culturas

afro-diaspóricas.

Nesse sentido, percebemos que formas organizativas, associações, clubes, agremiações diversas passaram por transformações na primeira metade do século XX, articulando saberes extraocidentais e construindo laços políticos capazes de fomentar políticas públicas necessárias a uma abolição incapaz de atender para as demandas de libertos e suas expectativas de vida. Assim, compreender as diferentes agremiações afros na capital catarinense, neste período, implica entender a dimensão política de suas vivências corporais e também estratégias de consolidação em territórios negros na cidade de Florianópolis.

O carnaval e as práticas em torno desse divertimento possuem origens mais remotas, anteriores ao século XX. Formas lúdicas de festejar constituíam vivências de reminiscências africanas registradas em irmandades leigas e relatos de viajantes desde, pelo menos, o final do século XVIII. No entanto, dado que trabalhos anteriores já enfatizam essas experiências festivas, atentando aos recortes temporais estabelecidos para esse trabalho, debruçamo-nos sobre formas de viver o carnaval, por populações afros de Florianópolis, entre as décadas de 1920 e 1955.

A seguir apresentamos um quadro de algumas agremiações carnavalescas de matrizes afros existentes em Florianópolis na primeira metade do século XX, conforme foi possível apreender de notícias e notas de jornais.

Agremiação	Ano de Fundação	Objetivo/Finalidade
Cacumbi	1923*	Agrupamento religioso devoto de Nossa Senhora do Rosário e também “bloco carnavalesco”.
Flor da Mocidade	1923*	Bloco carnavalesco.
Tira a Mão	1930*	Bloco carnavalesco da Força Pública, onde atuava Ildfonso Juvenal.
Mocotó vem Abaixo	1935*	Bloco carnavalesco.
Grêmio Recreativo e Carnavalesco Brinca Quem Pode	1935*	Clube recreativo e também bloco carnavalesco.
Os Bororós	1939	Bloco carnavalesco conhecido pelos trajes de “tribo”.
Escola de Samba Narciso e Dião	1947	Escola de Samba.

Os Protegidos da Princesa	1948	Escola de Samba.
Associação Desportiva/ Escola de Samba Alvim Barbosa	1948	Escola de Samba.
Embaixada Copa Lord	1955	Escola de Samba, mas em algumas notícias de jornais apareceu como rancho carnavalesco.

Quadro 1 - Agremiações carnavalescas afrodescendentes em Florianópolis – primeira metade do século XX

* As datas de fundação destas associações não conseguiram ser devidamente identificadas. Dado que nem todas possuíam um estatuto registrado, atas de reuniões guardadas e preservadas, bem como informações em jornais que pudessem pautar suas fundações de modo mais fidedigno, esforçamo-nos em, por meio de registros de jornais, de atas de clubes e também de estatutos, localizar e situar algumas agremiações, realizando aproximações de datas possíveis de fundação.

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa a partir das fontes listadas ao final do livro (Atas, Estatutos, Jornais e Documentos diversos).

O quadro sistematiza, de algum modo, as agremiações que conseguimos localizar nos diferentes documentos consultados na presente pesquisa. Os tons e as cores de agrupamentos organizados, como Tira a Mão, Mocotó vem Abaixo, Brinca Quem Pode, Unidos do Tico-Tico, Embaixada Copa Lord, Alvim Barbosa, Os Protegidos da Princesa, Cacumbi, Flor da Mocidade, Aí vem a Marinha e Narciso e Dião, expõem a organização de blocos, ranchos, cordões e a fundação das escolas de samba, vislumbrando o Cacumbi também como uma forma estética e poética de compreender o mundo.

Cordões, blocos e ranchos carnavalescos constituem formas organizativas do final do século XIX, permeados por foliões e uma corte real (no caso de cordões). Os cordões possuíam um estandarte, característica também das irmandades de origem africana, além de uma corte real composta por rei, rainha, príncipe, etc., (MESTRINEL, 2010, p. 1-10) remontando novamente a práticas culturais festivas já vivenciadas pelas irmandades. Elementos destas experiências associativas anteriores foram sendo reformulados, reeditados, reatualizados, atendendo expectativas e anseios dos grupos culturais. Também constituem elementos de conexão cultural entre irmandades e cordões, blocos e ranchos, o uso de diferentes instrumentos musicais, como o tambor, o cavaquinho, instrumentos de corda e sopro.

Conforme apontamos no trabalho *Irmandades negras: memórias da diáspora no sul do Brasil* (RASCHE, 2016), as festas de africanos e afrodescendentes no Brasil compõem-se de ritmos, sonoridades e contornos que fogem a entendimentos e visões ocidentais. Os cargos de príncipe, princesa, músicos, uma figura a conduzir o estandarte e o povo a prestigiar acontecimentos solenes em praça pública, aos olhos de todos, formaram cortejos desde o período colonial brasileiro, trazendo à tona

viveres e saberes africanos pautados em formas próprias de compreender o mundo.

Cacumbis, irmandades negras, congadas e folias de reis tornam-se alvo de políticas da Igreja em fins do século XIX e inícios do XX, no sentido de modelar e uniformizar o catolicismo, tornando-o menos popular, mais centralizado e controlador de práticas devocionais (RASCKE, 2016). Vivenciou-se, a partir de então, de forma muito marcante em diferentes regiões do país, uma intensificação de posturas reguladoras da Igreja Católica, intentando controlar ritmos, instrumentos, sonoridades, cantorias, procissões e tantos outros elementos constitutivos da vivência religiosa de homens e mulheres leigas.

Tal postura da Igreja diante de práticas devocionais leigas, articuladas a saberes e ancestralidades, muitas vezes não condizentes com orientações do novo catolicismo exigido como regra de devoção, pode ter contribuído para que novas formas de vivenciar saberes comunitários de matrizes africanas tenham se constituído. Nesse sentido, a primeira metade do século XX compõe-se de uma multiplicidade de agremiações, muito além das práticas de antigas irmandades leigas, preocupadas com novas formas de manutenção cultural.

Em Florianópolis, inúmeras dessas agremiações formaram-se nas décadas de 1920 a 1950, articulando demandas em torno da educação e do trabalho, do combate ao racismo, do direito à cidadania. Além disso, essas associações pautaram universos lúdico, seja em espaços de “salões” de clubes esportivos, sociais e recreativos, ou nos espaços públicos, em “retomada” das ruas, por meio das agremiações carnavalescas, como ranchos, cordões, blocos e escolas de samba.

Os diferentes grupos agremiados que analisamos eram, principalmente, compostos por moradores de regiões dos morros da capital catarinense (áreas periféricas em relação ao chamado centro). Apontada há muito por jornais, políticos e autoridades como região empobrecida e com problemas sociais, suas populações foram responsáveis, muitas vezes, pelo próprio meio de organizar estruturalmente suas ruas, casas e espaços públicos. Apenas no final de década de 1950 algumas regiões tiveram acesso a serviços públicos básicos, como calçamento de ruas, conservação de estradas.

4 | CACUMBIS, CORDÕES, RANCHOS E BLOCOS

O cacumbi, parte de um catolicismo popular, leigo e imbricado em expressões culturais de origem africana, compunha-se de uma devoção a Nossa Senhora do Rosário, semelhante ao que acontecia nas irmandades afros, destacando um cortejo celebrativo e religioso, formado por capitão e marujos que “disputavam a fé”. Em Florianópolis esta prática remonta a populações de áreas rurais de municípios da Grande Florianópolis que, no pós-abolição, migram em direção à capital em busca de oportunidades de trabalho.

Muito sintomático perceber como diferentes aspectos de culturas de matrizes africanas se vinculam a práticas de catolicismo dito popular, dado seu caráter leigo, gerenciado e vivenciado pelos devotos, cujo poder de articulação e decisão em vida associativa são marcantes e possibilitados pela Igreja. Esta situação sofre alterações quando a Igreja Católica, por medida de Roma, no que se chamou catolicismo romanizador ou ultramontano, passa a atuar fortemente contra práticas antes realizadas pelas irmandades e outras associações religiosas de caráter leigo.

Em relação ao Catumby, sinônimo de cacumbi ou cucumbi, de algum modo, começou a ser incorporado aos festejos carnavalescos. Informações disponíveis sobre este cortejo no carnaval, enquanto bloco, suscita dimensionar diferenciações entre algumas práticas do cacumbi devoção, vinculado às matrizes religiosas de um catolicismo leigo, e o cacumbi praticado em encenações carnavalescas.

No entendimento de Eric Brasil Nepomuceno (2011), os “Cucumbis Carnavalescos não representam apenas uma reprodução de antigas festas coloniais. Eles eram uma manifestação mais ampla, uma elaboração criativa de seus participantes estabelecendo um diálogo entre as novas formas de se brincar o carnaval” (NEPOMUCENO, 2011, p.218). Segundo ele, essa manifestação festiva pública continha “elementos das congadas, dos reisados, das festas das irmandades religiosas, dos cortejos fúnebres, de embaixadas africanas [...]” (NEPOMUCENO, 2011, p. 219).

Brinca Quem Pode era um bloco vinculado ao também clube recreativo de mesmo nome, figurava entre os mais ativos na cidade e sempre compunha os cortejos dos carnavais citadinos. O Brinca Quem Pode estava sempre atento e preparado para “levantar a taça” nos concursos carnavalescos. Também os blocos Sem Ceroulas e Eu Vou Chorar compunham os desfiles das ruas florianopolitanas. O grupo do clube recreativo e carnavalesco, de mesmo nome (Brinca), em 1935 saía às ruas com dois blocos, sendo o Bloco da Thesoura uma “novidade” nos festejos momescos daquele ano. Parecia disputar o título de melhor do carnaval, além de ser conhecido em outros lugares, inclusive na então capital federal, o Rio de Janeiro.

Naqueles idos de 1935, o Brinca Quem Pode recebeu, de admiradores do Rio de Janeiro, “samba, marchas e canções”, dentre as quais a notícia indica uma que tinha nome dedicado ao próprio clube/bloco. O Clube Carnavalesco e Recreativo Brinca Quem Pode apareceu ainda como organizador de outro bloco, o Bloco da Thesoura, articulado para “sahir à rua por todo este mês”, “precedido de um afinado choro” (*A Gazeta*, 05 de janeiro de 1935). O bloco da região do Largo 13 de Maio, situava-se nas proximidades dos antigos bairros da Toca – local de pescadores, nas imediações do Hospital de Caridade -, e do Campo do Manejo – onde ficava o Quartel (CARDOSO, 2008).

O Brinca Quem Pode atuava anualmente no carnaval, aparecendo com frequência na imprensa, sempre caracterizado por diversos elogios e brincadeiras, convidativas também aos interessados em carnaval. Chamava todos a “brincar”, “somente não brinca quem não pode ou é reumático”. Além disso, disputava troféus nos carnavais

da cidade, e muitos foram os seus prêmios em concursos dessa natureza.

Mocotó vem Abaixo também era um bloco afro, cujo nome vinculava a prática do grupo ao morro onde os integrantes provavelmente residiam, o Morro do Mocotó, marcante por sua presença de africanos desde as transformações iniciais da República, no pós-abolição, território presente nas narrativas de Trajano Margarida, intelectual de origem africana bastante atuante e conhecido na cidade, morador daquele morro, onde também colhe memórias de sua avó Geralda, uma mulher ex-escravizada.

Os anos de 1930 foram marcados pelo sucesso de Carmen Miranda, tanto no Brasil quanto no exterior e, nos jornais locais, destacava-se o carnaval, a música considerada brasileira: “os sambas deliciosos, marchas eletrizantes, chôros ferventes, arrancam de nós outros um entusiasmo tipicamente brasileiro. Porque o brasileiro é francamente do ‘barulho’, carnavalescamente candidato ao mais endiabrado e tentador dos folguedos” (*A Gazeta*, Florianópolis, 28 de janeiro de 1939). Aliado ao ritmo embalado pelas rádios, os blocos locais organizavam “brincadeiras” e seus próprios festejos de carnaval.

Além dessa propaganda e/ou divulgação realizada via rádio em relação aos sambas cariocas, tivemos em Florianópolis a produção de sambas, canções carnavalescas, marchas e ranchos de artistas locais. Trajano Margarida, por exemplo, lançou na década de 1930 o livro *Canções Carnavalescas*, uma produção sobre o carnaval da cidade, contendo 10 canções diversas pautando o festejo popular, seus amores, dissabores, ritmo e esplendor. As canções carnavalescas pautam temas do cotidiano, destacando a própria ligação do autor com o carnaval, os blocos e os cordões; além de enfatizar questões financeiras, a instabilidade, o gozo e a alegria do carnaval, o amor e a loucura durante os festejos, o encanto e a sedução, sempre ressaltando a importância de “aproveitar o carnaval”, pois ele “passa logo e vae embora” (MARGARIDA, 1930).

O Chupa mas não engole, outro grupo carnavalesco, consta em diferentes registros jornalísticos da década de 1930, tanto em *A Gazeta* quanto em *O Estado*. Em 1934, saiu às ruas com uma música de “Papai Noel”, talvez como uma forma de “explicar” e/ou ironizar seu próprio nome: “chupou suas balas de mel”. Além do “Chupa”, outros blocos estavam no rol dos grupos organizados para proporcionar ritmos e canções carnavalescas.

Tira a Mão era uma organização afamada “pela sua orchestra e sambas [...] com as suas saltitantes e alegres canções”. O bloco era formado apenas por homens, todos, provavelmente, ligados à Força Pública, trajados com vestimenta branca “picareta”, caracterização que não permite identificar exatamente seu significado. Eram cinquenta personagens em coro pelas ruas cantando o carnaval e seus ritmos. A orquestra “puxava” o grupo, que levava à frente uma “balisa”, figura muito característica da organização dos cordões. O figurante responsável pela balisa remete à figura do irmão procurador em irmandades leigas de africanos e afrodescendentes.

Provavelmente, blocos, cordões e ranchos eram nomeados a partir de

características do grupo mobilizador daquele cortejo, aliando território, aspectos sociais e culturais. Ainda, muitas vezes, esta nomeação poderia ter vínculo com alguma pilhéria, zombaria ou piada, fazendo surgir o Sem Ceroulas ou o Chupa Mas Não Engole, por exemplo. Ambos destacavam palavras de cunho sexualizado em seus títulos, não sabemos se tratavam-se de críticas a situações do período, figuras políticas ou ironias do universo popular, num jogo de palavras bastante peculiar.

Outros blocos, no entanto, continham nomes vinculados a mocidade, flores, bichos e críticas sociais ou ironias com as questões da sociedade. O carnaval de 1923 trouxe nota sobre os blocos Bicharada, Flor da Mocidade, Cacumbis, Yayá olha o prego e Alscacianos (A República, Florianópolis, 11 de fevereiro de 1923). Alguns buscavam retratar suas heranças culturais, como o cacumbi, outros remetendo a um “tipo de ironia bastante comum entre os ranchos” (CUNHA, 2001, p. 171), como era o caso de Yayá olha o prego, bloco cuja nomenclatura crítica e irônica assemelhava-se à postura dos ranchos.

Cunha (2001) ressalta que, em muitas situações, os títulos dessas agremiações eram usados como pretexto para impedir seu desfile, saída às ruas, isso porque “indivíduos considerados suspeitos”, pela polícia, poderiam esconder, sob as fantasias e seus adereços, objetos considerados perigosos, como navalhas ou punhais. Inúmeros foram os enfrentamentos entre esses espaços de festejo popular, em especial, marcados por códigos de culturas de matrizes africanas, e a repressão policial, que via nesses agrupamentos, um cenário de “meliantes” (CUNHA, 2001, p. 203-207).

Em outras ocasiões ou momentos, os blocos remetiam também a regiões, bairros, ruas ou comunidades as quais pertenciam. O Unidos do Chapecó, já presente nos “folguedos de Rei Momo, nos anos anteriores”, indicava a relação com a rua Chapecó, área onde fundaram em 1933 a União Recreativa 25 de Dezembro e, onde, posteriormente outra agremiação vinha à tona, mencionando a ideia de união. Matéria de *A República* de 1956 evidenciava a existência do bloco há alguns carnavais, “revolucionando” as “artérias públicas, com seus sambas, reco-reco, tamborins, cuícas, e acima de tudo com o gingar gostoso de suas ‘cabrochas’” (*A Gazeta*, 14 de janeiro de 1956).

O agrupamento dispunha de instrumentos cujas sonoridades irrompiam em forma de sambas e danças gingadas, enfatizando vozes da diáspora. Com “desdobramentos gestuais e percussivos” (ANTONACCI, 2015, p. 206), corpos afros carregavam memórias encharcadas de movimentos e vivacidade. Denominação da época, estigma da escravidão e marca do racismo, “cabrochas” – significante mesmo de mulata - eram as jovens mulheres de origens africanas a gingar naquele bloco, em ritmo de seus instrumentos e musicalidades.

Ensaaios - refazendo repertórios e atitudes performáticas - e fantasias “originais” - possibilitando transfigurações e recriações -, configuravam marcações do bloco em períodos pré-carnaval, além sentidos exercidos em presenças dos três dias de festejo. No âmbito de saberes em afro-diáspora, as tradições são armazenadas no corpo e

transmitidas “ao vivo” (TAYLOR, 2013), como os desfiles únicos movidos a canções ou enredos.

Em Florianópolis, muitas vezes, ranchos, blocos, cordões e até mesmo escolas de samba acabaram sendo tratados quase como sinônimos em registros da imprensa, além da nomeação indiscriminada, ora aparecendo de uma forma ora de outra. Isso dificulta a sistematização das informações e a compreensão de ações e componentes de cada organização, mas, algumas vezes, pela forma em que os grupos eram apresentados e pelos pequenos sinais que determinada matéria evidencia, torna-se possível cunhar termos relativos a experiências dessas agremiações carnavalescas.

Exemplo disso é o caso do Brinca Quem Pode, que aparece nomeado como bloco carnavalesco, enquanto algumas outras agremiações, como Dião e Narciso, ora consta registrada como escola de samba ora como bloco carnavalesco, dificultam a compreensão de sua atuação no carnaval, além do que, tratou-se de agremiação efêmera, talvez por isso, tão pouco mencionada e estudada pela historiografia catarinense voltada aos festejos carnavalescos.

Também a Embaixada Copa Lord, fundada como escola de samba em 1955, consta como rancho em 1956, na imprensa e na premiação recebida no carnaval. O concurso de blocos, ranchos e escolas de samba acontecia na segunda-feira de carnaval, e a comissão daquele ano resolveu estabelecer um “julgamento comum” às diferentes formas de agremiações carnavalescas, gerando desconfortos. Assim, escolas, blocos e ranchos seriam “julgados” a partir de mesmos critérios, ainda que contassem como formas distintas de organização e vivência do carnaval.

A fundação das Escolas de Samba, além da organização de clubes recreativos, cacumbis, blocos e cordões, possibilitou uma nova realidade para as populações de origem africana. Nos anos 1940 e 1950, os espaços de inserção destas populações voltavam-se mais ao mundo do samba e do carnaval¹. Se, anteriormente, muitos afrodescendentes tinham sua imagem vinculada aos casos de polícia, a emergência das escolas de samba permitiu uma visibilidade positiva, baseada na cultura. No entendimento de Esiaba Irobi, trata-se de pensar as práticas culturais trazidas por estas populações em suas bagagens, as chamadas “escritas performativas” (IROBI, 2012, p. 252). Importa compreender como o corpo constitui “local de múltiplos discursos para esculpir história, memória, identidade e cultura” (IROBI, 2012, p. 277).

Ao tratar a experiência da diáspora africana, a inteligência do corpo, a performance, a dança constitui forte expressão de rememoração, sendo que práticas estéticas e corpóreas (IROBI, 2012) permitem relembrar ou manter laços culturais e

¹ Se na década de 1920, muitas notas da imprensa eram voltadas apenas a clubes e sociedades carnavalescas das classes abastadas, de algum modo, ao longo da década de 1930, em especial, os folguedos carnavalescos das camadas populares começaram a constar em páginas da imprensa, evidenciando clubes e sociedades recreativas, bailes e festas em salões e nas ruas, no espaço público, na forma de blocos, cordões, ranchos e escolas de samba. Essa incorporação dos festejos populares, em matrizes africanas, às notícias do carnaval dinamizou e ampliou abordagens sobre repertórios festivos desse período.

identitários, como códigos culturais de matrizes africanas (MACEDO, 2011, p. 16-18). Neste sentido, a música, a dança, principalmente quando envolviam performances corporais, constituíram formas de manutenção, reatualização e ressignificação cultural de Áfricas nas Américas.

Segundo Cristiane Tramonte, a escola de samba “é uma ação cultural que processa e organiza as relações sociais, econômicas e políticas da parcela que aí convive no que convencionamos denominar o ‘Mundo do Samba’” (TRAMONTE, 2001, p. 8). Para a autora, o samba constituiu e constitui tema de interesse de inúmeros estudiosos na questão da identidade nacional, “na configuração do que se convencionou denominar cultura nacional” (TRAMONTE, 2011, p. 13). Discutindo o samba desde sua formação, a autora aponta as modificações do movimento ao longo do tempo, enquanto era entrudo, depois sua pomposidade elitista e a mobilização das classes populares em torno do ritmo que as representava, em especial nas regiões periféricas dos centros urbanos.

Nas palavras de Muniz Sodré (1998), existe na música africana a chamada síncopa², dita como a “batida que falta” e que, necessariamente, produz uma incitação ao preenchimento dessa espécie de “espaço” temporal existente entre uma marcação e outra. Segundo o autor, “tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a síncopa, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança” (SODRÉ, 1998, p. 11). O corpo, o ouvir, o falar, o cantar, produz movimento e, quando celebrado com vários corpos, mãos, falares, cantares, recria experiências, reatualiza vivências culturais. Mobilizar o corpo, a performance, movimenta saberes, modos de vida alterados e ressignificados na diáspora.

Para José Ramos Tinhorão, as procissões realizadas em Portugal compunham-se de diferentes temas retirados da Bíblia e de lendas cristãs, sendo encenadas na forma de autos. Havia exibição de alegorias, muitos cantos, músicas, coreografias, formando um cortejo organizado em alas. Esta forma de disposição espacial e funcional antecipava, “em quase seis séculos, a criação, nas escolas de samba brasileiras, das chamadas alas, destinadas exatamente a abrigar, durante as procissões carnavalescas, os vários blocos de foliões encarregados de ilustrar o enredo ou tema geral do desfile” (TINHORÃO, 2012, p. 17). Neste sentido, os elementos constitutivos das procissões católicas assemelharam-se posteriormente ao carnaval, como forma de limitar estes festejos aos três dias, como vemos atualmente.

Configuradas em corpo-território, em que cada ser percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, pois seu corpo é “lugar-zero do campo perceptivo”, associações de homens de cor movimentaram-se e construíram “pequenos espaços de organização social”. Na visão de Sodré (2002, p. 118), “os terreiros, a disseminação e

2 “Síncopa, sabe-se, é a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte”; “A síncopa garantia a recriação ou reinvenção dos efeitos específicos dos instrumentos de percussão dos negros”. SODRÉ, 1998, p. 11; 31.

a reelaboração de cultos em todo o território nacional, o espriamento de organizações sociolúdicas, a música urbana, pequenas redes de socialização” resultam em desvios históricos expoentes da capacidade realizante desses grupos em diáspora.

Os Morros da Caixa e do Mocotó foram importante berço das escolas de samba de Florianópolis, onde se originaram e fixaram duas agremiações antigas: a Protegidos da Princesa e a Embaixada Copa Lord. A formação dessas comunidades conecta-se ao processo de transformações urbanísticas ocorridas no início do século XX, decorrentes da adoção de políticas higienistas pelo poder público municipal. Ambas as comunidades “surgiram” em regiões antes fora dos limites urbanos, “do outro lado do Rio da Bulha”.

Na década de 1940 surgiu o Grêmio Cultural Esportivo e Recreativo Escola de Samba Os Protegidos da Princesa, agremiação fundada com nomenclatura indicativa da abolição e de apreço à figura da princesa Isabel. A ideia da princesa Isabel como “protetora” relaciona-se ao fim da escravidão, em virtude da assinatura da Lei Áurea. O ano de fundação da “Protegidos” era comemorativo dos 60 anos da abolição, indicativo de que a escolha do nome tenha sentido essas influências também, retomando uma memória em torno daquela data.

Em se tratando dos anos de 1950, um pouco mais tarde, especificamente em 25 de fevereiro de 1955, surgiu a Sociedade Recreativa Cultural e Samba Embaixada Copa Lord, agremiação fundada no “antigo Morro da Caixa”, sob a direção de Abelardo Henrique Blumemberg, Jorge Fermiano Costa, Valdomiro José da Silva e Juventino João Machado (conhecido como Nego Quirido, nome da atual Passarela do Samba de Florianópolis). “Com a adesão de cem pessoas”, saindo às ruas com duas alas e uma bateria, “em nada ficarão a dever a famosa Escola de Samba de Herivelto Martins, da Capital da República” .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clubes recreativos, escolas de samba, irmandades religiosas, cacumbi, ranchos, blocos e cordões evidenciam presenças africanas na Ilha de Santa Catarina e seus entornos. Aspecto já registrado desde o século XVII, intentamos agora conhecer práticas de matrizes africanas vivenciadas em Florianópolis na primeira metade do século XX, momento de reordenamento da cidade, de migrações de áreas rurais para os contornos periféricos da cidade.

Atentar para as experiências da diáspora inspira e remonta a entrelaçamentos e interações entre África e Brasil, numa experiência interconectada (MOORE, 2012). No entendimento de Amailton Magno Azevedo e Maria Antonieta Antonacci (2012), necessitamos perceber africanos e seus descendentes dentro de “circuitos Europa/África/Brasil, privilegiando mediações culturais da diáspora negra”. Articular memórias, saberes e fazeres em contextos Atlânticos implica compreender trajetórias, vivências e histórias além dominações coloniais.

Procuramos, nesse capítulo, tecer aspectos organizativos e de manutenção de práticas culturais e vivências africanas em territórios de diáspora situados ao sul do Brasil. Podemos compreender, nos dizeres de Antonacci, tratar-se de corpos negros “desenvolvendo performances compassadas por pulsões corporais a partir de sopros, batidas manuais, pressões de dedos no contato com instrumentos, marcando ritmos e breves momentos de pausa, que reativam a memória ou mesmo permitem improvisar” (ANTONACCI, 2013, p. 118). Vislumbramos práticas de homens e mulheres de origem africana pautadas em vibrações, artimanhas e ritmos, na tentativa de cultivar manifestações culturais.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias Acoradas em Corpos Negros**. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: EDUC, 2015.

_____. **Memórias Acoradas em Corpos Negros**. 1ª ed. São Paulo: EDUC, 2013.

_____; AZEVEDO, Amailton Magno. Apresentação. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 7-8. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/13316/9834>.

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi**: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC, Coedição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina, 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática. 1986.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Negros em Desterro**: as experiências das populações de Desterro na segunda metade o século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

_____; RASCKE, Karla Leandro. Cidadania e expectativas no bairro da Figueira: o surgimento do Figueirense Foot-Ball Club (Florianópolis/SC, 1921-1951). **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de História da UESPI**, v. 5, n. 1, p. 99-121, 2016. Disponível em: <http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/95/108>. Acesso em: 16 set. 2016.

_____; MORTARI, Cláudia. Territórios negros em Florianópolis. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina** - Estudos Contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. 2ª ed. Oeiras/Portugal: Celta Editora, 1999.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da Cunha. **Carnavais e Outras F(r)estas**: ensaios de História Social da Cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Brasileiros- Universidade Cândido Mendes/ Editora 34, 2001.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma Poética da Diversidade**. Juiz de Fora: Editora da UFJF,

2005.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a Proteção da Princesa e de São Benedito**: identidade étnica e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988). Jundiá: Paco Editorial, 2013.

HALL, Stuart. **Sin Garantías**: trayectorias y problemáticas em estúdios culturales. Popayán: Envió Editores, 2010.

IROBI, Esiaba. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 273-293, jun. 2012, p. 2012.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs.). **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 263-278.

MESTRINEL, Francisco de Assis Santana. O samba e o carnaval paulistano. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 40, fev. 2010, p. 1-10. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao40/materia06/texto06.pdf. Acesso em 25 abr. 2017.

MOORE, Robin. Música Negra e a Diáspora: reflexões sobre o Caribe Hispânico. **Projeto História**, São Paulo, n. 44, jun. 2012, p. 305-319. (Tradução: Luciano Dutra). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6300/9826>. Acesso em: 21 set. 2017.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da Abolição**: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2011.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

RASCHE, Karla Leandro. **Irmandades Negras**: memórias da diáspora no sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2016.

REIS, Aloísio. **Brinca quem pode**: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: UFSC, 1996.

SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo**: metamorfoses de uma festa (1923-1938). São Paulo: Editora Unesp, 2008.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. **Festa de Negro em Devoção de Branco**: do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

TRAMONTE, Cristiane. **O samba conquista passagem**: as estratégias e a ação educativa nas escolas de samba. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ENTRE O RELATO E A ESCRITA: ORALIDADE E TEXTUALIDADE EM O. G. REGO DE CARVALHO

Pedro Pio Fontineles Filho

Doutorando em História Social pela UFC. Mestre e Especialista em História do Brasil pela UFPI
Professor Assistente do Curso de História da UESPI/CCM. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NUPEHED. E-mail: ppio26@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo tem o objetivo principal de compreender os relatos do escritor O. G. Rego de Carvalho acerca das cidades de Oeiras e Teresina, PI. As discussões chamam a atenção para o entrecruzamento entre o rural e o urbano, em suas memórias. Além disso, as questões ligadas aos vieses da memória, da biografia e da autobiografia constituem ponto importante para o entendimento das narrativas do escritor sobre os espaços. Metodologicamente, o estudo se utilizou da leitura analítico-interpretativa do livro *Como e por que me fiz escritor* (1994), a *Revista da Academia Piauiense de Letras* (edição de 1994) e de entrevistas publicadas em jornais e revistas entre as décadas de 1970 e 1980. Como arcabouço teórico-metodológico, para pensar as ligações entre história, memória e cidade, recorreu-se às proposições de Bourdieu (2010), Chartier (2002), Le Goff (2012), Ferreira (2006), Meihy (1996) e Sennet (1997). Considera-se que a narrativa ficcional do literato apresenta

inúmeras possibilidades para as discussões e análises acerca da produção e recepção das memórias dos espaços urbanos, contribuindo, ainda, para as reflexões sobre as aproximações entre história, literatura e memória.

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Cidade, Literatura.

INTRODUÇÃO

A opinião de O. G. Rego de Carvalho sobre a relação entre autor e obra suscita alguns questionamentos: Como discutir um literato sem antes pensar como esse autor se constitui a partir de outras dimensões de sua vida? Ainda mais, como pensar a própria existência do autor, sem levar em consideração os condicionantes de produção, circulação e consumo de seus textos, bem como os diálogos que sua escrita mantém com a de outros escritores? Os textos, em larga medida, não são uma criação com uma essência inédita. Todo texto mantém interlocução com alguma outra forma narrativa, seja ela textual, imagética, pictórica. Como destacou Michel Foucault (2008), nenhum texto é uma unidade absoluta e hermética, pois “a obra não pode ser considerada como unidade imediata, nem como unidade certa, nem como unidade homogênea” (FOUCAULT, 2008, p.

27). Essa percepção indica que o livro, como elemento constitutivo da “obra” de um autor, está caracterizado por ser o “nó em uma rede”. Nessa rede, a obra de O. G. Rego de Carvalho está marcada, ora admitindo ora não, pelos livros, autores e ideias às quais remete. Sua obra, inclusive, faz remissões a ele mesmo e suas memórias.

As obras literárias, como destaca Abel Barros Baptista (2003), estão nessa rede de intencionalidades em meio a códigos compartilhados na “inter-relação entre as partes e entre cada parte e o todo, projetando a obra contra a resposta prevista de um leitor hipotético” (BAPTISTA, 2003, p. 189). Nesse sentido, aspectos (auto) biográficos do literato são pertinentes para o vislumbre de sua escrita nos portos de intersecção de tal “rede”. Muitos elementos podem ser relevantes na compreensão do que venha a ser a obra de um indivíduo tomando sua vida como ponto de interlocução. Dessa maneira, “pode parecer especialmente difícil acreditar-se nisto quando o interesse é apenas por sua obra, e não pelo ser humano que a criou” (ELIAS, 1995, p. 10). Por esse viés, pensar a história e a intelectualidade, a partir da escrita do literato da antiga capital piauiense, é atentar para o aspecto de que a “relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura” (CHARTIER, 2002, p. 56). Situação tal que não se dá pelas harmonias, mas, principalmente, pelas tensões e (des) encontros de ideias e conceitos que são vinculados no seio de um campo intelectual. Há um ponto de reflexão, com chama atenção Michel Foucault (2002), ao discutir sobre a existência do autor e suas relações com a obra. O intelectual francês usa a expressão “conteúdos obscuros” para fazer uma crítica em relação ao pensamento da escrita como ausência, que, segundo ele, retomar “o princípio religioso do sentido oculto” (FOUCAULT, 2002, p. 40). Não é nesse sentido religioso que se pretende realizar uma (re) visita à vida e à escrita do literato.

A intenção é perceber as interconexões de localização social, espacial e histórica entre o escritor e seus textos. Isso contribui para o entendimento da “maneira como o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos em aparência” (FOUCAULT, 2002 p. 34). O. G. Rego de Carvalho, ao valorizar o conhecimento da vida do autor, indica suas “diferenças” e ressalvas em relação à crítica literária, que, segundo ele, não daria conta de entender o que a obra, especialmente a sua, tem de estilos, características e possíveis filiações.

AS (RE) CONSTRUÇÕES DO AUTOR

Partindo da premissa de que para compreender a obra de um autor se faz necessário adentrar em certos aspectos de sua vida, é que algumas incursões foram feitas na vida do literato piauiense. Isso não foi realizado como um trabalho que cria ou reforça a dicotomia entre autor e obra. A proposta foi a de enveredar por suas relações com os espaços de intelectualidade e as maneiras e estilos de escrever sobre a cidade, os espaços, as relações humanas, os sentimentos, em suma, sobre a vida. Isso remete

às reflexões que sinalizam que “a palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas como a individualidade do autor” (FOUCAULT, 2002, p. 39). Buscar relações entre autor e obra é pensar nas implicações que intentam superar os extremismos de pensar a escrita por critérios unicamente internos ou externos ao texto. Para falar de sua trajetória como escritor, o literato recorre a vários momentos de sua vida, apontando algumas circunstâncias de suas experiências como escritor. Pensar a trajetória do escritor, conforme assevera Bourdieu (BOURDIEU, 2010), é levar em consideração as infinitas relações envolvidas em tal percurso, atentando para o conjunto de agentes que constituem determinado campo intelectual. Nesse sentido, analisar as (auto) biografias é ir além das descrições cronológicas das fases da vida de alguém, buscando equilibrar, como ressalta Bourdieu referendando Schopenhauer, os “entornos negligenciados” do texto, ou seja, “o que fez e foi a vida dos autores, os detalhes familiares, domésticos, pitorescos, ou mesmo grotescos e degradantes de sua existência e de seu cenário mais cotidiano” (BOURDIEU, 2010, p. 14). A pessoa retratada é mais que um panfleto, que um museu, que um documentário, que um livro. Ela é tudo isso em conjunto com as mais variadas possibilidades de sua vivência e experiências. A atenção que deve ser dada também às dimensões “degradantes” é importante para que não se faça uma análise da escrita (auto) biográfica como um escrito posto em um pedestal, sacralizado.

No momento da primeira edição desse livro, no ano de 1989, o literato já gozava, em certa medida, de reconhecimento, pois já era um escritor lido. No final da década de 1980 e início da de 1990, os seus três livros já estavam com mais de quatro edições, demonstrando que seu consumo era significativo. É desse lugar, de escritor já bastante conhecido, que fala o literato. Vale lembrar que o livro *Como e por que me escritor* foi a publicação impressa de sua palestra proferida no II Seminário de Autores Piauienses, Evento ocorrido na Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, no ano de 1988, publicado no ano seguinte. A palestra assumiu o sentido de não só falar das motivações para se tornar escritor, mas “corrigir” ou “rebater” as leituras feitas sobre sua obra, das quais ele não concorda. Seguindo tal lastro, é que se destaca que as aventuras de O. G. Rego de Carvalho no universo das letras e da literatura, conforme ele mesmo, tiveram início ainda na infância. Momento que, segundo ele mesmo, já expressaria um dos seus traços mais característicos como escritor: o tom dramático. Além disso, temas como a morte e solidão já davam seus lampejos que seriam recorrentes na sua escrita. Isso fica bem claro na seguinte fala:

Eu me lembro de que o primeiro trabalho que eu publiquei foi até um artigo de fundo sobre o descobrimento da América e terminava de uma forma que já antevia o escritor dramático que eu haveria de ser. Eu dizia assim, no fim, que Colombo, apesar de ter levado o ouro da América para o reino da Espanha, tinha morrido pobre e abandonado por todos. Essa tônica, Colombo pobre e abandonado por todos, que não deixa de ser uma forma de romantismo, já eu tinha aos 10 anos de idade, sem consciência de que ia ser escritor (CARVALHO, 1994, p. 28).

Nessas lembranças, o literato deixa transparecer outras mensagens que vão

para além da superfície da narrativa e do discurso. A primeira delas é que essa sua exaltação de uma escrita “diferente” sobre a história de Colombo nada mais é do que a expressão daquilo que já era exposto nos livros e nas aulas de história. Não havia nada de “inovador” nessa sua percepção de um teor dramático que não teria sido notado anteriormente. Talvez não pela literatura, mas pela história isso já era apontado. Uma segunda mensagem é a de que sua formação cultural e sua instrução o permitiam, desde jovem, enveredar em análises sobre assuntos e eventos da história, indicando sua amplitude de conhecimentos. Outra informação é que, mesmo sendo uma criança e sem “consciência” do que se tornaria, teve a habilidade e a “genialidade” de pensar outras possibilidades da história. Essa retomada, ou melhor, essa referência à história será retomada por ele em outros momentos quando quer justificar sua forma de escrever e sua ancoragem na cidade, especialmente em Oeiras e em Teresina.

O que está em jogo, nessa ênfase feita por ele, é o esforço de demonstrar que suas marcas literárias teriam uma espécie de essência. Sua “genialidade” é ressaltada de maneira a não parecer sua auto-exaltação, pois sua carreira de escritor, segundo ele, teria sido algo que aconteceu ao acaso, por acidente. Não se pode deixar de destacar que se trata de um discurso de alguém que pretende se legitimar, ou seja, é uma escrita de si. Mencionar o acaso, como assevera Foucault, não é perder a dimensão histórica dos acontecimentos e das experiências, mas sim perceber que algo não está restrito a um sistema lógico. O. G. Rego de Carvalho afirma: “Eu sou escritor por derivação, porque eu queria realmente era ser compositor” (CARVALHO, 1994, p. 26). Mesmo dizendo que se tornou escritor “por derivação”, ele assegura que o fato de sua mãe ter sido musicista foi importante para sua formação cultural e de escritor. Como musicista, ele diz que sua mãe tocava piano, bandolim, violão e harmônica.

Nesse percurso, O. G. Rego de Carvalho não teve suas aulas, mas deve ter observado muito as aulas que sua mãe ministrava aos rapazes e moças da cidade, bem como aos seus irmãos. Mesmo assim, ele desabava: “E eu fiquei com esse ressentimento, até hoje, de não ter aprendido música, porque eu gostaria de ter sido compositor. É essa que é a verdade” (CARVALHO, 1994, p. 26). Que verdade quer transparecer? A de um escritor magoado por não ter sido músico? Ou a de um escritor “por derivação” que conseguiu se consagrar como literato? Ambas verdades podem conviver, sendo uma ressaltada mais que a outra em diferentes momentos, dependendo dos espaços de circulação dessa “verdade”.

Contudo, mesmo sendo versões possíveis de verdade, parecem contrariar a intenção do título do livro, que traz “me fiz”, sugerindo uma formação de alguém que se constituiu como escritor. Sua carreira como escritor seria o resultado de seu esforço, de seus estudos e não a expressão de um dom. Por esse prisma, “por derivação” deixa de soar como “à revelia” e passa a significar “em decorrência de”. Nesse sentido, a sua formação como escritor não seria resultado do acaso, mas a demonstração de que há infinitas “dobras” nos sentidos da realidade. Isso pode ser percebido quando ele diz:

“Com 12 anos de idade, eu queria ser escritor e comecei a escrever um conto por dia” (CARVALHO, 1994, p. 34). Como pensar em acaso, se há uma tomada de decisão e articulação de ações que coadunam para um sentido, para um projeto? Dessa maneira, tornar-se escritor foi uma constituição intencional. Sua escrita não está dissociada de suas relações familiares. Sua erudição e seu apego às tradições de uma escrita culta têm suas bases na sua história familiar. Seu estilo de escrita pautada em uma escrita normativa rendeu-lhe inúmeras críticas, rotulando-o de “refém da gramática”. Para ele, o apego a uma escrita “gramatical” seria resultado das trajetórias familiares, de seus contatos com leituras que, desde a infância, lhes eram comuns.

A linguagem não se trataria somente como um recurso estilístico ou estético em sua narrativa. A linguagem seria condição mesma de expressão de sua vida. Fazendo referências à “ambição de nobreza” (CARVALHO *apud* KRUEL, 2007, p. 324) de sua família, o escritor piauiense tenta localizar social e historicamente sua escrita. A história é retomada pelo autor como uma forma de ter no presente as raízes de um passado glorioso. Uma glória que remete a grandes periodizações da história nacional. São indicações de um passado mais longínquo e que, para alguns críticos, não explicariam em nada sua aproximação com a erudição e com leituras diversas. Por essa razão é que ele prossegue: “Meu pai, por exemplo, era apenas comerciante, mas lia em francês e vivia a corresponder-se com um ilustre professor que morava em Simplício Mendes, Da Costa Andrade, que era amigo de Jorge Amado”. E acrescenta: “Os dois trocavam livros, discutiam obras, comentavam as novidades. De tudo isso, ficou também alguma influência” (CARVALHO *apud* KRUEL, 2007, p. 235).

Algo de interessante nessa observação sobre a capacidade intelectual de seu pai não é apenas chamar atenção para o seu contato como o “ilustre professor”, que, para ter sua importância legitimada, é mencionado como amigo de Jorge Amado. Seria uma tentativa de legitimidade por derivação e não por merecimento. O escritor busca indícios de sua genialidade por meio da genealogia. Ainda sobre essa dimensão da genialidade, O. G. Rego de Carvalho se posiciona na tentativa de distinguir um gênio de um louco (CARVALHO *apud* KRUEL, 2007, p. 31). Sua escrita está tão intimamente ligada à sua vida, às suas relações com o mundo e com os espaços de produção intelectual, que ele mesmo reconhece isso.

AUTOBIOGRAFIA E TEMPORALIDADES

Como problematizar a autobiografia como uma escrita de si? De que maneira elementos mnemônicos compõem possibilidades de compreensão das experiências de uma pessoa? Uma das saídas, que não é a mais simples ou definitiva, é tomar a autobiografia como sinalização de práticas discursivas que se instauram em meio a configurações e condicionantes sócio-históricas. As autobiografias, como memórias e como discursos, apresentam, em meio aos silenciamentos, indícios para as leituras de temporalidades e espacialidades. Há que se atentar que no universo das narrativas

autobiográficas se entrecruzam “realidades”.

Tomando-se a autobiografia como estilo ou marca da narrativa de O. G. Rego de Carvalho, sobretudo em seu livro *Como e por que me fiz escritor*, é pertinente lembrar as discussões levantadas por Philippe Lejeune (2008), quando destaca a complexidade que envolve os textos autobiográficos e as biografias, de maneira geral, especialmente no que se refere às conceituações e aplicabilidades desse gênero narrativo. Ele lembra que, a priori, a autobiografia pressupõe um total compromisso e expressão da verdade e da realidade. Contudo, tal compromisso não pode ser encarado como o alcance inquestionável da verdade em si. Mesmo a autobiografia indicando o atestado que o autor apresenta para as informações e comentários sobre si mesmo, há várias dimensões de discurso, memória, temporalidade, realidade e verdade que devem ser analisadas pelos pesquisadores no intuito de não tomar o texto autobiográfico como o fato real, como o vivido em sua apresentação verídica e imaculada.

Para Lejeune, o pacto autobiográfico se caracteriza pela identificação entre o autor, o narrador e o personagem principal, o que, no caso de O. G. Rego de Carvalho, pode ser visto, ora com mais, ora menos intensidade em seus livros, sobretudo tomando *Ulisses entre o Amor e a Morte*, que, para muitos críticos, e em certos momentos para o próprio autor, o seu livro mais “autobiográfico”. Contudo, O. G. Rego de Carvalho, em geral, não aceita os comentários que dizem que seus livros são somente autobiográficos. Vale enfatizar que, lembrando alguns elementos que, segundo Lejeune, constituem o pacto autobiográfico, nem todos estão presentes nos romances de O. G. Rego de Carvalho, especialmente ao item que fala da identificação entre autor e narrador, sendo que o narrador é protagonista, ou seja, conta a história e participa dela. Por esse aspecto, é mais pertinente dizer que o texto autobiográfico *Como e por que me fiz escritor*, muito embora não se trate de um romance propriamente dito, apresenta um conjunto de narrativas memorialísticas, bem como orientações de como “ler e interpretar” sua obra. O pacto autobiográfico em O. G. Rego de Carvalho dar-se-á na fricção dos elementos presentes nos seus romances e no seu livro de memória, *Como e por que me fiz escritor*. Nos romances estão presentes as experiências experimentadas pelos personagens, que são identificados com o autor na medida em que as memórias e a vida dele são apresentadas por ele mesmo ao se explicar como se tornou escritor.

Nesse sentido, o pacto autobiográfico surge não diretamente em seus romances, mas no momento da aproximação deles com seus outros textos, bem como em suas falas e entrevistas. A partir de tal contato entre romances e memórias é que surgem alguns aspectos da autobiografia em O. G. Rego de Carvalho, visto que esse gênero se trata de uma narrativa introspectiva, na qual a pessoa que realiza a escrita está implementando uma reflexão sobre suas experiências, desde as mais íntimas até as mais públicas. Isso não quer dizer que a “obra completa”, ou cada livro específico, seja autobiográfico, mas ela constitui indícios que ajudem a compreender traços da autobiografia. As experiências do autor são mescladas entre a sua intimidade como adolescente, algo presente em seus três principais romances, especialmente

em *Ulisses ente o Amor e a Morte*, e sua vida como escritor e suas relações com o universo da intelectualidade piauiense e nacional. O que se pretende dizer aqui, é que o pacto autobiográfico não está facilmente disposto na obra de ficção do escritor, pois, como adverte Lejeune, não é fácil conceituar a autobiografia, nem é fácil, também, propor uma fórmula ou esquema hermético para sua análise. A autobiografia se dá nos enlaces do texto, do autor, do leitor e das temporalidades que engendram tal relação. É preciso descobrir os limites em se transitar nas páginas da vida de seus romances e na ficção de suas memórias, pois nos romances podem existir – não necessariamente - inúmeros traços da memória e de sua vida, bem como nas memórias há traços de ficção, ou melhor, de seleção, pois a memória é seletiva.

Tanto em seus romances, como no livro de memórias, aparecem características importantes para o texto autobiográfico. Isso pode ser visto no enredo do romance autobiográfico que não se baseia no “curso típico e normal de uma vida, mas em momentos típicos e fundamentais de qualquer vida humana: o nascimento, a infância, os anos de estudo, o casamento, a organização de um destino humano, os trabalhos e as obras, a morte, etc” (BAKHTIM, 1997, 231-232). A dimensão autobiográfica, desse modo, não pode ser pensada fora das suas referências a certas características do ser humano. Características como a infância, anos de estudo, a morte estão presentes em *Ulisses entre o Amor e Morte* (1953) e em *Rio Subterrâneo* (1967), mas que são tomadas como sendo de matriz autobiográfica somente a partir das memórias e comentários feitos em *Como e por que me fiz escritor*, que, por sua vez, traz as características dos trabalhos e das obras de um romance autobiográfico. Com isso, as argumentações de Lejeune sobre a complexidade de definições e caracterizações da autobiografia se acentuam, pois tal gênero se manifesta nas redes narrativas e nas tramas da textualidade.

A escrita de O. G. Rego de Carvalho, em seus romances, flerta com a autobiografia sem a ela se entregar inocente e passivamente. As projeções de si e de sua imaginação, como ele mesmo diz em algumas de suas entrevistas e em seu livro de memórias, alimentam as possibilidades de interpretação, sem, contudo, perder de vista as suas intenções de “controle” ou autorização das leituras que são feitas sobre seus livros. Por esse diapasão, é que buscar a lógica da autobiografia como obra de arte do campo intelectual e literário, “é tratar essa obra como um signo intencional habitado e regulado por alguma outra coisa, da qual ela também é sintoma” (BOURDIEU, 2010, p. 13-14). Tal intencionalidade não se refere unicamente aos desejos do artista, do literato, pois há os condicionantes presentes e atuantes do campo artístico, que, mesmo sendo criticado ou negado, ainda assim é o ponto de partida e de compreensão da obra produzida. Contudo, é mister ponderar que, mesmo mediante aos ditames sociais e da realidade, tal “realidade com a qual comparamos todas as ficções não é mais que o referente reconhecido de uma ilusão (quase) universalmente partilhada” (BOURDIEU, 2010, p. 50). A realidade, como referente para a ficção, é experimentada e (re) construída, inclusive, pela própria ficção, em um sentido de referência e de

criação, tendo, nessa relação, os jogos e as “regras da arte”. Por tal razão, ao escrever sua autobiografia, mesmo que diluída em seus livros, O. G. Rego de Carvalho intenta recriar a si mesmo, conduzindo, inclusive, as imagens, ideias e pensamentos que são feitos sobre ele e sobre sua escrita. Nessa dimensão de realidade e de ficção imbricadas que a dimensão autobiográfica da escrita de O. G. Rego de Carvalho se instaura. Significa dizer que a autobiografia se insere, também, nos atravessamentos de identidades e temporalidades, pois seria o ato do pensamento, em sua fase de colocar em julgamento as ações e experiências, como uma tentativa de retomada do tempo e preenchimento das lacunas deixadas. A autobiografia busca, também, certa lógica para o “caos” das vivências de uma pessoa, condicionando, dessa forma, os olhares e leituras que são feitas sobre o autor e sua obra. Limites de interpretação, ou interpretação direcionada, podem ser objetivos de autobiografias, pois organizam a vida de alguém em uma sequência narrativa.

Por tal prisma, a escrita e a narrativa de O. G. Rego de Carvalho está composta, como qualquer discurso e texto, de realidades concorrentes entre si. Realidades próximas às experiências vividas do escritor e realidades que se referem aos seus desejos. Isso é ainda mais tônico no que tange aos textos literários, especialmente os de O. G. Rêgo de Carvalho, que fala de seus livros como carregados de linhas autobiográficas, mas que não o são somente isso. “Muita gente lê os meus livros e pensa que tudo é autobiografia” (CARVALHO, 1994, p. 43). Questionando essa postura em relação aos seus romances, ele assim diz: “Mas eu não escrevi minha autobiografia. Eu fiz foi um romance, dando ao que escrevo uma sensação de realismo tal que o leitor tenha a impressão de estar lendo algo real, embora haja um simbolismo” (CARVALHO, 1994, p. 44). Ele faz uma defesa da literatura por ele feita, buscando enfatizar suas diferenças de um relato. Essa sua defesa, em princípio, contrariaria o seu próprio discurso, pois, ao se referir a *Ulisses entre o Amor e a Morte* (1953), admite que se trata de um texto de um romance autobiográfico. Isso levou os leitores, especialmente os críticos, a enquadrarem todos os seus romances como sendo autobiográficos.

Mas como a autobiografia é valorizada ou não em determinada circunstância? No instante da publicação de *Como e por que me fiz escritor*, a autobiografia, pelo menos a do literato, parecia ser importante para os críticos e intelectuais. Contudo, o literato foi o único a escrever, ou pelo menos publicar, um livro diretamente voltado para essa dimensão da autobiografia. A maioria dos leitores não tem conhecimentos mais aprofundados da vida do autor, ou ainda, muitos personagens de seus livros se assemelham tanto com sua vida, que é quase inevitável fazer associações. Para ele, “O que falta na maioria dos autores do Piauí é esta sinceridade. É esta coragem de expor as dores, os pensamentos, aquilo que está lá dentro, no abismo da nossa mente, e os nossos fantasmas”, pois “Todos nós temos fantasmas e precisamos exorcizá-los de vez em quando, expondo-os na obra de arte” (CARVALHO, 1994, p. 45). Se são dores, pensamentos, fantasmas a serem exorcizados, mais uma vez o romance do escritor não se aproxima de seu teor autobiográfico? Então por que ele não diz que sua obra

autobiográfica? Admitir que seus livros são autobiográficos seria admitir sua pouca habilidade criativa, pois, no imaginário do campo artístico, o bom artista (escritor) seria aquele que busca fora de sua “realidade” os motivos de sua narrativa.

Na escrita do literato, o que atua como símbolo de purificação e de fuga do tempo é a própria linguagem. Não se trata de uma negação da existência do tempo, mas a prática de se imprimir outra forma de temporalidade. O texto que comporta múltiplos tempos é admitido por O. G. Rego de Carvalho ao falar de *Rio Subterrâneo* que se situa “por volta de 1950, com reminiscências que vão a 1940, e até mais. Foi escrito de 1962 a 64” (CARVALHO *apud* KRUEL, 2007, p. 320). A obra escrita, o texto de maneira geral, está a serviço da memória ou de qualquer ato de lembrar. Um livro, nesse sentido, detém a função de preservação, para que a memória possa se constituir e se estruturar como instrumento de captura e seleção de temporalidades, sensibilidades e experiências. O livro, portanto, nada mais é que uma manifestação da condição humana, do desejo de “imperecibilidade” e a materialidade que marca temporalidades diferentes. O livro é o resultado material dos pensamentos do autor, que se expressa, inicialmente, por meio de cada linha posta no papel.

O tempo é uma dimensão que efervesce na obra do literato, também, quando não aceita classificações e/ou enquadramentos teóricos e literários de sua obra. Instaura-se, aí, a tendência de combate. Não o combate somente contra seus pares e críticos. É um combate que se desenrola, assim, nos limiares do tempo. O literato, por esse viés, percebe a vinculação de um escritor a uma escola literária ou a uma geração como um mecanismo que trata o tempo de forma linear. Seus livros, como ele afirma, são realizações que se opõem ao tempo linear. Essa postura “combativa” em relação ao tempo se assemelha ao combate travado por Henry Miller, que, de acordo com Daniel Rossi e Edgar Cézard Nolasco, “o empreendimento milleriano é um grande combate travado contra todas as transcendências: e a maior delas, a que nos coloca em uma ordem e possibilita a experiência: o Tempo” (ROSSI, 2010, p. 09). No entanto, o combate se dá contra o tempo linear e cronológico, sendo, então, o objetivo de Miller o “tempo livre, liso: espaço nômade de mutação”. O. G. Rego de Carvalho busca um “tempo livre” para pensar a si mesmo e a sua obra. O “todo caótico” dos livros do literato não indicam incoerência, só não há a restrição por parte de “uma ordem imutável nos assuntos humanos” (ROSSI, 2010, p. 03). *Rio Subterrâneo* (1967), por exemplo, tem sido interpretado pela crítica como sendo um livro cujos capítulos não seguem a linearidade, pois seus capítulos não seguem uma cronologia. As tentativas em propor outra sequência de leitura, ordenando-os, contrariariam, assim, a proposta de tempo livre do livro do literato. No texto literário, assim como na hagiografia, resguardando as devidas proporções e deslizamentos semânticos entre os tipos narrativos, “a individualidade conta menos que o personagem” (CERTEAU, 2011, p. 296) criado pela representação do nome artístico.

Por tal razão, mas não somente por isso, é que a História se aproxima da Literatura, ou mais especificamente, da produção intelectual. A História, no sentido

mesmo da pesquisa e da prática escriturística, está circunscrita pelo lugar que define seus procedimentos. O historiador está indissociavelmente ligado a um corpo (técnico, acadêmico, institucional), não podendo produzir aquém desse corpo. De maneira análoga, a escritura nos espaços de intelectualidade só pode ser pensada e visualizada na imersão no corpo que a legitima. Quando a prática historiográfica ou literária oscila muito para “fora” desse corpo é o sinal de que ou o fazer está completamente destoante, ou a historiografia, bem como a escrita literária, precisa repensar as suas metodologias. É na aparente cisão entre o que é “permitido” e o que “proibido” pelo lugar de partida da pesquisa, da narrativa e dos discursos, que a escrita e atuação de O. G. Rego de Carvalho irrompe, vista, *a priori*, como subversão ao lugar institucional e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar a vida do escritor O. G. Rego de Carvalho é considerar que sua vida se inscreve na vida de um grupo, seja de intelectuais, seja de leitores-consumidores. Como ressalta Michel de Certeau, essa vida faz supor “que o grupo já tenha uma existência” (CERTEAU, 2011, p. 292). Nesse sentido, está na vinculação entre a imagem do escritor e o lugar que ele ocupa. A escrita de O. G. Rego de Carvalho, vista em sua inteireza entre o escrito e a atuação do escritor, dão os indícios para a visualização dos espaços de sua circulação como intelectual. Assim, “o próprio itinerário da escrita conduz à visão do lugar: *ler é ir ver*” (CERTEAU, 2011, p. 302). É na leitura dos textos produzidos pelo escritor, que se chega às tensões que tal escrita impulsionou e que dariam, de certa forma, elementos para a constituição de sua identidade como autor.

É importante pensar que O. G. Rego de Carvalho, ao repensar sua trajetória por meio da autobiografia, se coloca no seio de uma prática que está presente em outros escritores, como, por exemplo, José de Alencar e Gilberto Freyre. O primeiro escreveu *Como e porque sou romancista*, escrito em 1873 e publicado em 1893; o segundo publicou *Como e porque sou e não sou sociólogo*, em 1968. Alencar, em forma de carta, fala que o seu texto remete a “alguns pormenores dessa parte íntima de nossa existência, que geralmente fica à sombra, no regaço da família ou na reserva da amizade” (ALENCAR, 2005, p. 11). Freyre, pedindo licença aos literatos, se diz, no somatório de suas “identidades” como sociólogo e antropólogo e também como não sendo. Ele mesmo faz referência a esse tipo de texto, o autobiográfico, mencionando que isso já havia sido feito por José de Alencar e diz que, diferente do se dizer romancista, dizer-se sociólogo não era tão fácil (FREYRE, 1968, p. 41).

Mesmo afirmando que não havia lido o livro de José de Alencar, o literato fala do objetivo contido no livro: contestação da crítica. O. G. Rego de Carvalho dá destaque a esse objetivo, que ele diz ser o principal do livro de José de Alencar, para, de certa justificar o mote de sua palestra – posteriormente livro – as suas defesas em relação às críticas obre a sua obra. São essas críticas que se manifestariam em vários

“usos” da literatura. Além disso, o livro autobiográfico dos três escritores sinaliza para uma prática comum ao fazer literário, é uma questão de campo, no qual a crítica é elemento de cruzamento. O. G. Rego de Carvalho tem, nos livros dos dois intelectuais, publicados anteriormente ao seu, as diretrizes de linhas argumentativas. Pela estrutura e brevidade do texto, o literato se assemelha mais com o livro de José de Alencar. São memórias que (re) constroem a percepção do próprio sujeito.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 11.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 231-232.

BAPTISTA, Abel Barros. **Autobiografias**: solicitação do livro na ficção de Machado de Assis. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2003, p. 189.

BORUDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-14.

CARVALHO, O. G. Rêgo de. **Como e por que me fiz escritor**. Teresina: Projeto Lamparina, 1994, p. 26.

CARVALHO, O. G. Rego de. Entrevista concedida a Cineas Santos. *Jornal O Estado*. Teresina. 22, 23/02/1976. In: KRUEL, Kenard. **O. G. Rego de Carvalho**: fortuna crítica. Teresina: Zodíaco, 2007.

CARVALHO, O. G. Rêgo de. O. G. Rêgo de Carvalho. Entrevista concedida a Cineas Santos. *Presença*. Teresina. set/nov/1982. In: KRUEL, Kenard. **O. G. Rego de Carvalho**: fortuna crítica. Teresina: Zodíaco, 2007.

CARVALHO, O. G. Rego de. Romancista O. G. Rêgo de Carvalho. Entrevista concedida a Pompílio Santos. *Jornal O Estado*. Teresina. 21,22/12/1975. In: KRUEL, Kenard. O. G.: fortuna crítica. Teresina: Zodíaco, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 10.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. _____ . **O que é um autor?** 4. ed. Portugal: Veja/Passagens, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Como e porque sou e não sociólogo**. Brasília, DF: Editora da UnB, 1968.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto autobiográfico**: de Rosseau à interent. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

MEIHY, J.C.S.B. (Re)introduzindo a história oral no Brasil. In: MEIHY, J.C.S.B. (Org). **(Re)**

introduzindo a história oral no Brasil. São Paulo: Xamã, 1996. p.1-10.

ROSSI, Daniel; NOLASCO, Edgar César. *Tempo liberado? Ubiquidade temporal em Trópico de Câncer.* I Encontro do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Literatura e Teoria Literária – MOEBIUS. Dourados, MS: UFGD, 2010, p. 03.

SOBRE A ORGANIZADORA

DANILA BARBOSA DE CASTILHO Auxiliar no Núcleo de Educação a Distância do Centro de Ensino dos Campos Gerais (Cescage). Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Trabalha com os temas: religiosidade, memória, identidade e Igreja Católica.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-054-4

